

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**GERAZEIROS, GUARDIÕES DO CERRADO:
CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE GERAZEIRA DE
CATANDUVA – NORTE DE MINAS GERAIS**

Mauro Toledo Silva Rodrigues

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**GERAZEIROS, GUARDIÕES DO CERRADO:
CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE GERAZEIRA DE
CATANDUVA – NORTE DE MINAS GERAIS**

MAURO TOLEDO SILVA RODRIGUES

Sob a Orientação do Professor

Andrey Cordeiro Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** no Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ

Março, 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central / Seção
de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada

TM696G
g Toledo Silva Rodrigues, Mauro , 1989-
Gerazeiros, guardiões do cerrado: Conflito
socioambiental na comunidade gerazeira de catanduva -
norte de minas gerais / Mauro Toledo Silva
Rodrigues. - Rio de Janeiro , 2020.
214 f.

Orientador: Andrey Cordeiro Ferreira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós-graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2020.

1. Conflitos Socioambientais. 2. Comunidades
tradicionais. 3. Território. 4. Gerazeiros . 5.
Cerrado. I. Cordeiro Ferreira, Andrey , 1978-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Pós-graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 “This study was financed in part by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finnace code 001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

MAURO TOLEDO SILVA RODRIGUES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. Dissertação aprovada em 15/05/2020.

Prof. Dr. ANDREY CORDEIRO FERREIRA (CPDA/UFRRJ)

(Orientador)

Prof.^a Dr.^a CARMEN SILVIA ANDRIOLLI (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a DEBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. CLEYTON HENRIQUE GERHARDT (UFRJ)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as gentes que lutam para defender seus lugares de vida e prestam um serviço incomensurável de proteção à natureza nativa.

À todas e todas os catanduvenses que me acolheram em suas moradas e abriram suas vidas para este trabalho.

À minha filha, pequena estrela-cadente, Aurora.

*O medo dá origem ao mal
O homem coletivo sente a necessidade de lutar
O orgulho, a arrogância, a glória
Enche a imaginação de domínio
São demônios os que destroem o poder bravo da humanidade*

Chico Science – Monólogo ao pé do ouvido

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente o apoio da minha família, meus pais e meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado para me dar o suporte necessário para a realização dessa travessia acadêmica, acreditando em minhas escolhas, mesmo quando essas lhes apresentem estranhamento e descrença.

Agradeço à minha companheira, Luna, que esteve em meu lado durante o processo mais desgastante da escrita da dissertação, sempre me apoiando, sendo compreensiva e afetuosa quando mais precisei. Sou grato a ela, que tem minha total admiração por toda a força que demonstrou durante os obstáculos superados em sua gestação, e ao dar luz a nossa filhota, Aurora, que já não se encontra mais nesse mundo, mas deixa sua marca de pequena grande guerreira, em seu pouco tempo de vida e tantas batalhas travadas ainda dentro do útero de sua mãe.

Ao apoio do Núcleo de Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) e a todos os professores e professoras que puderam me auxiliar, em nome da professora Isabel Brito, pelas conversas e trabalhos compartilhados.

Ao Carlinhos Dayrell, pelas conversas inspiradoras e pela militância junto aos povos do cerrado nortemineiro, em nome do qual agradeço à todas e todos os colaboradores e à instituição do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) por todo o suporte de logística, contato com as comunidades e parceria em trabalhos.

Ao Daniel Macedo, Lívia Cunha e Kessy Bloc, que me receberam com todo carinho e paciência e apresentaram ao Morro da Conceição, lugar de ancestralidade, memória e vida de pessoas que representam um Rio de Janeiro que jamais sonhei em conhecer, o “Rio profundo”, com seus quilombos urbanos, rodas de samba e de capoeira. Em nome desses, agradeço à todos os moradores do Morro da Conceição que pude partilhar a vida, e aos outros amigos e amigas que pude compartilhar e tecer minha breve história na cidade maravilhosa.

A todas e todos os colegas do CPDA que foram essenciais para o meu crescimento pessoal e intelectual, os quais pude construir eventos e festividades dentro do ambiente acadêmico e social. A esses, agradeço em nome do meu companheiro conterrâneo, Fábio Dias, que pode acompanhar meus esforços diários e compartilhar o “lamento sertanejo” durante o tempo no litoral carioca.

Aos professores do CPDA em nome do meu orientador, Andrey Ferreira, pela oportunidade concedida em cursar o tão sonhado mestrado nesta instituição de referência, assim como em exercer o ofício de mestres e mestradas com excelência e assiduidade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida e conseqüente possibilidade de cursar a pós-graduação, e poder concretizar esta pesquisa científica em prol do conhecimento humano e das causas sociais.

A todas as mulheres e homens de Catanduva, que se mobilizam na luta pela manutenção de seu modo e lugar de vida.

RESUMO

Na década de 1970 a região norte de Minas Gerais passa a integrar o circuito de expansão do sistema produtivo capitalista em que o Estado atua como agente de concretização, estimulando a implementação de grandes projetos econômicos na região. Ao longo dos anos o processo de territorialização dos projetos econômicos são responsáveis por reconfigurar e sobrepor territorialidades tradicionais locais, porém na virada do século XXI a região é palco do fenômeno conhecido como (des)invisibilização dos povos e comunidades tradicionais. A cena de efervescência social da constituição de 1988 foi responsável pela emergência de um mosaico de grupos sociais que tinham e têm como pauta a manutenção dos seus modos de vida e a *retomada* dos seus territórios tradicionais. Nesse contexto comunidades tradicionais localizadas ao longo da serra Geral, no norte de Minas Gerais, se reconhecem enquanto geraizeiras e reivindicam seus territórios, questionando a impositiva lógica de ocupação e o modelo de “moderno colonial” dos projetos econômicos que se materializaram na região, entre eles, os complexos industriais de eucalipto. O presente trabalho trata, assim, da comunidade tradicional geraizeira de Catanduva na região do alto rio Pardo, ao norte do estado mineiro, a partir de estudo realizado no período de 2017 a 2019. O processo de implantação dos projetos econômicos de monocultivo industrial de eucalipto desarticula a “tessitura territorial” geraizeira, socialmente construída pelo modo de vida tradicional. Através da mobilização regional em torno da identidade tradicional e defesa do território do *gerais* os grupos geraizeiros são responsáveis pela articulação para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) “Nascentes Geraizeiras”, em que Catanduva se insere ao passar por um novo processo de territorialização. Com o objetivo de analisar as reconfigurações territoriais que se sucedem na comunidade desde intervenção dos projetos econômicos da década de 1970 até a recente criação da RDS, este trabalho identificou as noções com as quais os geraizeiros de Catanduva compreendem o que é o “território”, bem como a influência da territorialidade e dos saberes tradicionais na trajetória da implementação da RDS que pleiteia o manejo adequado dos recursos naturais a ser protagonizado pelas comunidades geraizeiras.

Palavras-chave: Territorialização, território, identidade, comunidades tradicionais geraizeiras, monoculturas de eucalipto, Reserva de Desenvolvimento Sustentável..

ABSTRACT

In the 1970s, northern region of Minas Gerais became part of the expansion circuit of the capitalist productive system in which the State acts as an agent of concretization, stimulating the implementation of major economic projects in the region. Over the years, the process of territorialization of economic projects has been responsible for reconfiguring and overlapping traditional territorialities, but at the turn of the 21st century the region is the scene of the phenomenon known as “(un)invisibilization” of traditional peoples and communities. This movement is based on the legislation of the Federal Constitution of 1988, and more recently, decrees that guarantee the cultural, identity and territorial rights of communities that recognize themselves as traditional. Social effervescence was responsible for the emergence of a mosaic of social groups whose main goal is to maintain their ways of life and to retake traditional territories and to assert themselves under traditional identity signs. In the midst of these changes, traditional communities that recognize themselves as “geraizeiras” claim their territories located along the Serra Geral, questioning the occupation logic and the “colonial/modern” model of economic projects that materialize in the region as eucalyptus industrial complexes. In this context, the present work is the result of a case study carried out in a traditional geraizeira community of Catanduva in the upper Pardo river region, north of Minas Gerais state, between the years of 2017 to 2019. The process of territorialization of economic projects linked to industrial monoculture of eucalyptus dismantles the “territorial fabric” that is socially built by the traditional way of life of these groups, which through regional mobilization around the traditional identity and defense of the geraizeiro territory is responsible for articulation and creation of the Sustainable Development Reserve (RDS) “Nascentes Geraizeiras”, in which Catanduva is inserted and undergoes a new process of territorialization. With the objective of analyzing the territorial reconfigurations that take place in the community since the intervention of economic projects in the 1970s until the recent creation of the RDS, this work identified the notions with which the geraizeiros from Catanduva understand what “territory” is, as well as the influence of territoriality and traditional knowledge for the implementation of the RDS with the proper management of natural resources led by the generating communities.

Keywords: Territorialization processes, traditional geraizeira communities, eucalyptus monocultures, Sustainable Development Reserve, territory, identity.

LISTA DE IMAGENS E FOTOGRAFIAS

Imagem 1 – mapa da região do alto rio Pardo	20
Imagem 2- Participantes da oficina de mapeamento, no momento de realização do georreferenciamento do território geraizeiro.....	36
Imagem 3 – - mapa de localização do município de Vargem Grande do Rio Pardo.....	55
Imagem 4 – Linha do tempo elaborada	57
Imagem 5 – Antiga casa de enchimento	60
Imagem 6 – gado na <i>solta</i> em área de <i>chapada</i> no território de Catanduva	74
Imagem 7 – O fruto do mandapuça.....	80
Imagem 8 – Criança mostra fruta do rufão (à esq.) e coco do cerrado.....	80
Imagem 9 – Catanduvense e o equipamento de prensar a mandioca do tempo de seus pais.....	85
Imagem 10 – Moedor de cana do tempo da Dona Jesuina.....	88
Imagem 11 – Mapa de Catanduva elaborado pelos moradores.....	90
Imagem 12 – Representação das áreas de <i>chapadas</i> e dos deságues.....	93
Imagem 13 – Jovem geraizeiro, adentrando uma mata de <i>capão</i> , na <i>cabeceira</i> da Sucupira, onde nasce o córrego do Guará	62
Imagem 14 – Feira da cidade de Porteirinha no ano de 2018. Ainda possui uma grande circulação de produtos locais como os comercializados antigamente.....	97
Imagem 15: Caminho das tropas geraizeiras	99
Imagem 16 – Localização da Serra do Espinhaço com destaque da região da pesquisa.....	100
Imagem 17 – Polígono da seca com destaque da região do alto rio Pardo – Norte de Minas.....	110
Imagem 18 – Territorialização dos “distritos florestais”.....	112
Imagem 19 – Imagem aproximada dos maciços de monoculturas de eucaliptos.....	112
Imagem 20 – Correntão usado para “limpar” as áreas de cerrado.....	124
Imagem 21 – Mapa de ocupação e divisão genérica dos ambientes.....	129
Imagem 22 – Mapa da primeira onda de territorialização das empresas.....	130
Imagem 23 – Mapa da segunda onda de territorialização das empresas.....	131
Imagem 24 – 1º encontro das comunidades atingidas pelos monocultivo de eucalipto.....	136
Imagem 25 – Manifestação em rio pardo de minas pela defesa do Areião.....	138
Imagem 26 – mapa institucional da RDS.....	146

Imagem 27 – Placa de identificação da empresa chapada da prata, a partir desse ponto a entrada é controlada por vigias.....	160
Imagem 28 – Carvoeiras “terceirizadas” localizadas dentro do território de Catanduva.....	164
Imagem 29 – Área de <i>baixa</i> , onde, antigamente era curso do córrego do guará.....	169
Imagem 30 – Florescência do pequizeiro em Catanduva.....	171
Imagem 31– Duas árvores de pequi se destacam na paisagem degradada.....	173
Imagem 32 – Morador no galpão de recolhimento dos pequis.....	174
Imagem 33 – Abertura da “v conferência geraizeira” se contrasta com as imagens dos eucaliptos no horizonte.....	177
Imagem 34 – Apresentação das comunidades.....	178
Imagem 35 – Teatro dos “geraizeirinhos em movimento”	181
Imagem 36 – Momento de mobilização para entrada nos ônibus em direção às braúnas.....	182
Imagem 37 – Visita a barragem das braúnas.....	183

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ASA BRASIL – Articulação do Semiárido do Brasil

CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CPP – Comissão Pastoral da Pesca

DNOCS – Departamento Nacional de Obras de Combate a Seca

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura em Minas Gerais

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTRO – Movimento Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Alto Rio Pardo

NIISA – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental

OBTEIA – Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e das Águas

ONG – Organização Não Governamental

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

RESEX – Reserva Extrativista

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UC – Unidades de Conservação

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

ZA – Zona de amortecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Alguns marcos históricos e legais.....	17
Trajetória do pesquisador e construção do objeto de estudo.....	23
Métodos e estrutura do trabalho.....	33
Revisão bibliográfica.....	37
CAPÍTULO 1 – Discutindo o território: revisão teórica e conceitual	43
1.1 – O campo ambiental e seus conflitos socialmente construídos.....	49
CAPÍTULO 2 – O caminho dos Gerais: A história que precede a intervenção	51
2.1 – “Quebrando o gelo”: Trajetória dos parceiros de diálogo	53
2.2 – Histórico das comunidades geraizeira de Catanduva.....	54
2.3 – As práticas tradicionais de Catanduva.....	70
2.3.1 – A criação de gado na <i>solta</i>	71
2.3.2 – Demais práticas tradicionais.....	80
2.4 – De <i>carcunda di librina</i> à geraizeiro: A transmutação identitária em Catanduva.....	96
CAPÍTULO 3 - Descolonizando os Gerais: A intervenção da <i>mudernagem</i> no alto rio Pardo sob a lente da ecologia política	104
3.1 - A <i>mudernagem</i> invade os gerais: o histórico nortemineiro sob a perspectiva descolonial	105
3.2 – A territorialização dos complexos industriais de monoculturas de eucalipto se instalam sobre os <i>gerais</i>	114
3.4 – A desterritorialização da comunidade de Catanduva	118
CAPÍTULO 4 – A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL	134
4.1 – <i>A gente só se mexe quando sente dor</i> : A inserção de Catanduva nas mobilizações pela RDS.....	148

4.2 – O conflito socioambiental distributivo e as estratégias de resistência em Catanduva...	157
4.3 – A atual situação da comunidade: O processo de re-territorialização de Catanduva e as ações de resistência.....	162
4.3 – V Conferencia Geraizeira, ecologismo popular e as reflexões sobre a <i>caixa d'água do Brasil</i>	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
ANEXOS	201

INTRODUÇÃO

Visão Geral

A microrregião do alto rio Pardo no Norte do estado de Minas Gerais, abarca comunidades que se autorreconhecem como geraizeiras e se mobilizam, desde a década de 1990, para reivindicarem suas áreas tradicionais de uso e ocupação coletivas que foram sobrepostas nos anos 1970 pela implantação de projetos econômicos de monoculturas de eucalipto. Esse é o contexto em que se realiza o presente estudo, o conflito socioambiental entre a comunidade geraizeira de Catanduva e um conjunto de empresas. No ano de 2014 a comunidade é inserida dentro da área de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a RDS “Nascentes Geraizeiras”. Nossa pesquisa aconteceu entre os anos de 2017 a 2019, considerando a observação da vida da comunidade e as mobilizações comunitárias na área que abrange o entorno do município de Vargem Grande do Rio Pardo, região do alto rio Pardo, onde se localiza a comunidade de Catanduva.

Nossa análise do conflito socioambiental parte da visão dos moradores de Catanduva, impactados pelas intervenções estatais e capitalistas na região. Compomos nosso quadro analítico teórico utilizando conceitos da antropologia e da ecologia política, lançando nosso olhar sobre as reconfigurações socioespaciais que ocorrem nas áreas em disputa. Para o entendimento de conflito socioambiental trazemos o contexto de expansão do capitalismo industrial nas décadas de 1960 e 1970, bem como seu desenvolvimento nos anos que se sucedem. Nessa conjuntura, grupos locais são considerados “entraves” ao denominado desenvolvimento econômico e com a implementação de projetos ligados a este modelo, tais grupos, que se caracterizam enquanto comunidades tradicionais, são afetados em uma disputa entre o interesse privado e o interesse coletivo¹. Afetados por diferentes projetos econômicos, os Povos e Comunidades Tradicionais, são acometidos por privações materiais e simbólicas e reagem em processos de mobilizações que visa a denúncia. (ZHOURI et al., 2005)

¹ Vale observar que, na esfera do discurso institucional do Estado, as vantagens históricas concedidas ao capital privado são compreendidas como medidas de interesse coletivo da nação, invertendo, não inocentemente, a compreensão do quadro do conflito. Esta manobra altera o sentido coletivo das necessidades das comunidades locais, apresentando-as como dificultadores particulares do desenvolvimento coletivo nacional.

Dentro do contexto dos conflitos socioambientais e das legislações de PCT's o conceito de território é acionado para descrever o espaço biofísico ocupado ou reivindicado pelos PCT's, Raffestin (1993), compreende esse espaço como uma construção social protagonizada por grupos sociais que se apropriam do espaço físico, criando limites e fronteiras para defini-lo, assim como instituindo um sistema de classificação e um arranjo produtivo próprios. Na visão do autor, um território pode ser tanto construído por um Estado Nação, quanto por uma empresa, ou um grupo autóctone específico, uma vez que a construção social se realize através de especificidades de cada um destes grupos, isto é o que define um território. Esse autor utiliza a linguagem cartográfica, como linhas, ponto e polígonos, para analisar a trama ou o tecido que é fabricado pelos grupos humanos no espaço, construindo em suas análises, uma metáfora de “malha territorial” que pode ser costurada, rasgadas, remendada e sobreposta, assim com um tecido, mas, construído pela ação social humana.

Em uma visão voltada às diversidades de grupos locais que se aplica à pequena escala, Paul Little (2002), compreende o território enquanto um processo, a que denomina como “territorialidade” e o define como: *“um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a em seu ‘território’ ou ‘homeland’”*. (Grifos meus, pg. 253). A diferença que surge é o processo de “identificação” dos grupos locais com o espaço biofísico, como ocorre com os geraizeiros que se identificam com a parcela da natureza denominada de “gerais”. A noção de territorialidade do autor também remete à aspectos e trajetórias históricas dos grupos locais em seu esforço coletivo de apropriação dos espaços.

Oliveira (1998), complementa nossa compreensão do termo ao lançar mão do conceito de “processo de territorialização”. Para esse autor, os processos de expansão de fronteiras, em que grupos sociais sobrepõem territorialidades existentes localmente – assim como se deu a conformação do que viria a se chamar Brasil – criam um contexto intersocietário de conflito entre os grupos. Os grupos subalternos² que se veem ameaçados se mobilizam em unidades coesas para enfrentar os possíveis impactos que serão gerados em seus territórios. Assim, o conceito de processo de territorialização nos ajuda a compreender as complexidades e dimensões do conflito instalado na comunidade de Catanduva.

² Utilizamos o termo segundo a noção de Spivak (2010), que se refere à grupos que tem suas vozes silenciadas dentro das relações de poder de uma determinada sociedade

Como dissemos, abordaremos os conflitos socioambientais utilizando teorias e conceitos situados no campo da ecologia política e da antropologia do território e dos povos tradicionais. Esta perspectiva busca, de forma interdisciplinar, atrelar os processos das transformações ambientais às decisões política e econômicas que transformam a sociedade humana, para compor um campo que entenda as mudanças dos sistemas produtivos enquanto mudanças nas paisagens ambientais. (Miranda, 2013).

Utilizamos a as teorias de Héctor Alimonda (2011), para analisar as mudanças ambientais enquanto processo que tem suas raízes no período colonial, em que a natureza, reificada enquanto recurso natural, supria os impérios colônias em suas demandas mercantis. O autor traz a “colonização da natureza” enquanto um fenômeno ainda presente na sociedade capitalista industrial moderna, na qual a natureza local é sobrepujada por projetos econômicos modernos que continuam a reificá-la, ignorando às compreensões locais em interação com os diversos biomas

Já Aníbal Quijano (1997) afirma que a “colonialidade” pode ser entendida enquanto a perpetuação do modelo capitalista que mantem seu *modus operandi* baseado na exploração e espoliação da natureza e das comunidades locais, identificando-se com aquilo a que Karl Marx (1980), trata por “apropriação primitiva do capital”. De acordo com Quijano, os mecanismos de poder que engendraram a máquina colonial foram atualizados, e, apesar de não existirem mais colônias físicas, os mecanismos coloniais continuam a pautar as relações políticas, econômicas – e conseqüentemente ambientais – na sociedade moderna.

Com esse arcabouço teórico fazemos nossa incursão dentro da realidade vivida pelos geraizeiros de Catanduva para analisar e identificar reconfigurações territoriais, assim como mecanismos da colonialidade que perpassam a implantação dos projetos econômicos reafirmando a injustiça ambiental vivenciada pela comunidade.

Nesse trabalho, como estratégia da narrativa, utilizaremos a formatação em itálico para identificar as categorias êmicas dos geraizeiros que foram absorvidas durante nossa experiência profissional e dentro deste trabalho na inserção à campo.

Alguns Marcos Históricos e Legais

As comunidades geraizeiras fazem parte da categoria política de “Povos e Comunidades Tradicionais” (PCT’s), e apesar dessa categoria ter sido institucionalizada apenas no ano de 2007, no âmbito da criação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, houve um histórico de diversos conflitos responsáveis por ceifar a vida de inúmeras lideranças locais como Chico Mendes. Movimentações políticas das comunidades também foram executadas para que os direitos e garantias de fossem assegurados visando a legitimação da diversidade de grupos existentes nas áreas rurais do Brasil.

A constituição federal de 1988 ao abrir espaço para o multiculturalismo, reconhece direitos de povos indígenas e comunidades negras rurais, porém, não garante a efetivação de seus próprios termos. Além disso, esse arcabouço legislativo e jurídico não contempla outros grupos subalternizados, o que exige destes povos uma complexa articulação política e social para que sejam reconhecidos pelo Estado. Tratando deste fato, e no contexto regional do Norte de Minas Gerais, Costa (2011) formula o conceito de “(des)invisibilização” dos PCT’s, que saem da invisibilidade, e subalternidade, através de estratégias protagonizadas pelas comunidades em articulação com movimentos sociais e universidades.

Naquele momento histórico (da constituição de 1988) vários grupos etnicamente diferenciados emergiram de forma jurídica, política e cultural nas mais diversas regiões do Brasil. Na região Norte de Minas Gerais não foi diferente, comunidades se autorreconheceram (e autorreconhecem) de acordo com seus modos de vida ancestrais, portadores de estreita ligação com os ecossistemas em que se inserem. Atrelando suas identidades políticas ao manejo tradicional da terra que vivenciam, podemos destacar na região nortemineira, entre outros grupos que emergem reivindicando o direito de uso e ocupação dos territórios, e pela garantia da reprodução de um modo de vida diferenciado, os vazanteiros, veredeiros, quilombolas, catingueiros, apanhadores-de-sempré-vivas, ribeirinhos, indígenas e os geraizeiros.

Sucedem que o momento de inserção dos povos geraizeiros na categoria de PCT’s não é clara, mas alguns marcos acadêmicos, políticos e históricos importantes devem ser destacados para nos guiarem nesse processo de afirmação de categoria. Um desses momentos foi a pesquisa elaborada por Carlos Dayrell na área da etnoecologia, no ano de 1998. O autor apresenta uma comunidade rural do Norte de Minas Gerais portadora de um manejo específico do cerrado, expondo uma variedade de usos e ocupações desse bioma construído de acordo com saberes repassados pelas gerações que viveram no local. Associando as pessoas à paisagem que ocupam

este povo era – e recentemente passa a ser novamente – conhecido localmente como “comunidade geraizeira”:

Os gerais são os planaltos, encostas e vales das regiões dominadas pelos cerrados, com solos normalmente ácidos e de baixa fertilidade natural. Geraizeiros, como cultural e contrastivamente são assim denominados, os habitantes dos gerais. Desenvolveram a habilidade de cultivar às margens dos pequenos cursos d’água uma diversidade de culturas como a mandioca, cana, amendoim, feijões diversos, milho e arroz. Além das aves, o gado bovino e mesmo o suíno eram criados soltos, até em período muito recente, nas áreas de chapadas, tabuleiros e campinas de uso comunal. (Dayrell, 1998. Pg 74)

Assim, o campo acadêmico passa a produzir pesquisas que evidenciam a singularidade destas comunidades que se alinham com a proposta da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais que define estes grupos como: *“culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”*(Brasil, 2007)

Para além (e também em função) das pesquisas acadêmicas e decretos legislativos, no ano de 2006 as comunidades da microrregião do alto rio Pardo e de Grão Mogol se reuniram em um evento denominado de “Conferência Geraizeira”. Nesse ano as comunidades da região já se organizavam para reivindicarem seus direitos ao uso e ocupação de áreas denominadas localmente de “gerais”. A vista disso, no ano de 2007, quando se institucionaliza a categoria de PCT’s, os geraizeiros, já aparelhados desse saber, reivindicam para si o autorreconhecimento da identidade tradicional e o reconhecimento de seus territórios então ocupado por empresas.

territorialidade catanduvense e nos indicam caminhos para elaborar uma teoria sobre este território geraizeiro, com base nos saberes da comunidade.

Esse território ocupado pelas famílias geraizeiras de Catanduva sofreu radicais transformações em sua estrutura devido às mudanças políticas e econômicas que se desvelaram desde o início do século passado. O “tecido territorial”, ou seja, o espaço biofísico socialmente apropriado e modificado historicamente pelos geraizeiros, foi desmembrado, reorganizado e ocupado por intervenções externas. A década de 1980 marca o período da chegada das *firmas*³, complexos florestais industriais de monoculturas de eucalipto, que ocupam grandes áreas no território tradicionalmente ocupado pelos geraizeiros, bem como em regiões em seu entorno. Estas áreas foram reorganizadas dentro da política de modernização dos estabelecimentos rurais empreendida pelo Estado, transformando os territórios em propriedades privadas ou em terras devolutas, sendo compradas pelo capital privado ou cedidas a este pelo Estado, dentro do plano político-econômico de “desenvolvimento” da região. Desta maneira o processo de desmantelamento das territorialidades locais reconfigurou a estrutura fundiária e o modo de vida dos moradores que ocupavam essas áreas com práticas e modo de vida tradicional:

Ô moço, vou te falar que antes de nós, devia ter era índio nessas terras. Meu avô, o velho Ribeiro, ocupou essas terras já deve fazer uns duzentos anos. Nós sempre vivemos aqui! De tudo tinha aqui, não precisava de sair. Se precisava de qualquer coisa *panhava* no mato e estava resolvido. Quando era de muita necessidade, ia na feira e trocava, no caso de um querosene, uma pedra de sal e mesmo umas roupas. (...) Água?! Vichi! O senhor precisa ver como era a fartura de água aqui, dava peixe de perder! Podia pegar até de rede! Aquele tanto de *minadouro*, *olho d'água*, *corredeira*, nossa mãe... Estava tudo certo até chegar o povo de fora. Eu lembro desse pessoal chegando aqui, junto dos Costa e dos Bráz⁴. Eles mostraram as terras aí afora tudo. E quando pensa que não, olha eles voltando com uma *cambada* de máquina que a gente nunca tinha visto, e quebraram esse cerradão todo! Era uma cena de dar dó, as mulheres nem saiam de casa com o barulhão das máquinas, as crianças endoidavam para ver o que era... Mas foi uma tristeza... O senhor imagine o que era de tatu, família de paca, veado, passarinho, todos fugindo e muitos morrendo para os *correntões*, que arrastavam tudo que via pela frente... De lá pra cá, tudo foi definhando, tudo mesmo, menos aquela praga daquele eucalipto. Até água de beber faltou para gente. Aí você olha aquela praga e está como? Verdinha, verdinha... (Paulo⁵, geraizeiro, 76 anos)

A região norte do estado mineiro foi vista como uma nova fronteira de expansão industrial, enquadrada sob os signos de “desocupada e inproveitada”, passando a ser alvo de

³ Categoria êmica que se refere às empresas

⁴ Nomes das famílias que formavam a elite local, dotados de poder econômico e com influências nas três esferas do poder do Estado, segundo o entrevistado.

⁵ Devido ao cenário de conflito e passado de ameaças aos moradores, optamos por utilizar nomes fictícios e preservar o anonimato das pessoas que compartilham suas vidas com nosso trabalho.

políticas de estímulo ao “crescimento e ao desenvolvimento” econômicos. As *firmas* adotaram uma lógica distinta para o uso e ocupação das áreas de cerrado, ignorando o regime tradicional dos geraizeiros, ocasionando uma intensa desestruturação cultural, social e econômica aos ocupantes dos gerais.

“*Aqui era cheio de pequiizeiro, agora está cheio de carvoeira*”. Essa frase é enunciada por um dos moradores de Catanduva, que funciona como uma metáfora para demonstrar a transformação da paisagem e do território expondo as alterações vividas pela comunidade. Devido a essa reestruturação territorial, a alteração do seu regime de uso chegou a tal ponto, que no ano de 2007, a comunidade ficou completamente desabastecida de água, seja para consumo humano ou para uso produtivo. Uma consequência da drenagem do principal curso d’água da comunidade, o córrego do Guará. Posto isso, para uma comunidade que traz em seu nome o histórico das águas, ter seus recursos hídricos completamente esgotados parecia ser uma realidade distante, ou mesmo, distópica, segundo a fala dos mais velhos: “*Nossa mãe, essa terra era molhada demais, tinha minação⁶ em todo canto! O difícil mesmo era fazer ela secar. Agora o senhor veja, até o [córrego] Guará não tem mais água, quem iria imaginar uma coisa dessa?!*” (Sr. Mateus, Geraizeiro de Catanduva, 78 anos)

Outro fator recente que contribuiu na reorganização do território de Catanduva, foi a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) “Nascentes Geraizeiras”, que teve seu decreto de criação assinado em 2014. Esta RDS se estende por três municípios, Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, incluindo a comunidade de Catanduva em sua área de abrangência. O Estado aparece nesse episódio como o promotor de políticas de conservação ambiental, uma lógica muito diferente daquela anteriormente utilizada pela modernização conservadora (anos de 1970). As práticas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais geraizeiras passam a ser “mais legítimas” (em termos de discurso estatal) do que os projetos econômicos dentro das áreas da Unidade de Conservação. No entanto, apesar das terras devolutas estarem, teoricamente, retornando para o domínio das comunidades, a utilização e ocupação das áreas ainda depende de um plano de manejo e dos “gestores da reserva”, que são servidores federais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Assim, temos que “teoricamente” o território voltará ao domínio das comunidades, mas uma conjunção de fatores e relações de poder têm

⁶ Termo local utilizado para se referir as nascentes de água que minavam água em muitos locais do território

que institucionalizar as medidas necessárias para a efetivação dessa mudança no plano de manejo da RDS.

Logo, para o conflito socioambiental que envolve a comunidade geraizeira ser compreendido, uma abordagem histórica deve ser construída: da metade do século passado até a contemporaneidade, a malha territorial existente nessa região foi reconfigurada durante os diferentes processos de territorialização, de um lado o projeto “moderno colonial”, representado pelas empresas de monoculturas de eucaliptos – que visualizam os *gerais* como um objeto uniforme dentro da frente de expansão da fronteira industrial. Do outro lado a comunidade geraizeira, que se esforça para perpetuar seu modo de vida ao atribuir aos *gerais* uma diversidade de ambientes e usos e ainda uma terceira via, que surge da burocracia do Estado, com um viés de conservação e de tutela do território geraizeiro.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar as reconfigurações territoriais que ocorreram na comunidade de Catanduva e em seu entorno, desde a intervenção das monoculturas de eucalipto até os dias atuais, lidando, inclusive, com a institucionalização da RDS Nascentes Geraizeiras. Abordaremos as transformações socioambientais ocorridas na região, assim como as dinâmicas sociais e a apropriação local de conceitos como a identidade e o território tradicional. Também nos serviremos da compreensão do que configura um território e como este é acionado pelos geraizeiros de Catanduva, no processo de mobilização em torno de seu direito de reproduzir seu modo de vida tradicional, nesse espaço socialmente apropriado.

Trajetória do pesquisador

A pesquisa aqui apresentada é resultado da minha trajetória acadêmica e profissional que se desenvolveu em grande parte na região nortemineira. Desde a graduação, a temática acerca dos Povos e Comunidade tradicionais faz parte do escopo dos meus estudos teóricos e atuação profissional, seja na extensão acadêmica ou consultoria do terceiro setor.

Ainda estudante de graduação, tive meu primeiro contato com o universo das comunidades tradicionais realizando trabalhos de campo na comunidade quilombola de Buriti do Meio, localizada no município de São Francisco – MG. Esta imersão fez parte da minha participação, enquanto bolsista do projeto de pesquisa “Sujeito-Agente” do grupo de pesquisa Opará, coordenado pela prof^a. Andrea Narciso da Universidade Estadual de Montes Claros. O projeto estava localizado em três comunidades e tinha como objetivo capacitar os próprios moradores a serem pesquisadores de suas culturas.

Na comunidade quilombola de Buriti do Meio, estava em curso a mobilização para a obtenção da titulação do território segundo as normas do decreto 4.887/2003, e com isso apresentava a demanda de construção de instrumentos que legitimassem o pedido frente ao Estado. Assim, em conjunto com a comunidade construímos o objetivo de elaborar uma cartilha com o histórico e as práticas tradicionais da comunidade a partir da pesquisa qualitativa realizada pelos seus próprios membros, com o apoio da equipe do projeto. Foram realizadas capacitações em técnicas de pesquisa com os moradores e utilização de equipamentos com a finalidade de produção de dados para compor a cartilha. Depois de acompanhar os moradores de Buriti do Meio em atuação na coleta de dados, utilizamos seu material para compor o corpo da cartilha sobre a comunidade. O resultado foi devolvido à comunidade que recebeu a equipe em uma reunião de seus membros, na qual foi apresentada a cartilha contendo o histórico da comunidade e as características e singularidades do modo de vida de Buriti do Meio como a arte em barro, a folia de reis, o batuque e as práticas agrícolas voltadas para o manejo do bioma do cerrado e suas manifestações. A partir desse projeto de pesquisa pude desenvolver minha monografia apresentada ao final do curso de ciências sociais da Unimontes, em 2014.

Ali pude entender que o território da comunidade é um local de memória e de reprodução da vida através de práticas sociais que dependiam dos elementos e recursos encontrados naquele mesmo espaço. Pude perceber, também, que a identidade tradicional não é composta apenas de traços diacríticos, como o artesanato ou a dança, mas também reflete a necessidade de mobilização política para garantir o direito básico de acesso ao território. Constatei, assim como se vê no caso de Catanduva, o processo de expropriação territorial vivido pela comunidade nas décadas de 1970 e 1980, devido à “modernização do campo”, em que fazendas de pecuária extensiva se modernizavam e expandiam suas áreas, provocando a expulsão das pessoas com o aval do Estado.

Foi somente nos anos 2000 que os moradores de Buriti do Meio puderam reivindicar seus direitos de acesso ao território tradicionalmente ocupado, acionando o poder municipal através de audiência pública, e posteriormente indo à capital mineira para exigir o acesso ao território e respeito à identidade tradicional quilombola. Nesse processo a comunidade esteve em contato com universidades e ONG's, comprometidos com o trabalho de formação na temática dos direitos das comunidades remanescentes de quilombo.

Paralelamente à ação dos PCT's com que pude ter contato, os eventos científicos dos quais participei ao longo da graduação, especialmente o “Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais”, contribuíram para o meu entendimento acerca dos PCT's e suas relações com os mais diversos ambientes e, conseqüentemente, para o que viria a ser esta pesquisa de mestrado.

O Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais⁷ é um evento acadêmico realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, na cidade de Montes Claros - MG, cuja edição mais recente se deu em setembro de 2019. O colóquio é construído a partir da articulação de diversas entidades que se conformam em uma rede de cooperação. Nas edições em que participei, algumas dessas entidades foram ONG's como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), movimentos sociais (Movimento dos atingidos por Barragens - MAB, Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA Brasil, Movimento Geraizeiro, Vazanteiros em Movimento), comissões pastorais (Pastoral da Terra - CPT, Pastoral dos Pescadores - CPP), sindicatos (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Minas Gerais – FATAEMG, Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Alto Rio Pardo – MASTRO) e membros do Estado (agentes do Ministério Público, vereadores, deputados), além de acadêmicos e professores de diferentes universidades.

Os principais esforços foram no sentido de construir uma discussão teórica e empírica acerca do contexto social vivido pelos PCT's, e articular as entidades e movimentos sociais em torno das demandas das comunidades. O colóquio conseguiu reunir representantes de diversos povos e comunidades tradicionais, indígenas Xakriabás, Tuxás, Pataxós e Pankararus, diferentes comunidades quilombolas (incluindo pesquisada, Buriti do Meio), além de vazanteiros, veredeiros, ribeirinhos, apanhadores-de-sempre-vivas, catingueiros e geraizeiros. Na construção metodológica, o colóquio garantia o espaço de fala igualitária entre os povos

⁷ website do evento: <https://coloquiointernacional.com/cpct/>

tradicionais e os demais participantes, compondo mesas com representantes do Estado, professores, militantes de movimentos sociais e lideranças dos povos e comunidades. O diálogo paritário era o fio condutor da metodologia nos espaços de discussão, assim, grupos de trabalhos também garantiam a diversidade dos participantes e das discussões, propiciando a troca entre pesquisadores, o Estado e comunidades que se autorreconhecem sob a mesma identidade, comunidades, estas, que muitas vezes estão geograficamente distantes, mas com problemas territoriais semelhantes.

Nesse colóquio, me foi possível interagir com diversos cenários em que os PCT's estavam inseridos dentro da região nortemineira, e esporadicamente, com comunidades de outras regiões do Brasil, como ciganos, pomeranos, povos de terreiro, povos de circo e comunidades indígenas com territórios para além do Norte de Minas. Foi, então, muito perceptível o vínculo entre comunidades tradicionais e conflitos sociais; território e mobilização; direitos e identidades tradicionais. Tais categorias aparecem como interseções nas realidades sociais vivenciadas pelas comunidades que estavam no evento.

Outros dois eventos de grande mobilização das comunidades e de importância na composição de meu entendimento acerca dos PCT's, foram o “Encontro Nortemineiro de Agrobiodiversidade” realizado em Montes Claros, e o “Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro”, realizado em Araçuaí, na região vizinha ao norte do estado, no Vale do Jequitinhonha. Estes encontros foram realizados pelo CAA-NM e pela ASA Brasil tendo como parceiros e apoiadores a mesma rede de cooperação envolvida no Colóquio dos PCT's (sindicatos, universidades, movimentos sociais e demais entidades citadas), ambos tiveram a mesma diversidade de PCT's, ou talvez, uma presença ainda maior e mais diversa das comunidades e povos tradicionais.

Os Encontros de Agrobiodiversidade possuíam um caráter voltado para a troca de experiência das comunidades em seus distintos territórios. Eles participaram de rodas de conversas e debates sobre suas experiências de convivência com o semiárido; agroecologia e agrobiodiversidade; mudanças climáticas; mobilização social e conflitos ambientais; território, identidade e direitos. Estes encontros eram dotados de dinâmicas mais espontâneas como feiras livres, troca de sementes e mudas, apresentações musicais e de danças tradicionais, entre outras manifestações protagonizadas pelas comunidades.

Assim finalizei minha graduação e iniciei minhas atividades no campo da extensão rural. A primeira atuação foi com comunidades geraizeiras que tem seus territórios distribuídos ao

longo da microrregião de Grão Mogol e Alto rio Pardo. Em pesquisa sobre a saúde das comunidades tradicionais no escopo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do campo, das Florestas e das Águas (PNSICFA). Participei, no ano de 2013, da primeira imersão a campo nos territórios, acompanhado da equipe da secretaria de gestão estratégica e participativa do Ministério da Saúde (MS), militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB),

A pesquisa, idealizada pelo Ministério da Saúde e o Observatório da saúde do campo, da florestas e das águas (Obteia)⁸ da Universidade de Brasília (UnB), contou com a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, do CAA-NM do Movimento Geraizeiro, e seu objetivo foi o de avaliar a implementação da PNSICFA no território geraizeiro de Vale das Cancelas, município de Grão Mogol - MG⁹. Ocupando o cargo de pesquisador de campo fui responsável por promover oficinas em cinco comunidades da região em parceria com Carmem Gouveia, geraizeira, militante do movimento geraizeiro e do MAB, residente no território geraizeiro, e que ocupou o cargo de pesquisadora local. As oficinas, que utilizavam métodos da pesquisa participante, tiveram como intuito o levantamento sobre as principais demandas e os principais impactos na saúde das comunidades geraizeiras naquela região.

Esta pesquisa aconteceu, ao todo, em cinco pontos distribuídos pelo Brasil e o critério de seleção dos territórios participantes elencou comunidades que estavam em situações de conflitos socioambientais. Tanto os impactos por empreendimentos econômicos quanto as mobilizações e reivindicações da comunidade passavam pelo crivo dos critérios de inserção na pesquisa. O território geraizeiro de Vale das Cancelas foi escolhido por apresentar os pré-requisitos. Ali a configuração do conflito se dava pelos impactos das monoculturas de eucalipto que se sobrepuseram a grande parte do território geraizeiro em áreas de domínio coletivo da comunidade que, em sua maioria, eram – e ainda são – terras públicas. Os geraizeiros acusaram o Estado de auxiliar na expropriação de terras tradicionalmente ocupadas, durante a ditadura militar, no período das décadas de 1970. Assim, a comunidade se mobilizou pela reivindicação da demarcação territorial, exigindo do estado que as terras devolutas fossem transferidas para o domínio das comunidades tradicionais, em reconhecimento do território tradicional e de acordo com o decreto 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidade Tradicionais.

⁸ <https://nesp.unb.br/index.php/44-fixos/239-obteia>

⁹ Município vizinho ao de Rio Pardo de Minas que é lócus deste trabalho.

A coleta e análise de dados foi realizada por mim e pela pesquisadora local, tornando possível avaliar os efeitos da atividade das empresas monocultoras de eucalipto na saúde do povo geraizeiro. Ao final da pesquisa averiguou-se que a saúde das comunidades geraizeiras da região do Vale das Cancelas estava sob ameaça.

Eram comuns as patologias causadas por pesticidas e por agrotóxicos, que pulverizados através de aeronaves atingiam indiscriminadamente a população local, os cursos d'águas utilizados para consumo humano e animal, as plantações e a flora nativa, utilizada dentro do sistema produtivo geraizeiro. Outros importantes relatos partiam da denúncia de migração dos geraizeiros para os centros urbanos próximos, devido à impossibilidade e de reproduzirem seu modo de vida ligado aos *gerais*. Com isso, as pessoas que permaneceram no território apresentavam dificuldade em desenvolverem o extrativismo, a agricultura e a pecuária tradicional, o que os levou a apresentar patologias ligadas à falta de acesso à água, ao saneamento básico, e, em muitos casos, desenvolver patologias psíquicas relacionadas ao contexto de conflito. Outra situação recorrente. Estes e outros dados foram publicados no livro “Campo, Floresta e Águas”¹⁰, juntamente com os resultados das pesquisas nos demais territórios brasileiros selecionados para pesquisa, apresentando as interferências e danos à saúde dos PCT's em conflitos com empreendimentos econômicos.

Em trabalho mais recente realizado com as comunidades geraizeiras, fiz parte da assessoria técnica do Centro de Agricultura Alternativo do Norte de Minas (CAA-NM). A minha atuação estava inserida dentro do projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em sua versão “Agroecologia”, promovido pelo governo federal, através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Este trabalho tinha um formato flexível da assistência técnica, o que possibilitou o fortalecimento de iniciativas para além das tradicionais visitas técnicas ligadas às questões produtivas. Trabalhamos com o fortalecimento de iniciativas que visavam a manutenção dos territórios tradicionais que estavam sob ameaça de desapropriação ou, em casos mais extremos, que já não estavam sob o domínio das comunidades geraizeiras. Um dos focos de atuação foi no município de Riacho dos Machados-MG, onde comunidades que se autorreconhecem geraizeiras reivindicavam a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como estratégia de despejar as empresas privadas do território tradicional, utilizando as legislações vigentes. Outro ponto de atuação foi o território geraizeiro de Vale das Cancelas, (já anteriormente citado), no município de Grão Mogol, em

¹⁰ Rodrigues, 2017

que foi realizado junto às comunidades geraizeiras um processo de cartografia social¹¹ do território tradicionalmente ocupado e no qual se reivindicava a demarcação e titulação das terras, então ocupadas por indústrias monocultoras de eucalipto.

Este histórico me permitiu acumular conhecimento acerca causas das comunidades, assim como entrar em contato com seus moradores e lideranças locais nos eventos e imersões a campo. Essa relação profissional criou um vínculo de confiança com as comunidades e com as instituições que os representam na região, como o movimento geraizeiro¹², os sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's) e *parceiros*¹³ (Unimontes, CAA-NM e CPT), considerados pelos movimentos dos PCT's como entidades que desenvolvem ações junto que auxiliam no fortalecimento da rede de atuação em torno dos direitos territoriais tradicionais.

Devido ao cenário de conflito e disputa dos territórios, as comunidades afirmam estar em um estado de alerta contra “forasteiros”, e dizem “estarem *cabreiros*¹⁴” com pessoas desconhecidas: “*A gente fica cabreiro com esse pessoal de fora que vem estudar nossas comunidades né?! Porque a gente não quer mais perder terra e tem muita gente que trabalha pro lado de lá né. Eles vêm aqui saber o que a gente está precisando pra depois voltar oferecendo migalhas pra gente em troca de acordos*” (Sr. João, geraizeiro de Catanduva, em entrevista de campo, 2018).

O agricultor acima, se refere aos assistentes sociais, pesquisadores e profissionais enviados pelas empresas para coletarem dados sobre as comunidades e desenvolverem projetos sociais financiados por elas. Segundo os geraizeiros, estas pessoas estariam dispostas a fazer acordos em nomes das empresas, porém, colocando o território e o avanço da mobilização em risco. Este cenário dificulta a entrada de pessoas desconhecidas, principalmente pesquisadores que não possuem algum histórico na região, ou mesmo a indicação de alguém conhecido dentro de rede de *parceiros* (movimentos sociais, STR's, ONG's universidades e lideranças comunitárias).

¹¹ Levantamento e criação de mapa a partir da percepção dos moradores do local sobre seu próprio território (ALMEIDA, 2013).

¹² Movimento social que congrega as comunidades geraizeiras da região nortemineira, responsável por atos políticos e pela coordenação da Conferência Geraizeira que ocorre desde 2006. Mais à frente entrarei em detalhes sobre a origem a atuação do movimento.

¹³ Termo que os interlocutores utilizam para se referirem à entidades, pesquisadores e militantes que atuam em apoio à causa das comunidades geraizeiras nas garantias dos direitos e do território, que não só apoiam, mas que dão suporte estrutural e participam ativamente na articulação e mobilização.

¹⁴ Termo utilizado para expressar a desconfiança de pessoas desconhecidas.

O acesso às comunidades geraizeiras da região do Alto rio Pardo foi realizado por meio do movimento geraizeiro, sendo apontada como área que demandava investigação devido à intensificação dos conflitos sociais envolvendo empresas e comunidades tradicionais, o cerceamento de das áreas e recursos naturais do território como, por exemplo, as fontes de água. Assim pude me inteirar dos conflitos em torno da disputa pelo uso e ocupação dos territórios reivindicados enquanto tradicionais. Ao entrar em contato com as pessoas da região para realizar a minha primeira imersão a campo, soube que aconteceria um evento de reunião das comunidades geraizeiras do norte de minas, para discutirem e trocarem experiências acerca da conjuntura do momento.

Durante a construção desta dissertação precisei desnaturalizar minha experiência anterior de atuação junto às as comunidades geraizeiras, para adotar uma posição de investigador científico.

O trabalho de assistência técnica nas comunidades geraizeiras precedeu minha entrada na pós-graduação, o que influenciou a forma como eu compreendo os PCT's, assim como influenciou o olhar crítico que eu possuía sobre a realidade dessas comunidades, a começar pelo entendimento da categoria. Pelo fato da minha atuação ter acontecido em mais de uma comunidade em âmbito regional, passei adotar uma visão um tanto genérica sobre os povos geraizeiros, o que, academicamente, constitui um problema. Dessa maneira, eu possuía um viés que obscurecia a diversidade e particularidades dessas comunidades, empobrecendo a minha perspectiva analítica, ou seja, corria o risco de perder a riqueza de dados etnográficos e situacionais que eu poderia coletar e analisar sob a luz das teorias da ciência sociais Esta percepção foi importante devido a inovação nas teorias sobre comunidades geraizeiras e conflitos sociais não poder brotar de uma visão “apriorística”, por ser uma visão que obscurece as possibilidades de se ter novas perspectivas sobre a realidade em questão.

Ao tratar dos fatores práticos que afetaram a pesquisa, posso destacar um duplo movimento causado pelo fato de eu estar envolvido com as comunidades geraizeiras. Um dos movimentos ocorreu de maneira a facilitar a minha entrada na comunidade de Catanduva e outras da região, e também em conversas com lideranças locais. Essa direção me possibilitou ter acesso à maneira como meus parceiros de diálogo construía suas percepções sobre o histórico de intervenções dos agentes externos, assim como a permissão de caminhar dentro do território e questioná-los sobre a lógica de ocupação histórica e contemporânea deste, e também, a os inquirir de suas percepções sobre as mobilizações sociais que envolvem a comunidade.

Nesse sentido consegui um local privilegiado de acesso às informações sobre a comunidade dentro do contexto de autorreconhecimento enquanto povos tradicionais.

No outro sentido, a minha figura enquanto pesquisador ficou atrelada à causa geraizeira, ou à causa das pessoas de Catanduva que se autorreconheciam sob a identidade tradicional, e estavam se mobilizando para terem acesso ao território tradicional. A comunidade de Catanduva não apresenta uma homogeneidade em relação às reivindicações territoriais, nesse sentido há grupos que compõem os núcleos familiares, unidades de mobilização e seus interesses que se diferem. A unidade de mobilização ligada à associação de moradores da comunidade teve o apoio de diferentes núcleos familiares com o crescente tensionamento das relações com a empresa e a configuração do conflito socioambiental. Contudo, outros grupos se formaram na comunidade, com objetivos diversos, desde a neutralidade em relação ao enfrentamento às empresas, até à contraposição às mobilizações contrárias aos empreendimentos. Assim, tive acesso às famílias neutras e ligadas às causas territoriais, porém, meu acesso a indivíduos e famílias ligados às empresas não foi possível, e nesses casos construí minhas análises a partir de dados secundários. Com minha inserção em campo, com diálogos e entrevistas realizadas na comunidade, pude perceber que o terceiro grupo (contrários às mobilizações), possuíam poucas famílias dentro do universo da comunidade de Catanduva.

Destarte, um esforço intelectual foi necessário com o auxílio do presente programa de pós-graduação para me retirar do papel exclusivo de militante político e me posicionar em um papel de pesquisador militante, em que pudesse lançar mão do rigor científico na apuração e análise da realidade dentro das ciências sociais utilizando teorias que nos auxiliam a construir uma leitura crítica. Do contrário, a pesquisa poderia conter um viés maniqueísta, criando dualidades e impedindo a investigação das discontinuidades e contradições inerentes às realidades sociais em questão.

A construção do objeto desta pesquisa passou pelo crivo dessas reflexões em um contexto em que me encontrava profundamente mergulhando dentro da realidade dos sujeitos pesquisados e, de repente, passei para uma posição de quem deveria me retirar de suas narrativas para fazer uma minuciosa análise dos dados colhidos. Ainda assim, durante as imersões no campo, o conflito interno entre “ativismo em prol da causa geraizeira” e a produção de um trabalho científico era constante.

Tendo em vista a reflexividade do trabalho que envolve a pesquisa empírica e o entrelaçamento do pesquisador e os sujeitos pesquisados, elaboramos essa dissertação com

ferramentas metodológicas que também serviram para ponderar sobre a prática da pesquisa nas ciências sociais, bem como os caminhos utilizados para construir os conhecimentos presentes na pesquisa.

Ao longo da pesquisa pude estar em contato com a professora Isabel C. Brito, integrante do Núcleo Interdisciplinar de Investigação SocioAmbiental (NIISA), ligado à Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. A pesquisadora é uma referência bibliográfica dessa pesquisa devido aos trabalhos que desenvolve na área, como a dissertação de mestrado¹⁵ e a tese de doutorado¹⁶, ambas da região do alto rio Pardo. No acontecimento da “V Conferência Geraizeira” foi possível nos articularmos e entrar em contato a comunidade de Catanduva unindo nossos esforços de pesquisa com as demandas da comunidade.

Na ocasião da conferência pude entrar em contato com diversas lideranças da região do Alto rio Pardo, e após o evento foi possível visitar algumas comunidades com o intuito de visualizar minimamente a realidade social da região em que Catanduva está inserida. Ao longo do meu percurso pelos territórios e das conversas informais com moradores, pude verificar alguns efeitos sociais e territoriais causados pela intervenção das monoculturas de eucalipto. A primeira impressão que tive foi a de uma paisagem completamente diversa daquela descrita pelos mais antigos das comunidades e pelos livros didáticos de geografia regional. As chapadas, terras altas e de relevo moderadamente plano, que originalmente tem sua vegetação composta por um cerrado “tradicional”, e que povoam nosso imaginário com pequenas árvores retorcidas e arbustos, estavam completamente ocupadas por eucaliptos. Se não fosse o padrão monótono e repetitivo em que estas árvores exógenas foram organizadas, poderia ter a impressão de que eram nativas da região, tamanha sua incidência nas áreas visitadas. Com isso, a reestruturação dos territórios parecia ter um padrão de ocorrência, porém, mesmo que a maioria das plantações tenha se iniciado no período de 1975 a 1980, é possível notar, através das conversas estabelecidas com os parceiros de diálogo, que cada comunidade foi afetada de uma maneira singular, assim como foram diversas as reações das comunidades da região à sua presença

No âmbito regional do entorno do município de Vargem Grande do Rio Pardo, pude visitar comunidades que se autorreconheciam como geraizeiras e estavam mobilizadas pelos direitos de uso e acesso ao território em algum nível, que, em geral, reivindicavam o acesso aos ambientes dos *gerais* ocupadas pelos eucaliptos. No entanto, cada comunidade estava se

¹⁵ Brito (2006)

¹⁶ Brito (2013)

articulando, ou reagindo de uma determinada maneira. Algumas tinham realizado o que eles consideram como a *autodemarkação*, realizada pela construção de um mapa abrangendo o território antes da chegada dos eucaliptos, para reivindicá-lo na justiça, ou diretamente às empresas. Outras haviam ocupado áreas onde os plantios haviam sido recentemente retirados, para pressionar as autoridades locais a buscarem uma solução para o conflito. Outras, ainda, estavam se capacitando sobre seus direitos, muito receosos do que poderia acontecer ao realizarem ações concretas de enfrentamento. E, ainda, há a diferença no histórico de ocupação de cada uma das comunidades, que possuem especificidades em classificações do cerrado e em práticas sociais e produtivas ligadas aos territórios. Ao todo foram sete comunidades percorridas ao longo de vinte e três dias: as comunidades de Raiz, Vereda Funda e Água boa II, no município de Rio Pardo de Minas; as comunidades de Roça do Mato, Furnas I e Furnas II, no município de Montezuma; e a comunidade de Catanduva, em Vargem Grande do Rio Pardo. Sendo a última o local para o qual voltei meus esforços para descrever e analisar as peculiaridades do processo de territorialização dos projetos econômicos, as reconfigurações territoriais e seus desdobramentos.

Métodos e estrutura do trabalho

Para atingir os objetivos da pesquisa foi necessário compreender o universo empírico que envolve a comunidades em questão. Para tanto, elaboramos um estudo de caso na comunidade de Catanduva com instrumentos e técnicas de pesquisa que visaram recolher dados das mudanças territoriais, e suas consequências na comunidade e em seu entorno.

A investigação do histórico territorial da comunidade foi utilizada para identificar as relações de poder estabelecidas e reorganizadas a partir das reconfigurações do território de Catanduva, seja pela ocupação das *firmas*, pela criação da RDS, ou mesmo pela própria ação dos atores locais da comunidade geraizeira.

Sendo assim, refletimos sobre a construção do saber antropológico e de seu método etnográfico. A antropóloga Marisa Peirano (1995), nos mostra que esta disciplina traz dentro de si “o objetivo de desafiar os próprios conceitos estabelecidos dentro do trabalho de campo, mesmo que essa não seja a meta final do antropólogo” (p. 18, grifos meus). Nesse sentido,

podemos compreender que a antropologia possui um mecanismo interno que possibilita o rompimento de seus próprios paradigmas para o avanço na construção do conhecimento. Para tanto, algumas considerações acerca da produção etnográfica precisam ser feitas, revisando os critérios de “distanciamento”, “neutralidade” e “objetividade”. Considerados pré-requisitos para a construção de um saber legitimamente científico, estes conceitos produzem e reproduzem situações de assimetria na relação pesquisador-pesquisado. (OLIVEIRA, 2013).

Desta forma, utilizaremos neste trabalho a perspectiva trazida por Oliveira (2013), em que existem novos desafios para a prática etnográfica. Segundo o autor, atualmente a antropologia superou seu objetivo inicial de busca por culturas exóticas, para um projeto dialógico entre culturas. Assim, o “nativo” passa de mero informante passivo a sujeito dotado de percepções políticas e sociais, capaz de integrar e cooperar com a construção teórica.

Oliveira (2013), afirma que na prática etnográfica contemporânea, especialmente no Brasil, os indivíduos ou coletivos pesquisados são cada vez mais ativos e protagonistas dentro da produção teórica, estabelecendo uma relação atual “sujeito” pesquisador e “sujeito” pesquisado, não mais entre sujeito-objeto como no imaginário de uma antropologia colonial. Nesse sentido, nos apropriamos da postura apresentada pelo autor, para que o desenvolvimento do trabalho de campo:

A recomendação metodológica de neutralidade, ficção de natureza normativa e com fortes repercussões políticas, corresponde, implicitamente, à naturalização das relações de dominação entre grupos sociais assimétricos inseridos em um quadro colonial. Isso, é óbvio, tem consequências radicalmente distintas para colonizadores e colonizados. (p.55)

Nesse sentido, trazemos a comunidade de Catanduva, e os geraizeiros que a compõem, enquanto sujeito dotados de uma perspectiva crítica sobre sua própria realidade, e interagimos com eles dentro deste parâmetro. Com isso, nas entrevistas, oficinas, caminhadas e vivências, deixei claro quais eram os objetivos da pesquisa e qual o produto que a pesquisa geraria, não só por uma questão da ética de pesquisa, mas, também, devido à própria atitude das geraizeiras e geraizeiros que me interpelavam sobre o destino dos dados que estavam sendo coletados.

À vista das reflexões teóricas o trabalho de campo foi essencial para entrarmos em contato com a comunidade e executarmos técnicas de pesquisa como a entrevista semiestruturada, técnicas do diagnóstico rápido participativo (DRP), caminhadas transversais, técnicas etnográficas, observação direta, diário de campo, além de conversas informais com moradores.

As entrevistas foram preparadas em formato semiestruturado, com algumas perguntas previamente elaboradas acerca do histórico de ocupação, das práticas transmitidas ao longo das gerações, dos impactos causados pela implantação dos eucaliptos, do processo de implantação das empresas, da relação com a RDS e a atual situação da comunidade. No entanto, havia espaço para a espontaneidade da conversa, deixando a entrevista seguir o ritmo do entrevistado. De toda forma, os geraizeiros de Catanduva não ficavam confortáveis em saber que havia um aparelho eletrônico gravando cada palavra que estava sendo dita. Ocorria, ainda, em alguns casos, com os mais velhos, minha explicação de que as suas falas gerariam dados para compor a pesquisa que estava sendo elaborada, pois, falas como a de Paulo eram recorrentes: “*Mas meu filho, você vai gravar esse velho falando bobagens? Não tenho nada de interessante para essa sua pesquisa não, conversa com minha filha que ela está cursando a faculdade.*”. (Durante conversa informal). Era, então, necessário explicar ao entrevistado que sua contribuição seria mais importante do que a da filha universitária, pois, ele detinha o conhecimento de épocas que ela desconhecia, dados cruciais para a pesquisa.

Em geral, as entrevistas foram feitas nas casas dos geraizeiros de Catanduva, em um clima informal, acompanhadas, em sua maior parte, por café e biscoitos de polvilho. Contudo, para que as visitas ocorressem sem nenhum inconveniente, foi necessário requisitar às lideranças locais que avisassem aos comunitários de que eu estava na comunidade e iria visitar algumas casas, com a finalidade de entrevista-los, para compor a pesquisa sobre o conflito em Catanduva.

As técnicas de DRP¹⁷ foram utilizadas em momentos de oficinas, espaços para de troca mútua, sendo a ocasião ideal para que eu fosse apresentado aos membros da comunidade que ainda não me conheciam, e uma oportunidade para falar para um coletivo sobre de que se tratava a pesquisa. Pude realizar duas oficinas na comunidade, sendo uma delas compartilhada com a professora Isabel Brito e dois agentes do ICMbio. Nessa oficina, a pedido de uma liderança comunitária, eu e a professora Isabel ficamos responsáveis por levar informações acerca das legislações sobre povos e comunidades tradicionais, o que gerou uma atmosfera de troca, na qual informações seriam trazidas para a comunidade e outras seriam registradas, ou “levadas” por nós, pesquisadores, a partir da fala dos moradores. As oficinas ocorreram em um salão comunitário em que funcionava uma escola municipal de ensino infantil, local também utilizado para as reuniões da associação de moradores.

¹⁷ Diagnóstico Rápido Participativo

No primeiro dia contamos com a participação de trinta e dois moradores, sem contar as crianças que também participavam. A circunstância era vista por eles como um momento de aprendizado no qual crianças, jovens, adultos e idosos poderiam absorver o conhecimento e contribuir para a construção de outros saberes. Na parte da manhã tratamos das legislações de PCT's e tiramos dúvidas sobre a temática. Na parte da tarde foi realizada uma linha do tempo em que foi apresentada a história recente do Brasil, e, dentro do período histórico apresentado, pedíamos aos participantes que fossem inserindo os fatos que compunham a história de Catanduva, acompanhando o avanço cronológico da apresentação. Esse esforço foi compartilhado por todos os presentes, muitas vezes as lembranças dos mais velhos não possuíam datas exatas, porém, com o trabalho conjunto dos jovens e adultos conseguimos cruzar dados baseados em datas de nascimentos e eventos. Sinalizando, assim, alguns períodos importantes, como o ano de 1818, período em que os moradores relatam que as terras foram adquiridas por Dona Taviana Velha e o Sr. Martinho¹⁸. Assim, fragmentos da história de Catanduva foram sendo acumulados para que tivéssemos uma versão final que todos concordavam. Esse foi um processo investigativo e didático ao mesmo tempo, muitos jovens desconheciam as origens da comunidade, e se demonstraram surpresos com as características, termos, divisões, práticas e antigos eventos relatados.

¹⁸ Primeiros moradores do local que se conformaria em Catanduva

IMAGEM 02 – PARTICIPANTES DA OFICINA DE MAPEAMENTO, NO MOMENTO DE REALIZAÇÃO DO GEORREFERENCIAMENTO DO TERRITÓRIO GERAIZEIRO.



Fonte: Projeto Bem-Diverso, 2019

A segunda oficina realizada teve o intuito de executar um mapeamento participativo do território da comunidade. Nessa oficina estava presente um agente do ICMbio, um servidor da Empresa brasileira de pesquisa agropecuária (EMBRAPA) e dois agentes do projeto Bem-Diverso¹⁹ (coordenado pela EMBRAPA), além de vinte e sete participantes geraizeiros. Os servidores destas instituições tinham experiência com mapeamentos participativos e puderam colaborar com a organização da oficina. Ao fim do primeiro momento tínhamos elaborado um mapa do território geraizeiro antes da implantação dos eucaliptos, apresentando as antigas classificações do uso de algumas áreas como área de *solta* do gado, e áreas de extrativismo do pequi e de frutos nativos. Partimos, então, para o segundo momento que tinha como proposta o

¹⁹ “O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável da biodiversidade e de sistemas agroflorestais (SAF’s), de modo a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida”. Fonte: <http://bemdiverso.org.br/quem-somos>. Este projeto ocorre no âmbito das ações voltadas para a RDS.

georreferenciamento do mapa construído pelos moradores. No momento em que foram distribuídos os carros e motos para percorrer o território pareceu-nos que o número de participantes geraizeiros havia dobrado, demonstrando um interesse particular em visualizar o território desenhado no mapa sendo percorrido no território físico. Durante o percurso constatamos que a maior parte das áreas antes utilizadas para as práticas tradicionais da comunidade agora estavam ocupadas por monocultivos, e com os dados da oficina foi possível construir um mapa com as coordenadas geográficas pelo aplicativo Google Earth.

Revisão bibliográfica

Para compor o entendimento sobre as comunidades geraizeiras do alto rio Pardo e o atual cenário de conflito socioambiental, utilizaremos uma bibliografia produzida por pesquisadores locais que estudaram a região com ênfase na articulação das comunidades ao logo do *enfrentamento* aos projetos econômicos que tiveram como base a modernização do campo, assim como o recente histórico das comunidades que foram pesquisadas.

Começamos pela produção da professora e pesquisadora Isabel Brito e sua tese de doutorado defendida no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, que desenvolve seus estudos acerca do conflito socioambiental das comunidades da região do Alto Rio Pardo com as empresas monocultoras de eucalipto. Seu trabalho foi realizado com três comunidade que se autorreconhecem como geraizeiras no município de Rio Pardo de Minas: Vereda Funda, Raiz e Santana, abordando o modo de vida e a territorialidade das comunidades pesquisadas e as consequências da intervenção dos empreendimentos, a partir de uma leitura sobre os conflitos socioambientais existentes. Tendo em vista a abordagem da tese, utilizaremos algumas teorias propostas pela autora que serviram de suporte para a construção do presente trabalho. Assim, incorporamos a perspectiva trazida pela autora acerca da militância ecológica dos geraizeiros, que ao se articularem em defesa de seus territórios, defendem também o cerrado e os recursos presentes neste bioma, acionando o conceito de ecologismo popular, Alier (2007), para se referir ao protagonismo das comunidades geraizeiras em defesa de seus territórios. O histórico de ocupação da região e a intervenção da modernização do campo foram aspectos abordados pela autora que também puderam compor este trabalho, indicando caminhos para reconstruir o contexto da comunidade de Catanduva.

Outra contribuição incorporada é o estudo feito por um geraizeiro do município de Rio Pardo de Minas, Jonielson Souza, que defendeu sua dissertação no mestrado de Sustentabilidade junto a Povos e Comunidades Tradicionais na Universidade de Brasília. Este autor também aborda o conflito socioambiental entre as comunidades geraizeiras e as empresas monocultoras de eucalipto que ocorrem na região, realizando pesquisa de campo em três comunidades do município de Rio Pardo de Minas: Raiz²⁰, Moreira e Sobrado, que também se autorreconhecem como comunidades geraizeiras. A ênfase do autor está na análise histórica do processo de ocupação da região do Alto Rio Pardo, apresentando dados que evidenciam a grilagem de terras na região, nos quais, as empresas, através de mecanismos burocráticos cartoriais, conseguem aumentar o tamanho de suas terras nas escrituras, através do cartório e da justiça. Utilizamos, portanto, dados levantados pelo autor sobre a grilagem de terras, assim como a abordagem do caráter privado em antagonismo ao coletivo das terras em disputa, remontando os aspectos teóricos da construção do território, e apontando o regime de uso específico das comunidades geraizeiras, que se caracteriza pelo manejo coletivo de parcela do território.

No mesmo programa de pós-graduação citado acima (Sustentabilidade junto a Povos e Comunidades Tradicionais na Universidade de Brasília) Moisés Oliveira (2017), pesquisador geraizeiro com histórico de atuação dentro do STTR²¹ de Rio Pardo de Minas desenvolve uma pesquisa sobre a comunidade tradicional geraizeira de Sobrado, e sua reivindicação do território tradicional, também ocupado por monoculturas de eucalipto. Deste estudo iremos utilizar os dados históricos sobre a mobilização regional das comunidades geraizeiras, a formação de “núcleos de mobilização” e estratégias utilizadas pelas comunidades para acessarem os territórios tradicionalmente ocupados. O autor também traz informações sobre parte da mobilização para criação da RDS Nascentes Geraizeiras. Assim, as informações contidas neste trabalho trazem parte do histórico de mobilização da própria comunidade de Catanduva, e irá compor nossa análise sobre as reações e os impactos das mobilizações da comunidade sobre o ordenamento da malha territorial.

. Este segundo modelo enfatiza o manejo da biodiversidade agrícola da flora nativa junto às estratégias de reprodução social das comunidades geraizeiras, como forma de manutenção do ecossistema que circunda as comunidades, demonstrando a importância das práticas

²⁰ Uma das comunidades também pesquisadas pela professora Isabel Brito.

²¹ Sindicato dos trabalhadores rurais

tradicionais para o equilíbrio ecológico dos *gerais*. Estas formas de apropriação da natureza nas comunidades geraizeiras serão utilizadas neste nosso trabalho para analisar como o sistema produtivo tradicional constitui parte indissociável do modo de vida dos agricultores da comunidade de Catanduva.

Os textos citados acima evidenciam o impacto regional da implementação de políticas desenvolvimentistas baseadas na modernização do campo. Aliada a estas políticas, uma estrutura de relações de poder que se estende do nível local ao internacional, perpetua a subalternidade das comunidades geraizeiras. Logo, temos a recorrência de grilagens de terras com apoio de entidades locais e órgãos públicos, bem como redes de relações políticas com ramificações nos parlamentos estaduais e federais, representando os interesses das empresas, que refletem uma relação histórica de beneficiamento do latifúndio em detrimento da agricultura de pequena escala. Em outra abordagem, estes estudos apontam as unidades de mobilizações geraizeiras como organismos capazes de subverter a lógica hegemônica e acionar o Estado a favor da identidade e do território tradicional. Estes são apontados como elementos constitutivos do equilíbrio ecológico do cerrado a partir de saberes tradicionais que necessitam de técnicas etnográficas para serem identificados e registrados, constituindo traços diacríticos das comunidades geraizeiras que se manifestam em particularidades locais e se distinguem entre si. Estes trabalhos demonstraram uma heterogeneidade nas práticas tradicionalmente empreendidas pelas comunidades, a depender da região, o que reflete nas diversas formas de mobilização e estratégias de acesso ao território tradicional. Contudo, mesmo sendo heterógenas, aspectos compartilhados por estas comunidades atuam como elementos aglutinadores da sua diversidade. São práticas como o uso coletivo das *chapadas*, a *solta* do gado e, em última instância, o elemento que pressiona a maioria delas, os conflitos socioambientais capazes de criar o antagonismo frente a grandes empreendimentos, e a unidade das comunidades geraizeiras em âmbito regional.

O trabalho desenvolvido nessa dissertação, com pesquisa de campo realizada entre os anos de 2017 e 2019, pretende trazer para o campo de estudos dos conflitos socioambientais uma leitura situacional da comunidade tradicional geraizeira de Catanduva. Esta não possui estudos realizados em seu território e apresenta uma demanda específica pelo acesso a água. Com a realização da “V Conferencia Geraizeira” em seu território, na qual estive presente, foi possível coletar dados para dar fôlego às discussões ligadas à distribuição desigual e a apropriação dos mananciais de água presentes no cerrado, bem como a militância ecológica dos povos geraizeiros, em defesa deste bioma, apelidado de *berço das águas*. Com isso, a

contribuição da *luta* dos geraizeiros evidencia o uso “irracional” do bioma por conglomerados econômicos e os consequentes desequilíbrios ambientais gerados em territórios que vão para além do cerrado, afetando sistemas hídricos de praticamente todos os outros biomas do país.

O presente trabalho também quer contribuir para a exposição de uma teoria sobre os territórios geraizeiros que foi tecida a partir das falas e experiências das pessoas de Catanduva. Com base na pesquisa de campo e com o auxílio teórico do pesquisador Carlos Dayrell, foi possível avançar nas abordagens da concepção da comunidade de Catanduva sobre seu território. A noção da territorialidade dos catanduvenses alarga a concepção de território, que, para além do local de reprodução social do modo de vida dessas pessoas, é visto pelos moradores de Catanduva como um espaço dotado de agroambientes que *conversam* entre si, ao estabelecerem relações de interconectividade de sua fauna e flora com o auxílio do manejo dos geraizeiros. Com isso os limites e fronteiras que definem e enquadram a comunidade em um mapa convencional, limitado, não traduz as fronteiras fluidas e relacionais construídas a partir das práticas de uso e ocupação dos ambientes pelos geraizeiros. Essa constatação indica uma outra forma de construir e representar o território de comunidades geraizeiras, apontando para um território que, além de ser construído socialmente, é reflexivo, atuando na influência sobre o modo de vida e redesenhando sua própria maneira de ser demarcado e identificado.

Para obter outro olhar sobre a ocupação da região do alto rio Pardo, incorporamos as teorias da ecologia política, da geografia e da antropologia do território e dos povos tradicionais. Essa análise aponta aspectos e mecanismos de poder que podem ser caracterizados dentro da colonialidade das formas de apropriação e reificação da natureza, e, apesar de ser um olhar teórico distinto dos demais, ratifica a ideia de expropriação territorial realizada com o auxílio do Estado. O que nos leva a identificar certa diversidade de atores que compõe o Estado, que pode atuar pendularmente como implementador de políticas baseadas na modernização do campo, e, em outra esfera, como criador de uma RDS pautada na conservação do cerrado em harmonia com os saberes e modos de vida das comunidades locais.

Por fim, lançamos nosso olhar sobre a articulação da comunidade de Catanduva em torno da defesa, ocupação e usufruto do território tradicional. Em suas mobilizações e envolvimento com outras comunidades afetadas por empreendimentos, os catanduvenses denunciam a lógica empresarial de apropriação dos recursos naturais, que cerceiam o acesso aos territórios e suprimem a vegetação nativa substituindo-a por elementos exóticos ao bioma. Com isso, o movimento social que configura a articulação das comunidades geraizeiras da

região, advoga pelo uso sustentável do cerrado, no qual o progresso econômico possa contemplar a existência do cerrado “de pé”, exaltando a importância do bioma para a manutenção da vida das comunidades geraizeiras, e também para o equilíbrio ecológico do território nacional, que está interligado às chapadas e às águas dos *gerais*.

A organização estrutural deste trabalho está baseada em quatro capítulos que refletem seu percurso teórico. O primeiro capítulo é composto por uma abordagem teórica dos PCT's, com os principais conceitos utilizados para analisar o conflito socioambiental e a emergências dos sujeitos coletivos de direito que reivindicam os territórios tradicionais. Nesse capítulo expomos conceitos jurídicos e teóricos sobre povos e comunidades tradicionais, realizando uma discussão que busca compreender as comunidades enquanto unidade de mobilização que abandonam o formato conceitual estático, presente em algumas teorias, leis e decretos. A reflexão acerca do território é realizada para compreendermos o objeto das reivindicações das comunidades, que se diferencia da demanda apenas por terra, pois possui um caráter mais complexo que envolve memória, práticas sociais, o manejo específico do cerrado e o uso e preservação das águas, dentre outros aspectos materiais e simbólicos.

No capítulo 2, abordamos o histórico e as práticas tradicionalmente construídas pela comunidade de Catanduva, colocando ênfase na territorialidade catanduvense enquanto elemento de apropriação social do espaço. Com isso abordamos o modo de vida da comunidade de Catanduva que é anterior à intervenção das monoculturas, mostrando como os geraizeiros de relacionavam com o território, seu manejo da biodiversidade local e as relações com limites e fronteiras. Abordamos, também, a relação que a comunidade estabelece com a identidade geraizeira, apresentando um quadro geral sobre o território e a identidade tradicional geraizeira dos agricultores de que moram às margens do córrego do Guará. Esse capítulo é essencial para a compreensão das desarticulações territoriais que ocorrem em Catanduva, contendo também as bases para a construção de uma teoria nativa sobre o território. Para tanto, aborda-se os ambientes que *conversam* entre si e dilatam a compreensão de “território”, perspectiva geraizeira que servirá de base para um novo olhar sobre a territorialidade desse povo.

O terceiro capítulo trata da desterritorialização geraizeira e da intervenção e implantação das empresas monocultoras, através da modernização do campo executada com o protagonismo do Estado. A este ponto lançamos mão das teorias da ecologia política para obter outra perspectiva desse evento regional. Para demonstrar a atuação do Estado faremos uma análise detida da política de cessão terras públicas que permitiram a implantação das empresas.

Contribui para a leitura das mudanças territoriais provocadas pelas empresas, os argumentos de Raffestin (1993), que apresentam uma concepção da “malha territorial”, a partir da qual pode-se depreender as tessituras das relações sociais geraizeiras sendo desarticuladas para dar lugar à monocultura moderna.

No quarto e último capítulo, trazemos, inicialmente, o histórico de mobilização das comunidades geraizeiras que teve início na década de 1990, para posicionar a comunidade de Catanduva no contexto regional da criação da RDS, que engloba o território da comunidade. Partimos, então, para o conflito socioambiental denunciado por Catanduva a partir de 2007, quando “acaba a água”, apontando o conflito socioambiental distributivo e seus desdobramentos ao longo dos anos. Abordamos as mobilizações realizadas em Catanduva, assim com a criação de uma “unidade de mobilização” local, e apontamos a atual situação da comunidade que ainda utiliza dos *gerais* como principal meio de reprodução do modo de vida catanduvense. Nessa parte abordamos algumas práticas atualmente empreendidas pelos moradores e seus desdobramentos enquanto atos de resistência e permanência no território. Também lidamos com a presença da RDS que apresenta seus avanços e “riscos de retrocesso”, em um contexto de “tutela” das comunidades geraizeiras.

Fechando o capítulo nos localizaremos na “V Conferência Geraizeira” realizada em Catanduva, no ano de 2018, a partir da qual alargamos nossa teoria territorial para o âmbito regional, explorando aspectos do ecologismo popular e da defesa do cerrado, a “caixa d’água do Brasil”, constatando a ratificação recíproca entre as mobilizações das comunidades e os estudos científicos sobre o desequilíbrio no segundo maior bioma do país.

Capítulo 1 – Discutindo o território: revisão teórica e conceitual

As teorias e conceitos construídos dentro do arcabouço jurídico pelas legislações brasileiras podem ser entendidas enquanto categorias estáticas no que se refere à sua aplicação prática. Devemos ser cautelosos ao construirmos categorias que se referem a grupos humanos dotados de dinâmicas e inseridos dentro de processos sociais, político e econômicos maiores. Ainda mais, quando a teoria que é construída, serve de embasamento para a construção de leis, como é o caso dos PCT's.

A discussão acerca dessa problemática perpassa, inclusive, a própria construção da teoria das ciências sociais, que ao criar categorias que definem grupos sociais, imputa o risco de reduzir a realidade desses grupos à um conceito que cristaliza e generaliza um contexto no qual predomina a diversidade. A tentativa de enquadrar a realidade dentro de conceitos é legítima, porém, é preciso estar consciente de tal esforço. A simplificação, reificação e o reducionismo precisam ser evitados para que a cultura humana, dotada de dinâmicas próprias e agências que se transformam e diversificam, não seja vista como imutável.

Nesse sentido, teremos a cautela de construirmos e analisarmos a realidade destes povos através de uma lente teórica que não os congele ou torne estáticos. Para isso, Herzfeld (2002), traz uma categoria que combate tais ideias totalizantes sobre os grupos humanos, o essencialismo, um conceito que nos permite avançar dentro das teorias culturais, que segundo o autor:

Essentialism commonly appears as both violation of anthropological relativism and one of the besetting conceptual sins of anthropology. Exemplified by such totalizing ideologies as nationalism and biological determinism, it is also frequently conflated with reification, objectivism, and literalism. All four concepts are forms of reductionism and there is substantive semantic overlap among them. [...] The distinctive mark of essentialism, by contrast, lies in its suppression of temporality: it assumes or attributes an unchanging, primordial ontology to what are historically contingent products of human or other forms of agency. It is thus also a denial of the relevance of agency itself. (p. 288)

Considerando as categorias que foram apresentadas anteriormente, do que são e como são os PCT's, veremos que são termos que de fato essencializam estes grupos, reduzindo suas identidades e territórios a formas universais de manifestação. A construção das categorias, empreendida pelos teóricos possuem um sentido de identificação de denominadores comuns dentre os grupos para construir as bases para serem utilizadas no âmbito das políticas públicas e do contexto jurídico.

Para ultrapassarmos essa barreira utilizaremos a teoria proposta pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, que ao trabalhar com os povos indígenas do Nordeste, avança com a teoria no sentido de compreender as dinâmicas inditárias e territoriais sem cair em um “culturalismo”. Oliveira (1998), em sua escrita traz a problematização do próprio fazer antropológico, quando traz a perspectiva de que o antropólogo: *está encarregado de descobrir um sentido para configurações muito diferentes (pg. 49).*

Ao manter uma postura de busca pela diferença cultural essencializada, corremos o risco de legitimar somente aqueles grupos entendidos pelo senso comum como “exóticos”, ou “autênticos”, congelados no tempo, mesmo após o histórico de escravidão, genocídio, “assimilação” provocado pela colonização europeia, assim como o processo de “integrar” estes povos à sociedade atual e ao sistema de mercado capitalista.

Sob essa perspectiva, na busca de compreender categorias como território, devem ser investigadas as dimensões políticas, econômicas e sociais que perpassam esses espaços biofísicos socialmente apropriados. Portanto, a territorialidade seria um caminho pelo qual podemos seguir para encontrar uma tangibilidade empírica junto a grupos sociais, pois estaríamos atentos ao território enquanto uma dinâmica social, um processo que se atualiza e se reinventa, e não uma categoria estanque.

Para Little (2002), há que se buscar a historicidade do espaço geográfico em questão, procurando compreender como se deu o processo de ocupação e organização territorial ao longo do tempo, trazendo o conceito de territorialidade para tratar as dimensões socioculturais do território, deixando claro que este é uma construção social que atravessa os séculos.

[...] a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge

diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. (p.3)

Nesse sentido, podemos compreender a dimensão social inerente à configuração de um território, em que o “esforço coletivo” de um grupo impacta diretamente e é impactado pelo ambiente biofísico. O uso, ocupação e identificação do território pode ser encontrado nas mais diversas manifestações dos grupos sociais, que caracterizam as mais diversas práticas sociais de um grupo, em que cada qual se estrutura de acordo com o modo de vida construído ao longo dos anos e reproduzido através da transmissão dos saberes. Pois, segundo Little (2002):

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (p.4)

Oliveira (1998), utilizará a noção de “territorialização” para compreender esse complexo fenômeno social protagonizado por grupos etnicamente diferenciados:

‘A atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui como um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das instituições e a significação de suas manifestações culturais’. Nesse sentido, a noção de *territorialização* é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (pg. 55, grifos nossos)

Aqui o autor nos apresenta o processo de territorialização para compreendermos as especificidades de cada povo e de cada região. Tendo em vista o olhar a partir das comunidades que constroem seu território. Tal perspectiva permite considerar os projetos econômicos que desarticulam o empreendimento efetuado pelas comunidades locais. O autor Haesbaert (2004), adota uma perspectiva de “desterritorialização”, em que estes projetos econômicos utilizam a esfera política para desarticular as territorializações locais, desvinculando um determinado território da identidade cultural atrelado a este.

Com essa discussão podemos compreender que os projetos econômicos possuem um processo próprio de territorialização capaz de reorganizar a estrutura territorial local. Quando lançamos este olhar sobre o Norte de Minas Gerais, vemos que houve processos de

territorialização desde o século XVII, com a invasão e ocupação portuguesa sobre os sertões e expedições ao longo do rio São Francisco com a função de ocupar estas terras, que posteriormente seriam os *currais da Bahia*, terras sertanejas que antes eram ocupadas por nações indígenas se tornam o local de grandes latifúndios para a criação do gado, para a produção do couro e dos gêneros alimentícios.

Outro momento está relacionado ao processo de expansão das relações capitalistas de produção, que podemos entender enquanto a territorialização do capitalismo na região nortemineira. A reorganização da malha fundiária ocorre novamente, porém, as dimensões de ocupações das terras possuem uma escala maior, com a implantação da propriedade privada em detrimento das outras formas de regime das terras.

Dentro desses processos de territorialização, se encontram os povos subalternos que foram absorvidos por estas duas etapas, sejam os indígenas que foram “assimilados” pelas missões, assassinados ou vítimas de doenças, os negros escravizados ou os homens livres, que, devido à sua característica de “miscigenação”, não possuíam direito à propriedade²², vivendo também de forma subalterna. Como essas populações que viveram estes processos exógenos de territorialização podem ter suas formas de organização, sua identidade, seu modo de vida e suas formas de organização intactos? Como se passariam ilesos pela territorialização da coroa portuguesa e pela expansão das relações capitalistas?

Dentro dessa mesma lógica, Almeida (2008), também irá tratar do território enquanto um processo dinâmico. O autor irá considerar o processo social da territorialização enquanto o esforço de uma coletividade em delimitar o espaço com base no uso dos recursos naturais, convertendo este espaço etnicamente configurado em um território. As diversas territorialidades, modos específicos de apropriação da terra e dos recursos naturais, se darão de acordo com os processos de territorialização protagonizados pelas comunidades e grupos diversos.

Aqui retomaremos a questão da tradicionalidade, levando em consideração os processos sociais que estas comunidades passaram, para que possamos compreender melhor o sentido do conceito “tradicional”. Para escaparmos de essencialismos, utilizamos Almeida (2008), que

²² Assim como os negros escravizados que conseguiram a alforria ou foram libertos pós-abolição, porém encontraram o entrave da lei de terras de 1850, que permitia a aquisição de propriedades somente a aqueles que teriam posses, excluindo a maior parcela da população.

compreende o termo “tradicional” como uma categoria que não está ligada somente ao passado como algo estanque, mas também ao presente e aos processos sociais e políticos que essas comunidades têm vivido. Ele afirma que as comunidades tradicionais se formam também:

Por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade. Nesse sentido a noção de “tradicional” não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado. (p. 29-30)

A partir dessa perspectiva, passamos a ter uma concepção política sobre as comunidades tradicionais, pois muitas vezes estas são consideradas apenas através de um viés histórico, sendo cristalizadas no passado ou nas letras da lei. Essa visão impede que sejam avaliados os processos atuais que vivem as comunidades, assim como as diversas reificações das situações coloniais que foram submetidas.

Atualmente, os embates com grandes empreendimentos e a ameaça de perda territorial tem provocado um efeito mobilizador em torno dos direitos territoriais e identitários. Quando as comunidades correm o risco de perder acesso aos recursos naturais utilizados historicamente, assim como ao espaço intrinsecamente ligado à reprodução social do grupo, a coesão social entra em ação, agentes e lideranças são formados nesse processo em que a busca por direitos passa a fazer parte da rotina comunitária.

Portanto, devemos levar em consideração a dinâmica desses processos, no sentido em que tanto as identidades quanto os territórios são construídos em um embate em busca de direitos. Nesse sentido, suas práticas, forma de organização e mesmo a maneiras de se estabelecer relações são ressignificadas. Essa noção retira de vez a comunidade tradicional do passado, trazendo-a para um presente de mobilização e *lutas*, frente aos antagonismo e contradições, causados pelo Estado e outros agentes hegemônicos. Desse modo Almeida (2008), entende que:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada “comunidade tradicional” se

constitui nesta passagem. O significado de “tradicional” mostra-se, deste modo, dinâmico e como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista e de fixidez de um território, explicado principalmente por fatores históricos ou pelo quadro natural, como se a cada bioma correspondesse necessariamente uma certa identidade. A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado. (Pg. 118-119)

Fica claro como as comunidades tradicionais se referem a um presente de mobilização, dinâmico e em construção. O processo de territorialização, assim, irá se desencadear juntamente com o processo de mobilização e apropriação da “política de identidade” por parte das comunidades.

Para fecharmos nosso quadro teórico sobre os PCT's, iremos tratar do prisma sob o qual enxergamos as identidades acionadas pelos grupos etnicamente diferenciados, seguindo a mesma pretensão de fugir de essencialismos, para compreendermos, de forma processual, as dinâmicas organizativas dos grupos. A perspectiva teórica adotada aqui é a mesma seguida por Oliveira (1998) e Almeida (2008), que utilizam os argumentos do antropólogo Barth (2000), que traz na sua teoria o deslocamento da identidade do âmbito estritamente cultural, para também levar em consideração a dimensão política da coesão social em torno da identidade.

O foco da teoria de Barth (2000) está nas fronteiras étnicas, como são construídas essas dicotomias identitárias – os de dentro e os de fora –, e como se dá a manutenção da identidade étnica. A princípio, a identidade estava associada à organização social específica de um determinado grupo social devido a seu isolamento. Contudo, o autor lança luz sobre a maneira como a diferenciação cultural é parte da manutenção da identidade étnica: *As distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes (p. 186)*

Quando o foco passa a ser a fronteira étnica, e não a cultura em si, a identidade se torna dinâmica, pois passa a ser modificada de acordo com as relações engajadas pelos grupos. Podemos entender que a identidade étnica se forma em um ato político de fricção, de contraste com o outro. Nesse ângulo, o entendimento da identidade dos PCT's se torna mais claro, pois o processo se torna dinâmico, o que acompanha as atuais mobilizações em torno dos direitos territoriais. Assim, quando comunidades tradicionais sofrem ameaças de perdas territoriais e se

mobilizam, a própria identidade do grupo é forjada em contraste com atores antagônicos, sejam eles grupos econômicos, ou mesmo o Estado.

É importante destacar então, o caráter dinâmico da identidade étnica, deslocando o foco de atenção das culturas – e a percepção destas enquanto isoladas e estáticas – para os processos em que estão envolvidas as características identitárias, como os fenômenos políticos. Tais processos identitários devem ser analisados em seus contextos específicos, e percebidos como atos políticos que se movimentam de acordo com as relações estabelecidas pelas fronteiras e suas constantes mudanças, seja pelo contexto econômico, político ou social.

1.1 O campo ambiental e seus conflitos socialmente construídos

Os conflitos socioambientais são fenômenos sociais que passaram a fazer parte do campo científico a partir das décadas de 1970 e 1980. Nesse período havia uma crescente preocupação com o meio ambiente e o clima dentro da sociedade industrial globalizada, que culminou em eventos como a Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, que versou sobre o equilíbrio entre a degradação ambiental e o desenvolvimento econômico.

Contudo, apesar das preocupações globais e outros eventos sobre a questão ambiental serem promovidos, o Estado brasileiro implementou um modelo desenvolvimentista industrial. Como consequência a economia se volta para a exportação de commodities e implementa projetos econômicos para atender a estas finalidades, principalmente nas áreas de extração mineral e produção de energia e de commodities agrícolas, o que irá promover um cenário de diferentes grupos sociais sendo afetados pelos empreendimentos industriais, configurando a realidade de conflitos socioambientais. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010)

Um ponto de vista que surge a partir das reflexões de Acselrad (1997), aponta os conflitos socioambientais como um reflexo de características da sociedade humana contemporânea e industrializada. O Autor aponta uma destas características como a cisão entre o ser humano e a natureza, onde a percepção de ecossistema não engloba a presença do ente humano. Essa visão, hegemônica em nossa sociedade, invisibiliza comunidades locais que são mais impactadas pelas ações de indústrias e que provoca transformações radicais na natureza. Assim, um comprador de madeiras de eucalipto pode não relacionar a sua compra ao

desmatamento do cerrado e ao impacto sob comunidades tradicionais. Na outra ponta, as comunidades tradicionais são impactadas diretamente pelo desequilíbrio proporcionado pela ação das empresas, e podem, ou não, perceberem esses impactos, que muitas vezes tomam a ação do tempo para se manifestarem, segundo o autor:

Existem conflitos de interesses que não são evidentes ou explícitos. Nesse caso as comunidades são agredidas por um processo de degradação ambiental do qual elas não tomam consciência, ou do qual têm consciência, mas não conseguem relacionar de maneira direta com as práticas de certos agentes sociais. Isso porque algumas alterações do meio ambiente não aparecem de imediatamente, ou não são percebidas à primeira vista. [...]

A derrubada de árvores de floresta provocou, nos últimos 25 anos, uma queda no volume anual das chuvas no Pará, aumentando o intervalo entre as chuvas. Os agricultores daquele estado, que plantavam espécies de ciclo curto, foram obrigados a mudar suas rotinas de cultivo, já que não dispõem de água de chuva em volume suficiente. Mas esses agricultores não sabem que isso está acontecendo. (Pg. 26 e 27)

Estes impactos vividos pelas comunidades locais evidenciam as facetas da injustiça ambiental, na qual os danos causados ao meio ambiente são distribuídos de formas desiguais, sobrecarregando comunidades locais com a maior parte do ônus ambiental, em prol de um “benefício maior” para a sociedade. Acsehrad (1997), evidencia, ainda, que os impactos distribuídos desigualmente, em geral trazem um conflito entre atores e formas diferenciadas de apropriação dos espaços. De um lado a indústria e o agronegócio se apropriam da natureza sob a categoria de uso privado, enquanto grupos que são afetados pelas ações destes primeiros se diferenciam ao executarem uma apropriação coletiva da natureza, tencionando às relações entre os atores que são arrastados aos conflitos socioambientais.

À vista disso, podemos compreender os conflitos socioambientais enquanto a disputa entre grupos sociais antagônicos para o acesso e domínio dos recursos naturais de um determinado espaço biofísico. Adotando a visão de Zhouri e Laschefski (2010), compreendemos que o que ocorre em Catanduva e outras comunidades da região é considerado um “conflito ambiental territorial”, em que os grupos envolvidos possuem lógicas distintas na produção de seus territórios, e os territórios sobrepostos pertencem a grupos portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas. Segundo os autores:

Os conflitos ambientais territoriais surgem, então, quando este sistema de apropriação do espaço, com suas consequências sociais e ambientais, se choca com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. Com frequência, tais formas de uso são vinculadas a uma socialização do grupo em princípios de reciprocidade e coletividade mais do que competitividade. O território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo. (Pg. 8)

Nesse sentido, podemos notar o território enquanto o principal elemento para a execução dos objetivos dos dois grupos: de acumulação de capital por empreendimentos privados, e de espaço necessário para a reprodução de modos de vida locais e coletivos. A problemática no entanto, está, também, na capacidade de resiliência do meio ambiente físico depois de ser impactado por ações²³ de empresas, passando por desmatamentos e a instalação de minas a céu aberto – no caso da mineração –. A possibilidade deste ambiente natural se regenerar torna-se, assim, cada vez menor, mesmo com “esforços” que “minimizam” tais intervenções, como, por exemplo, implementar condicionantes ou medidas de mitigação ou compensação aos projetos econômicos (plantios de mudas, reflorestamento de parcelas das áreas afetadas ou em outras áreas que não possuem ligações diretas com a área afetada). No campo das reparações ambientais, as comunidades afetadas se deparam com o obstáculo de não possuírem “voz” nas ações compensatórias, nas quais a “opinião técnica – de cientistas, empresários e membros do governo – será considerada mais relevante que as primeiras.

²³ Notamos que tanto a agência das empresas, quanto suas cotas dentro da perspectiva da Sociedade Anônima de capital aberto podem ser adotadas.

Capítulo 2 – O caminho dos *Gerais*: O histórico de Catanduva antes da territorialização dos projetos econômicos

Este capítulo aborda a tradicionalidade, ou como veremos mais à frente, a ideia da etnicidade²⁴ geraizeira da comunidade de Catanduva, que se refere aos aspectos sociais, históricos e identitários que conformaram e propiciam a reprodução do modo de vida tradicional geraizeiro.

A ideia de “tradicionalidade de grupos sociais” no Norte de Minas não é recente, ela foi citada em meados do século XX por Donald Pierson (1972), que em seus estudos sobre o “Homem no Vale do São Francisco” nos anos de 1950, afirma a existência de modos de vida singulares em comunidades da na região. Um destes modos de vida faz referência ao povo geraizeiro, que segundo o autor possuía um modo de vida específico ligado à criação de gado e a ocupação das terras localizadas nas altitudes da serra Geral.

O gado é um dos elementos centrais do sistema produtivo dessas comunidades, e segundo Rodrigues (2000), esse foi um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira de meados do século XVI, que se instala na região nordestina do Brasil e é difundido ao longo do rio São Francisco. A atividade pastoril nesta região se potencializou, ainda, ao ser vinculada ao abastecimento da região mineradora no estado de Minas Gerais, uma vez que a pecuária teve facilidade de expandir-se na região semiárida – norte do estado – devido às pastagens naturais e aos terrenos salinos, que faziam parte de um sistema que concentrava terra, renda e poder político. Esse sistema sofreu modificações no século XIX e tiveram como consequência a expansão das atividades produtivas destinadas ao mercado interno.

Esse contexto sociocultural foi a base da formação histórica das comunidades geraizeiras e outras comunidades tradicionais do Norte de Minas. Ao visualizarmos esse período através da lente de Oliveira (2013), com a ferramenta analítica da territorialização, iremos compreender o processo de reorganização social, territorial e econômica, vividos na região. Por conseguinte, a formação do Norte de Minas, enquanto resultados da territorialização portuguesa, em que o gado é inserido no sistema produtivo, passa ter lugar central para a

²⁴ Termo utilizado por Oliveira (2013), p. 18, que remete a especificidade social e cultural de um grupo particular

sociedade proveniente desse processo, como ilustra Costa (2003). A sociedade pastoril que surge a partir da territorialização portuguesa, reconfigurou o sistema produtivo e territorial da sociedade anterior, no caso, as nações indígenas que habitavam essa região. E como demonstra Raffestin (1993), o processo de reestruturação da malha territorial ocorre reconfigurando os sistemas produtivos e territoriais, junto das relações de poder do território em questão.

Nesse sentido, os processos socioculturais e políticos da região norte de Minas interagem com o contexto histórico de colonização, com a articulação de indígenas, quilombolas, paulistas, baianos e mineiros (COSTA, 2003). Em diferentes espaços do território regional, grupos humanos foram construindo modos de vidas específicos vinculados às diversas formas de apropriação da natureza, contexto em que as comunidades geraizeiras emergem da apropriação da natureza que os circunda, os *gerais*, parte específica de cerrado que se localiza no dorso da serra Geral.

A identidade geraizeira possui um forte vínculo com a Serra Geral, nome regionalmente adotado à Serra do Espinhaço. Essa nomenclatura regional traz alguns sentidos para o nome *Gerais*. Um dos sentidos está relacionado a como os agricultores denominam uma das manifestações do cerrado, no caso, as *chapadas*, terras agrestes e de altitude, conhecidas também enquanto *gerais*. Segundo Dayrell (1988), as referências às comunidades que ocupam e utilizam os *gerais* como meio de reprodução da vida social são recorrentes na região:

Chapadeiro, Geralista, Geraizeiro são termos que encontramos em diferentes regiões no Norte de Minas e que fazem referência a um tipo de população que se diferencia das demais. Estes termos são ouvidos, quase sempre, em regiões que fazem contato entre ambientes distintos, onde são explícitas as diferenças ecossistêmicas, como no caso dos Cerrados e da Caatinga. (DAYRELL, 1998, p. 73)

Assim, com frequência a contrastividade com outras culturas e biomas compõem o entendimento das comunidades geraizeiras. Segundo Nogueira (2009), em seu trabalho com geraizeiros na região de Grão Mogol e Rio Pardo de Minas, os próprios agricultores trazem em suas trajetórias as influências das relações com as regiões vizinhas:

Frequentemente provocados a explicarem o que é ser “geraizeiro” esses camponeses, invariavelmente, articulam em suas respostas elementos que dizem respeito ao lugar, ao passado de fartura e liberdade e à experiência de alteridade vivida com relação aos catingueiros - fosse nas feiras locais de cidades como Porteirinha e outras ou nos campos de algodão da Caatinga. (NOGUEIRA, 2009, p. 98).

Por fim, Brito (2013) e Porto-Gonçalves (2000), visualizam o termo em referência às terras gerais, terras coletivas ou terras comuns, que se associa ao regime de uso tradicionalmente adotada por estes grupos em áreas de *gerais*, ou *chapadas*. Durante minha imersão em campo, pude observar que os moradores de Catanduva adotam ambos os entendimentos, e que historicamente construíram sua relação com a serra e com as *chapadas*, tornando essa relação uma das características idiossincráticas da comunidade. Estas e outras características, assim como a ideia de tradicionalidade geraizeira em Catanduva, serão discutidos nas páginas que se seguem.

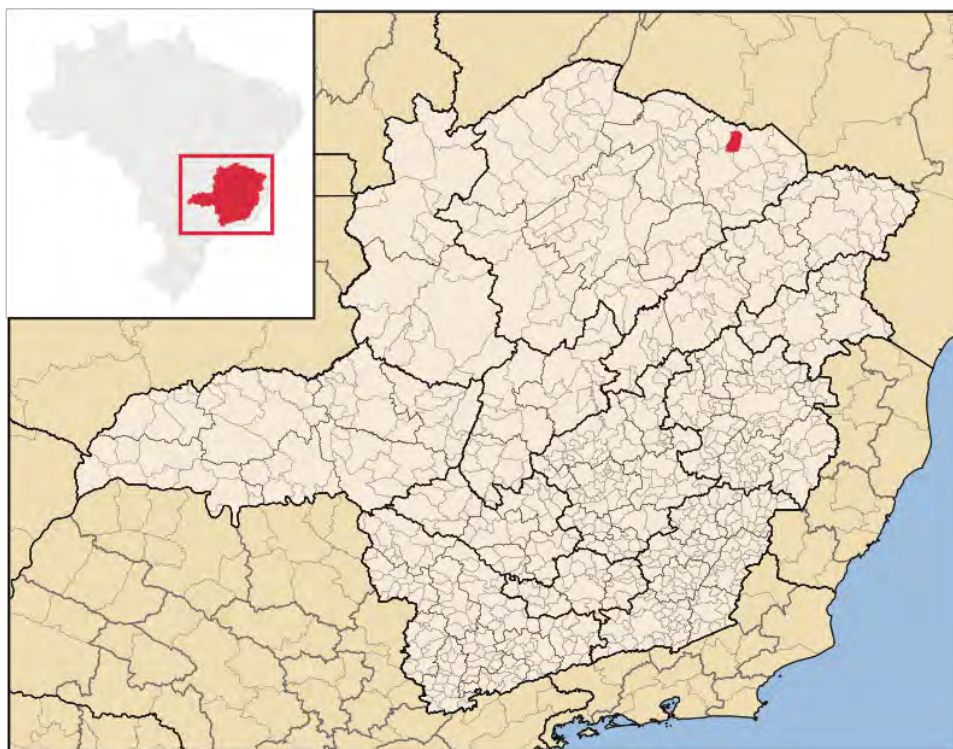
2.2 - Histórico da comunidade geraizeira de Catanduva

Nosso histórico da comunidade geraizeira de Catanduva foi construído através das conversas informais, entrevistas, oficinas e caminhadas com os parceiros de diálogo da pesquisa, com outros moradores e com o auxílio de aspectos da história regional.

A comunidade de Catanduva que se localiza no município de Vargem Grande do Rio Pardo²⁵ na microbacia do rio Guará, está situada na bacia do alto rio Pardo, na área de sua calha de formação, sendo a bacia composta pelos afluentes: rio Pardinho, rio Mosquito, rio Preto, rio Itabiraba e rio São João. O município de referência tem seu histórico ligado aos antigos currais da Bahia, tendo uma relação com tropeiros que usavam o percurso para fazer a travessia Minas-Bahia, assim como famílias que se refugiavam de cangaceiros e da dominação do coronelismo. A relação sociocultural com a Bahia pode ser percebida no mapa abaixo devido à proximidade geográfica. Sendo emancipada em 1995, Vargem Grande do Rio Pardo deixou de fazer parte do município de Rio Pardo de Minas, apresentando uma relação econômica, social e cultural muito próxima deste último. (BRASIL, 2017)

²⁵ Até 1986 o município de Vargem Grande do Rio Pardo, era distrito do município de Rio Pardo de Minas.

IMAGEM 3 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO RIO PARDO



Podemos identificar no histórico da comunidade a prática das travessias em tropas, que inclusive foram as responsáveis pelo surgimento do termo “geraizeiro”, em um processo de “fricção étnica” (Barth, 2000). Esse período remete ao início do século XX até meados da década de 1960, quando os geraizeiros de Catanduva formavam tropas para fazerem a travessia da serra Geral, descendo-a em direção às regiões de caatinga, com fins comerciais. Parte desse período abrange a infância das pessoas mais velhas de Catanduva, no entanto, com os relatos e memórias acessaremos um período ainda mais antigo, quando os primeiros moradores chegaram na região.

Conforme elucidamos, este capítulo se desenvolve segundo a cronologia da ocupação de Catanduva em que marcadores temporais, elencados pela própria comunidade, servirão de referência para a nossa construção. Com o histórico da comunidade será possível trazer a maneira como essas pessoas se constituíram em relação com o espaço e a natureza em que estão inseridas.

Iniciando o percurso cronológico, iremos discutir os dados sobre as primeiras ocupações da comunidade que foram possíveis serem levantadas em uma das oficinas realizadas na comunidade. Como resultado conseguimos que os moradores trouxessem o marco histórico do ano de 1818, data das primeiras ocupações da região conhecida pelos moradores. Os relatos apontam documentos que indicam a posse da terra atribuída a D. Táviana Velha e do Sr. Martinho, conhecidos como os primeiros habitantes do território.

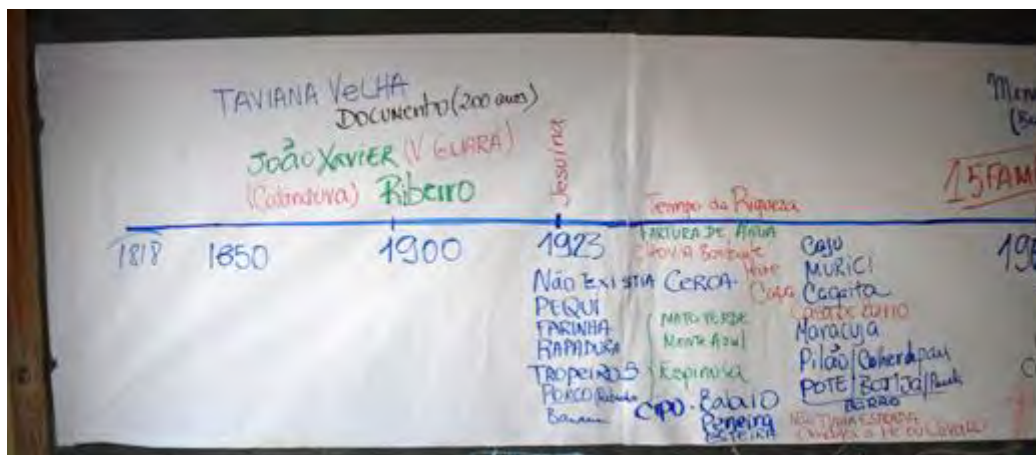
Os documentos de posse de terras citados pelos moradores foram buscados no cartório de Rio Pardo de Minas, porém, segundo esse cartório a localização dos documentos estaria no município de Serra Nova, o mais antigo da região²⁶. Sendo o ano de 1818 uma projeção feita a partir da memória da comunidade e com os cálculos das idades e do falecimento dos mais velhos em relação ao período atual.

Sobre este período os moradores de Catanduva relatam a existência da escravidão dos negros e a captura e perseguição de indígenas como algo recorrente na região. Como vestígios desse tempo, os moradores relataram a presença de *cercas de pedra* na região, que, de acordo com os eles, eram cercas construídas por negros escravizados, feitas completamente por pedras empilhadas que serviam para dividir a terra dos fazendeiros da época. Este é o primeiro registro que se tem sobre divisões de terras pelos geraizeiros de Catanduva, que não possuíam a prática de estabelecer divisões privadas no espaço, a não ser pelo espaço da residência e do quintal.

O relato dos moradores de Catanduva sobre a presença de indígenas na região é constatado por Costa (2003), ao falar da formação da região nortemineira, e aferida por Neves (2008), que traz uma coletânea de memórias e registros que datam o início do século XIX na região do alto Rio Pardo, segundo o autor:

²⁶Fizemos um pedido formal à secretaria de desenvolvimento agrário (SEDA) do estado de Minas Gerais, demandando a cadeia dominial da Fazenda Vargem Grande I, área na qual se encontra a comunidade de Catanduva. A secretária acatou a demanda, porém não tivemos retorno até o momento de conclusão deste texto.

IMAGEM 4: LINHA DO TEMPO ELABORADA.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Esta região do sertão mineiro e baiano compreendida entre os actuaes municípios do Rio Pardo, Tremedal e Monte alto foi povoada por tribus nomades certamente da grande raça dos *Tapuyas* como o affirmam eloquentemente, além da tradição, os fragmentos de pedra polida encontrados em muitos logares, as inscrições lapidares que se observam em vários sítios [...] Demais, da banda levantica da serra de Monte Alto existiu no logar Tabocas ou Paus Pretos, no século passado, uma tribo selvagem da qual os últimos representantes, já domesticados e chamados *tapuyas*, constituíram família numerosa que se misturou ao povo do baixio de Caeteté, Monte Alto, Umburanas.[...] Da tribo do Piriri ainda nas primeiras dezenas do século XIX encontravam-se algumas índias velhas, mandas, morando nas grutas da Serra Geral.[...] Em Rio Pardo, antes da Fome de Secenta, de quando em vez os índios mansos, que moravam nos aldeamentos no meio dos bosques a L., acompanhados de alguns bravos, vinham à povoação mas em caráter pacífico. (pg. 23)²⁷

O trecho acima, faz menção ao período em que viveram D. Taviana e o Sr. Martinho, compactuando com o relato dos moradores de Catanduva, pois os indícios mostram a presença de indígenas na região assim como um forte entrelaçamento entre os indígenas e brancos. Essa relação pode nos dar pistas sobre o saber e o fazer tradicional geraizeiro que estão intrinsecamente ligados ao bioma do cerrado e podem ter relações com os antepassados indígenas que já vivenciaram e acumularam saberes sobre a flora e a fauna dos *gerais*, assim como as divisões dos ambientes que iremos demonstrar.

²⁷ O texto foi reproduzido em sua originalidade, constituído pelo português arcaico e pelo etnocentrismo.

Esse período do início do século passado não foi vivido pelos atuais moradores de Catanduva, então é um tempo sobre o qual conseguimos poucas informações, porém, podem ilustrar alguns dos arranjos sociais e relações com o território.

O senhor sabe, aqui antigamente antes do tempo do finado meu pai, ele me dizia que não tinha nada disso que o senhor está vendo não. Nem mesmo essas casas eram dessa maneira. Estrada?! Ô meu Deus, não tinha. O que tinham eram os *carreadores*²⁸ que o pessoal usava para ir vender as coisas na feira da cidade [Rio Pardo de Minas], umas casinhas poucas de *enchimento*²⁹ e um cerrado de perder de vista. A gente quase ouvia dizer de algumas coisas desse tempo, mas não tem muita história não. (Entrevista com Pedro)

Podemos perceber que apesar do distanciamento descrito pelo nosso interlocutor, algumas relações com outros distritos e povoados das cidades vizinhas eram estabelecidas, porém, as relações sociais e produtivas se deviam em grande medida em nível local. De acordo com os moradores, nessa época já haviam práticas produtivas que seriam reproduzidas pelos moradores de Catanduva, como, por exemplo, os plantios nas *baixas*, a coleta do pequi e outras frutas nativas, bem como a prática pastoril, com maior presença de caprinos naquela época.

Ao avançar no tempo, temos outro marco histórico, no ano de 1900, sendo a data aproximada da aquisição de terras pelo Sr. João Xavier e Sr. José Ribeiro. Segundo o relato dos moradores, ambos adquiriram as terras de Dona Tavana e Sr. Martinho, tendo o Sr. João Xavier se estabelecido com sua família onde hoje é a comunidade do Vale do Guará (comunidade que faz divisa com Catanduva), e o Sr. José Ribeiro se estabelecido onde hoje é o território da comunidade de Catanduva. Os mais velhos, presentes em nossas oficinas, relatam que nessa época só havia as famílias acima citadas, existindo uma relação de proximidade entre elas na esfera produtiva. O trabalho coletivo aparece, então, como forma predominante na comunidade, seja na criação de gado (que iremos nos debruçar mais afrente), seja nos plantios coletivos de lavouras. O trabalho ocorria de forma colaborativa, dada a dificuldade de se conseguir mão-de-obra externa para trabalhar nas áreas, a não ser aquela advinda das próprias famílias: “*Nessa época era pouquinha gente demais, tinha que trabalhar junto porque era mais os filhos que ajudavam [...] E desde essa época as coisas não eram demarcadas com dono igual hoje não,*

²⁸ Antigos caminhos abertos manualmente através de ferramentas que permitia o trânsito de carroças, carros de boi, bicicletas e pessoas. Não tinha espessura para trânsito de caminhões, carro ou ônibus.

²⁹ Modo tradicional de construir as casas, feitas com de varas de madeira, como estrutura, e preenchidas com adobe ou o barro local.

pois nem cercas tinha. Aliás essa história de cerca é muito nova aqui na comunidade”. (Fala de Pedro)

O Sr. José Ribeiro e o Sr. João Xavier são os troncos familiares que dão origem aos atuais moradores de Catanduva. As relações de parentesco foram limitadas a estes núcleos familiares, no qual o casamento entre primos, tios e sobrinhos ocorria de forma mais recorrente, sendo que, ainda hoje, existem relações conjugais endógenas, como aponta a fala a seguir:

Aqui todo mundo é meio parente, sabe como é?! Porque, assim, a gente veio quase todo mundo do meu avô [José Ribeiro], e poucos do Xavier, então a gente casou entre a gente mesmo, primo casa com prima mesmo, sabe?! Isso aqui é comum até hoje, olha esses jovens aí mesmo. Daí, um ou outro *juntou* com pessoas de comunidades vizinhas, mas acaba que a maioria tem uma descendência dessa família nossa, dos Ribeiro. (Entrevista com o José)

Deste período histórico, devido à maior quantidade de informações disponíveis, aparecem características que conseguem descrever mais claramente o modo de vida geraizeiro daqueles tempos. Esse recorte histórico se inicia em 1923, tem como marco temporal o ano de nascimento de Dona Jesuína Ribeiro. Ela é uma das moradoras vivas mais antigas da comunidade e está com seus 97 anos, porém, já com problemas de saúde, não consegue mais relatar sobre sua história. Filha do patriarca José Ribeiro, um dos primeiros ocupantes de Catanduva, como citamos anteriormente, gerou sete filhos, três dos quais ainda moram na comunidade atualmente, e dois são nossos parceiros de diálogo.

Este período que se estende até meados da década de 1960, é um período relativamente homogêneo, no qual as práticas da comunidade se alteraram pouco e, por isso, iremos nos deter aos detalhes dessa temporalidade para compreender a maneira como a cultura geraizeira de Catanduva manifesta uma territorialidade específica.

. Como descreveu o Sr. Pedro, os rios e córregos fluíam com força e o problema com a água era causado pelo excesso, não pela escassez. Os moradores relatam semanas sem trabalhar por causa das chuvas incessantes, animais que atolavam e acabavam morrendo nos brejos, além da água que entrava dentro de casa, pela falta de estrutura, veja-se um relato:

A primeira casa que eu morei com meu pai era feita de palha com enchimento. Fazia o pau a pique e enchia com barro, sendo que a palha de pindoba³⁰ que cobria a casa tinha

³⁰ Palmeira nativa dessa região que tem longas folhagens utilizadas em diversos usos.

que trocar todo ano, mais ou menos na época de agosto e outubro, antes da chegada da chuva. Depois que ele juntou com os parentes daqui e fez a outra casa, aí essa já era de telha, mas telha feita aqui. Naquela época não existia telha, então tinha uma oficina improvisada aqui, aí a gente mesmo fazia as telhas. Todo mundo tinha telhado de palha, mas eles descobriram um barro aqui que *dava* telha, aí eles começaram a fazer. Juntava muita gente né?! Aí eles abriam um buraco e colocava esse barro lá e começaram a amassar com foice, depois de amassar bem eles tiravam o barro e cortavam ele no formato que eles queriam. (Entrevista com José)

IMAGEM 5: ANTIGA CASA DE ENCHIMENTO



Fonte: Acervo do autor, 2018.

Nessa fala podemos perceber que os trabalhos estruturais eram inúmeros. Trocar telhados de palha de pindoba todos os anos envolvia diversas atividades, desde a coleta da palha, o transporte, o entrelaçamento e, finalmente, a instalação desse arranjo sobre os caibros e ripas das casas. A prática da construção dos telhados indica a maneira como essas pessoas se relacionavam com o espaço ocupado. Os locais de coleta das palhas, e depois de coleta do barro, embora não fossem úteis para construção de moradias, para a prática da agricultura ou criação do gado, eram ambientes que faziam parte da lógica de ocupação do território. Nesse sentido, podemos perceber que para além das práticas produtivas, os ambientes responsáveis por prover insumos necessários para a estruturação da vida social da comunidade eram inseridos dentro da compreensão de território.

Nesse sentido, o entendimento de território para os geraizeiros se constitui de maneira mais ampla do que uma representação “fechada” com bordas e fronteiras, como um mapa tradicional que possui limites estáticos que não se movimentam. Uma das características que nos auxiliam nessa percepção é a ausência de cercas, que não implica ausência de divisões,

porém nos leva a inquirir sobre a natureza das divisões, ou seja, porque e como limites são estabelecidos dentro das práticas desse grupo.

Como a coleta da pindoba e a produção de telhas surgem outras formas de manejo do cerrado e seus recursos naturais nos relatos históricos da comunidade. Estas são identificadas por nós como vetores de apropriação do espaço. Segundo Raffestin (1993), a construção social de um território é “tecida” pelas ações dos indivíduos. Essas ações atuam como “linhas” e “nós” responsáveis por produzir a “malha territorial”. Nesse sentido, podemos compreender que o manejo com o cerrado em Catanduva é responsável por criar a noção do território, ou de malha territorial. Entendimento que se difere do sentido de propriedade, pois não tem como parâmetro a noção de “posse ou domínio” para o estabelecimento de limites, mas sim a lógica do uso e da coletividade.

2.1- “Quebrando o gelo”: Trajetória dos parceiros de diálogo

Iremos trazer o contexto social de alguns parceiros de diálogo desse trabalho, levantando o perfil desses personagens que auxiliaram na construção teórica e histórica da dissertação. Os locais de fala dessas pessoas ajudarão o leitor a compreender como se deu o levantamento de dados da pesquisa, assim como identificar a relação entre pesquisador e pesquisados com algumas destas pessoas que participaram de forma mais intensa do trabalho de campo. Ao refletirmos sobre a exposição que estes geraizeiros possam vir a ter, devido ao conteúdo da pesquisa somado ao recente histórico de conflito pela disputa de uso e ocupação no território, com histórico de violência armada, optamos por utilizar nomes fictícios e preservar o anonimato dessas pessoas que nos auxiliaram.

O José é nosso primeiro interlocutor a ser descrito, isso porque foi o primeiro que aceitou a ser entrevistado formalmente, devido a estranheza que a figura do pesquisador (que se assemelhava à figura de um de um investigador penal) causava nas pessoas de Catanduva. Com isso, mesmo estando endossado por lideranças geraizeiras, inicialmente, não conseguimos interagir com os parceiros de diálogo, cenário que se alterou quando o pai de uma das lideranças da comunidade concordou em me acompanhar ao longo das entrevistas, abrandando a percepção das pessoas sobre a “investigação”, relativizando, assim, mais confortavelmente o papel do pesquisador.

Antes de ter a companhia de um catanduvense para legitimar a minha presença na comunidade, tive contato com José durante as oficinas na comunidade. Estes momentos oficinas realizados na comunidade tinham intervalos em que eram servidos café, chás e biscoitos, assim, durante uma das pausas da primeira oficina realizada na comunidade, ao servir meu copo com café, um sujeito imediatamente estendeu sua mão cerrada em um copo vazio, como em um pedido implícito para que o seu também fosse servido, essa pessoa logo questionou de onde eu vinha, minha resposta foi a última coisa que eu disse em uma conversa de que durou todo o intervalo. Fiquei intrigado com a quantidade de informações que ele me deu em tão pouco tempo, e dividindo entre tomar o café, pegar o diário de campo e continuar a escutar, optei pela última alternativa. Esta seria a primeira de muitas conversas que eu teria com José.

José, que possuía mais informações sobre o território e a recente história de Catanduva do que a maioria das pessoas com quem conversei possuíam, é *nascido e criado* na comunidade, guarda em sua memória muitos detalhes do histórico de ocupação do território, desde a chegada do seu avô até os dias atuais. Se declara como militante da causa territorial e carrega forte aversão às empresas que estão nos arredores da comunidade: “*Desde que chegou essa praga do eucalipto tudo mudou nas vidas nossas! [...]. É responsabilidade nossa tomar atitudes!*”. Ferrenho em suas críticas, ele conta com pesar sobre as áreas ocupadas pelas empresas em locais onde sua família esteve por gerações. Contrariando muitos de seus conterrâneos que não apoiavam o embate com os projetos econômicos, ele foi um dos moradores de Catanduva que participou ativamente das mobilizações em reivindicação ao território. Participou de ações concretas na *luta* pelo território e possui um entendimento próprio sobre o território de Catanduva, bem como sobre as comunidades vizinhas.

A segunda pessoa que pude estabelecer contato foi o Sr. João, meu “companheiro de campo”, pois foi o geraizeiro que concordou em me acompanhar ao longo das entrevistas e caminhadas no território. Em minha primeira imersão na comunidade, durante a Conferência Geraizeira, ele me acompanhou em uma área próxima ao quintal de uma família.

Ao preparar meus materiais de campo, um senhor, que ao me ver cabisbaixo, olhando para o computador desligado, perguntou se eu estava precisando de algo, ao aceitar sua ajuda para ligar a fonte do computador na energia de sua casa, iniciei também um diálogo dentre os muitos que viram com esse ele. Este foi o primeiro contato com o Sr. João, no início do primeiro dia de evento, e depois disso, sempre que o via, o cumprimentava e perguntava sua opinião sobre a conferência. Sempre reservado, me respondia com poucas palavras. Entre idas e vindas,

pedidos de copos d'água e cafés, acabei me familiarizando com o João durante o evento, que se tornou uma das minhas primeiras referências na comunidade.

No retorno à comunidade para a primeira oficina, o João me reconheceu e me chamou para conversar, relembrou o momento de grande movimentação na pacata Catanduva durante a conferência, e ficou satisfeito em me relatar que sua filha, uma das lideranças da comunidade, comentou que me conhecia do tempo de atuação no CAA-NM, na região de Grão Mogol. A partir desse dia ele se demonstrou mais aberto às minhas conversas, não apresentando desconforto ao conversar sobre os conflitos da comunidade, pôde também compreender os objetivos da pesquisa com mais clareza, considerando-a “importante para o futuro da comunidade”, e acabou por concordar em me conceder uma entrevista.

Esse geraizeiro, que já é avô, possui 66 anos, é casado com uma catanduvense de 57 anos, tem filhos e netos que residem no território. João é nascido em uma comunidade vizinha de Catanduva, porém reside no território desde que casou, há 31 anos. Apesar de ter chegado na comunidade em sua juventude, me relatou práticas agrícolas tradicionais que eram utilizadas pelo seu sogro no atual território.

Na maioria das entrevistas eu pedia que os parceiros de diálogo me mostrassem o espaço que ocupavam, suas plantações e seus animais. No caso do João, me chamou a atenção que ele não fez questão de mostrar seu espaço nem seus animais, mas pediu que eu pegasse um chapéu emprestado porque iríamos “*dar uma espiada nas baixas*”. Caminhamos em linha reta em oposição à sua casa, num trajeto em que o terreno fazia um leve declive, e, após cerca de quinze minutos de caminhada, nos deparamos com o que ele queria me mostrar. Não entendi a princípio, pois ele permaneceu algum tempo em silêncio. Eu visualizei uma vasta área coberta com o que parecia ser gramíneas ressecadas pelo sol, um solo rachado e nenhuma plantação, foi quando ele quebrou o silêncio: “*Isso aqui era nossa alegria e hoje é nossa tristeza. Aqui a gente plantava muito arroz e hoje nem mandioca dá direito... é triste*”.

O João era uma das muitas pessoas que até a década de 1970 plantavam arroz nas áreas de *baixa*. O arroz é uma planta que necessita de um local encharcado para ser cultivado. Ao contrário, a mandioca é um tubérculo que quase não necessita de água para se desenvolver, mesmo assim não *vingou* nas áreas do Sr. João. A culpa disso ele atribui às mudanças climáticas e às empresas de eucalipto, mas, em uma espécie de balança de conveniência, pois segundo ele a empresa não é *de tudo ruim*, uma vez que emprega um de seus genros nas carvoeiras presentes

no território. Assim, o João expressa uma dualidade presente na comunidade, que aponta os malefícios da implantação das empresas, porém, agradece os empregos – mesmo que precários – gerados ali.

Este interlocutor foi fundamental para que outras entrevistas fossem realizadas. Os geraizeiros desse território realmente não gostam de entrevistas, depoimentos, ou qualquer procedimento que grave suas falas os possa comprometer de alguma forma. Pude perceber que essa atitude dos moradores de Catanduva tinha ligação com o histórico recente de conflito com as empresas. Sendo assim, forasteiros, como eu, mesmo conhecendo pessoas do movimento geraizeiro, eram vistos com desconfiança por alguns moradores. O Sr. João foi um personagem chave para que as portas das casas geraizeiras se abrissem para me receber, os outros parceiros de diálogo só me receberam por estar acompanhado dele, bem aceito em todas as residências pelas quais passei.

Ao perguntar o próprio João quem seria uma boa pessoa para entrevistarmos e falar sobre os tempos antigos, ele mencionou o Paulo, dizendo ser uma das melhores pessoas para conversar sobre essa temática por ter uma memória *afiada* e ainda morar na mesma casa que foi do pai, construída sob o alicerce da casa dos avós. Assim, fizemos uma caminhada para a casa do Paulo, no caminho foi possível compreender um pouco melhor a realidade de *encurralamento*³¹ da comunidade com casas próximas umas das outras e pouco espaço para plantios e criações de animais. Não houve ligação prévia ou nenhum aviso, o João só me falou que o horário propício seria quando o sol estivesse mais quente, assim poderíamos ter certeza que ele estaria em casa, e não trabalhando em seu terreno.

Ao batermos palmas na cancela que dá acesso a casa nos deparamos com o Paulo, que logo nos pediu para entrar e sair do sol quente. Refugiados na sombra da sua varanda pude explicar ao Paulo o motivo da nossa visita e se ele poderia nos conceder uma entrevista, e ele, mesmo estando *cabreiro*, concordou com a proposta e assim entramos para sua casa onde passaríamos todo a tarde, uma parte em entrevista formal e outra conversando com o gravador desligado.

Esse nosso interlocutor possui 67 anos e sua esposa 65, tiveram dez filhos e quatro *agregados* (ou filhos de criação), sendo que três desse moram na comunidade e o restante está

³¹ Categoria êmica que expressa a desterritorialização

no mundo. Relatou sobre suas experiências e vivências desde a infância, sendo possível notar o fato dele possuir uma memória nítida sobre os tempos de sua infância e juventude, trazendo muitos detalhes e histórias contadas por seus avós. Acostumado com a prática da agricultura, ele nos descreve com detalhes os diversos ambientes que se manifestam no cerrado encontrado em Catanduva e seus arredores. Conhecedor de inúmeras plantas e seus usos, animais silvestres e seus habitats assim como as diversas formas de uso de cada uma desses ambientes que manifestam ao longo do território da comunidade.

A memória da paisagem, das práticas, da fartura d'água, em todas as entrevistas, estabeleceu um clima melancólico, e transportou o entrevistado com nostalgia aos tempos antigos. Paulo, que mora na mesma área que seu pai morou, se emocionou algumas vezes, ao falar da riqueza da fauna e flora que conhecia, também das dificuldades que os geraizeiros passavam com a falta de estrutura das casas e do árduo serviço no manejo do território: *“a gente usava só as forças dos braços e umas ferramentas, não tinha essas coisas mudernas não. Era sofrido? Era, mas ninguém passava fome”*. O Paulo, assim como os outros parceiros de diálogo desse trabalho, pôde presenciar o que consideramos como a territorialização das monoculturas de eucalipto na região. Atualmente crítico dos plantios e da ocupação das *chapadas* pelo monocultivo, ele conta com remorso a sua experiência de ter trabalhado plantando mudas de eucalipto nas *chapadas*, que ele hoje reivindica com a comunidade, segundo ele:

Quando essas empresas chegaram, prometeram pra gente “mundos e fundos”. Falaram em pagar salário pra gente, o que foi uma surpresa porque aqui quase ninguém tinha dinheiro assim não, era muita troca né?! E assim, a gente foi [trabalhar], mas foi só o tempo de acabar [de plantar] essas mudas que mandou todo mundo embora, todos com as “mãos abanando”, pensa numa *desgraceira*...

Nosso próximo interlocutor é o Mateus, indicado por Paulo, que afirmou tratar-se de um dos membros mais velhos da comunidade que ainda estava lúcido. Com a indicação e a companhia do João não foi difícil ser bem recebido na casa do Mateus, pai de sete filhos, tendo quatro morando na comunidade. Este agricultor geraizeiro aposentado, com 74 anos de idade e sua esposa 73, sempre residiu no território de Catanduva. Com histórico semelhante ao do Paulo, e uma boa memória sobre os tempos antigos e as histórias dos avós, é conhecedor do território com seus usos e ocupações. Mateus sempre esteve em contato com o território devido ao seu ofício na agricultura, assim, sempre dependeu dos recursos disponíveis nesse espaço para poder reproduzir suas atividades agrícolas, assim como o manejo do gado nos formatos tradicionais.

Atualmente, crítico das monoculturas de eucalipto, ele nos relata sobre os impactos no território de Catanduva, assim como em outras comunidades vizinhas que também foram afetadas pelos projetos econômicos. Ele fez questão de nos acompanhar em uma visita à barragem das Braúnas, que é um símbolo para a comunidade de como as monoculturas podem ser prejudiciais, pois foi a barragem que abasteceu a comunidade de Catanduva até o início dos anos 2000. Contudo, o Senhor Mateus nos conta que nem sempre foi crítico aos empreendimentos. Ele via nas empresas uma fonte de renda para algumas pessoas de Catanduva, e inclusive, foi contrário à criação da RDS. Sobre essa época, Mateus nos informou que funcionários das empresas visitaram sua casa para informá-lo dos “malefícios” existentes na criação de uma *reserva*, pois impediria os moradores da comunidade de criar animais e cultivar plantações, destinando as áreas apenas para “*preservar o meio ambiente*”. Na fala do Mateus:

Eu vou falar com o senhor que foi somente depois da *reserva* [RDS] já criada que eu mudei de ideia em relação às *firmas*. Porque no meu pensamento a gente não ia ter como sobreviver dentro da *reserva*, porque não ia poder plantar nem criar um animal. A gente já estava sem água, e ficar sem plantar não tem como. Depois é que as coisas foram revelando, eu não sabia que, na verdade, tinha água ainda, o problema é que as *firmas* não deixavam ela chegar até a gente, e também não sabia que, na verdade, a *reserva* seria pra proteger o cerrado e o modo nosso de fazer as coisas aqui. Assim, ia poder sim ter animal, mas só se for criado no *gerais*, do jeito nosso.

Depois de consultar algumas lideranças da comunidade e me reunir com outros membros, optei por fazer uma tentativa de visitar a casa de Pedro, que a princípio seria um geraizeiro que não me receberia, por não ser favorável à RDS e apresentar críticas em relação ao engajamento da comunidade com o movimento geraizeiro. Contudo, expliquei para estas pessoas que a pesquisa se tratava da história da comunidade e suas recentes mudanças. Assim, acompanhado por João e de posse da proposta da pesquisa, fomos à casa de Pedro.

Ao chegar em sua casa não pude deixar de notar que havia uma pequena plantação de eucalipto em seu terreno, logo ao lado de sua casa. Chamamos por ele em sua cancela e fomos recebidos e convidados para sentarmos, os três na cozinha de Pedro. Ele nos encarou com surpresa e entusiasmo perguntando o motivo de nossa visita. Ao explicar sobre os objetivos da pesquisa sobre a história e as recentes mudanças, Pedro não viu problemas em conceder a entrevista e ficou contente em poder falar sobre o tempo de seus pais.

Pedro, que tem 79 anos, nos contou de sua ascendência por ser filho de um casal que viveu no tempo dos pais de Dona Jesuína Ribeiro³² e que vieram de um local próximo dali, para se estabelecerem em Catanduva. Conta que desde pequeno trabalhou pelos cerrados da região de Catanduva, conhecendo a diversidade de seus ambientes. Contador de casos antigos, da época dos *curandeiros*, de quando ainda não havia estradas e os córregos corriam com força na comunidade, possui ampla memória sobre esses acontecimentos.

A implantação dos projetos econômicos no território foi vivenciada por Pedro que ainda relembra: “*Quando aquele mundo de máquina chegou aqui nessas terras, todo mundo logo pensou que iríamos sair da miséria, e muita gente conseguiu sair mesmo*”. Aproveitei para perguntar sobre os eucaliptos na frente de sua casa, ele me respondeu com despreensão, afirmando ser apenas cerca de cem metros quadrados para uso doméstico. Ele demonstrou ser uma pessoa desconfiada de todos, das *firmas* e da *reserva (RDS)*. Para ele: “*Já passou da hora de Catanduva evoluir, não adianta ficar só plantando maniva³³ e fazendo goma, a gente tem que ir para frente*”. Deixando claro sua posição favorável ao “progresso” proporcionado pelas *firmas*, ao contrário da RDS, que segundo ele não teria muito a oferecer, “*vai mais prejudicar a gente que já está na dificuldade*” afirmando que a RDS iria implementar uma política de preservação que inviabilizaria as práticas agropastoris.

Ao visitar a comunidade pela primeira vez durante a Conferência Geraizeira em 2018, fiquei acampado em uma área improvisada, contudo, nas visitas que se sucederam, porém, pude ser acolhido em casas de famílias de Catanduva, onde permaneci durante os dias que realizei as oficinas, entrevistas e caminhadas no território. Casas estas de duas geraizeiras que são protagonistas na história recente da comunidade, atuando nas ações e mobilização de enfrentamento às *firmas*, e na atuação junto aos servidores do ICMbio, em torno do território. elas também são importantes na organização da associação de moradores de Catanduva.

A primeira delas é Maria, tem 48 anos e reside ao lado da casa de seus pais, com um quintal que conecta as duas residências. Essas casas representam bem a comunidade de Catanduva, onde as moradias estão próximas umas das outras devido à prática dos filhos construírem suas residências no mesmo terreno que os pais, cenário intensificado pelo contexto de *encurralamento*. Atualmente Catanduva possui uma estrada que corta a comunidade de uma

³² Moradora mais velha de Catanduva com 98 anos, atualmente ela não se encontra lúcida. O nascimento dela foi um dos marcos históricos escolhidos pela comunidade na oficina da linha do tempo.

³³ Muda da mandioca

ponta a outra, esta estrada se assimila a uma “avenida principal”, ao longo da qual estão as casas, e também estão localizados o centro comunitário, o campo (de terra) de futebol e uma quadra (local em que se realizou a Conferência Geraizeira).

Sendo uma casa estruturada para receber os familiares nos finais de ano, fiquei hospedado em um dos quatro dormitórios da casa. Maria tem filhos residindo no território, porém, a maioria, três filhos, moram em outros estados, segundo ela: “*sairam para fazer a vida, pois não tinham para onde ir aqui, a terra já era pouca, sem água, então, meu filho, não tinha jeito*”.

O final do ano é marcado pelos retornos dos migrantes e da safra do pequi, período de grande movimentação na comunidade. A migração permanente e temporária é uma realidade em Catanduva, de todos os parceiros de diálogo mencionados aqui, nenhum possui todos os filhos na comunidade, a maioria deles está em outros estados.

Apesar de fazer menção aos seus filhos ausentes com pesar, Maria tem uma fala esperançosa quando menciona a possibilidade de seu retorno algum dia, quando, segundo ela: “*conquistarmos o território*”. Essa geraizeira, assim como o José, esteve engajada em mobilizações desde meados dos anos 2000, acompanhando o movimento regional de mobilização das comunidades geraizeiras, em reivindicações pelos territórios ocupados por monoculturas de eucalipto. Ela me informou, principalmente, sobre as ações da comunidade para ter acesso ao território e, posteriormente, sobre a atuação junto aos servidores do ICMbio. É uma mulher ativa na associação de moradores e nas ações que envolvem a RDS, e concordou em ceder uma entrevista formal, em que muitas informações surgiram com prosas, ao longo dos cafés e das jantas.

Outra interlocutora que surge no mesmo contexto é Joana, com 43 anos ela tem três filhos, dois morando na comunidade e um que reside em outro estado. Atualmente ela está ativa na articulação da comunidade em torno da *luta pelo território*, participando de reuniões e viagens que envolvem esse movimento, ela também organiza as reuniões da associação de moradores. Essa entrevistada apresenta uma diferença em seu histórico em relação à anterior. No início das mobilizações dos moradores da comunidade para fazer o enfrentamento das empresas que ocuparam o território tradicional, Joana não concordava com a pauta do movimento e o considerava “ilegal e perigoso”. Com a implementação da RDS e sua

participação em reuniões com agentes do ICMbio, ela adotou outra visão sobre a mobilização da comunidade, e também sobre as empresas ocupantes:

Confesso que julguei esse pessoal no início. Estava com medo do que algumas pessoas falavam, dizendo que eles iriam invadir terras e tomar o que era dos outros, então não pude concordar. Mas eu não sabia do movimento, me deixei levar pelas palavras de pessoas aqui mesmo da comunidade, sendo que essas mesmas pessoas trabalhavam para as *firmas*, e eu nem desconfiei de que essa história poderia ter um outro lado.

A partir da breve descrição da trajetória de alguns parceiros de diálogo dessa pesquisa foi-nos possível fazer algumas considerações etnográficas. Em primeiro lugar é percebe-se a clara distinção temporal feita pelos parceiros de diálogo entre o período que precede os anos de 1970, sendo visto como um período de relativa autonomia das comunidades e abundância dos recursos naturais, e o período posterior, caracterizado pela implementação dos projetos econômicos – pós 1970 –, pelas mudanças climáticas e pela mudança no eixo das relações de poder dentro do território. A trajetória dos parceiros de diálogo ratifica a teoria de Raffestin (1993), ao apresentar a mudança do modo produtivo de um determinado território e sua consequente mudança nas relações de poder. Identifica-se ao longo do trabalho como os geraizeiros de Catanduva foram desencaixados da territorialidade tradicional e posicionados em uma nova configuração, tanto territorial quanto em relação aos novos arranjos de poder. Estas relações que tradicionalmente ocorriam em horizontalidade – através de relações de trocas intercomunitárias, manejo coletivo do gado, *parcerias* de trabalhos – adquiriram um caráter vertical quando as relações entre patrão e empregado passaram a desenhar o campo do dominante e do subalterno.

Essa nova relação de poder vertical só é questionada pelos catanduvenses (alguns deles) quando, de alguma forma, se inseriram nas mobilizações por direitos das comunidades afetadas pelos empreendimentos econômicos. As pessoas mobilizadas, que por sua vez, foram (e talvez ainda sejam) considerados membros belicosos da comunidade, por estarem agindo contra a ordem de poder vigente, o que poderia, de alguma forma, ser ‘ilícito’ e perigoso. Atualmente mais membros de Catanduva acionam as críticas trazidas pela mobilização das comunidades geraizeiras da região e legitimam suas demandas, citando decretos e leis que favorecem as comunidades tradicionais, seus territórios e modos de vida. Apesar do tema ainda ser um assunto polêmico e causador de cismas entre os geraizeiros, o discurso sobre a tradicionalidade geraizeira e a retomada territorial ganha força à medida que a comunidade de Catanduva se

insere no circuito regional do movimento geraizeiro, seja através de reuniões e intercâmbios, ou pela realização de eventos como a “V Conferência Geraizeira” em seu território.

A próxima sessão que se inicia será responsável por remontar a territorialidade tradicional da comunidade de Catanduva, assim como compreender a forma de uso e ocupação do cerrado pelos geraizeiros. Esse caminho nos levará à elaboração de um entendimento local sobre o território dos *gerais*, que esgarça e amplia a noção deste conceito. Nesse sentido, poderemos nos aprofundar na compreensão sobre o período de autonomia das comunidades e compreender a forma como a malha territorial tradicional é capaz de tecer relações de poder equivalentes, necessárias em um sistema territorial que não se limita aos mapas convencionais, e estabelece sua própria configuração de regime de uso e ocupação das terras.

2.3 - As práticas sociais tradicionais de Catanduva

Com a compreensão de que as práticas sociais locais são responsáveis por tecer a territorialidade geraizeira em Catanduva, demonstraremos como estas se desenvolvem em um sistema de classificação de ambientes de acordo com seus usos e formas de ocupação, responsável então por gerar este lugar de “pertencimento”³⁴.

Assim como em Catanduva, em trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na região da serra Geral também foi possível identificar a classificação dos ambientes do cerrado a partir de suas formas de uso e ocupação do território de comunidades geraizeiras. Dayrell (1998), investigou e identificou tais classificações de geraizeiros da microrregião de Grão Mogol, denominando de agroambientes o produto territorial gerado pelo entendimento geraizeiro. Apesar de essas classificações também ocorrerem em outras comunidades, as formas de se apropriar do espaço possuem uma diversidade que varia de acordo com a comunidade, como iremos demonstrar ao trazer um quadro de classificações baseado nos conhecimentos das pessoas de Catanduva, que divergem daquelas trazidas pelo autor citado acima.

Tratando das terminologias cartográficas adotadas por Raffestin, um ponto, um “nó” (ou entrelaçamentos), serão identificados enquanto um dos mecanismos sociais de estruturação do território. Aqui observaremos que eles, os nós, podem ser estabelecidos a partir relações sociais adotadas a partir do modo de vida local. Nessa linha de raciocínio, encontramos as relações de

³⁴ Almeida (2008)

parceria enquanto uma dessas práticas que geram significado e pertencimento para as pessoas de Catanduva, e podem ser analisadas enquanto entrelaçamentos territoriais. Descritas enquanto a alternância do trabalho executado pelos agricultores, baseiam-se em um sistema de trocas ligado às relações de parentesco, como explica o Sr. Paulo:

Por exemplo, o senhor vai cercar um curral, e para fazer isso é muito trabalhoso sozinho, aí você chama seu tio, sobrinho, irmão, ou outro parente e pede pra ele trabalhar no serviço da cerca. Aí, a gente conta o dia, então se meu *parceiro* trabalhou dois dias, assim eu fico devendo ele esses mesmos dois dias de serviço. Geralmente a gente chama parente, por causa da confiança né?! E não é qualquer um que faz esse tipo de coisa não.

Podemos notar a relação de reciprocidade estabelecida entre os geraizeiros, aqui tratamos especificamente da atividade laboral, mas havia grupos de trabalho de beneficiamento da produção agrícola e outras relações sociais dotadas de um sentido de “pertencimento” e reconhecimento dentro de um grupo social, como traz Brandão (2012):

Eles se reconhecem como os que herdaram e/ou geraram a tessitura das reciprocidades internas de bens e serviços entre integrantes de grupos domésticos, de redes de parentes e de outras estruturas com graus variáveis de formalidade e duração: teias de vizinhança, equipes de trabalho corporal, equipes de trabalho ritual, grupos de idade, de interesse ou de outras formas e motivos de afiliação. O próprio sempre complexo tabuleiro de alianças e conflitos, de preferências e evitações, de formação de unidades de trocas e reciprocidades, aos poucos se constrói. E, mais do que um território que se habita, esta é a terra social e simbólica que se vive. (p. 19)

As características trazidas pelo autor compõem o entendimento da apropriação coletiva de um espaço, transformados em território e local de reprodução da vida. A *parceria*, que poderia ser identificada apenas enquanto uma atividade laboral compartilhada, passa a ser um dos elementos constitutivos da malha territorial de Catanduva, e com essa compreensão, iremos adentrar nos detalhes das práticas que dão significado ao espaço da comunidade, assim como fazem parte da sua reprodução e manutenção material da vida em comunidade.

2.4 – A criação de gado na *solta*

Seguindo essa linha de raciocínio, abordaremos uma das práticas essenciais para a reprodução da vida e manutenção do território da comunidade de Catanduva ao longo dos anos, a *solta do gado*. Devido à sua importância local na tessitura social do território, optamos por separar uma parte específica do texto para esta prática, que, apesar de estar destacada, não foge

da temporalidade proposta, ou seja, o período que estamos nos debruçando ainda é o de Dona Jesuína que se inicia por volta de 1923, embora seu detalhamento venha a servir de base para compreendermos, também, como a territorialização dos projetos econômicos desarticula níveis essenciais da reprodução material geraizeira de Catanduva.

Esse costume está diretamente ligado à maneira como os geraizeiros catanduvenses compreendem o seu território, fazendo parte também do modo de vida que constitui a identidade desse povo, ligado ao gado e às *terras de solta*, que compõe o regime de uso das terras dessa comunidade. Estas áreas que tradicionalmente possuem um domínio comunal, são apontadas por pesquisadores que escreveram sobre a região do alto rio Pardo, como Brito (2006), Pozo (2002), Fonseca (2014) e Rodrigues et al (2017). Contudo, assim como as práticas de classificação dos ambientes, os regimes de uso comum das comunidades geraizeiras também apresentam particularidades.

Quando recorremos ao histórico regional, podemos compreender que o modo de vida geraizeiro sofre influência do tipo de ocupação histórica do Norte de Minas. Essa região, que possui suas raízes associadas aos antigos currais da Bahia, ou “campos gerais”, como mencionado por Costa (2003), carrega a herança da produção pastoril que marca a região com o histórico da cultura ligada ao gado de corte e produção de couro no norte de Minas Gerais.

Temos, então, a classificação do ambiente que também faz referência a identidade desse grupo social. As áreas que são utilizadas para *soltar* gado podem ser identificadas enquanto o agroambiente da *chapada*, que também são conhecidas como terras de *gerais*, ou simplesmente *gerais*. Em Catanduva aparecem como uma parte essencial do sistema produtivo da comunidade e também estão ligadas ao equilíbrio ecossistêmico e hidrológico do território. Como veremos, é uma das áreas mais comuns de serem enunciadas pelos moradores da comunidade, por serem os ambientes que estão em disputa com as empresas monocultoras. No entanto, nesta parte do trabalho nos deteremos às suas funções estruturais, atreladas ao histórico de ocupação, assim como à sua importância para o sistema produtivo e para o modo de vida geraizeiro.

Em Catanduva a prática de *criar o gado na solta* remonta à ocupação do início do século XIX, de acordo com a memória dos mais velhos da comunidade, e, como citamos, é caracterizado pelo histórico da ocupação regional. Para a comunidade a prática é estruturante do modo de vida reivindicado atualmente, no qual uma transversalidade de fatores atravessa a ocupação dos *gerais*, econômica, social e ecologicamente.

Iremos primeiro descrever como se dá essa prática no território geraizeiro de Catanduva, para depois refletirmos sobre suas características transversais. Assim, através de depoimentos e conversas construímos uma compreensão desse costume, que é um assunto fácil de se conversar com as pessoas deste lugar, que demonstram apreço e interesse pela prática.

Uma das situações na qual mais surgiram informações sobre a maneira como o gado é criado em Catanduva foi o evento da elaboração do mapa do território, quando acompanhamos a comunidade para marcarmos os pontos de GPS que indicavam as áreas da comunidade. Nessa ocasião fomos aos ambientes de *chapadas* onde estão localizados os *deságuas*, divisões locais do território. Entre conversas com os moradores, enquanto aguardávamos que o aparelho de GPS identificasse sinais de satélite para marcar os pontos, um rebanho de gado apareceu e gerou uma série de comentários como: *Olha como o gado de José está corpulento*. Outra pessoa disse: *Parece que aquele capim gordura nasceu bem, esse ano*. Seguido de: “*Foram as águas que foram generosas esse ano e empoçaram nessas chapadas afora aí*. Foi o suficiente para que o assunto logo gerasse uma discussão sobre a criação de gado nas *chapadas*, com indagações minhas sobre como essa prática se estruturou ao longo dos anos.

Por conseguinte, os relatos nos demonstram que apesar de o gado ser criado *na solta*, é preciso utilizar da estrutura do curral, para que se tenha um local fixo de cuidado, servindo para manuseio mais próximo do animal, seja na ordenha, no tratamento de feridas, de bicheiras, ou como forma de controlar o gado de forma mais próxima, devido à presença de ladrões ou de onças.

Para descrever a *criação do gado na solta* de maneira mais compreensível para o leitor, optamos por reparti-la em três etapas, os geraizeiros não enxergam a prática dessa maneira, porém tal divisão nos auxiliará na sua caracterização. Utilizamos esse recurso devido ao fato de ser uma prática complexa, tão sazonal quando os plantios, que, inclusive, também seguem as orientações das épocas de chuva e de colheita.

IMAGEM 6- GADO NA *SOLTA* EM ÁREA DE *CHAPADA* NO TERRITÓRIO DE CATANDUVA



Fonte: Acervo do autor, 2018

O comportamento do gado altera de acordo com as estações do ano, assim, classificamos como a primeira etapa, as estações chuvosas. Etapa em que o gado passa um período maior afastado dos currais, pois, segundo os moradores, ele terá maior disponibilidade de água e alimento nos espaços das *chapadas*. Isto porque este agroambiente é portador de grande diversidade de espécies de capins.

A segunda etapa é caracterizada pelo período que sucede às chuvas. Ao passar o período com maior pluviosidade os animais ainda aproveitam a disponibilidade de águas que empoçam nas *chapadas* para se manterem afastados dos currais, não por períodos tão longos quanto na primeira etapa. Contudo continuam com certa autonomia dada a oferta de alimento proveniente da flora dos *gerais*. Assim, na primeira e segunda etapa os geraizeiros tem que se deslocar pelas *chapadas* para acompanhar o movimento do gado, circulação que ocorre mais intensamente na primeira etapa, e, principalmente, quando há alguma vaca prenha, ou algum gado em situação específica que demanda mais atenção, e não pode ser mantido no curral. Aqui ressaltamos a importância das relações construídas entre as comunidades na gestão coletiva do gado, quando se fala em acompanhamento dos animais, pois “*todo mundo dá notícia do seu gado*”, como disse o Pedro, em uma fala que demonstra tais interações:

[Como era feito o controle do gado dentro das áreas de *solta*?] Olha, eu vou te dizer que o controle era feito por todo mundo. Todo mundo sabia de quem era o gado, e como se conheciam todos, eram praticamente uma grande família, quando um perdia o gado aqui, o outro dava notícia dele ali. E assim ia! A gente soltava os bichos *chapada* à fora e eles iam longe, às vezes voltava, e quando não voltava a gente ia atrás né?! Mas não era difícil de encontrar não, todo mundo dava notícia, e ninguém roubava gado de ninguém. Não tinha essa história de passar o outro para trás, o pessoal respeitava mesmo, porque afinal de contas, todo mundo usava aquelas áreas, e quando não era gado seu, era do outro, e assim, como diz, “*uma mão lava a outra, e as duas juntas lava a cara*” né?! E assim era feito, na base da ajuda, do coletivo e do respeito... E vou contar ao senhor, a coisa mais bonita que tinha era essas *chapadas* todas cheias de fruto, flor de pequi, araçá e o gado bonito, que só comia do capim-agreste. (Entrevista com Pedro)

Essa fala demonstra a forma de manejo compartilhado do gado, gerida sob um acordo tácito, baseado nos costumes locais que fazem parte da forma particular como os geraizeiros dessa região de Catanduva estruturam a prática da *solta*.

Seguindo a forma como é conduzida esta prática, chegamos, então, na terceira etapa da *solta*, caracterizadas pelos períodos posteriores às épocas de chuva, iniciando uma estação em que a umidade diminui drasticamente, com a tendência de o clima ficar cada vez mais seco, até a falta de chuvas atingir seu auge e as *chapadas* ficarem completamente drenadas.

Na terceira etapa o gado já alterou seu comportamento, e os geraizeiros o prende e o *solta* diariamente, pois, como os animais já não encontram água nas *chapadas*, recorrem aos cochos dispostos nos currais. Nesta etapa algumas plantações estão sendo colhidas, uma delas, a cana de açúcar, é utilizada como complemento da alimentação do gado, já que os capins do *gerais* não se apresentam com uma oferta tão grande quanto na da época das chuvas, assim com os frutos que também estão em menor quantidade. Essa etapa prossegue até o período em que as precipitações mais intensas voltem a ocorrer na região.

Temos, assim, o que podemos chamar de “ciclo da *solta*”, que pode apresentar a suas mais variadas versões de acordo com a comunidade em questão, pois, segundo Clóvis, morador de uma comunidade próxima a Catanduva, no município vizinho de Montezuma, a qualidade do capim nativo presente em sua comunidade se diferencia do encontrado nas *chapadas* de Catanduva, sendo mais abundante na época da seca, e possibilitando outro manejo com o gado no qual o “ciclo” se estrutura de maneira específica daquela região. Com isso, podemos dizer que, de acordo com a manifestação do cerrado e sua flora de cada região, as práticas da *solta* se alteram e se adaptam em aos ambientes.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o fato de que ao longo dos anos, em Catanduva, o “ciclo da *solta*” foi se alterando, acompanhando os ciclos da chuva. Por esse motivo optamos

por não utilizar os meses do ano para classificar as etapas da *solta*, pois, segundo os moradores, os ciclos de chuva estão se alterando, e nos anos recentes as alterações tem ocorrido com mais frequência.

No relato sobre o a época de Dona Jesuína, havia maiores disponibilidades de águas, seja pelo maior índice de pluviosidade, pela presença de nascentes nas *chapadas*, ou mesmo pela abundância de águas do próprio córrego do Guará. Este fator possibilitava que o gado permanecesse um período maior de distanciamento, aproveitando da maior oferta de água e capins, uma vez que as estações de seca também não eram tão intensas. Com essa perspectiva podemos compreender que o “ciclo da solta” teve suas etapas alteradas ao longo dos anos, e com o avanço das intervenções das *firmas*. Assim, a primeira e segunda etapas ficaram cada vez mais curtas, o oposto do que ocorreu com a terceira etapa, caracterizada pela maior dependência do gado em relação a cuidados e insumos exógenos à flora dos *gerais*.

Descritas as etapas do “ciclo da solta” partiremos para a análise dos aspectos transversais que a compõem. A começar pela esfera alimentar, na qual a proteína animal aparece constituinte relevante das refeições geraizeiras. Nos relatos notamos que, mesmo em períodos anteriores ao que estamos descrevendo, a dieta da comunidade tinha como principal fonte de nutrição a carne bovina.

Os moradores utilizavam uma forma peculiar de se conservar a proteína. Devido à ausência de eletricidade, usava-se o sal para condimentar a carne, e estendendo-a ao longo das ripas nos telhados, para ser desidratada. Desta forma ela podia, assim, ser consumida em viagens, ou em períodos muito posteriores, pois mantinha-se conservada, servindo de importante fonte de energia para os agricultores e suas famílias. A carne suína, em uma escala muito inferior, também era presente no modo de vida geraizeiro, aquilo que antes fora uma necessidade, hoje, se transformou em uma iguaria local, a *carne de lata*. Essa técnica que era utilizada para preservar a carne (suína e bovina), hoje é utilizada com finalidades gastronômicas mais requintadas (pitorescas). Para se preservar a carne sem a presença do sal, cortam-se pedaços grosseiros colocados em uma grande lata preenchida por banha, ou gordura extraída do suíno, ou, ainda, em alguns casos, também banho do gado. Ainda hoje a carne de lata pode ser encontrada em algumas residências de Catanduva.

Em viés econômico, o gado é utilizado como moeda de troca e também como reserva de valor, uma espécie de poupança para as pessoas de Catanduva. De acordo com os relatos, até o final do século XX a comunidade não estava familiarizada com a economia monetária,

pois a comercialização e a economia local giravam em torno das trocas, e, por não haver uma diversidade de utensílios e produtos industriais para serem adquiridos, não havia necessidade de estabelecer o dinheiro como mediador das trocas, o que passa a vigorar com maior predominância por volta da década de 1980, com a contratação dos geraizeiros pelas empresas que se instalaram na região.

O gado faz muito bem para a *segurança*³⁵ da família. Desde a época dos meus pais, antes ainda, lá atrás nos tempos de dona Tavana essa história de criação de gado já fazia parte da nossa maneira de *lida* com a vida. Por que, primeiro que a gente não pode viver só de andu, pequi e mandioca certo?! Temos que ter uma *misturinha*³⁶, que vem desse nosso gado, que vem sendo criado na região há muito tempo, não tinha essa raça de nelore de hoje não, mas ouvi dizer que esse gado nosso se acostumou com essas *chapadas* aí [...] E vou te falar, pensa em um animal que junta *economia*. Por que, assim, quando já está adulto ele é saudável, ele é fácil de vender aqui na região, então é como se diz, um investimento nosso. A gente pode, então, ir criando ele e vender assim que ele ganhar umas arrobas boas, ou, senão, a gente pode esperar também, porque vai que acontecer alguma coisa imprevista. Como teve o caso do vizinho nosso, aqui, que o menino dele acidentou em São Paulo, aí ele logo vendeu umas novilhas que ele tinha para comprar as passagens e levar dinheiro para cuidar do filho. (Entrevista com João)

O depoimento do João demonstra os aspectos trazidos em nosso argumento, assim como caracteriza a existência de um gado específico, utilizado por estas pessoas. Conhecido localmente como *gado pé duro*, ele é menosprezado por alguns produtores que adotam as raças dominantes da agricultura moderna como sendo ideais e mais lucrativas. Porém, outras pessoas como o Paulo e o Mateus, que ainda possuem um pequeno número de bovinos em sua propriedade nos dias de hoje, preferem optar pela raça do *pé duro*:

Esse nosso gado pé duro é uma raça que está aqui na região há muito tempo, então, ele está acostumado com esse nosso capim fura-saco, o [capim] gordura, a comer flor de pequi e outras qualidades de fruta do cerrado. Se, desde meu avô se cria esse gado aqui, por que motivo eu vou mudar? [...] Agora, tem umas pessoas que foram escutar uns técnicos da EMATER³⁷ aí, e acham que o tal do nelore é melhor. Ele pode até *dar* mais carne, mas aí você tem que ficar comprando umas rações caras na cidade, o bicho adoce com qualquer coisa, então, assim, para mim não está com nada. O bom mesmo é esse animal dos gerais, aqui. (Entrevista com Paulo)

A *solta* do gado, portanto, está ligada à um conhecimento ecológico construído a partir das vivências das pessoas com os biomas de Catanduva e seu entorno. Este conhecimento não

³⁵ Termo que, aqui, se refere à “estabilidade”.

³⁶ Carne.

³⁷ Empresa de assistência técnica e extensão rural do estado de Minas Gerais

tem, em si, nenhuma ingenuidade econômica em relação às recomendações de técnicos vinculados à produção em larga escala, antes, demonstram uma apropriação racional e inteligente dos recursos disponíveis para os geraizeiros criadores de gado. Se por um ponto de vista a produção de quilos de carne por arroba é, supostamente, superior com o gado nelore, por outro, a manutenção do gado de pé duro é menos custosa e mais adaptada ao ambiente dos *gerais*.

Em uma das imersões na comunidade, eu estava pilotando uma motocicleta com o senhor João na garupa, estávamos indo para a comunidade vizinha, chamada de Roça do Mato, para participar de uma reunião da RDS. Poderíamos ter passado por uma estrada asfaltada que leva à comunidade, porém, o senhor João me pediu que passasse *por dentro*, porque ele conhecia os caminhos da estrada de terra que sairia em Roça do Mato e aproveitaria para me mostrar um pouco mais da comunidade. Assim, ao sair da área de maior concentração de casas na comunidade, pude perceber a elevação do terreno que estávamos percorrendo crescendo-se acentuando, e, em determinada altitude o João pediu que eu parasse a moto para ele me mostrar como as *chapadas* e as *cabeceiras* estavam *conectadas*. A imagem que foi possível construir a partir da descrição do João foi a de que as *cabeceiras* começam onde as *chapadas* terminam, estas últimas, caracterizadas por uma área de maior elevação e aplainamento, possuem “bordas” que segundo João, seriam as *cabeceiras*. Ao descrever os usos desses dois ambientes o João trouxe a informação de que a *chapada* deveria ser preservada para que as *cabeceiras* também estivessem em equilíbrio, isso devido à presença de nascentes de cursos d’água que abasteciam a comunidade de Catanduva e outras na região. Assim, o João nos informou que a prática da *solta* foi responsável por criar o hábito de preservar essa parcela do bioma, que, apesar de “não ter dono”, segundo os moradores, estava sob o domínio dos geraizeiros e estes, segundo João, *respeitavam* esse ambiente e o controlavam, inclusive com a utilização do fogo, técnica ligada ao manejo dos capins nativos presentes nas *chapadas*, tanto para a sua reprodução, quanto no controle de áreas, impedindo que se reproduzissem em excesso, o que poderia afetar as áreas de *cabeceira*.

O conhecimento sobre o manejo dessas áreas, e a noção de conectividade entre os ambientes foram pistas que perseguimos para compor a noção territorial de que os geraizeiros de Catanduva são portadores, e que possui uma especificidade local, construída por gerações sucessivas que passaram por essas *chapadas*. Estes agroambientes, aos quais a identidade geraizeira está ligada, se apresentam como áreas estratégicas que apresentavam, e ainda apresentam atualmente, uma importância crucial no sistema produtivo das comunidades, na

reprodução da sociabilidade baseada no manejo de uma área de domínio comum, e na grande variedade de usos de plantas medicinais encontradas nesse espaço, sendo portadora, também, de grande importância ecológica para a região. O domínio, compartilhamento e uso dessas áreas se configuram nesse sentido, em uma divisão territorial muito peculiar, e passa a ser desafiador (senão impossível) enquadrar tais áreas em categorias e conceitos pré-estabelecidos a partir de leis e decretos, que possuem uma visão estanque de “território”, divergente da visão local das pessoas de Catanduva:

Olha, a *chapada* é importante demais para gente aqui sabe?! Sempre foi. Tudo o que a gente faz aqui, hoje, foi aprendido com os antigos, eles começaram a fazer, passaram para a gente, e a gente faz até hoje. A *chapada* é nossos gerais, é como se fosse o *agreste* mais limpo me entende?! É nesse lugar que a terra se *alarga*, onde os bois passeiam mansos, e dá muito riqueza natural. Tudo que é tipo de fruta você encontra lá, só as que eu lembro são: pinha do mato, mandapuça, abacaxi do cerrado, coco do cerrado, rufão, araçá, morcegueira – lisa e cabeluda –, cagaita, e, é claro, nosso valioso pequi, que desde que me conheço por gente o pessoal daqui tira o óleo dele pra cozinhar, fazer biscoito e vender. E, é claro, não pode faltar no arroz, quando a gente faz o arroz com pequi [...] É essa a maneira que a gente vive, sempre soltar os bois nas *chapadas*, porque ali ele come de tudo, e o que tem melhor pra ele é o capim gordura, que brota muito nessas *chapada* aí a fora, tem também o [capim] fura-saco e outras coisas boas pro animal. E essas terras nunca tiveram dono não, todo mundo aproveita um pouquinho, e todo mundo ajuda quando é boi perdido no meio, ou quando está precisando colher uma fruta. Tinha vez, mesmo, que a gente soltava o gado aqui nessa *chapada* e ia pegar ele lá na [comunidade] Roça do Mato, ou mesmo no Ribeirão. (Entrevista com Mateus)

Na fala do Mateus, fica claro que esse conhecimento é repassado ao longo dos anos, se configurando enquanto um conhecimento tradicional que o geraizeiro carrega para manusear os recursos disponíveis no território, assim como para se adaptar de acordo com o que o cerrado provê. Outra questão que a fala traz é a característica do domínio da terra, na parte: “*essas terras nunca tiveram dono não*”. Esse fragmento demonstra a forma de uso e ocupação comunal dessas áreas, bem como um regime de uso das terras que abrangia outro tipo de gestão, que não a propriedade produtiva privada, posto que existiam, sim, os espaços privados como as residências e quintais, porém estes não eram os únicos modelos dentro desse regime de gestão geraizeiro, como demonstrado pelas áreas de *chapada*, que se caracterizam por grandes extensões de terras compartilhadas dentro do território.

IMAGEM 7– O FRUTO DO MANDAPUÇÁ



Fonte: registro feito pelo autor, 2018

IMAGEM 8: CRIANÇA DE CATANDUVA MOSTRA A FRUTA DO RUFÃO (À ESQUERDA) E O COCO DO CERRADO



Fonte: Acervo do autor, 2018

2.5 – As demais práticas tradicionalmente utilizadas e as classificações nativas

Para demonstrar mais características da comunidade de Catanduva, iremos trazer, a este ponto, outras práticas que também são responsáveis por identificar, marcar e classificar determinadas áreas, “tecendo” as estruturas do território. Dessa forma, iniciaremos com os

elementos que tradicionalmente fazem parte da agricultura e de práticas alimentícias, provenientes do modo de vida da comunidade.

Ao perguntar às pessoas de Catanduva sobre os hábitos alimentares da comunidade na época de Dona Jesuína, de imediato surgem dois elementos estruturantes: a mandioca e o feijão. Estes aparecem vinculados ao tempo que estão presentes no modo de vida geraizeiro, assim como devido à versatilidade de seus usos ou variedades. Da mesma maneira que possuem uma raça de gado adaptada à região, existe um tipo de arroz específico, utilizado nas *baixas*, bem como há variedades locais de mandioca e feijões, que foram adaptados ao tipo de solo e clima presentes em Catanduva.

Temos um tipo de *raça* de mandioca que é só daqui. Hoje em dia a gente tem mais mandioca para plantar nas *baixas*, mas antigamente tinha umas qualidades de mandioca que se plantava nas *chapadas*, era uma mandioca boa toda vida, e que foi criada aqui. O pessoal vai separando as mandiocas que dão melhor naquelas áreas né?! [...] De feijão tem tipo demais, tem o catador, o de corda, o andu, a fava e outros, ainda. Cada feijão desse é usado em um tipo de terreno, e tem, ainda, os feijões que são usados em épocas diferentes [...] A gente planta sempre antes das chuvas para eles crescerem com a força das águas, mas tem umas qualidade de feijão que a gente chama de “feijão de neblina” que eles são plantados depois da época das águas, quando dá só umas neblinhas, assim, na região, sabe? Por isso o nome. (Fala de Cláudio, durante oficina de levantamento do histórico comunitário)

Percebe-se como os geraizeiros de Catanduva possuem uma refinada perícia agropastoril no manejo com os cultivos da região. Da mandioca ao feijão, as espécies são separadas por qualidade e classificadas, também, por tipos de ambientes ou estações do ano em que devem ser cultivadas.

Assim como a coleta da pindoba, a *solta* do gado e a *parceria*, o manejo dos cultivos nas áreas citadas acima são ações consolidadas no território. O local e a forma de realizar as atividades revelam a territorialidade construída e a identificação que moradores possuem com os agroambientes que manejam. As espécies adaptadas e suas áreas de plantio são marcadores locais que relembram os ensinamentos dos mais antigos. Atuam, assim, como elementos que constituem o lugar de vida dos catanduvenses, pois são áreas específicas apropriadas pelos ancestrais dos atuais moradores e revelam o vínculo estabelecido no passado e no presente pela comunidade. Essas práticas se somam às outras e constroem uma complexa estrutura social em Catanduva.

Outro elemento relacionado a prática local é a maneira como as pessoas beneficiam determinados alimentos como a mandioca, que pode ser transformada em mais de um produto, a depender da época do ano. O tubérculo, assim, pode ser transformado tanto em farinha quanto em *goma* (fécula). Nas épocas de chuva não é aconselhado fazer farinha, pois, segundo os moradores, tem a umidade como *inimiga* do preparo, afetando a qualidade do produto final.

O ponto ideal da farinha, portanto, deve ser atingido não apenas por aspectos físicos como o sabor e a textura. O produto, que é amplamente conhecido na região do entorno de Catanduva, e suas feiras, leva a identidade da comunidade consigo. Isso, segundo Maria (que demonstrou ser uma perita em produtos derivados da mandioca, por herdar receitas tão antigas quanto sua avó), ocorre devido ao reconhecimento da qualidade dos produtos de Catanduva, sendo algo que se procura nas feiras, por suas especificidades. Temos, então, um elemento identitário que surge a partir da prática, que não gera apenas noções territoriais, mas também cria relações endógenas e exógenas na região. Na fala do João:

Era assim, cada família fazia do seu jeito, mas o serviço era com ajuda, por exemplo, eu trabalhava pra um compadre no plantio da mandioca, e ele me ajuda no plantio do arroz, e assim a gente ia trocando, às vezes pra fazer uma casa, ou outra coisa que precisava (...). A farinha a gente sempre fazia, sempre plantamos a *maniva*³⁸ aqui, e tinha muitas espécies, até hoje tem algumas. Tinha a mandioca de cozinhar, mais amarelinha, mandioca de fazer farinha, mandioca pra fazer a *goma*³⁹, e assim a gente ia escolhendo. Nos *tabuleiros* que era bom de mandioca, aí dava mandioca demais, e pro senhor vê, hoje a água é tão pouca, que a gente está plantando mandioca na *baixa*, onde antigamente era o arroz, é triste(...). As *farinheiras*⁴⁰ sempre tinham muita gente trabalhando, às vezes juntava só mulher e criança, mas quando o tempo fechava pra chuva, até homem ajudava, porque tem que descascar, moer bem moído, peneirar e depois torrar. Aí para fazer a goma tem que deixar na água né?! É diferente. O povo trabalhava junto também na época do pequi, isso até hoje o povo trabalha demais. É menino, velho, homem e mulher.

Assim, a farinha é um elemento que sempre esteve no histórico da comunidade, como trazido por João, demonstrando as relações que envolviam o beneficiamento da raiz com o “entrelaçamento” dos membros das famílias, contava com as *parcerias* como por exemplo, para a finalização de remessas que precisavam ser entregues. Enquanto substância que faz parte da dieta da comunidade (e de grande ajuda quando na alimentação daqueles que se reúnem em tropas para as travessias rumo às regiões de caatinga), ela possui a característica da versatilidade, pois fazem a paçoca junto com a carne seca, servem para comer puras, com

³⁸ Muda da mandioca.

³⁹ Fécula de mandioca.

⁴⁰ Locais de beneficiamento da mandioca.

rapadura, compõem o feijão tropeiro, além de outras maneiras. Já a fécula pode ser feita em épocas de chuva porque a umidade não atrapalha no processo, ao contrário, auxilia no beneficiamento que demanda grande quantidade de água para ser executado.

Em Catanduva, a cana-de-açúcar também faz parte do sistema produtivo tradicional, e como os cultivos apresentados acima, possui espécies próprias da região e diversidades que variam conforme a finalidade. A cana é utilizada para quatro finalidades mais comuns na comunidade, a alimentação animal, a produção de aguardente, a produção da rapadura e a produção do melão. Para cada uma dessas finalidades os agricultores de Catanduva possuíam mais de uma variedade da cana, assim, eram, no mínimo, doze variedades de cana produzidas no território⁴¹. Esses produtos, e os derivados da mandioca, eram o *dinheiro do gerais*, segundo João, em uma brincadeira, pois esta não é uma categoria usual da comunidade, mas uma criativa categorização improvisada pelo nosso interlocutor, retratando uma interpretação, possivelmente, coletiva. A referência do João trata da relação à maneira como estes produtos eram utilizadas como meio de troca entre as comunidades, e, mesmo nas cidades das áreas de caatinga, fazendo parte dos saberes e fazeres que compunham as características dos catanduvenses.

Destacamos, também, as variedades nativas do pequi, que ao longo do histórico da comunidade, marcam suas práticas ligadas à culinária e ao manejo do cerrado com a coleta e o beneficiamento deste fruto. O pequi, como os demais frutos produzidos pelo cerrado local, entre eles o côco catulé, o rufão, o mandapuça, o abacaxi da chapada, o coco dos gerais, entre outros, sempre estiveram presentes no cardápio geraizeiro, a depender a época do ano, pois cada fruto é proveniente de uma estação, sendo que, às vezes as produções se encontram. O pequi é aqui destacado pela permanência destas árvores durante a reconfiguração territorial, pois é uma planta que possui as qualidades adequadas para nascer nas *chapadas*, bem como o destacamos pelo valor regional que possui, e que foi construído dentro da comunidade.

Diferentemente dos tempos atuais, o pequi, antigamente, não possuía valor de troca por ser uma fruta nativa muito presente na região do alto rio Pardo. Não obstante, esse fruto era muito utilizado no âmbito doméstico de Catanduva, e suas fartas colheitas eram sempre aguardadas por serem um dos frutos do cerrado que a comunidade tinha como costume beneficiar. Então, além de serem coletados para que fossem cozidos e servidos nas refeições

⁴¹ Nós nos referimos ao passado devido à perda de muitas dessas variedades com a reconfiguração territorial, e a impossibilidade de plantios em áreas antes cultiváveis.

caseiras, desse fruto se extraía (e se extrai) o seu óleo, que, com uma tonalidade avermelhada, era (e é) utilizado nas frituras e misturado à *goma* para se fazer biscoitos, prática que até os dias atuais perdura na comunidade. Posto isso, a fruto do pequi *in natura* não era comercializado na troca por outros produtos, mas seu óleo agregava valor e os catanduvenses o conseguiam fazer trocas nas localidades próximas.

Todo mundo ajuda a coletar o pequi, e isso desde a época dos mais antigos. A gente faz muita coisa com o pequi, tira óleo, come ele cozido, tirava muita castanha de pequi também, até farofa dá pra fazer! O povo rodava esses gerais afora catando pequi, antigamente era muita coisa, uma fartura que só o senhor vendo, mas sempre na *chapada*, lá que é o lugar dele.

Podemos, novamente, relacionar a apropriação e classificação do ecossistema e seus recursos enquanto a produção do território e da identidade geraizeiras. A coleta de frutos nativos em grande parte ocorre nas áreas de *chapadas*, estas então deixam de ser apenas espaços com a predominância do cerrado para se tornarem lugares de “vida e de memória”, território tecido através das gerações produz o vínculo de pertencimento para as pessoas que coletam frutos que só tem a incidência nestas localidades específicas.

Adentrando discussão das formas como são classificados os ambientes, o depoimento abaixo nos dará subsídios para demonstrar o oposto do estabelecido pelo imaginário sobre essa região, classificada enquanto semiárida pelo Estado, ela possuía uma presença abundante de recursos hídricos, que de acordo com o João, responsável por me apresentar o local onde antigamente se cultivava o arroz vermelho:

A gente tinha essas áreas de *baixa* que margeavam o [córrego] Guára, que eram muito boas pra plantar arroz. Para o senhor ter ideia, na época das águas tinha muita inundação e até mesmo para plantar arroz a gente tinha que drenar as áreas. O Guará era cheio de peixe e a gente aproveitava essa situação. Só era difícil para atravessar, se precisasse ir na casa de um compadre do outro lado tinha esperar, e se era de muita *precisão*, atravessa no nado mesmo. Aqui a gente estava acostumada a plantar uma qualidade de arroz que é daqui mesmo, o arroz vermelho. E ainda hoje eu ouvi dizer que tem uns geraizeiro por ai criando esse tipo de arroz. Aqui mesmo fica só na memória

Como demonstrado na descrição desse interlocutor, o cultivo do arroz presente na comunidade demonstra a abundância dos recursos hídricos uma vez que esse cultivo depende de áreas alagadas para prosperar, sendo necessário em alguns momentos drenar os locais de cultivo, mesmo para plantas que dependem do alagamento. Estas áreas eram utilizadas de acordo com o que cada família tinha de planejamento para a sua produção.

IMAGEM 9 - CATANDUVENSE E O EQUIPAMENTO DE PRENSAR A MANDIOCA DO TEMPO DE SEUS PAIS



Fonte: Autor, 2018

As áreas de *baixa* estão localizadas no menor nível de altitude do território, em geral, próximo dos locais onde cursos d'água passavam. São espaços que eram destinados apenas para o cultivo, e em alguns momentos era o local de lazer da comunidade em momento que sucedem os períodos chuvosos que aumenta o nível das águas que por vezes formavam lagoas, ou aumentavam o nível dos rios, sendo possível aproveitar as águas para banhos e pescarias. Sendo possível durante essa estação abastecer as famílias com peixes que eram salgados para que pudessem ser conservados para uso posterior.

Assim como o ambiente da *chapada*, estas áreas não possuíam um regime de propriedade privada. Eram áreas de uso comum que com a chegada das estações mais secas, possibilitavam os plantios que em geral, ocorriam de forma coletiva através das *parcerias*, que poderiam ser estabelecidas inclusive com pessoas de outras comunidades próximas.

Por conseguinte, estes e outros ambientes foram elencados dentro da classificação nativa dos geraizeiros de Catanduva. Ao percorrer o território depois de ter escutado os moradores relatando sobre os limites, fronteiras, e as particularidades desse espaço, foi possível compreender a complexidade que envolve as subdivisões dos ambientes internos, pois cada ambiente específico do cerrado dentro do território, é marcado por uma fauna e flora particular em sua presença na natureza e em seu uso nas práticas geraizeiras.

Existem divisões que podem ser compreendidas enquanto classificação agroambientais, de acordo com Dayrell (1998). Este autor, que também elaborou levantamentos desses agroambientes na comunidade de Tapera em Riacho dos Machados, demonstra que a classificação dos ambientes não é uma exclusividade de Catanduva, porém os agroambientes apontados pelos catanduvenses se diferem daqueles identificados pelo autor, havendo singularidades nas formas de apropriação da natureza em Catanduva. Dessa maneira, nosso esforço aqui não é de achar um padrão para as ocupações geraizeiras, pois estas mudam de acordo com a geografia de cada território. O que iremos exercitar é a descrição genérica dos agroambientes encontrados em Catanduva, a partir dos seus próprios moradores, demonstrando o nível de conhecimento e o refinamento das estratégias de ocupação das áreas que estes construíram com os *gerais* ao longo de seu histórico.

Tabela 1 – Quadro dos agroambientes

Divisão dos agroambientes
<p>Carrasco: Ambiente com vegetação densa e fechada, tem sua importância por ter a maior presença de animais silvestres como caititu, tatu, tamanduás e pássaros de maior porte importante fonte de alimento para a comunidade. Presença de plantas consumidas pelos animais silvestres e árvores de maior porte, usadas na construção de casas, artefatos para beneficiar a mandioca e cercas.</p> <p><u>Flora:</u> Pequi-D’anta, Caboclo (<i>Davilla rugosa</i>), Angico (<i>Nadenanthera colubrina</i>), Braúna (<i>Melanoxylon brauna</i>)</p>
<p>Charriale: Se assemelha com o carrasco, porém com uma vegetação mais dispersa. Possui uma maior utilidade para algumas variedades de raízes e cipós. É considerado uma área de transição para o <i>tabuleiro</i>. Segundo os moradores: “É o melhor lugar de caçar tatu!”.</p> <p><u>Flora:</u> Pau-terra (<i>Qualea parviflora</i>), Sucupira branca (<i>Pterodon emarginatus</i>), Vassourinha (<i>Scoparia dulcis</i>) e Caviúna (<i>Dalbergia miscolobium Benth.</i>)</p>

<p>Tabuleiro: Ambiente que faz a transição para a <i>chapada</i>, que possui características similares a esta, porém era utilizada para fazer roçados, e também possui uma diversidade de plantas frutíferas, também utilizada como importante fonte de alimento. Estas áreas tem algumas variação e em muitas delas é o local escolhido pelos geraizeiros para construir casas, cultivarem animais de pequeno porte e plantio de hortaliças. Isso devido a característica de ser plano e estar em uma posição intermediária com as outras áreas.</p> <p><u>Plantas frutíferas:</u> Pequi (<i>Caryocar brasilienses</i>), Caju-do-cerrado (<i>Anacardium humile</i>), Murici (<i>Byrsonima crassifolia</i>), Jatobá (<i>Hymenaea courbaril</i>), Pinha-de-veado</p>
<p>Capão: Ambiente de vegetação densa, é característico de lugares com maior presença de água. Por isso é considerado um lugar estratégico para captação de água. Apresenta árvores de grande porte, também utilizadas como as árvores presentes no <i>carrasco</i>. Considerado um local de preservação, pois apresenta uma vegetação que ajuda na <i>mineração</i> das águas.</p> <p><u>Flora:</u> Pau d'água (<i>Dracaena fragrans</i>), Landinho (<i>Calophyllum brasiliense</i>), Pau-de-óleo (<i>Copaifera langsdorffii</i>), Amescla (<i>Trattinnickia burserifolia</i>), Louro-de-capão (<i>Laurus nobilis</i>), Sucupira-preta (<i>Bowdichia virgilioides</i>), Cabelo-de-porco (<i>Piptochaetium montevidense</i>), Quatrimba, Orelha-de-cachorro (<i>Heteroptelys tomentosa</i>), Catolé-roxo (<i>Syagrus cearenses</i>), Macaqueira (<i>Guarea trichilioides</i>),</p>
<p>Chapada/Gerais: Extensas áreas planas que possuem a maior altitude dentre as demais apresentadas. Área caracterizada como <i>agreste</i>, possui uma mata baixa e presença de diversos capins nativo, que se torna propícia para a criação do gado. São áreas que se conectam com outras comunidades que também utilizam da mesma forma. Apresenta uma maior concentração do pequi e de plantas e raízes medicinais</p>
<p>Flora: Jatobá (<i>Hymenaea courbaril</i>), Pequi (<i>Caryocar brasiliense</i>), Lobeira (<i>Solanum lycocarpum</i>), Capim-gordura (<i>Melinis minutiflora</i>), Capim-fura-saco, Tingui (<i>Magonia pubescens</i>)</p> <p>Vereda: Ambiente com alta umidade, por vezes alagado. Área com alta presença de palmeiras e animais nativos.</p> <p>Flora: Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>), Coquinho-azedo (<i>Butia capitata</i>), Catolé (<i>Syagrus cearenses</i>)</p>
<p>Baixa: Área com maior umidade encontrada na região. No período antigo era propícia para o cultivo do arroz. Atualmente são as únicas áreas utilizadas para fazer roçado, pois a região está mais seca e é o único local onde se planta a <i>maniva</i> mesmo fora da época de chuva (único cultivo que consegue resistir)</p> <p>Cabeceiras: Estes ambientes são de extrema importância na visão dos geraizeiros, pois segundo os mesmos é o lugar das <i>minerações</i> d'água. São locais de maior altitude e podem ser entendidos enquanto as “bordas” das <i>chapadas</i>. Em geral são rodeados por capões e apresentam alta umidade, concentrando a maior parte das nascentes de rios e córregos na</p>

região. Esse ambiente diferente dos outros sempre traz um nome consigo, o que realça o caráter de importância para a comunidade. Assim em Catanduva a mais conhecida é a cabeceira da Sucupira, nome dado ao ambiente dessa classificação que contém a nascente do córrego do Guará.

IMAGEM 10: MOEDOR DE CANA DO TEMPO DA DONA JESUINA



Fonte: Acervo do autor, 2018

Para compor nosso entendimento sobre o território de Catanduva foi proposto o exercício comunitário de representar em uma cartolina o mapa da comunidade. Pedimos aos participantes que elaborassem um mapa que trazia a área utilizada pela comunidade na época de Dona Jesuína. O produto gerado representa os limites da comunidade, porém é importante notar que estes foram estabelecidos conforme os usos dessas áreas, não através da noção de propriedade das pessoas da comunidade. Foi possível notar que o sentido de propriedade é atribuído apenas as parcelas domésticas dos espaços ocupados geraizeiros, caracterizado pelas casas e terreiros, que continham pequenas unidades produtivas como chiqueiros, currais, galinheiros e cultivo de hortaliças. As demais áreas, que representam a maior parcela do território, são espaços de uso comum, em que algumas dessas áreas são consideradas como pertencentes à algumas famílias pelo tempo de uso. Há na comunidade a *cabeceira* do Paulo, por exemplo, atribuída a este geraizeiro por ser o local que abastece de água a unidade

doméstica que reside sua família. Esse e alguns outros exemplos são possíveis de serem identificados, embora o uso não se restrinja a essas pessoas em específico. Assim, a *cabeceira* do Paulo pode ser acessada por qualquer membro da comunidade, devendo outras pessoas apenas avisarem a necessidade de uso do local, como pegar lenha, utilizar uma madeira para construir algo, ou mesmo coletar algum fruto, raiz ou planta, para poderem se distinguir das pessoas que não pertencem a comunidade.

O mapa da comunidade traz a noção de conectividade apresentada por João quando este me apresentou as *chapadas* e as *cabeceiras*. Na fala que traremos abaixo, surge outro entendimento que se une ao do João para compor uma teoria territorial própria de Catanduva:

Olha, as divisões eram mais dos ‘tipos de mata’ que tinham dentro da nossa terra. Porque você não pode partir um *charriete* ‘no meio’, e dizer que para lá é outra comunidade. Precisamos de todas essas matas que estão a nossa volta, seus animais suas frutas, a madeira. As matas estão em *comunicação* e precisamos respeitar isso. Assim o mais comum aqui, é que as divisas fiquem nos *deságues*, pois na *chapada* ou nas partes mais altas, correm duas águas, certo?! A que corre para cá é nosso território, a que corre para lá é território de outra comunidade. Mas assim, isso era só para gente ter uma ideia, porque como eu disse, como que você corta uma *chapada* no meio?! Eles [comunidades vizinhas] usam a *chapada*, e a gente também, e tinha fartura para todo mundo. Quem dividia terra com cerca de pedra e essas coisas era só os *fazendeirão* [...] E outra, essa história de “comunidade” é coisa nova, antigamente não tinha isso, tinha as casas, as famílias e o gerais, só agora mais recente com essas *mudernagens* é que inventaram essas divisas de comunidade. (Entrevista com José)

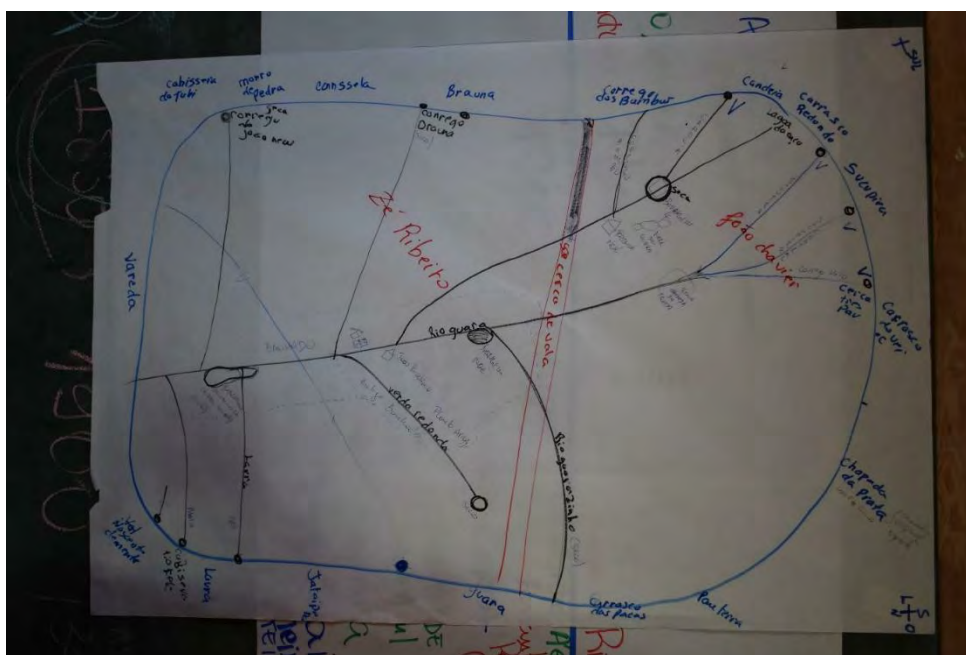
Essa nos traz uma perspectiva que inicialmente não tínhamos neste trabalho, pois entendíamos que a comunidade apresentaria um “território delimitado”, com seus confinantes e fronteiras prontamente estabelecidos, assim como os modelos trazidos por leis e decretos. Ocorre que os moradores nos demonstram o oposto desse entendimento, já que apresentam outra lógica de regime de uso e também de delimitação dessas áreas. Absorvendo esse entendimento, iremos compreender enquanto uma teoria territorial concebida pelos moradores, em que os limites não dividem, mas criam “fronteiras de comunicação” como trazido por José. Comunicar se refere a estabelecer contato, estar em relação, ligar uma coisa à outra, com isso podemos analisar como as fronteiras Catanduva não dividem mas criam relações. A compreensão de território assim, deve ser compreendido sob o prisma dos próprios geraizeiros.

Esses *gerais* todo era usado pelas comunidades, pois a gente soltava um gado aqui e pegava só lá na [comunidade] de Roça do Mato, as vezes até mais longe que isso. E eles de lá faziam a mesma coisa, não só com o gado, mas pra colher o pequi também, não tinha essas divisa todas que tem hoje não. (Paulo em entrevista)

O esforço de “enquadrar” o território de Catanduva nos traz uma representação “limitada” do que seria o território tradicional. O que se pode compreender do uso e ocupação

das áreas coletivas, é que estas criam conexões espaciais, relações territoriais intra e intercomunitárias. Nesse sentido, o território de Catanduva está ligado aos territórios das comunidades vizinhas através das áreas de uso coletivo, sejam as *chapadas*, *cabeceiras*, locais protegidos, ou algum outro ambiente que faz parte do manejo compartilhado entre as comunidades.

IMAGEM 11: MAPA DE CATANDUVA ELABORADO PELOS MORADORES



Fonte: Acervo do autor, 2018

O mapa acima é produto da interpretação dos geraizeiros de Catanduva sobre o território que ocupam, elaborado a partir do estímulo proporcionado pela oficina de cartografia na qual pude estar presente. A linha central que cruza o território desenhado é o córrego do guará, foi o primeiro marcador levantado, assim como os demais cursos d'água. A partir da orientação geográfica do mapa – identificada no canto inferior direito da imagem –, é possível perceber na área sudeste a representação da formação do córrego do Guará representado por três linhas, que são nascentes d'água. No mapa o local é descrito como “Sucupira”, ou *cabeceira* do Sucupira, destas áreas as três linhas são, começando ao sul; o “córrego do velho”, “Sucupira central” e o “Sucupira”. Esta cabeceira está entre dois *carrascos*, próximo ao “córrego do velho” se encontra o “*carrasco do velho*”, e do lado oposto o “*carrasco redondo*”. Seguindo mapa no sentido do “*carrasco redondo*”, tem uma linha que se inicia na “*lagoa da onça*”, e se encontra com o córrego da Candeia, que se forma no próximo ponto “*cabeceira da Candeia*”, e que também

alimentava o Guará, porém atualmente se encontra seco. Estas duas linhas, antigos cursos d'água se encontram em um local onde havia uma barragem feita por empreendimentos, e que também está seca, assim como o próximo ponto do mapa o “córrego dos bambus”. Ainda no sentido sudeste rumo ao norte, a próxima referência é o “córrego das Braúnas”, local em que foi feita a barragem que abastecia a comunidade até os anos 2007, atualmente seco ele é pauta das reivindicações da comunidade, que demanda a retirada dos eucaliptos dessa área.

Na extremidade nordeste do mapa, estão o “morro de pedra”, nome que se refere as características geográficas do local, e a “*cabeceira* do Antônio”, local que nascia o “córrego do jogo”, atualmente seco, e desaguava no Guará. A primeira divisa ao norte é um local de uma antiga *vereda*. Ao extremo norte, uma barragem é representada no curso do córrego do Guará, ele é descrito como “barragem da RuralMinas”, pois foi construída pela instituição. Na divisa noroeste estão representadas duas *cabeceiras*, nestas se encontram três pontos e linhas, são antigos córregos que estão secos. Retornando no sentido sul, existe o rótulo de “Jataipeva”, se referindo à árvore de grande porte - *Dialium guianense* - presente no local que funciona enquanto outro marcador de divisa. Avançando para a parte sudeste do mapa, foi destacada o “*carrasco* das pacas”, que dá origem ao “rio guarazinho” – representado pela linha – outro afluente seco do Guará. Em seguida tem a referência “Pau-terra”, outra árvore que cumpre a função de demarcar uma das esquinas do desenho. E por último, a referência à área da empresa “Chapada da Prata”.

Em vermelho no mapa, duas linhas atravessam o território de leste à oeste, estas representam a área da antiga “cerca de vale” que servia como divisa e parte da estratégia de manejo com o gado. Esse era o marcador que antigamente dividia as terras dos primeiros ocupantes de Catanduva, José Ribeiro – escrito de vermelho na parte norte da cerca de vale – e João Xavier – escrito de vermelho na parte sul da cerca de vale.

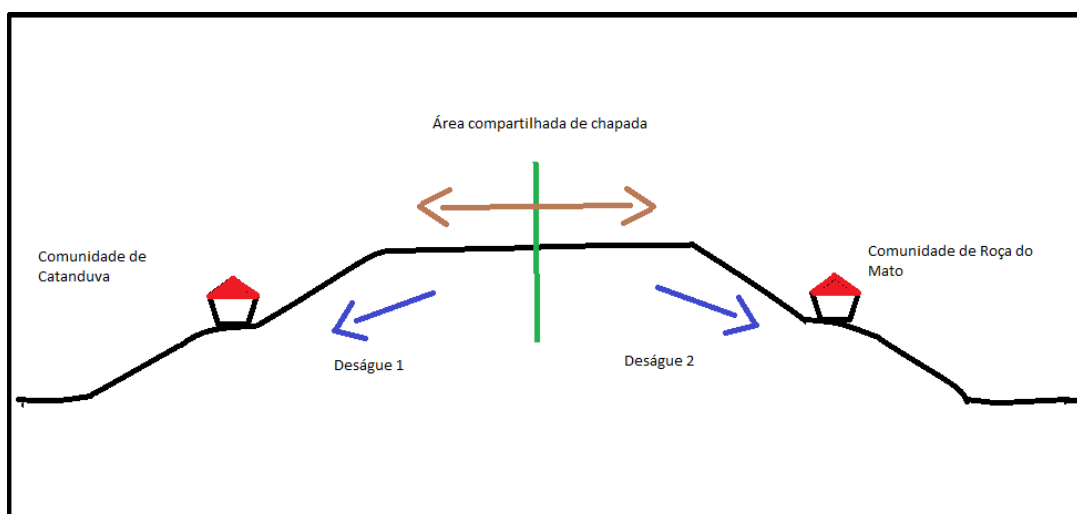
Com a descrição do mapa elaborado pelos catanduvenses, podemos identificar os impactos das mudanças climáticas e ocupação das áreas de *cabeceiras*, responsáveis por maior parte da produção da água no território. A maior parte dos cursos d'água estão secos, sendo a maioria afluente do córrego do Guará, que também se encontra em processo de assoreamento e secas ao longo do ano. Ao desenharem o mapa, os antigos cursos d'água ainda fazem parte das referências espaciais das pessoas de Catanduva, o que também se torna mais uma evidência para o histórico de abundância das águas na região. Outra observação pertinente que devemos

fazer sobre o mapa, foi a maneira como as pessoas representaram o território, pois a representação feita pelos moradores tem referência as divisões formais das terras atualmente, e os limites que constam em documentos de posse e títulos oficiais. Com isso, quando questionamos sobre a forma de uso das áreas e o manejo tradicional da comunidade os geraizeiros representam o território de outra forma quando passam a falar na função dos *deságues* que demonstram a fluidez das fronteiras, como demonstra a fala do Sr. José:

Essa história de território ainda não tá fácil pra gente entender, sabe porquê? Por que nossas terras foram tiradas da gente, então de 70 pra cá as áreas nossas não ficaram nos documentos. Se fosse pra gente fazer um mapa do território que nossos pais e avós usavam não caberia na folha. Por que assim, uma coisa vai encontrando com a outra, e como se os *deságues* ligassem a nossa comunidade a de Roça do Mato por exemplo.

Seguindo as indicações de José e com o intuito de compreender e representar a maneira como se articulavam as comunidades dentro da noção nativa de território, devemos levar em consideração a categoria de *deságues*, marcadores naturais que estabelecem as fronteiras de comunicação devido ao manejo dessas áreas. Na representação que trazemos abaixo, imagem 12, temo o intuito de expressar o uso e ocupação das *chapadas* pelos geraizeiros de Catanduva e a forma como essas superfícies são compartilhadas com as comunidades circunvizinhas criando. Na imagem, à esquerda representamos a ocupação da comunidade de Catanduva. As casas são feitas nas áreas de tabuleiro que são transições para as *chapadas*, assim como na comunidade de Roça do Mato. A seta marrom de dois sentidos, representa a movimentação do gado, que solto nas áreas de *chapadas*, conseguem alcançar outras comunidades com facilidade, assim, os animais de Catanduva seguem para Roça do Mato e vice-versa. As setas azuis representam as áreas de *deságue* e a linha verde indica o ponto de interseção das comunidades.

IMAGEM 12: REPRESENTAÇÃO DAS ÁREAS DE *CHAPADAS* E DOS DESÁGUES



Fonte: Elaboração do autor

Podemos destacar a criação do gado na *solta* enquanto um elemento do modo de vida geraizeiro que estrutura não somente parte do sistema produtivo das comunidades, mas também é responsável por conectar territórios e criar “comunicações” ou conexões entre as comunidades, formando áreas coletivas intercomunitárias. Sendo assim, o manejo com o gado também tem a função social de estabelecimento de fronteiras relacionais, em que as áreas coletivas não funcionam enquanto obstáculos ou linhas imaginárias rígidas entre as comunidades, ao contrário estas fronteiras são responsáveis por ampliar a noção de território inicialmente adotado por este trabalho.

Para dialogarmos com as teorias territoriais, iremos buscar a noção de limites trazidas por Raffestin (1993), que implica não apenas na diferenciação de áreas, mas na maneira com estas serão administradas e mais profundamente, as relações de poder que são construídas por estas margens:

[...] limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder. Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, se recortarem. Mas vê-se logo que, na qualidade de sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar

os modos de produção, isto é, para torná-los espetaculares. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder. (p. 165)

Na visão do autor, os limites necessariamente existem para delimitar o território assim como as relações de poder e relações com um determinado espaço, o que ocorre na representação do mapa, porém na visão objetiva dos moradores os limites são “frouxos”. Podemos constatar também, a manifestação dos modos produtivos e as relações de poder exercidas dentro dos limites de um território. No caso apresentado, a comunidade geraizeira compartilha não apenas parcela de seu território, mas também o sistema produtivo tradicional agropastoril, vinculado à prática de *solta* do gado e extrativismo da vegetação nativa, em um regime de uso comum. Esta característica nos leva a compreender a relação de poder que permeia o território em seu histórico de ocupação, em que as comunidades construíram com base na simetria das relações estabelecidas, onde o compartilhamento de recursos e superfícies atestam tal afirmação.

Iremos identificar, portanto, uma compreensão nativa sobre o território geraizeiro, que expressa como as relações das comunidades com os agroambientes cria a territorialidade da comunidade, assim como cria conexões e relações com outras comunidades, apresentando uma dinâmica territorial, que escapa aos modelos estáticos de compreensão de território. Todavia, diferente de sistemas territoriais fechados, isolados de outros ambientes e comunidades, estes sistemas se caracterizam pela fluidez das divisões, como trazido pela narrativa local: “*não se pode dividir uma chapada, ou um charriele no meio*”. Dessa maneira a noção de território extrapola conceitos fechados mais comumente adotados por textos legislativos e decretos que regulamentam e reconhecem os espaços ocupados por comunidades tradicionais.

IMAGEM 13: JOVEM GERAIZIERO ADENTRANDO UMA MATA DE *CAPÃO*, NA *CABECEIRA* DA SUCUPIRA, ONDE NASCE O CÓRREGO DO GUARÁ



Para tanto, apontamos esta estratégia para melhor dimensionar e abranger o território tradicional, para além de somente um “espaço utilizado”, buscando compreender a ocupação do espaço através da territorialidade da comunidade. Esta forma de abordar o território geraizeiro parte de uma conversa com Carlos Dayrell, que esteve em diálogo com os geraizeiros de Catanduva tratando sobre implantação da RDS Nascentes Geraizeiras. Segundo Dayrell, uma compreensão mais abrangente de território foi trazida por moradores da comunidade, apontando formas de conexões dos agroambientes responsáveis por configura um território maior do que a área ocupada por apenas uma comunidade. Esta compreensão serviu de base para a constituição e demarcação do território da RDS. A partir dessa indicação foi possível investigar com mais detalhes a visão dos catanduvenses sobre o território.

Ao encerrarmos esta seção que se trata sobre as práticas sociais como forma de apropriação do espaço para construção do território, devemos ressaltar também a noção de pertencimento atrelada à estas superfícies dotadas de histórias e memórias tecidas ao longo das gerações. Essa mesma noção de pertencimento constitui o diferenciador identitário desse grupo, criando uma fronteira entre os “de dentro e os de fora”, servindo assim, como base para a formação da noção de identidade coletiva portada pelas pessoas que nasceram e foram criados nessas terras. Posto isso, iremos entrar em uma seção que trata de outros processos geradores da diferenciação identitária, onde determinadas práticas sociais foram responsáveis por dar origem a identidade tradicional das pessoas de Catanduva.

2.4 – De *carcunda di librina* à geraizeiro: A transmutação identitária em Catanduva

Para finalizar esse capítulo, tratamos agora da identidade tradicional dos geraizeiros de Catanduva, e, para isso, iremos descrever a prática da organização das tropas que era realizada pela comunidade, bem como, refletiremos sobre como esse processo acionou a contrastividade, gerando o termo “geraizeiro” na comunidade de Catanduva. Detemo-nos à, aquela que surge no contexto que precede a territorialização das empresas na década de 1970.

O fenômeno da travessia se aproximava de uma romaria, porém, tem fins comerciais. Era um trajeto percorrido pelos geraizeiros acompanhados de burros e/ou mulas carregados de produtos feitos a partir das produções que já descrevemos: farinha, goma, rapadura e óleo de pequi, entre outros, para serem trocados nas feiras. Organizava-se uma *tropa* de no mínimo quatro homens com suas *bruacas*⁴², que levavam seus animais. Quem não possuía um, conseguia emprestado de um parente ou vizinho. A caminhada durava de um dia e meio a dois dias, em cada direção. Os geraizeiros atravessavam os *gerais* pela serra Geral e desciam às planícies da caatinga, onde havia cidades mais populosas como Porteirinha e Mato Verde. Nestas cidades aconteciam movimentadas feiras com pessoas que cruzavam o estado de Minas

⁴² Antigas “mochilas” utilizadas pelos tropeiros, feitas a partir de amarrações com cipós e couro, que serviam para o transporte individual de produtos.

Gerais para a Bahia, e vice-versa. Ali havia a possibilidade de trocar seus produtos por insumos e utensílios que não eram produzidos no território, como o sal e a querosene.

Eu aprendi a fazer esse *trecho* com meu pai, que aprendeu com meu avô. Eles levavam a gente criança, passávamos quase dois dias caminhando para chegar nas feiras de Mato Verde e Porteirinha. E naquela época tinha muita água né?! Então, a gente sofria as vezes com a chuva da estrada. Mas os burros e as mulas foram feitos para esse trabalho, eles não reclamavam né?! Mas até nadar o bicho nadava, quando precisava atravessar um trecho alagado, ou algo assim, eles colocavam os beíços em cima das narinas e *ia* embora nadando. A gente parava em alguns lugares, como Roça do Mato, e onde hoje é [o distrito de] Santo Antônio do Retiro, antes de chegar na cidade. A parada era para o pouso, alimentação e descansar os animais em pasto alugado. [...] A estrada é bonita demais, com um cerrado muito bonito! A gente descia pela serra geral e chegava na caatinga, Mato Verde, Porteirinha e Monte Azul. Lá a gente conseguia trocar nossos produtos na feira. A gente não ficava mais de meio dia lá não, o pessoal gostava muito da farinha e da rapadura nossa, ai a gente pegava feijão, alguma carne seca, e sempre pegava sal, pra gente e para os outros que ficavam, mas que encomendavam da gente. Ai dava para voltar satisfeito, era uma peleja, mas fazia nossa vidar girar. (Pedro, em entrevista de campo)

IMAGEM 14: FEIRA DA CIDADE DE PORTEIRINHA NO ANO DE 2018. AINDA HÁ GRANDE CIRCULAÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS COMO OS COMERCIALIZADOS ANTIGAMENTE.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Para realizarem a travessia e incorporarem o conhecimento necessário para fazerem por conta própria a prática dos geraizeiro de Catanduva foi repassada de pai para filho, levados

ainda crianças, caso de alguns de nossos parceiros de diálogo. A organização das *tropas* era um fenômeno social do modo de vida das pessoas de Catanduva e foi fundamental no processo da construção da identidade coletivas deste grupo. A teoria que mais se aproximou do desse processo identitário foi a de “fronteira étnica” estabelecida por Barth (2000), capaz de abarcar a dimensão relacional desse fenômeno.

Segundo os moradores o termo “geraizeiro” não surgiu a partir dos membros da comunidade, mas com a interação entre os diferentes grupos presentes na região, até o início do século XX. O encontro provocado pela travessia daqueles vindos dos *gerais* de Catanduva e aqueles que estavam nas cidades localizadas nas planícies da caatinga, pode ser compreendido como uma “fricção étnica”. Dá-se o estabelecimento relações sociais e da contrastividade dessas culturas, fator provocador do estranhamento, uma diferenciação entre uns e outros, os que desciam da serra Geral e os que já estavam naquela região.

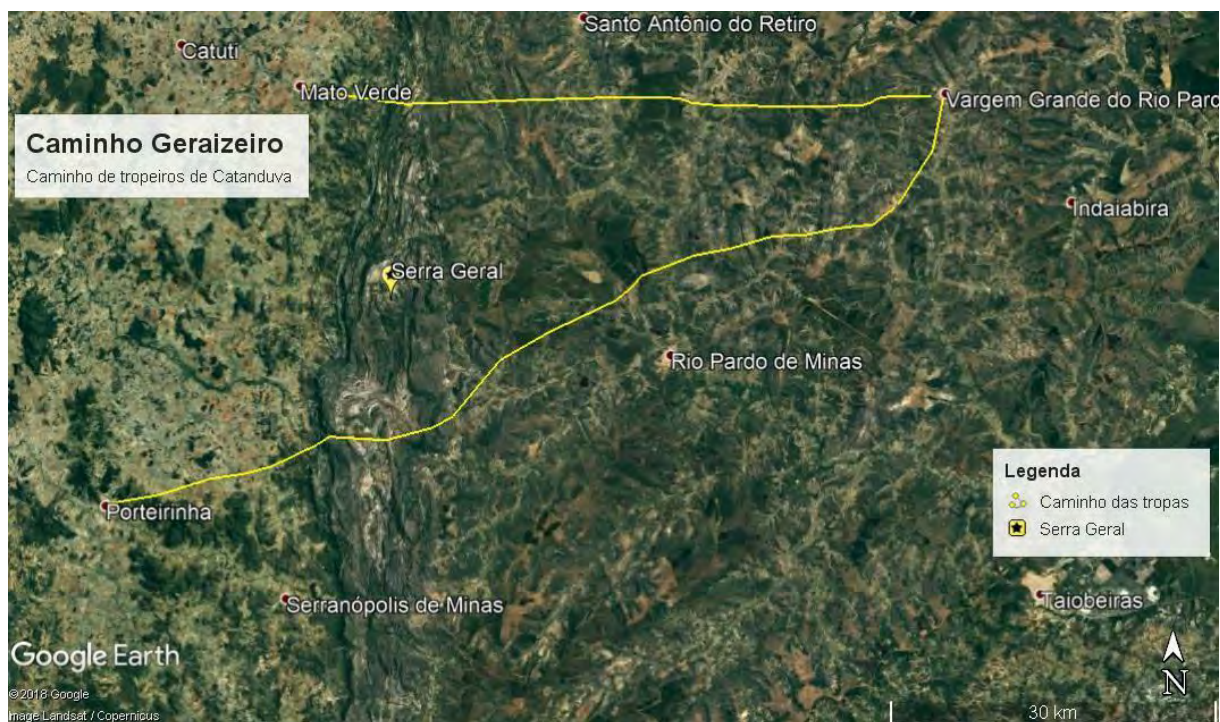
A gente saia daqui e descia lá nas caatingas para poder vender as coisas, não era fácil não, mas a gente dava conta. Aí quando chegava lá na feira, bem de manhazinha, as costas nossa e dos burros estavam todas farradas daquele orvalho, me entende?! Aquele rastro de neblina, aí que o pessoal chamava a gente de *carcunda de librina*! A gente não gostava muito não, sabe. Porque o povo usava para fazer graça da gente e aí chamava a gente de “geraizeiro da *carcunda de librina*”. É porque a gente era de lá, né [do gerais]?! Lá é a caatinga, e a gente falava do povo caatingueiro, das caatingas baixas, terra que dá muito umbuzeiro e a água é mais regradada [...] Então, funcionava dessa maneira, quando a gente chegava lá em baixo o povo já falava dos geraizeiros que vinham chegando da serra. (Paulo, em entrevista)

Podemos notar o sentido de fronteira estabelecida entre nativos de Catanduva e das áreas de caatinga como a distinção “dos de dentro e dos de fora”, mencionados por Barth (2000), em um movimento responsável por gerar identidades de grupos sociais. Para os moradores de Catanduva eles eram geraizeiros “porque os do outro lado da serra eram catingueiros”⁴³, o que demonstra que a identidade dos geraizeiros se baseia no contraste com os catingueiros. A produção da identidade geraizeira então, surge a partir do momento em que os catanduvenses começam a ir para uma região das caatingas, prática regional, pois eles apontam que outras comunidades da região de Rio Pardo de Minas também atravessavam a serra em locais diferentes. Ao chegaram nestas regiões esses outros povos também eram chamados de

⁴³ Fala de João

geraizeiros, como apontado por Dayrell (1998), ao analisar elementos contrastivos e fronteiriços da identidade geraizeira.

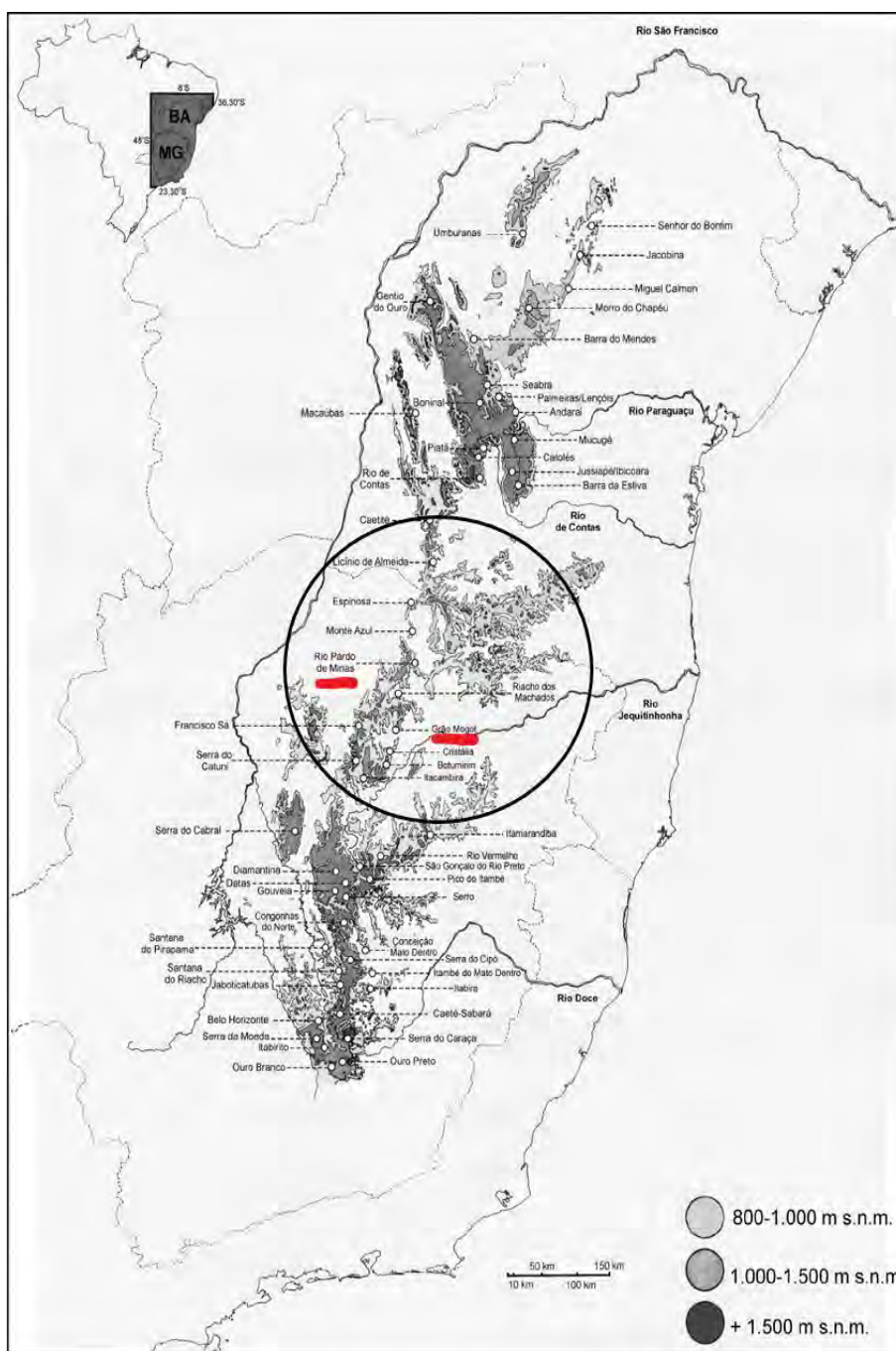
IMAGEM 15: MAPA DO CAMINHO DAS TROPAS GERAIZEIRAS



Fonte: Google Earth, adaptação do autor, 2019.

Na imagem acima podemos visualizar o trajeto feito pelos geraizeiros e suas tropas. O percurso foi traçado no software “Google Earth” com auxílio dos moradores de Catanduva para representar a caminhada realizada pelos mais antigos da comunidade. O mapa nos traz algumas informações visuais que podem ser utilizadas como base de análise. A diferença dos ambientes por exemplo, é algo que cria contrastes inclusive nas imagens de satélite, onde a serra Geral surge enquanto uma divisor natural de biomas. A serra, identificada com o marcador amarelo, possui à sua esquerda o ecossistema da caatinga, no qual se encontram as cidades de Porteirinha e Mato Verde, e à sua direita, os municípios de Rio Pardo de Minas e de Vargem Grande do Rio Pardo, onde se localizam as comunidades geraizeiras e o ecossistema predominante no cerrado ou *gerais*. Contudo, quando trazermos o “estranhamento” entre os grupos sociais percebemos que a serra é também um divisor social que participa da construção das relações locais entre os grupos que ocupam os *gerais* nas partes altas, e os sopés da serra.

IMAGEM 16 – LOCALIZAÇÃO DA SERRA DO ESPINHAÇO COM DESTAQUE DA REGIÃO DA PESQUISA



Fonte: Carta do Brasil milionésimo, IBGE 1972.

Dayrell (1998), Nogueira (2009) e Brito (2013) apontam a identificação dos grupos sociais com a parcela específica da natureza, sendo na caatinga os catingueiros, nas veredas os veredeiros e no *gerais* os geraizeiros. Em Catanduva, a relação estabelecida com a natureza que os circunda, os *gerais*, compõe o modo de vida da comunidade, que usa e ocupa esse espaço

através de práticas construídas ao longo das gerações, sendo a base para a sua territorialidade e identidade tradicional.

Assim, não pretendemos fazer uma teoria geral das comunidades ocupantes dos *gerais*, nem mesmo enquadrá-las em um conceito universal que abarca a todas elas ocultando as diversidades existentes, porém, proximidades são notadas, e, como vimos, são fatores que conseguem mobilizar os grupos em unidades políticas. Nesse sentido, a identidade é utilizada como um vetor de mobilização coletiva, como constatado na realização das Conferências Geraizeiras, em que as comunidades da região se reúnem sob o mesmo signo identitário, organizando um movimento social que é o movimento geraizeiro.

Sempre teve isso e ainda tem, mas antigamente a gente achava ruim porque era desprezo da gente. Mas o povo que mora nas terras baixas, que nem o Mandacaru [comunidade localizada nas áreas de caatinga] que é um baixio, é diferente do povo que mora que nem a gente, em um lugar alto assim. Aqui, que nem a gente, é chamado de geraizeiro. Nós íamos trabalhar em Mato Verde e quando chegava lá eles chamavam a gente de geraizeiro. Na Bahia o povo chama a gente daqui de geraizeiro, e até hoje eles falam lá nos *gerais*, lá em Mortugaba [município da Bahia], mesmo, eles falam isso.

[E o povo de Mortugaba é o que?] É baiano! (risos). Lá são os baianos que chamam aqui é de *gerais*, “amanhã nós vamos para os *gerais*”. Igual a gente fala quando fala para a Bahia.

Na fala do João, podemos notar que a contrastividade ocorre em outras regiões também. Ao leste de Catanduva, em território mineiro, a uma distância que vai dos 78 aos 124 km, encontram-se respectivamente os municípios de Mato Verde e Porteirinha, que se distinguem pelas fronteiras ecológicas e culturais. Mais próximo da comunidade, 52 km ao norte, está Mortugaba, na Bahia, que também passa pelo processo de fricção identitária, em que a contrastividade é mais um fator institucional do que étnico e ecológico.

Uma constatação importante a ser destaca é o fato de as falas dos parceiros de diálogo trazerem a insatisfação com a identidade histórica que lhes era atribuída pelas pessoas das regiões circunvizinhas. Destacamos essa percepção dos catanduvenses por ser uma posição diferente da atualmente adotada. Quando esta identidade era imposta aos agricultores dos *gerais*, ela estava dentro de uma esfera social que utilizava o termo de forma pejorativa, classificando os moradores de Catanduva como inferiores ao contrastar o rural (atrasado) com o urbano (avançado).

Dentro do processo de (des)invisibilização dos povos e comunidades tradicionais na região norte mineira, grupos sociais emergiram utilizando as identidades locais como critério de autorreconhecimento, de acordo com a legislação vigente. À vista disso, as diversas identidades locais foram acionadas dentro de uma esfera institucional, baseadas nos parâmetros legais que preveem um reconhecimento formal das comunidades e suas identidades enquanto “formadoras da nacionalidade brasileira”. Nesse sentido, a identidade passa a ser o caminho burocrático legal para institucionalizar a reivindicação de direitos e a legitimação dos grupos.

A comunidade de Catanduva e toda a região do alto rio Pardo também acompanharam esta (des)invisibilização, a descrição da forma como isto ocorreu será elaborada a próxima seção. Porém, o que iremos destacar é o modo pelo qual esses agricultores acionaram uma categoria que anteriormente não os agradava como ferramenta para conquista de direitos e legitimação do seu modo de vida. A identidade geraizeira pode representar o grupo de forma intuitiva “quem vive nos *gerais* é geraizeiro”, mas não expressa o ponto de vista de como essas pessoas percebiam o termo, então depreciativo. Dessa maneira, as comunidades precisaram ressignificar a categoria como estratégia das mobilizações sociais, nas quais uma “identidade tradicional” precisa ser empregada para que a comunidade possa utilizar da prerrogativa do autorreconhecimento, previsto em lei, e possa reivindicar, de forma legítima, o território tradicionalmente ocupado.

Neste capítulo nos debruçamos sobre a construção social do território de Catanduva, remontando o processo de territorialização da comunidade, através dos costumes e tradições ligados aos elementos territoriais, assim como a identidade tradicional sendo construída sob a marca da contrastividade com outras localidades e biomas. Vimos que a gênese da categoria geraizeira se deu na contrastividade e no atrito étnico com outras regiões, e apontamos a maneira pela qual a identidade sofreu uma ressignificação através das mobilizações sociais.

No caso da comunidade de Catanduva, a noção de fluidez em suas divisas e limites demonstram a influência da classificação das áreas comuns na construção da noção de território, e demonstram como estas classificações devem ser levadas em consideração para a compreensão dessa categoria. No esforço de apreender o que é o território tradicional geraizeiro de Catanduva este trabalho produziu, junto da comunidade, uma teoria sobre a compressão do território geraizeiro. Essa experiência aponta o território como algo tão singular quanto uma identidade, ali cada espaço deve ser determinado pelos próprios residentes, tendo a

territorialidade como fundante para compreender a noção de apropriação e uso do espaço, em uma dimensão da reprodução física, social e cultural de uma comunidade tradicional.

A identidade geraizeira e seu forte vínculo com as *chapadas* e a serra Geral está historicamente ligada à ocupação desses territórios pelas comunidades tradicionais da região. Nesse sentido, a identidade e o território tradicional das pessoas de Catanduva devem ser compreendidos dentro de um espectro relacional, na contrastividade regional e nos intercâmbios territoriais com outras comunidades. Seria um erro isolar a comunidade de Catanduva das comunidades vizinhas, devido às suas redes de relações, assim como às tessituras que se constroem sob as superfícies dos *gerais*.

No capítulo seguinte nos debruçamos sobre as mudanças ocorridas no território da comunidade de Catanduva, analisando como a reconfiguração do território, capitaneada pela implementação de projetos econômicos, implica na desarticulação do modo de vida tradicional construído neste espaço.

OBS: existe ainda um certo grau de naturalização. Apesar da ênfase na constratividade, não uma história do conflito nem uma contextualização das categorias.

Capítulo 3: Descolonizando os Gerais: A intervenção da *mudernagem* no alto rio Pardo sob à lente da ecologia política

Este capítulo discorre sobre as mudanças estruturais vivenciadas no território tradicional de Catanduva. O território ocupado pelos geraizeiros passou por alterações significativas na década de 1970, com um processo de territorialização e implantação de complexos industriais em suas áreas, acarretando mudanças no uso dos recursos naturais, e nas formas de ocupação a que os agricultores estavam adaptados. Esses eventos desencadearam mobilizações de enfrentamento aos projetos econômicos na região do alto rio Pardo, pelas comunidades afetadas. Em Catanduva, algumas famílias acompanharam a reação regional e se juntaram a grupos que estavam em seu entorno territorial, como Roça do Mato e Vale do Guará.

Para fazer a análise desses eventos utilizamos a perspectiva responsável pelo “giro decolonial”, bem como as bases do campo científico da ecologia política, adotando a perspectiva crítica de autores como Anibal Quijano, Héctor Alimonda e Arturo Escobár, para olhar para o processo de modernização do Norte de Minas. Esse movimento intelectual localizado na América Latina compreende que a modernidade tem como seu processo fundador a colonização, empregada pelos países europeus. A partir dessa visão é cunhado o entendimento modernidade/colonialidade, ou uma modernidade colonial, no qual os mecanismo, aparelhos sociais e relações de poder consolidadas na contemporaneidade, possuem vínculos com o imperialismo europeu, e, como veremos, com a “colonização da natureza”, a perpetuação de relações de poder e estratificação da sociedade. A partir da leitura dos autores mencionados podemos identificar esse arcabouço teórico nos cenários registrados no Norte do estado mineiro.

Continuaremos a utilizar as teorias de Raffestin (1993) para fazer as análises territoriais, uma vez que este autor trata de processos de “mudanças de tessituras”, materializados na reorganização da territorialidade e das relações sociais que estruturam o espaço. Assim, também continuaremos a utilizar a percepção dos moradores para descrever a história recente das mudanças territoriais, com a implementação do “Projeto modernizador” das propriedades rurais.

Em sendo assim, o histórico regional e as teorias do campo da ecologia política (que agregam a perspectiva descolonial), serão utilizadas para conectar os eventos locais aos eventos

de níveis nacional e internacional, demonstrando o caráter sistêmico das redes econômicas, políticas e sociais, que interferem na região nortemineira e, conseqüentemente, no território de Catanduva. Tendo isso em vista, faremos a análise da realidade social pelo prisma descolonial, no qual se entende que o sistema que prevalece na sociedade mundializada é o “moderno-colonial”, que alia o projeto imperialista dos Estados modernos à colonialidade, ou seja, entende-se que as relações sociais e de poder instauradas nos regimes coloniais perduram na contemporaneidade, incorporadas em instituições, empresas privadas e organizações do próprio Estado. (PORTO-GONÇALVES, 2010)

Inicialmente este capítulo discorre sobre as mudanças territoriais materializadas no âmbito da região nortemineira. Posteriormente afunilaremos as análises para a microrregião o alto rio Pardo, para, então, retomarmos a linha do tempo construída pelos geraizeiros de Catanduva que tem com o marco da chegada das *firmas*. Para incorporarmos a temática descolonial e termos uma visão mais ampla da implementação dos projetos econômicos na região vejamos um breve histórico regional.

3.1 – A *mudernagem* invade os *gerais*: o histórico nortemineiro sob a perspectiva descolonial

A *mudernagem* é uma categoria êmica dos geraizeiros de Catanduva, ela faz referência ao processo de territorialização dos conglomerados industriais em seu território, expressando antagonismo ao modo de vida próprio da comunidade e à forma como se relacionam com o território e a natureza, vistos com uma coisa só. Esse termo carrega em si a análise que pretendemos fazer, refletindo acerca de como a forma de pensamento hegemônica e global, se utiliza das elites locais e dos aparelhos do Estado para dominarem e reconfigurarem os territórios ao redor do mundo.

No contexto das mudanças ocorridas mundialmente com a reorganização dos Estados modernos, dentro do sistema globalizado e industrial, a década de 1970 aparece como período de expansão desse sistema produtivo, que insere o Norte de Minas em seu circuito. Com isso, os padrões da modernidade afetam as organizações territoriais, sociais e econômicas locais, que foram diretamente impactadas pela implementação de projetos econômicos, dentro do bojo da ideia de “desenvolvimento econômico”.

Ao analisarmos estes eventos podemos identificar como o Estado agiu em conjunto com o sistema produtivo capitalista em expansão, construindo subalternidades, estratificando grupos sociais locais e territórios, formatando e inserindo-os dentro de padrões criados pelo sistema econômico hegemônico. Assim, este sistema introduziu mecanismos de des-envolvimento dos arranjos locais, para que fossem reestruturados e inseridos em arranjos de escala nacional e internacional, cumprindo o modelo capitalista da divisão internacional do trabalho. Segundo Porto-Gonçalves (2000):

Há uma determinação superior de um Brasil-Grande, que vai levar/trazer o desenvolvimento, o que, rigorosamente falando, significa *des-envolvimento*. O Norte de Minas tinha um *envolvimento* próprio, com contradições próprias e, enquanto uma região, conformava uma relativa autonomia quanto à sua dinâmica de uso dos recursos naturais, o que ensejou culturas próprias, *matrizes de racionalidade* diferenciadas e corporificadas no *Catingueiro, no Geraizeiro, no Veredeiro...* Há que se refletir sobre a possibilidade de que se tenha uma perspectiva de sustentabilidade, como hoje se coloca, a partir de um modelo de desenvolvimento, que tende cada vez mais, a tirar *dos lugares, dos povos dos lugares* o poder, isto é, a possibilidade de traçarem os seus destinos (p.28)

Compreendemos assim, que o processo de desenvolvimento está entranhado no bojo da modernidade/colonialidade, na qual a negação das diferenças – que pode ser lida como a negação do “outro” – são responsáveis por ignorar as mais diversas matrizes de racionalidade produzidas por distintos modos de vida. A categoria de “colonialidade” criada em sintonia com a “modernidade”, traz o entendimento teórico para a compreensão das formas de dominação que serão executadas pelo sistema econômico dominante.

A partir do histórico da modernidade/colonialidade na região nortemineira podemos verificar as mudanças estruturais que ali ocorrem. Assim, atendendo a critérios do “desenvolvimento” e para que os territórios se des-envolvam das estruturas locais/regionais, e se envolvam nas estruturas nacionais/internacionais, foram executados projetos estruturais, a exemplo da expansão de ferrovias e a abertura de rodovias, que provocaram várias transformações devido à diminuição das distâncias, à maior movimentação populacional, e às novas possibilidades de comércio. A grande mudança ocorreu a partir da década de 1970, na qual três elementos - ou processos - de transformação do cenário norte-mineiro foram importantes para a efetivação do modelo de desenvolvimento normatizador: a modernização das fazendas de gado, os projetos de irrigação e a monocultura de eucalipto e pinus, chamada de “reflorestamento” (BRITO, 2010).

Estes três grandes eixos do des-envolvimento nordestino estão alinhados com a lógica da colonialidade, em que os territórios e os povos locais não têm alternativa, a não ser cumprir a agenda proposta pelos agentes econômicos, elites locais e o Estado. Nesse período histórico em que o Brasil estava sob o regime da ditadura civil-militar, o Estado promoveu uma verdadeira “conquista” dos territórios localizados nos “vazios demográficos”, ao norte do estado de Minas Gerais

Ao levar a cabo o projeto territorial “desenvolvimentista” que apresenta a colonialidade em sua matriz, ocorre uma profunda alteração das paisagens, territórios, regimes de propriedade e sistemas produtivos locais. O Estado utilizou políticas públicas para cumprir a agenda do projeto moderno no meio rural “pobre e atrasado”, e, para isso, organismos governamentais são criados e aparelhados com esta finalidade.

Com a expansão ferroviária na direção de Montes Claros, a economia das localidades próximas ao rio São Francisco perde o ritmo e as áreas que margeavam a ferrovia que se expandia em direção à Bahia ganharam força econômica [...] No caso específico do Norte de Minas, além dessas vantagens, os investidores tinham, especialmente a partir da década de 1960, a possibilidade de desfrutar de incentivos fiscais e créditos proporcionados pela SUDENE a projetos envolvendo grandes extensões territoriais, ligados à atividade agropecuária e de reflorestamentos. Por isso mesmo não só na área das invernadas, mas na região Norte-mineira como um todo, as excelentes oportunidades de investimentos representadas pela aquisição de terras, fez com que a demanda pelas mesmas se aquecesse. O desencadeamento desse processo contribuiu sensivelmente para alterar a realidade econômica e social Norte-mineira. E contribuiu para provocar, por exemplo, o assalariamento da mão-de-obra preexistente, bem como sua expulsão para centros urbanos próximos, onde permaneciam à disposição do capital a baixos preços, ou para áreas rurais mais afastadas e menos férteis, onde passavam a explorar culturas de subsistência. (CARDOSO *apud* BRITO, 2006. Pg. 30)

A tessitura territorial da região se alterou e o sistema produtivo ligado à ocupação do rio São Francisco, que era o principal meio de escoamento de produtos e transporte populacional, é deslocado. Com a implementação das estradas de ferro, uma nova malha territorial foi estruturada, desativando as hidrovias sanfranciscanas e aumentando as relações com o estado vizinho da Bahia, para atender às demandas de projetos econômicos ligados ao circuito internacional da economia globalizada.

Enquanto catalizador das então recentes mudanças, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão do governo federal, teve como prerrogativa o incentivo ao desenvolvimento regional. Criada especialmente para atender a região do nordeste brasileiro, esta entidade passa a atuar no Norte de Minas devido às suas características geopolíticas. Dado a maior incidência dos biomas do cerrado e da caatinga, a região foi (é) vista como o semiárido mineiro, que aos olhos do Estado carrega o estigma de “pobreza e atraso”, e

é inserida no “polígono da seca”⁴⁴ pela superintendência. Essas características que subalternizam a região foram também responsáveis por legitimarem a ação do Estado com vistas às territorializações dos projetos econômicos. (DAYRELL, 1998)

Quijano (2005), ao analisar a modernidade/colonialidade, propõe que para o seu funcionamento faz-se necessária a implementação da estratificação social como estratégia de expansão e consolidação. Posto isso, categorias como “colonizador” e “colonizado” surgem fragmentando a sociedade e seu funcionamento ao criar grupos hegemônicos e subalternos. Este *modus operandi* possibilita que as relações de poder sejam estabelecidas em verticalidade, a partir dessa classificação em que os grupos dominantes detêm a prerrogativa da dominação. A colonialidade que impera sobre as políticas econômicas modernas traz, consigo, este imperativo. O poder de classificar é central para criar relações de subalternidades nas quais as categorias de “colonizado” dão espaço à “subdesenvolvidos” ou “inproveitados”.

Sendo assim, a crença no “evolucionismo civilizatório” leva à imposição do modelo eurocêntrico como padrão civilizatório, o que produz graves consequências nos territórios não-europeus, ou não-ocidentais e as dicotomias criadas para reforçar a diferenciação agem como mecanismos da modernidade/colonialidade responsáveis por integrar e subordinar povos e território que assumem o papel do “outro”. (ESCOBAR,1999)

O discurso, signo e modelo de “desenvolvimento”, hegemônico em escala mundial, será imposto através de uma espécie de “protocolo ocidental”, uma fórmula, receita ou caminho que deverá ser trilhado pelos subdesenvolvidos. Esse modelo, afeta e normatiza, não somente os modos de produção, mas as relações sociais e de poder, as estruturas territoriais e as comunidades locais, sendo responsável por sobrepujar qualquer diferença ou existência que não esteja vinculada aos padrões do sistema produtivo, monetário e de produção de saber, alinhados a este modelo.

Nessa linha de raciocínio, temos o Estado dotado da prerrogativa classificatória, e diante disso utiliza da SUDENE para interpretar suas regiões de atuação sob a rótulo de “subdesenvolvidas”. Os biomas presentes nesse espaço geográfico são categorizados a partir da visão hegemônica, que, descolada das perspectivas locais, passam a lê-los como subalternos, e cumprem a função de atender às demandas do sistema produtivo dominante. Segundo Alimonda (2011), o Estado implementa o germe dos “conflitos ecológicos distributivos”, em que a natureza – transformada em “recurso” natural – irá atender aos anseios ligados aos projetos

⁴⁴ Demonstrado na figura 17, pág. 114.

econômicos hegemônicos, destituindo as populações subalternizadas de acessarem e ocuparem os territórios e recursos ecológicos nativos.

Para que a territorialização dos projetos econômicos fosse bem-sucedida foi preciso preparar a superfície nos moldes da modernidade. A reorganização da estrutura fundiária, ou modernização dos estabelecimentos rurais existentes, teve por função transformar estas áreas em “empresas rurais”, com base no estatuto da terra de 1964. Conseqüentemente, outro organismo governamental foi estruturado com o intuito de fornecer os elementos necessário para a regularização das terras, a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS). Esse departamento, ligado à secretaria do estado de Minas Gerais, foi responsável por regularizar os imóveis rurais do estado, identificando, demarcando e titulando as propriedades.

A ação da RURALMINAS se caracterizou como uma das ações que consolidaram o projeto moderno colonial por implementar o formato de propriedade privada ao longo dos territórios da região. Esse fenômeno completa o intuito hegemônico de transformar a natureza em “terra”, com potencial efeito para desarticular os sistemas territoriais construídos ao longo dos séculos, impactando de forma estrutural aos equilíbrios sociais e ecológicos locais.

Com a regularização fundiária realizada, lógicas locais são desarticuladas, criando apenas duas categorias dentro de regime de terras, a propriedade privada e as terras devolutas. As terras devolutas, ou públicas, que deveriam ser um empecilho para a ocupação dos projetos econômicos, por trazerem em seu dever o cumprimento da função social da terra, segundo Reis (2008), foram, na realidade, cooptadas pela lógica de territorialização dos projetos econômicos. Com isso, contratos de concessão são emitidos através de decretos de âmbito federal e estadual que transferem as terras para o domínio da iniciativa privada.

Nesse sentido, ao unir os esforços da RURALMINAS e da política federal, que se inicia com a implementação do Estatuto da Terra, o Estado ignora os níveis de concentração fundiária da região do alto rio Pardo⁴⁵, e concretiza o processo de territorialização dos projetos econômicos, encarnados em complexos industriais de monocultivo de eucaliptos na região.

Com esse cenário de extenso processo de territorialização sendo implantando nos *gerais* afora, compreendemos a mudança na malha territorial, segundo Raffestin (1993), que traz a perspectiva da mudança do sistema produtivo de território como o responsável por alterar a malha territorial construída previamente, alterando-se as relações sociais, produtivas, ecológicas, além de a estrutura de limites e fronteiras tecidas localmente.

⁴⁵ Souza (2017)

IMAGEM 17 – POLÍGONO DA SECA COM DESTAQUE DA REGIÃO DO ALTO RIO PARDO – NORTE DE MINAS



Fonte: Carvalho (2006), com alterações do autor

Como demonstrado no capítulo anterior, as relações locais de poder dentro do território de Catanduva, possuíam uma simetria entre iguais, ocorrendo o compartilhamento de terras e mão de obra pelos povos geraizeiros. Portanto, tais relações que sofreram alterações com a intervenção, não somente de um modo de produção moderno, mas, também, das relações de poder que este trouxe. Como afirma Porto-Gonçalves (2010, p. 40): *Assim, a monocultura não é apenas a cultura de um só produto, mas também a cultura de um só lado [...]. Afinal, ninguém*

faz monocultura espontaneamente até que tenhamos subjetivado as relações sociais e de poder assimétricas e contraditórias.

Em nossa análise sobre a territorialização dos projetos econômicos na região da serra Geral, visualizamos a predominância de empresas monocultoras de eucalipto. Esses projetos afetaram as territorialidades existentes sobre as escarpas da serra, sendo um fenômeno identificado desde o município de Grão Mogol até o extremo norte da região do alto rio Pardo, que faz divisa com o estado da Bahia. Tal afirmativa se constata a partir estudos que se debruçaram sobre os territórios geraizeiros e apontaram os impactos do complexo industrial de eucaliptos⁴⁶, também verificamos *in loco* diversas comunidades afetadas pelos empreendimentos na região.

A partir dessa análise elaboramos um mapa com a territorialização dos chamados “distritos industriais florestais”, maciços formados por milhares de hectares de monocultivos de eucalipto. O mapa demonstra como o projeto territorial do monocultivo ocupa áreas específicas de extensas *chapadas*, se estendendo ao longo da serra geral (destacada com linhas laterais em vermelho). Destacamos, ali, os municípios de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, áreas citadas neste trabalho.

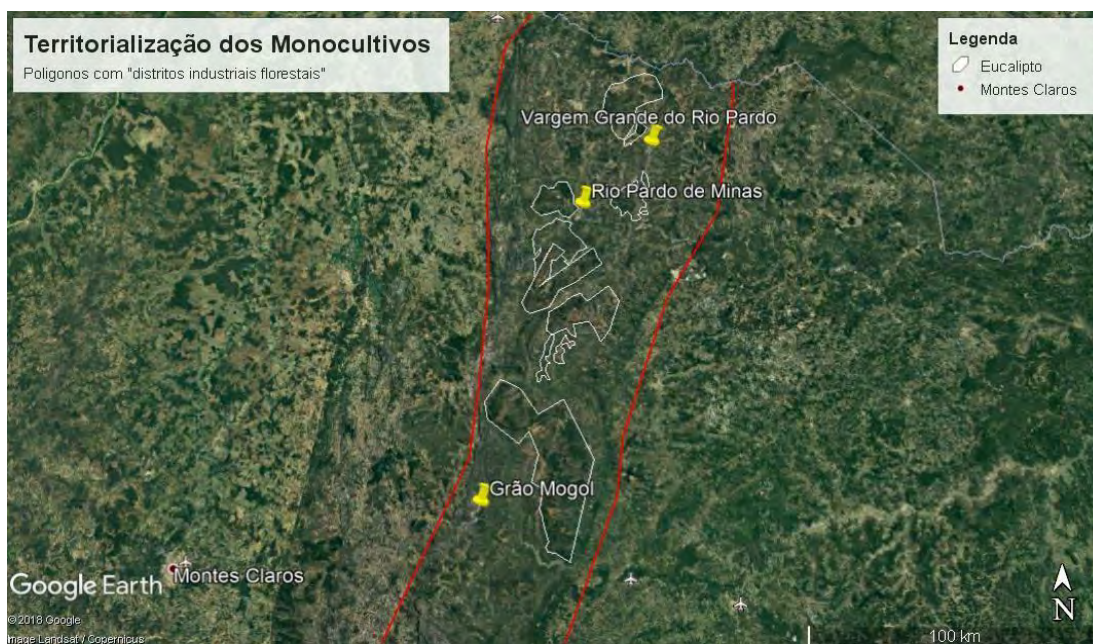
Aproveitamos para fazer a leitura desse processo de acordo com Raffestin (1993). Segundo o autor, quando ocorrem mudanças nos territórios, com novas territorializações em substituição das que existiam, o território anterior serve de base para o que está sendo implantado. À exemplo disso temos a colonização do Brasil, que se iniciou pela costa litorânea devido ao território tupi-guarani, pois os portugueses aproveitaram os conhecimentos e ocupações dos indígenas para implantarem o território da coroa⁴⁷. Nesse mesmo sentido, compreendermos que as ocupações das *chapadas*, utilizadas pelos geraizeiros, serviram de base para a implantação do projeto territorial moderno que foi construído neste espaço.

No mapa as áreas ocupadas pelos distritos florestais são praticamente contínuas, e, leve-se em consideração que muitas áreas não foram contempladas por este nosso trabalho, exigindo um esforço de maior acuidade com o geoprocessamento para se ter uma visão mais detalhada da realidade. Aqui, trazemos um esboço que indica um território amplo e contínuo, a partir do qual podemos pensar na extensão dos territórios geraizeiros, que tinham uma lógica de continuidade e conexões internas e intercomunitárias.

⁴⁶ Brito (2006, 2010), Fonseca (2014), Oliveira (2017), Souza (2017), Silveira (2014), Rodrigues et al (2017) e Dayrell (1998).

⁴⁷ DE HOLANDA, Sérgio Buarque; EULÁLIO, Alexandre; RIBEIRO, Leo Gilson. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMAGEM 18 – MAPA DA TERRITORIALIZAÇÃO REGIONAL DOS “DISTRITOS FLORESTAIS”



Fonte: Google Earth. Adaptação do autor, 2019.⁴⁸

IMAGEM 19 – IMAGEM APROXIMADA DOS MACIÇOS DE MONOCULTIVOS DE EUCALIPTOS



Fonte: Google Earth. Adaptação do autor, 2019.

⁴⁸ A elaboração do mapa foi realizada a partir da análise de imagens de satélite, as dimensões dos distritos “florestais” possibilitam identificá-los e demarcá-los, nesta e também, mais detalhadamente, na imagem 19.

Acima, aproximamos as imagens de satélite sobre um dos polígonos traçados nos monocultivos de eucalipto. Para se ter uma dimensão da extensão dos maciços, no canto inferior direito, temos praticamente toda área urbana do município de Rio Pardo de Minas. É possível ver a padronização dos plantios, que formam polígonos geométricos, demonstrando o modelo de planificação e padronização embutido nesse projeto territorial.

Com o intuito de descrever e analisar os impactos e modificações ocorridos no território tradicional, iremos tratar mais detalhadamente da territorialização dos eucaliptos na próxima sessão, na qual entraremos na discussão da reorganização territorial, provocada pelo projeto territorial dos eucaliptos sobre o território geraizeiro de Catanduva. Para isso, foi trazemos o histórico de ocupação territorial da comunidade até a década de 1960, com o intuito de fornecer subsídios para compreender as dimensões do processo de mudança territorial provocada pelo modelo de desenvolvimento apresentado nesta sessão. Saímos então, da escala macro, para adentrar à micro, na qual a percepção dos geraizeiros impactados pelo modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado aliado/pressionado pelo sistema produtivo internacional, expõe os meandros dos mecanismos da colonialidade, confirmado na visão de José, nosso interlocutor, que aponta a imposição de um modelo exógeno de desenvolvimento, em detrimento das formas tradicionais ali encontradas:

É desse jeito que funciona as coisas seu moço. Pois a gente estava aqui tocando nossas vidas como nossos pais e avós ensinaram, quando começou essa invasão aqui. Eu chamo de invasão, mesmo, e não tenho medo de falar. Porque, o senhor me diga, a gente sempre esteve aqui, aí por *mode* de não termos a documentação nossas terras são vendidas para fazendeiros e para empresa que chegam aqui e fazem um arraso com nossos gerais! E outra, eles chegaram tudo na amizade, só o senhor vendo, trazendo essas *mudernagem* deles para cá, e falando que ia trazer o progresso, com trabalho para todo mundo. Aí a gente ia fazer o que?! Eu mesmo mal sei ler e escrever, quem era eu para duvidar desse povo chegado de fora? Só sei te dizer que foi tudo balela! Hoje estamos aqui, pensando para poder sobreviver, com pouco terra, pouca água, sem poder tirar nem uma lenha do cerrado porque não tem mais, onde tinha lenha boa é tudo eucalipto, onde a gente soltava o gado, é tudo eucalipto! Eu queria perguntar para esse pessoal aí se eles comem eucalipto?! Porque eles tiraram nosso sustento que era esses gerais aí afora para colocar essa miséria ai! Deve ser que eles estão alimentando muita gente com esse trem né?!

A leitura dos geraizeiros de Catanduva parece similar às análises da ecologia política, em que categorias como *mudernagem* e *invasão* são descritos como características das recentes mudanças na comunidade. O termo *invasão* traz, em sua semântica de colonialidade, as ações empreendidas pelas empresas “reflorestadoras”, e, por isso, uma análise mais detida dos

empreendimentos se faz necessária para compreender as dimensões dessa invasão. Dessa maneira, antes de retornarmos ao histórico local, iremos trazer elementos para analisar a implementação dos projetos econômicos ligados aos monocultivos.

3.2 – A territorialização dos complexos industriais de monocultivos de eucalipto se instalam sob os *gerais*

Nesta sessão tratamos especificamente do processo de territorialização dos eucaliptos na região da cidade de Rio Pardo de Minas, pois a comunidade de Catanduva se localiza no município vizinho de Vargem Grande do Rio Pardo, mas, até o ano de 1985 esta cidade era distrito da daquela. Nessa análise identificamos uma complexa rede de ações engendradas pelo estado que permitiu que o novo projeto territorial fosse implantado.

Como expusemos na sessão anterior, a territorialização dos maciços seu deu de forma regional, ocupando o tecido e a estrutura territorial da serra Geral e suas *chapadas*, áreas territorializadas pelos geraizeiros ao longo dos séculos anteriores, mas que a partir da década de 1970, viveu novo processo de territorialização dos eucaliptos, sobrepondo-se ao tecido territorial tradicional. Como demonstramos foram realizados estudos em toda a região de Rio Pardo apontando a ocorrência desse mesmo processo em lugares de vida de diversas outras comunidades que se autorreconhecem como geraizeiras.

Para compreender o processo de ocupação do projeto territorial moderno/colonial realizaremos uma análise dos dados fundiários no intuito de apreender o contexto no qual estes projetos foram se implantado.

A concentração fundiária é uma realidade nortemineira, sobre a qual Dayrell (1993), aponta que, durante o período de 1650 a 1950, apenas 6% dos proprietários de terras possuíam estabelecimentos acima de 500 hectares, totalizando uma parcela de 64% da área total da região, ou seja, 94% da população ocupava uma área total de apenas 36% do território nortemineiro.

Ao tratarmos especificamente da região do alto rio Pardo, também podemos identificar a alta concentração fundiária⁴⁹. Nestas áreas, constatamos que apenas 14,7% dos estabelecimentos ocupam 70,8% da área territorial total, assim, 83,3% dos estabelecimentos ocupam menos de um terço do território, representando 29,2% da área total. Podemos, então,

⁴⁹ Vide Tabela 1, pág. 119

demonstrar a sincronia destes dados com o histórico nortemineiro em geral, no qual a colonialidade das relações de poder, e posteriores legislações, impactaram na maneira como se deu a organização da malha fundiária e a distribuição das terras.

TABELA 2 – NÚMEROS DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPO, E ÁREA TOTAL PARA O TERRITÓRIO DO ALTO RIO PARDO

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Total	18.136	716.868	100%	100%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	88	2	0%	0%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	21	2	0%	0%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	44	12	0%	0%
De 0,5 a menos de 1 ha	301	159	2%	0%
De 1 a menos de 2 ha	1.382	1.569	8%	0%
De 2 a menos de 3 ha	1.903	3.913	10%	1%
De 3 a menos de 4 ha	1.317	4.013	7%	1%
De 4 a menos de 5 ha	933	3.782	5%	1%
De 5 a menos de 10 ha	2.948	19.081	16%	3%
De 10 a menos de 20 ha	2.730	34.909	15%	5%
De 20 a menos de 50 ha	3.259	97.823	18%	14%
De 50 a menos de 100 ha	1.362	89.843	8%	13%
De 100 a menos de 200 ha	674	88.274	4%	12%
De 200 a menos de 500 ha	439	126.612	2%	18%
De 500 a menos de 1000 ha	130	83.146	1%	12%
De 1000 a menos de 2500 ha	53	64.403	0%	9%
De 2500 ha e mais	17	55.211	0%	8%
Produtor sem área	535	0	3%	0%

Fonte: (Teixeira, Sousa, 2014)

A construção desse arranjo fundiário no território do alto rio Pardo, se deu através de mecanismos formulados pelo estado e a legislação por ele promulgada. Assim, os dados nos apontaram dois percursos sobre os quais a territorialização das empresas rurais ocorreu. O primeiro diz respeito ao processo de regularização fundiária executado pelo RURALMINAS, o segundo trata das concessões de terra públicas.

Através da lei 550 de dezembro de 1949, o estado de Minas Gerais regulamentou a concessão de terras devolutas, assim como a venda de terra públicas. Esse procedimento contribuiu para a concentração das terras, sobre a qual Garcia Filho, *apud* Souza (2017), demonstra que a aquisição das terras foi facilitada para a formação de latifúndios, do contrário, a aquisição de parcelas menores e glebas de terra e contraria entraves legais para serem efetuadas. Essa declaração é confirmada através dos dados produzidos pelo autor, que desenvolveu sua pesquisa em duas comunidades, no município de Rio Pardo de Minas e no município de Vargem Grande do Rio Pardo. Tais dados de pesquisa demonstram que a maioria

das titulações foram para imóveis com áreas superiores a 250 hectares. Essas áreas eram regulamentadas e tituladas pela RURALMINAS, uma das instituições que auxiliou na implementação territorialização dos monocultivos de eucaliptos.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS PELA RURALMINAS ENTRE 1978 E 1983

Faixa de área (hectares)	Número	Área
Inferior ou igual a 250	3	591,90
Entre 250 e 500	5	1.859,38
Entre 500 e 1.000	6	4.145,50
Acima de 1.000	7	11.213,41
TOTAL	21	17.810,19

Fonte: Filho *apud* Souza (2017)

Em documento oficial da RURALMINAS, apontados em Ruralminas *apud* Dayrell (1998), podemos notar a intenção de se incentivar ativamente a ocupação de áreas a serem “desbravadas”:

Os “Distritos Florestais” são áreas ecológicas, economicamente estabelecidas, para produção florestal com fins nobres principalmente o industrial. No Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha tem como base áreas de terras devolutas, de propriedade do Estado de Minas Gerais, inteiramente desocupadas e inaproveitadas. (Pg. 86)

As palavras oficiais dessa instituição pública evidenciam quais setores serão beneficiados e quais serão invisibilizados, por meio de mecanismos discursivos imperativos, o poder de classificar que age através da política pública. Os monocultivos de eucalipto que possuem “nobres fins”, são posicionados de maneira hegemônica dentro da lógica de territorialização dessas áreas. Do outro lado, posicionados na subalternidade, os grupos sociais locais que desenvolveram seus modos de vida através dos séculos, não são sequer vistos (áreas, inteiramente desocupadas e inaproveitadas). Com isso, os incentivos fiscais e programas de investimento são instituídos pelo governo federal com a finalidade de propiciar a implantação de outra territorialidade, que não a tradicional

Uma das legislações que regulamentam as ações do Estado é o decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, que dispõem sobre a criação do Fundo de Investimento Setorial (FISSET), contemplando os empreendimentos de “reflorestamento” com investimentos e incentivos fiscais, definidos em seu artigo 2º. Aliados aos incentivos federais, no âmbito do estado de Minas Gerais, é sancionada a lei 6637 de 02/10/1975, legislação que “autoriza o poder executivo a alienar as terras devolutas”. Com isso, um grande volume de terras da região nortemineira é cedido pelo estado à iniciativa privada. O incentivo à ocupação dessas áreas se deu, portanto, em várias esferas. A lei 6637, citada neste parágrafo, traz em seu texto o valor determinado abaixo do praticado pelo mercado, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) o hectare”⁵⁰.

TABELA 4: TERRAS DEVOLUTAS CONCEDIDAS ÀS EMPRESAS REFLORESTADORAS NAS REGIÕES DE GRÃO MOGOL E DO ALTO RIO PARDO, COM BASE NA LEI 6637 DE 1975

Empresas	Município	Área cedida(há)
Interflora	Rio Pardo de Minas	50.000
Condecrer	Rio Pardo de Minas	50.000
Procel	Rio Pardo de Minas	18.000
Vale do Embaúba	Rio Pardo de Minas	60.000
Fábrica de Papel Sta. Terezinha	Grão Mogol	62.500
Itapeva Florestal	Grão Mogol / Cristália	60.000
Floresta Rio Doce S/A	Grão Mogol	400.000
Metalur Ltda.	Grão Mogol	25.000
Floresta Minas	São João do Paraíso	70.000
Planta 7	São João do Paraíso	40.000
Replasa	São João do Paraíso	50.000
Área Total		885.500

Fonte: Elaboração do autor, 2019

⁵⁰ Lei acessada através do endereço eletrônico:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=6637&comp=&ano=1975> acesso em 21/12/2019 as 16:00 hs

Temos, assim, evidências de que as ações nas esferas estadual e federal não foram pontuais ou isoladas, mas ao contrário, programadas e articuladas para que este projeto fosse implementado no território da serra Geral. Evidencia-se o aparelhamento do estado com a lógica da colonialidade, que beneficia as elites e grupos econômicos privilegiados, em detrimento de grupos locais, com racionalidades distintas do projeto moderno/colonial.

Isabel Brito, pesquisadora dos processos fundiários na região, propõe uma teoria na qual o processo de concessão e titulação de latifúndios à iniciativa privada configura uma estratégia de transferência indireta de recursos públicos às elites. Nesse sentido identificamos o território enquanto vetor de expansão do poder e de acumulação de capital.

O projeto territorial instalado no território geraizeiro está ligado a um contexto maior de expansão da indústria siderúrgica do estado de Minas Gerais, impulsionado pelo projeto implementado em todo território nacional, seguindo uma demanda da economia globalizada (BRITO, 2006). Esses eventos demonstram como o eixo local/regional é desencaixado e reinserido ao circuito nacional/internacional da economia capitalista globalizada.

Com esta breve contextualização da forma como os projetos econômicos foram incentivados na microrregião de Rio Pardo visualizamos as matrizes de racionalidade adotada pelo Estado, ligada a um segmento específico da sociedade, os projetos industriais vinculados à produção de insumos, que suprem a demanda do sistema produtivo nacional e internacional. Nas próximas páginas, afinilando ainda mais nosso recorte, mergulharemos, novamente, na realidade local de Catanduva. Com seu histórico ligado à produção do território tradicional já levantado, partiremos para a análise das intervenções que ocorreram no território geraizeiro e, paulatinamente, reconstruíram as relações com os *gerais*, impondo uma nova forma de classificar o território.

3.3 – A desterritorialização da comunidade de Catanduva

A expansão dos conglomerados econômicos patrocinados pelo projeto estatal de modernização do campo se territorializou sobre a comunidade de Catanduva, causando impactos sobre o território. Para demonstrarmos esses eventos iremos descrever, em ordem cronológica, a partir da visão dos geraizeiros de Catanduva, o que foi se modificando ao longo da consolidação dessas empresas, provocando o fenômeno do *encurralamento*, localmente reconhecido.

A linha do tempo, montada de acordo com a percepção da comunidade, já foi abordada em capítulo anterior, até o marco temporal da história de Dona Jesuína, situada nos anos de 1920 até 1970. Assim, partiremos desse ponto para abordar o próximo marco elencado pela comunidade, a chegada das *firmas*. No histórico recente é possível identificar duas “ondas” de territorialização na comunidade, a primeira na década de 1970 e a segunda nas décadas de 1990 e 2000.

Embora conhecido como tempo da chegada das *firmas*, em conversas com os moradores identifica-se uma instituição que as precede. A RURALMINAS, que iniciou suas atividades na região no início da década de 1970, abrangendo, também, o território de Catanduva. Como exposto na seção anterior, existe uma lógica de ocupação das áreas pelos projetos econômicos, primeiro é necessário “regularizar as terras”, que em nossa análise significa transformar o “território” em “terra”, pois as áreas tradicionalmente ocupadas são re-categorizadas segundo as noções adotadas pelo Estado.

Na percepção dos geraizeiros de Catanduva, a maneira como foi realizada a regularização fundiária impediu que as áreas da comunidade fossem respeitadas por não atenderem aos critérios de propriedade. Nota-se que a matriz de racionalidade da RURALMINAS não reconhecia outros regimes de propriedade da terra, a não ser o da propriedade privada ou das terras públicas. Na fala do José:

Eles vieram falando que a gente devia marcar nossas terras para que a gente tivesse um documento né?! Mas o senhor veja, ninguém marcou as terras no tamanho que elas eram mesmo não, porque a gente tinha que pagar para eles, e quanto maior a terra mais dinheiro tinha que desembolsar, aí não tinha jeito. Aí, o que ocorreu? A gente não tinha como pagar para marcar as áreas todas que a gente usava né?! E as áreas de *solta* mesmo não tinha nem dono, porque todo mundo usava, aí nem adiantava. Sabe o que eu fiz? Marquei só uma gleba de terra, assim como se fosse um trecho onde estava a minha casa mesmo, porque é como eu estou falando com o senhor, não tinha quem pagasse esse pessoal [...]. Agora o senhor repare, tinha pessoas que não conseguiu pagar nem mesmo para marcar apenas uma *glebinha* assim de terra, aí não teve jeito, ficou sem documento mesmo nessa época [...]. Muito diferente era com os grandes [proprietário de terras] né? Porque aí tinha uma dinheirada, aí dava para marcar era muita terra mesmo.

A regularização fundiária da RURALMINAS se deu dentro do campo econômico e sua ação inseriu as terras regularizadas dentro do mercado formal. A comunidade de Catanduva, que tradicionalmente ocupou essas áreas, não dispunha (dispõe) da capacidade financeira para “regularizá-las”. Com isso, as pequenas parcelas do território que possuíam uma lógica que se assemelhava à propriedade privada – as áreas onde as moradias se localizam – foram as

selecionadas para serem precariamente tituladas. Ainda assim, algumas famílias não conseguiram pagar pela regularização das áreas correspondentes aos seus domicílios, não obtendo a titulação ou documento de posse de suas terras, o que colocava seus espaços domésticos dentro do mercado de terras, sem seu consentimento ou compensação, concretizando a expropriação das terras por parte do Estado, a partir de ferramentas “legais” aparelhadas para isso.

Para Raffestin (1993), as formas de cadastramento e registro são utilizadas pelos Estados modernos como ferramenta de controle da população e dos territórios que estão sob seu domínio. Os mapas surgem como instrumentos de poder que demarcam e identificam territórios a partir de categorias e concepções advindas daqueles que detêm a prerrogativa de exercer a função de controle. O Estado detém essa prerrogativa e utiliza esse instrumento como forma de controle e classificação dentro de sua matriz de racionalidade, que, como fica claro, compreendemos como a matriz da modernidade/colonialidade. Ainda segundo este mesmo autor, os registros numéricos e cadastrais ampliam as formas de poder e de controle exercidas pelo Estado. Em Catanduva, a ação da RURALMINAS marcou o início da perda do domínio e controle do território, uma vez que os mecanismos da colonialidade substantivaram o poder de dominação dos aparelhos burocráticos que se uniram com a ciência e a iniciativa privada, no projeto moderno colonial.

Além da implantação imperativa das matrizes de racionalidade hegemônicas, outra característica que podemos notar é a cooptação do poder local em torno do projeto territorial dominante. Na época em que a RURALMINAS fazia a regularização fundiária, um personagem local também se envolvia nesse processo, Antônio Braz, cuja família tem até os dias atuais a propriedade do cartório local. Ele e o então prefeito da cidade de Rio Pardo de Minas, Tácito Costa, foram apontados pelos moradores como as pessoas que articularam a chegada da primeira *firma* em Catanduva.

Foi ainda no início da década de 1970 que José Saporiti, vindo do estado de São Paulo, e acompanhado dos dois personagens locais citados acima, adquiri terras que originalmente eram parte do território de Catanduva, porém, devido à regularização fundiária, estavam disponíveis no mercado de terras. Com isso um projeto econômico agroindustrial foi instalado sobre essas áreas, e, inicialmente as explorou uma diversidade de atividades, como o café, a soja, o feijão e a criação de gado de corte. Este empreendimento foi transformado, depois de alguns anos, na empresa Vale do Guará Empreendimentos Rurais LTDA. Assim, o processo de territorialização das empresas não se inicia a partir da sua instalação, mas antes, com a

regularização fundiária, e a disposição dos territórios no mercado de terras. Ao se referir à chegada desse empresário e às relações locais que foram tecidas para o sucesso da implantação do projeto, temos a fala de um dos nossos parceiros de diálogo:

O velho Saporiti chegou aqui com o pessoal que estava na prefeitura na época, eu lembro deles *rodando* de avião essas áreas, acho que eles estavam escolhendo as terras. E aí, esses políticos parece que estavam por detrás da venda das terras, porque o prefeito era ligado ao dono do cartório, sabe? Ele chegou vir aqui na comunidade antes de comprar as terras. Não sei qual o tamanho da terra dele não, mas ele pegou uma área boa de carrasco e *chapada* aqui. Ele até que respeitou algumas áreas nossas, não saiu derrubando as matas todas, sabe? E ele gradeava⁵¹ as terra nossas de vez em quando, e empregava algumas pessoas da comunidade. [...] Na fazenda dele se plantou de tudo, soja, muita feijão, andu e café, variando, entende? E também foi ele que fez a barragem ali em cima, a das Braúnas, usava para irrigar os plantios, e deixava a gente fazer os *regos*⁵² para poder ter água em casa. (João em entrevista)

O Mateus também traz sua visão sobre a chegada da família Saporiti na região:

Aqui ninguém falou nada não quando eles vieram aqui, ali para cima mesmo, foi o velho Braz, pai do Antônio Braz, que trouxe eles [os empresários], aí já foi na casa dos mais velhos e diz que comprou as terras, mas na verdade tinha passado eles para trás, pagou para eles uma *mixaria* e tomou conta de tudo. Dizendo eles que as *chapadas* eram do estado e que a gente não podia envolver. No *carrasco* muito bom que a gente tinha, eles derrubaram para plantar café. Nessa baixa não plantava outra coisa, plantava feijão, arroz, ervilha, soja e plantou café, e na hora que plantava café, plantava as outras coisas dentro, e usava os pivô [de irrigação] né?! Plantava muita coisa, saía carreta cheia até o eixo de coisa carregada. Era um movimento muito danado, mas nunca ninguém sabia que ia dar no que deu.

O território geraizeiro, então, passou a ser ocupado a partir da lógica exógena do empreendimento agroindustrial. A natureza, sua biodiversidade e as classificações construídas pela comunidade de Catanduva, não fizeram sentido para o empreendimento que não necessita destes elementos para sua reprodução, lhe interessa o solo e a água disponíveis.

A tessitura territorial geraizeira foi reconfigurada de acordo com a visão tecnicista desses projetos, que trouxeram outra matriz de racionalidade, pautada na eficiência produtiva e no uso de tecnologias como os pivôs de irrigação, que na época funcionavam com motores à vapor. Barragens foram construídas ao longo do córrego do Guará, com a finalidade de alimentar a agroindústria. Com isso, a comunidade de Catanduva, perde o acesso ao córrego nas *chapadas* e *cabeceiras* para coletar água, e passam a depender das barragens para o abastecimento doméstico. Assim, a lógica de uso tradicional do território foi alterada e os geraizeiros passaram a se adaptar à nova tessitura territorial, construindo relações sociais de proximidade com o dono do empreendimento, representado por ele como uma pessoa que *se importava* e, até mesmo, *cuidava* das pessoas da comunidade. Inserem-se, desta forma, dentro

⁵¹ Utilizar o trator para preparar a terra para ao plantio.

⁵² Forma de desviar a água até as casas dos moradores, utilizando caminhos cavados e a força da gravidade.

do sistema produtivo capitalista instalado pelo empreendimento. Sistema produtivo esse, no qual a relação de poder vertical passa a prevalecer convertendo os geraizeiros em assalariados.

Na época, muitos moradores compactuaram com o “progresso” que estava chegando na comunidade, mesmo com o modo de vida tradicional sendo afetado eles acreditavam que seria para melhorar suas condições de vida:

A gente ficou muito surpreso com aquelas máquinas todas, e a gente acreditou que aquilo iria mudar nossa vida. Foi muito desmate nos *gerais*, mas algumas áreas a gente podia mexer ainda, tinha umas áreas que ainda dava para pegar lenha, o Sr. Saporiti não incomodava que a gente fazia isso não [...] Teve muita gente empregada por ele, e ele ajudava as famílias. Ele pagava um *salarim*, mas na época como a gente não tava acostumado, qualquer coisa era muita, mesmo que muitas vezes ele pagava com sacos de feijão. Ele deixava a gente limpar as plantações também, depois das colheitas a gente podia pegar o que tinha ficado para trás e que estivesse bom sabe? Ele era muito bom pra gente. Umás coisas mudaram bastante, mas acredito que foi para melhor. Essas barragens ai mesmo foram construídas na época dele, e a gente fez os *régos* que levavam a água até a casa nossa, facilitou a vida. (Esposa de João em entrevista)

Os geraizeiros foram absorvidos pelo empreendimento através da oferta de sua força de trabalho enquanto a expectativas de uma “melhora de vida” crescia entre as pessoas. Como Raffestin (1993) demonstra, o modo de produção é responsável por alterar a composição da malha territorial que inclui as esferas sociais, culturais e econômicas. Em Catanduva, assim, as pessoas estavam sendo inseridas dentro de um novo sistema territorial. Além das novas relações trabalhistas, outros aspectos da vida social eram adaptados às mudanças pelos geraizeiros.

Algumas pessoas entendiam – e alguns ainda entendem – que o empreendimento beneficiava a comunidade. Os agricultores eram empregados pela empresa, e mesmo considerando ser um baixo valor pago, às vezes podendo ser trocado por alimentos, o salário ainda era considerado um benefício trazido pela empresa. A produção de alimentos e a distribuição das “sobras” da colheita também agradavam aos geraizeiros, que viam a atitude do empresário Saporiti como um “bônus”, por trabalharem na empresa, ou mesmo por esta empresa ter escolhido se territorializar sobre as áreas de Catanduva.

O sistema de abastecimento hídrico era proveniente de fontes e nascentes localizadas nas áreas de *cabeceiras* em Catanduva, com a construção das barragens a comunidade transferiu o abastecimento para estas. O novo sistema era caracterizado pelos *régos*, canaletas cavadas no solo que desviavam o percurso da água até as casas dos moradores. Na visão dos geraizeiros de Catanduva, essa foi uma das ações da empresa que beneficiaram a comunidade “facilitando a vida” dos moradores. Assim, as barragens foram utilizadas pela comunidade até meados da

década de 2000, quando a segunda “onda” de territorialização afetou estes sistemas, desabastecendo a comunidade.

A prática da agricultura e da *solta* do gado ficou restrita, muitos geraizeiros foram empregados na agroindústria, estreitando os laços entre a comunidade e o empresário, não havia conflitos ou reivindicações nesta época. Além disso, a relação com o Sr. Saporiti era de proximidade e assistencialismo, ele era visto como uma “boa pessoa”. A relação também era mediada pelo, já citado, personagem local, Antônio Bráz, que passou a ocupar o cargo de gerente do empreendimento, lidando diretamente com a comunidade sobre os assuntos de interesse da empresa e sobre o trabalho dos moradores.

Outros habitantes, porém, possuem uma visão diferente quanto à implementação da agroindústria da família Saporiti, é o caso de Paulo:

Pensa numa coisa horrível eram aqueles correntões. No início quando eles chegaram aqui com as máquinas, foi até uma atração sabe?! Porque ninguém conhecia essas máquinas e todo mundo ficava curioso, até criança ia correr para ver o que estava acontecendo, porque era barulho demais. Aí eles faziam o seguinte, pegavam dois *tratorzão* grande, amarrava o tal correntão nesses tratores, e aí fazia o estrago. Nunca vi algo arrancar árvores pelas raízes como aquilo, tirava tudo, tudo mesmo. Saia fazendo um arraso nesse nosso *gerais*. Era de dar muita dó, o que era de pequizeiro antigo derrubado em poucos instantes por essas máquinas o senhor não acredita. E até os bichos sofriam, eu mesmo vi foi famílias de pacas correndo dessas correntes, muitas machucadas, e que no final acabava morrendo, se sobrava era poucas. Uma coisa terrível mesmo. (Entrevista com o Sr. Paulo)

O uso dos correntões foi uma prática disseminada na região de Rio Pardo de Minas. A maneira como eles foram utilizados produz uma metáfora sobre a maneira como a matriz de racionalidade dos empreendimentos agiu sobre a natureza local. Alimonda (2011), trouxe a análise da transformação da natureza e os consequentes desequilíbrios ecológicos que seriam gerados pela ação de projetos econômicos que atuam dentro da lógica da colonialidade. Esse imperativo dos projetos é demonstrado, aqui, com a derrubada das matas do cerrado, extremamente diversas. A partir da narrativa dos geraizeiros, parte do equilíbrio social e ecológico foi convertido em bens comercializáveis, em commodity.

Apesar de alguns dissensos entre os moradores de Catanduva, sobre os benefícios das empresas, por exemplo, há um consenso sobre a irregularidade da apropriação de terras. O empresário procurou os moradores para adquirir parcelas de suas terras, uma vez que a RURALMINAS havia regularizado as áreas dos moradores, estas, então, estavam dentro do mercado formal de terras. Assim, várias foram as parcelas de terras adquiridas por Saporiti:

Era assim, ele comprava cinco hectares meus aqui e cercava cinquenta, ninguém entendia, mas todo mundo desconfiava. A nossa mãe mesmo não queria vender as terras, porque veja você, a gente já tinha perdido muita terra por conta das demarcações da RURALMINAS, aí se a gente vendesse mais, ia ficar complicado. Mas eles assustaram a gente. Eu me lembro de minha mãe falando que era preciso vender as terras porque Antônio Braz e Saporiti falaram que o governo iria ter um imposto sobre as terras, e que não ir ser barato não, e pior, se a gente não tivesse condição de pagar o Estado ia tomar da gente. Aí, não teve quem segurava terra, muita gente vendeu, só um pessoal mais cabeça dura igual o finado pai de Paulo, meu tio, que não vendeu. Quem ia saber que ele estava certo na época... [...] Hoje a gente sabe que isso tem nome, chama grilagem de terra! Mas quem ia falar alguma coisa, pois o homem só andava com que estava no poder, dono de cartório e prefeito. (José em entrevista).

IMAGEM 20 – CORRENTÃO USADO PARA “LIMPAR” AS ÁREAS DE CERRADO



As consequências da regularização fundiária baseada na exclusividade da propriedade privada começavam a aparecer. Nosso interlocutor José considera o que ocorreu um ato de grilagem de terra tipificados pela lei 6.766 de 1979, porém, no período em que ocorreu ainda não estava enquadrada dentro da legislação, e o governo militar ainda estava vigente. Esse cenário possibilitava que formas de poderes locais, como a dominação pessoal, fossem

acionadas dentro dos padrões do coronelismo⁵³, expressas nas figuras dos encarregados pelo empreendimento.

Na esteira das mudanças que ocorriam no território de Catanduva, mais uma empresa se instala em suas áreas. A empresa Cal sete PROCEL se instalou na região do alto rio Pardo no final da década de 1970, sendo incentivada a ocupar as terras devolutas do governo através de contratos de concessão. Este novo empreendimento ocupou as áreas de *chapadas* que estão os *deságues* de Catanduva e Roça do Mato. Assim, outra parcela do território é enquadrada dentro da lógica dos projetos econômicos, desta vez a empresa implementa o monocultivo industrial de eucalipto. O padrão do processo de territorialização se repete e geraizeiros das duas comunidades afetadas são contratados para limparem as áreas depois que os correntões haviam passado e plantarem mudas de eucalipto:

Naquela época a gente tinha pouco conhecimento né?! Eles chegaram com aquelas *mudernagem* toda né?! Aqueles equipamentos todos, vários doutores em tudo que é área, e uns tratores, meu filho, pense em uma máquina que chegava a assustar de grande! Aí foi aquele arraso, botaram tudo o que é cerrado abaixo! E a gente ficava impressionado porque a gente que nunca tinha visto umas máquinas daquelas. Os *carreador* iam passando dentro da terra nossa, e teve gente que foi obrigada a sair das área de *cabeceiras*⁵⁴, porque eles avisaram que aquela áreas eram deles, que eles tinham o contrato daquelas terras, aí a gente não podia fazer nada né? Mas eles falaram que iam dar emprego para a gente e iriam trazer o progresso para a região. E foi assim que eles chegaram. Foi mais *violento* do que o velho Saporiti fez aqui, porque foram mais áreas né? Aí contrataram muita gente para trabalhar plantando muda de eucalipto e roçando as áreas de plantio. As empresas pagavam *mixaria*, era mais cesta básica, alguns produtos de construção, não era muito dinheiro. Aí o povo ficou descontente, porque o trabalho era muito duro. Pensa o senhor ter que capinar quase mil pés de eucalipto em um dia de trabalho?! Era um trabalho escravo, não podia faltar um dia sequer, e até de baixo de muita chuva a gente já trabalhou. A gente ainda tinha trabalho dobrado, porque não podia parar com nossas roças né?! Aí trabalhava nos eucaliptos e ainda nas roças nossa. E quando pensa que não, eles mandaram todo mundo embora, sem acerto nenhum. Daí para frente era um ou outro que era contratado só para vigiar os eucaliptos para ninguém *panhar* lenha e entrar nas áreas, e até hoje esse bicho [eucalipto] está beirando meu quintal. (Entrevista com geraizeiro de Catanduva)

Segundo Alimonda (2011), a modernidade colonial é capaz de produzir epistemologias encarregadas de organizar a sociedade em que impera esse sistema. No caso de Catanduva, a *mudernagem* é materializada pelos maquinários e formas de saber científico trazidos pelos

⁵³ LEAL, 2012.

⁵⁴Estratégicas para as comunidades, as áreas de cabeceiras são as áreas de recarga dos lençóis freático e cursos d'água. Se localizam nas partes mais altas das terras dos gerais o que faz com que o monocultivo invada essas áreas juntamente das áreas de *chapadas*. Nos próximos capítulos faremos as descrições dos ambientes de acordo com o conhecimento geraizeiro.

projetos econômicos. Estes novos saberes que se territorializam na comunidade organizam o território de uma maneira desconhecida pelos geraizeiros e tem o poder de posicionar o conhecimento local no mesmo patamar que se localiza o povo que o gerou. A dominação da comunidade através de um saber científico expressa também as formas de violência simbólica⁵⁵ que entram em ação, pois com o novo conhecimento se posicionando de forma hegemônica dentro do campo dos saberes, a comunidade é enquadrada em posição de inferioridade técnica e intelectual.

Aqui podemos destacar algumas diferenças na territorialização desses dois projetos econômicos. A empresa Vale do Guará, que é representada pela comunidade através de seu dono, Saporiti, possui as características do coronelismo por apresentar um vínculo de pessoalidade e de dominação pessoal, que muitas vezes assume o papel do Estado, ao desenvolver relações que se aproximam do assistencialismo estatal, provendo pequenos auxílios para a comunidade sem alterar o status quo de dominação. Em outra esfera, a produção de variedades alimentícias e o aproveitamento dessas pela comunidade, produz um senso de “retorno” gerado pela implantação da empresa sobre o território.

Em outra forma de expressão do poder, as relações que os geraizeiros estabeleceram com a empresa PROCEL se caracterizam por vínculos formais mediados pelo contrato de trabalho, expressando a impessoalidade das relações com a empresa:

Ninguém sabia quem era o dono dessa firma, a gente conversava com alguns encarregados mas os donos mesmo não apareciam, eram muito diferente sabe? Não tinha aquela proximidade de conversar com o dono igual era com o Dr. Saporiti. [...] Lá [empresa Vale do Guará] pelo menos a gente *pegava feijão, milho* essas coisas. E ele ajudava quem estava precisando também. Agora na PROCEL não tinha nada, nem patrão para gente conversar e pior são os eucaliptos. Aquilo não se come, bicho nenhum come, e eles não deixam nem *soltar gado* e nem *panhar* lenhar.

De acordo com o interlocutor José, que trabalhou nas duas empresas, não haviam relações pessoais próximas entre as pessoas de Catanduva e os funcionários representantes da segunda empresa. A Procel adota um modelo que substitui as relações de assistencialismo que aproximam o Saporiti à um político local e não destina cargos de gerência ou semelhantes a pessoas locais.

Segundo os moradores, a forma de enxergar a empresa Procel também se distinguia por não haver nenhum tipo de benefício vindo do tipo de cultivo realizado. Enquanto eles poderiam se beneficiar das “sobras” de variedades alimentícias produzidas pela empresa Vale do Guará, o monocultivo de eucalipto não poderia ser consumido pelos moradores de Catanduva, que se

⁵⁵ BOURDIEU, Pierre et al. O poder simbólico. 1989.

queixam pela restrição completa de acesso às áreas: “A gente não podia pegar nem um *faixo* de lenha de eucalipto, nem mesmo aquele resto que sai dá árvore. Pau para fazer construção? Não podia nem sonhar! ”.

O tipo de restrição de acesso empregado pela Procel estabeleceu uma separação social que não havia com a empresa anterior. Os geraizeiros esperavam se beneficiarem do eucalipto através do rejeito gerado pela árvore, que seriam utilizados como lenha, recurso cada vez mais escasso com a ocupação das áreas utilizadas para retirá-la. Os *carrascos*, *charrieles* e *chapadas* agora ocupadas pelos monocultivos dificultou a realização de outras práticas tradicionais como a *solta* do gado; a coleta de frutos, raízes e ervas nativas; produção da mandioca e da cana e o beneficiamento das mesmas. Os locais para as práticas foram reduzidos significativamente o território tradicional sendo redesenhado pela ocupação das empresas.

A empresa Vale do Guará Empreendimentos Rurais LTDA mantém suas atividades no território geraizeiro até os anos de 1990. No início dessa década então, a empresa abre falência e aos poucos desativa suas atividades e transfere seus equipamentos e maquinários. Aqui temos início a segunda onda de ocupação do território geraizeiro e consequente desterritorialização da comunidade.

As terras ocupadas pelo empreendimento do Saporiti são adquiridas por outro projeto econômico, a Siderúrgica Santo Antônio LTDA (SIDERSA), que se territorializa sobre as terras da empresa Vale do Guará e expande a área do projeto territorial com o auxílio das concessões de terras devolutas. Com o novo projeto as *chapadas* que ainda não haviam sido ocupadas anteriormente são incorporadas pela SIDERSA, implementando um largo plantio industrial de monocultivos de eucalipto, novamente os moradores são contratados de forma temporária para fazer a limpeza das áreas e o plantio das mudas de eucalipto. Depois de executada essa tarefa os geraizeiros foram demitidos sem que fossem assegurados qualquer tipo de direito trabalhista.

Uma outra empresa também adquire parcelas de terras dentro das áreas que pertenciam ao José Saporiti. O empreendimento *Chapada da Prata*, sociedade anônima de capital fechado, se instala no território de Catanduva em 1993 onde a empresa Vale do Guará mantinha os pivôs de irrigação. Essa empresa irá utilizar a área adquirida para implementar o monocultivo de manga e café que serão irrigados mecanicamente utilizando as águas do córrego do Guará. Nessa época são construídas três barragens adicionais na comunidade, isso gera inquietações dentro da comunidade, pois os moradores acharam que as barragens seriam para benefício de Catanduva e não das empresas.

Novamente os correntões são usados para “limpar” as áreas de cerrado, executando a retirada da natureza local e intensificando a desarticulação da territorialidade geraizeira. O processo conhecido regionalmente como *encurralamento* se materializa na comunidade Catanduva. As áreas que circundam o território são ocupadas pelos monocultivos e pressionam os geraizeiros a ocupar uma área reduzida dentro do território, inviabilizando as práticas sociais essenciais para a reprodução do modo de vida geraizeiro. Nessa fase de implantação dos projetos, as únicas áreas que ainda ficam sob domínio da comunidade são aquelas que foram regularizadas pelo órgão estatal, área domiciliar, e as áreas que margeiam o córrego do Guára.

Haesbaert (2005), traz uma perspectiva que consegue ilustrar o contexto de Catanduva quando os projetos econômicos se instalam sobre o território tradicional, em suas palavras:

[...] com a mobilidade crescente do capital e das empresas - a desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica; para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais - a desterritorialização seria assim um processo primordialmente de natureza política; enfim, para os mais "culturalistas", a desterritorialização estaria ligada, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural correspondente (HAESBAERT, 2004, p.25).

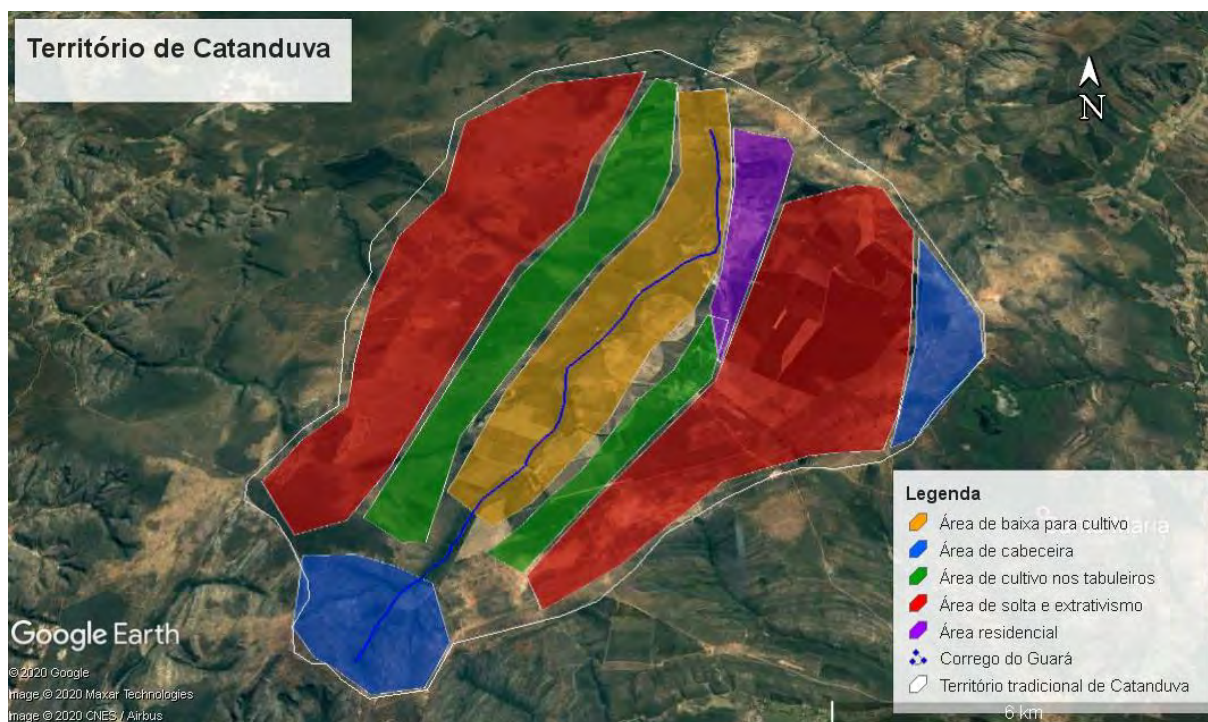
Iremos adotar essa perspectiva sobre a “desterritorialização” para analisar o processo desencadeado no território de Catanduva. Composto o processo que age nas esferas econômicas e culturais. Entendido enquanto um processo de natureza política, o autor também faz a relação entre a territorialização de projetos econômicos e a expansão do sistema produtivo capitalista que consegue dissolver as territorialidades locais, rompendo os elos tecidos pelas gerações que encaram os espaços enquanto lugares de vida.

Para demonstrar a desterritorialização da comunidade de Catanduva elaboramos três mapas. O primeiro representa a territorialidade geraizeira em que destacamos a forma de uso e ocupação das áreas pela comunidade, o segundo mapa representa a territorialização da primeira onda de empresas e um terceiro mapa com a segunda onda de territorialização com reconfiguração da malha territorial construída e a concretização do *encurralamento*. Os mapas foram elaborados com o auxílio dos parceiros de diálogo da pesquisa, que também puderam me acompanhar em caminhadas ao longo do território da comunidade

No primeiro mapa – Imagem 21 –, podemos visualizar a diversidade de usos que a comunidade de Catanduva desenvolveu no espaço biofísico ocupado, que se materializa na territorialidade geraizeira desse grupo. As cabeceiras estão preservadas e o córrego do Guara, que nasce da cabeceira ao sul, flui em seu percurso sem problemas de desabastecimento. O

extrativismo e a *solta* do gado podem ser realizados ao longo das áreas demonstradas e a reprodução do modo de vida desse povo está estruturado. Esse mapa representa a malha territorial que foi tecida desde o tempo de Dona Jesuína até a década de 1970.

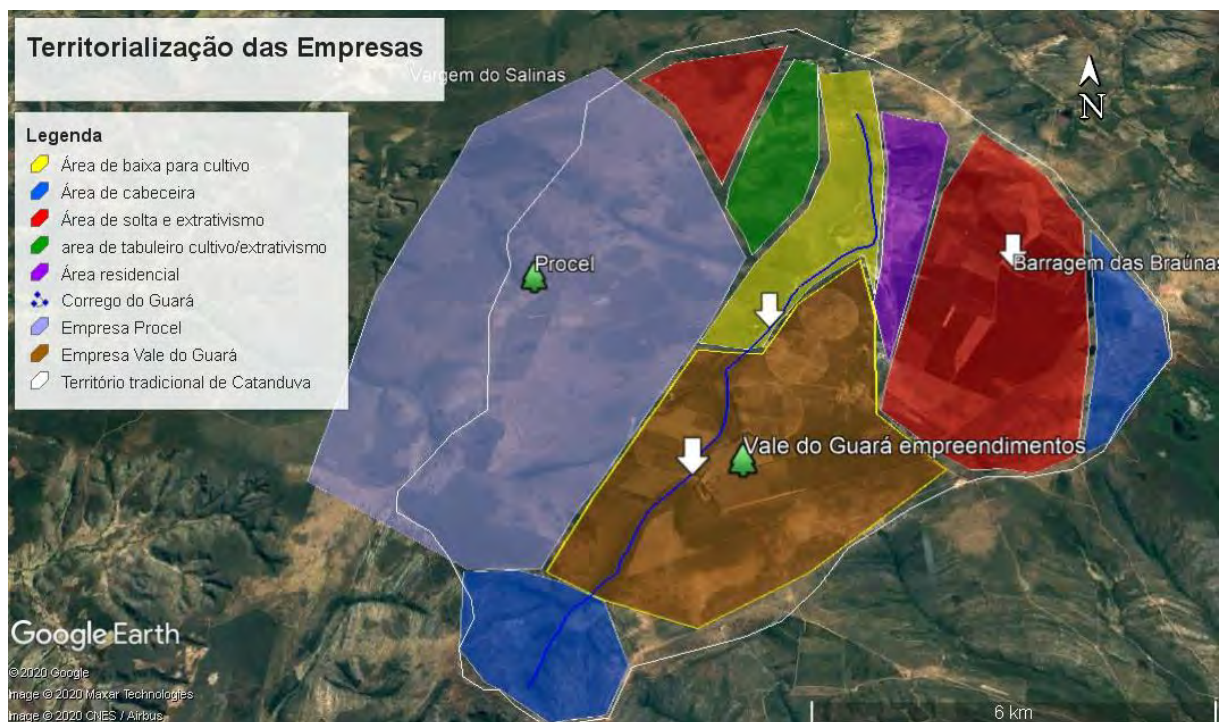
IMAGEM 21 – MAPA DE OCUPAÇÃO E DIVISÃO DOS AGROAMBIENTES DA COMUNIDADE DE CATANDUVA



Fonte: Elaboração do autor

O segundo mapa, abaixo, demonstra o marco temporal seguinte. A empresa Vale do Guará e a Procel estão territorializadas e implantam seu próprio sistema produtivo baseado no monocultivo. Esse mapa representa o início do processo de desterritorialização que impactou a comunidade de Catanduva. O esquema cartográfico apresenta uma divisão, de um lado as empresas representam polígonos homogêneos que demonstram a forma como estas empresas adotam uma visão reducionista da natureza presente no território, explorando apenas o solo e a água. Do outro, as parcelas do território que não foram ocupadas ainda representam a heterogeneidade do processo de territorialização realizado pelos catanduvenses, que por sua vez fazem um esforço de adaptação do seu modo de vida ao longo dos espaços ainda não ocupados pelos projetos econômicos.

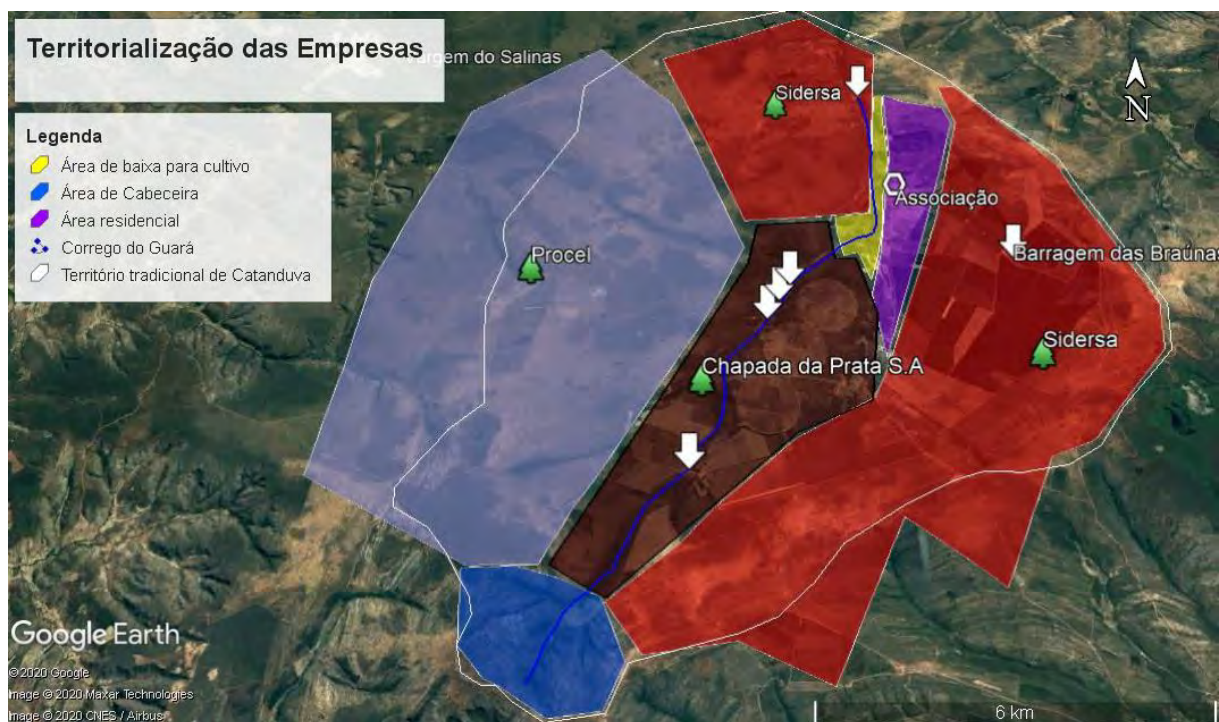
IMAGEM 22 – MAPA DA PRIMEIRA ONDA DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS



Fonte: Elaboração do autor

O terceiro mapa ilustra a ocupação dos três empreendimentos nas áreas tradicionalmente ocupadas pelos catanduvenses. Polígonos maciços representam os monocultivos que desterritorializaram a forma heterogênea de manejo do *gerais* desenvolvida pelos moradores de Catanduva. As áreas de *solta* e extrativismo de frutos, raízes, madeiras e ervas são absorvidas pelo processo de territorialização dos projetos econômicos. Como mencionado, a área doméstica permanece inalterada por se enquadrar nos padrões de propriedade exigidos pelos Estado, e as áreas de cultivo nas baixas são reduzida a uma proporção ínfima do seu tamanho anterior. O *encurralamento* da comunidade tem como consequência o estrangulamento do sistema produtivo tradicional dificultando a reprodução do modo de vida geraizeiro, pois os agroambientes que eram características da territorialidade dessa comunidade não estão mais sob o domínio da mesma, e em última instância eles são impedidos de acessarem as áreas. Também é possível visualizar que a territorialização das empresas traz consigo a instalação de barragens ao longo do córrego do Guará. Das seis barragens construídas no território, apenas uma, a barragens das Braúnas construída pelo José Saporiti, atende às demandas da comunidade.

IMAGEM 23 –



Fonte: Elaboração do autor

Em relação a presença dos barramentos de água ao longo do córrego do Guará, identificamos que foram construídas através de políticas públicas de combate à seca por órgãos como o Departamento Nacional de Obras de Combate a Seca (DNOCS) ligado ao governo federal.

A gente sabe que essas obras das barragens aí foram feitas só para atender aos grandes. E o pior de tudo foi que a gente achou que vinha beneficiar a comunidade, porque na época vieram pessoas colher assinatura da comunidade para poder vir essa obra, tinha até um vereador da cidade que veio junto. Mas quando fomos ver era barragens para irrigar as plantações de manga e café, e as mudas de eucalipto. A gente não pode usar elas porque os pessoais das empresas falaram com a gente que estavam dentro da propriedade deles, aí a gente não fez nada, porque sabe como esse pessoal é influente. (Entrevista com José)

De acordo com a fala acima podemos notar a apropriação dos recursos públicos por agentes privados que ilustra os mecanismos da colonialidade em ação durante a ocupação das empresas, e com isso conseguem se apropriar dos recursos hídricos presentes no território. No próximo capítulo descreveremos os desdobramentos da apropriação das águas disponíveis no território e os impactos na comunidade.

Destarte, com a malha territorial desarticulada e a concretização do *encurrallamento*, os geraizeiros de Catanduva irão se inserir no mercado de trabalho fora da comunidade, pois as empresas contratam poucos moradores de forma temporária. As áreas de cultivo restantes que os catanduvenses podem acessar não são suficientes para garantirem a subsistência das famílias

da comunidade. Com isso, muitos moradores passam a adotar a estratégia da migração temporária como forma de permanecerem no território sem as áreas necessárias para a reprodução do modo de vida da comunidade. Outros ainda, optam pela migração permanente não retornando mais ao território, ou retornando apenas em datas comemorativas para a comunidade:

Muita gente sai daqui. Alguns vão e voltam, outro vão de vez e volta só para ver o pequi de vez em quando. O povo acostumo com essa coisa de trabalhar nas *firmas* e foi procurar outras dessa para continuar ganhar o dinheirinho. [...] Como se diz, voltar para traz não dá ne? Então tem que ir pra frente. Eu mesmo fui para o sul de Minas, como já tinha trabalhado com o café aqui para o Dr. Saporiti nós conseguimos uns contatos com as *firmas* de lá, e a gente começou a sair. [...] Teve gente para São Paulo, Mato Grosso, até Curitiba tem gente nossa morando lá, e é uma distância danada né? [...] Teve gente que saiu da comunidade para trabalhar porque assim a família poderia morar aqui. E tem os jovens também que sai para trabalhar compra uma mora e volta para cá, entende? (Entrevista com Maria)

O impacto da reconfiguração territorial afeta várias esferas do modo de vida geraizeiro, desde a maneira como eles organizam o regime de terras dentro do território até as novas estratégias de reprodução da vida, como a migração. Portanto, com a territorialização das empresas os moradores de Catanduva têm que se adaptar não somente ao espaço biofísico “remendado” – que teve suas relações territoriais redesenhadas –, mas também à nova forma como os *gerais* é categorizado. As empresas e o Estado transformam o “território” em “terra”, e para ter uma última análise sobre esses eventos que ocorrem em Catanduva iremos lançar um olhar crítico sobre como o Estado e os projetos econômicos tem como intuito “simplificar” e encaixar a sociedade Catanduvense e seu território em categorias iremos utilizar as teorias de James Scott.

O processo de desterritorialização, ou *encurralamento* a partir da perspectiva local, será responsável por produzir uma situação de subalternidade sem precedentes no histórico da comunidade, ao inserir o grupo no sistema de trabalho assalariado alterando a estrutura de autonomia e relações de *parceria* estabelecidas com a territorialidade tradicional. O *encurralamento* também altera a forma como os geraizeiros interagem com os agroambientes, que são retirados do domínio da comunidade para serem ocupados pelas empresas, desarticulando o manejo tradicional com o cerrado. Dentro da nova lógica das relações de poder local o geraizeiros perdem o domínio dos agroambientes, a água então passa a ser um elemento apropriado pelos empreendimentos privados, que dominam este recurso básico para a sobrevivência e a reprodução do modo de vida dos geraizeiros, que por sua vez também são impossibilitados de continuarem com a prática de criação do gado na *solta*. Como notaremos,

essa nova configuração territorial também será responsável por causar conflitos internos, que pode ser identificado na trajetória dos parceiros de diálogo, e também será abordado na capítulo sobre a desterritorialização da comunidade.

Concluimos este capítulo sobre a territorialização das empresas e os impactos iniciais na comunidade criando o panorama histórico que demonstra como a territorialidade tradicional de Catanduva é desarticulada para dar forma a novas relações sociais, econômicas e ecológicas, baseadas nos parâmetros dominantes dos empreendimentos privados e das categorizações estatais de propriedades. A intervenção não se limitou à comunidade de Catanduva, foi um fenômeno regional, com isso as comunidades afetadas por esse processo não permanecem apáticas, do contrário, elas se mobilizam para expor os problemas causados pelas intervenções e cobrar das entidades públicas reparação e reconhecimento dos direitos das comunidades.

Esse contexto será trazido no próximo capítulo que debruçaremos sobre as reações regionais (comunidades da região de Rio Pardo) e locais (Catanduva) que surgem como desdobramento da desterritorialização geraizeira, que irá gerar um conflito socioambiental e a partir dessa fricção surgirá uma nova reconfiguração na malha territorial da comunidade de Catanduva, como a inclusão desta na RDS Nascentes Geraizeiras, em que mais uma vez o Estado protagoniza um processo de territorialização.

CAPÍTULO 4 – A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

Esse capítulo será construído através dos dados produzidos com a imersão em campo na comunidade de Catanduva entre os anos de 2018 e 2019. Contudo, para demonstrarmos as características do atual conflito socioambiental que envolve a comunidade, iremos retomar alguns eventos que foram essenciais para a configuração do atual cenário local e regional. Estes eventos irão desencadear uma nova reconfiguração da malha territorial da região, que atravessou pela territorialização dos projetos econômicos modernos.

Com isso, demonstraremos as reações de enfrentamento e *luta* na comunidade de Catanduva, e de maneira superficial e abrangente, a título de compor o quadro que envolve a comunidade, iremos apontar as reações das comunidades na região do alto Rio Pardo. No capítulo anterior tratamos sobre o “sistema de apropriação do espaço”, no qual fizemos as considerações sobre o que foi desencadeado regionalmente com implementação do que denominamos de projeto da modernidade colonial, enfatizando a maneira como a apropriação do espaço ocorreu na comunidade de Catanduva e regionalmente. Portanto nessa sessão iremos traçar a trajetória das reações provocadas pela territorialização desses projetos com e seus impactos sobre o ambiente e as comunidades locais.

Na trajetória das comunidades, seja regionalmente ou em menor escala, com o caso de Catanduva, iremos nos atentar ao termo “mobilização”. Esse que está presente na fala de algumas lideranças e também é uma categoria adotada por essa pesquisa, representa a forma com que as comunidades geram a coesão social e laços de solidariedade ao fazerem o *enfrentamento*. Nesse sentido, uma reflexão semântica nos possibilitou analisar a forma como as comunidades fazem a *luta*. Sobre seus sentidos, “mobilizar-se” impele a relação com os corpos em movimento, e mais ainda, sobre posicionar estes corpos (físicos ou sociais) em prontidão para fazer algo, uma campanha social - política, cultural ou religiosa -. No contexto militar, remete à alteração do estado de paz para o estado de guerra, alterando suas estruturas para essa finalidade o sentido de colocar um grupo de pessoas para fazer algo, uma campanha ou ação coletiva. Sendo considerado também em sua característica militar, a proposição da passagem do estado de paz para o estado de guerra⁵⁶. Certamente o não estamos nos referindo à um conflito armado, porém a prontidão que se instala com o conflito está longe de ser pacífica, em que as estruturas dentro das comunidades (STR e associações de moradores) se preparam

⁵⁶ DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mobilizar/>. Acesso em: 06/07/2020.

para o *enfrentamento*. Essa breve reflexão semântica nos acompanhará ao longo da trajetória regional e na próxima seção dentro da realidade da comunidade de Catanduva.

Os projetos começaram a ser instalados na região de Rio Pardo de Minas, e em Catanduva, no início da década de 1970. Todavia, foi somente 20 anos mais tarde que os impactos ambientais foram identificados pelas comunidades o que ocasionou um movimento social de coalizão entre as comunidades que denunciavam impactos direitos em seu território. Com isso, mobilizações e manifestações por parte das comunidades foram realizadas como forma de darem visibilidade aos impactos causados pelos projetos econômicos. Nesse sentido, para compreendermos as reações ocorridas em Catanduva partiremos inicialmente do movimento regional que protagonizará as mobilizações sociais na cidade de Rio Pardo de Minas provocará uma mobilização em cadeia em que comunidades são trazidas para dentro da “unidade de mobilização”⁵⁷ regional e acabará afetando os catanduvenses.

Nesse sentido, na região de Rio Pardo de Minas os primeiros impactos ambientais que irão ser detectados pelas comunidades estão relacionados ao abastecimento e a disponibilidade de água nos territórios. Segundo Brito (2013), algumas comunidades rurais de do município identificam a diminuição nos cursos de água dos territórios e associação esse fenômeno à instalação de monocultivos próximos das comunidades, em áreas *estratégicas* para a comunidade pois são fontes de água. O impacto ambiental percebido aciona a mobilização de uma comunidade, que entra em contato com suas vizinhas que constataam a amplitude de fenômeno. Surge então uma articulação das comunidades afetadas pelo eucalipto que culmina no “1ª Assembleia das Comunidades Atingidas pelos Monocultivo de Eucaliptos”, no ano 2000. No evento comunidades rurais da região que são convidadas pelos sindicatos (STR’s) e associações de moradores que convocam as comunidades que se identifiquem a classificação de “atingido” em suas realidades locais. Assim, o encontro recebe uma série de comunidades rurais da região, importantes lideranças locais e recebem o apoio do sindicato dos trabalhadores rurais e de órgãos de atuação técnica como o CAA-NM. Esse encontro simboliza o início das mobilizações e ações de resistência das comunidades da região. Essa afirmação é feita com base no histórico de ações que são executadas pelas comunidades depois do encontro, e do crescente nível de articulação com órgãos públicos e setores do governo municipal e estadual, em que atos de resistência e de *luta* materializados pela rede de articulação das comunidades que tem os agricultores enquanto protagonistas

⁵⁷ Almeida (2008)

IMAGEM 24 - 1º ENCONTRO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELOS MONOCULTIVO DE EUCALIPTO



Fonte: STR Rio Pardo de Minas

Segundo Oliveira (2017), geraizeiro de Rio Pardo de Minas e pesquisador, a mobilização das comunidades teve como pauta de reivindicação a preservação das águas, a partir da década de 2000. Iremos perceber que 18 anos mais tarde as pautas de reivindicação e denúncia continuarão a ser direcionadas para a “Água e Território”. O movimento promovia a denúncia da forma como os monocultivos substituíram as matas nativas, motivo causador da diminuição das águas e outros impactos ambientais e sociais, como a diminuição de áreas coletivas, de domínio público (terras devolutas em sua maioria), dentro dos territórios ocupados pelas comunidades. Com isso a ocupação das áreas de domínio públicos, *chapadas*, *cabeceiras* e nascentes, os cursos d’água foram afetados e retirados das áreas de uso das comunidades, que por sua vez as reivindicavam frente às empresas e ao Estado.

O germe do que se tornará uma articulação estadual e federal do movimento das comunidades geraizeiras, ainda se identifica pelos impactos causados nos territórios e não por critérios étnicos. A transição de “atingidos” para “geraizeiros” ocorrerá durante a trajetória das comunidades ao entrarem em contato com o campo jurídico e se apropriarem da legislação que prevê os direitos e garantidas de comunidades e territórios tradicionais.

Iremos citar alguns dos desdobramentos práticos, mobilizações de *enfrentamento*, do 1º encontro dos atingidos por monocultivos. No ano de 2004 no município de Indaiabira, a

comunidade de Muselo se organiza em uma ação coletiva e ocupa os viveiros de eucalipto dentro do território dessa comunidade, paralisando as ações da empresa em um ato de reivindicação das áreas expropriadas da comunidade. No mesmo ano, a comunidade de Vereda Funda, no município de Rio Pardo de Minas, faz a *retomada* do território tradicionalmente ocupado pelas famílias, reivindicando o reconhecimento da comunidade pelo Estado e tomando posse das áreas ocupadas pelas empresas. A comunidade inicia uma *luta* que irá gerar frutos no ano de 2009 quando tem suas áreas reconhecidas pelo estado de Minas Gerais sendo convertidas em “áreas de assentamento agroextrativista”, que também aprova projetos de recuperação das áreas degradadas pelas empresas monocultoras. (BRITO, 2013)

Ainda no município de Rio Pardo de Minas, a comunidade de Água Boa II foi protagonista de manifestações que ocorreram na sede do município ano de 2000, reivindicando a proteção das águas dentro do território. O protesto tinha uma pauta objetiva de proteção da área conhecida como “Areião”, vista como *berço* de córregos que atravessam a comunidade, ameaçadas pelo desmatamento empreendido pelas empresas monocultoras de eucaliptos. No processo de se mobilizarem para proteger as áreas territoriais, a comunidade se articula à rede de *parceiros* através dos sindicatos, que acionam a Unimontes, o CAA-NM e o Ministério Público. Configurado esse cenário, a comunidade se engaja em um movimento de reivindicação pela criação de uma RESEX com a finalidade de proteger as áreas de cerrado e garantir o domínio das comunidades para que utilizem as áreas para a coleta de frutos e para a *solta* do gado.

Dentro do encadeamento de ações na região, no ano de 2001 um grupo de pessoas que haviam sido atingidas pela territorialização das empresas na região de Vargem Grande do Rio Pardo, se reuniram na sede do município. No encontro estavam presentes famílias pertencentes a localidades próximas, incluindo algumas famílias de Catanduva, como é o caso do nosso interlocutor José. As famílias reunidas tratavam sobre a possibilidade de acesso a terras pela reforma agrária através do programa do governo federal “Reforma Agrária pelo Correios” ou “Reforma Agrária Virtual”. A partir desse encontro o grupo encaminhou a demanda para o governo federal requisitando a área pertencente a empresa de José Saporiti, Vale do Guara Empreendimentos, que por sua vez fazia fronteira com a comunidade de Catanduva. Essas áreas foram estrategicamente escolhidas pelas famílias que acompanhavam a movimentação da empresa, que iria completar uma década estavam desocupadas e improdutivas, havendo apenas um caseiro que tomava conta do local, consequência do decreto de falência na década de 1990.

IMAGEM 25: MANIFESTAÇÃO EM RIO PARDO DE MINAS PELA DEFESA DO AREIÃO



Fonte: Oliveira (2007)

Quando a gente se inscreveu no programa [de reforma agrária] a gente pediu duas fazendas que era do velho Saporiti, porque sabíamos que estava sem uso, improdutivo. Mas mesmo com o pedido feito passou três anos e nada de resposta. Aí a gente optou por fazer uma mobilização e ocupar as áreas para fazer um acampamento. [...] Eu estava no meio dessas trinta pessoas que montaram acampamento, tudo de forma pacífica porque só tinha um gerente que ficava tomando conta da área. E aí a gente não perdeu tempo não, fomos logo trabalhando as áreas e já fomos plantando em uns *tabuleiros* bons que tinha lá. (José em Entrevista)

É possível notar que a noção de “mobilizar” na visão do José, que justifica suas ações devido ao tempo de espera por respostas do governo. Com isso o grupo opta por ocupar as áreas reivindicadas como forma de visibilizar a *luta* e impactar o poder público. Assim, o movimento dos corpos no intuito de atingirem seus objetivos teria que ser acionado seja para atender a reuniões de planejamento, para levantar um acampamento nas áreas requeridas ou mesmo para utilizarem da sua força de trabalho para produzir alimentos na área, tudo em prol da conquista das terras.

Como consequência das ocupações, no ano de 2003 é realizado o julgamento na vara agrária que envolve o grupo de agricultores e a empresa SIDERSA, na época proprietária das terras requeridas. O juiz deu ganho de causa para os agricultores, que requisitaram as áreas da Fazenda São Miguel do Guará I (360 hectares) e Fazenda São Miguel II (520 hectares), porém, depois de entrar com pedido de cancelamento da desapropriação expedida pelo judiciário, a empresa SIDERSA consegue reaver a fazenda São Miguel II, com a maior área, deixando algumas famílias de fora do que se tornaria o Projeto de Assentamento Vale do Guará. (CAA-NM, 2013)

Foi uma peleja a *luta* e mesmo que não *vingou* terra para nos, foi o que nos deu força para e sabedoria para entender como que funciona com essas empresas aí, não adianta ficar de conversa não, tem que partir para cima, porque elas não vão largar o osso fácil. [...] A gente começou a entender os direitos nossos e depois disse fomos participando dos movimentos né?! (Maria em entrevista)

As famílias de Catanduva não conseguiram terras na área vizinha, porém foi o começo de uma longa caminhada. A partir desse momento as famílias que participaram das ocupações no PA Vale do Guará, passaram a integrar um circuito de articulação regional, pois no assentamento tiveram contato com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado de Minas Gerais – Polo regional Norte (FETAEMG), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Vargem Grande do Rio Pardo, o CAA-NM e com lideranças dos “Atingidos pelo Monocultivo de Eucalipto”.

O grupo de agricultores que compunham o movimento dos “atingidos” apoiados pela rede de *parceiros* alteram sua estratégia de *luta*. A agenda política ainda pauta a “preservação das águas” e o retorno do domínio das áreas de incidência da monocultivos para as comunidades, no entanto, passam a acionar o caráter étnico dentro nas disputas territoriais, se identificando enquanto “Movimento Geraizeiro”, que no ano de 2006 promove a reunião de inúmeras comunidades atingidas pelo monocultivo para discutirem estratégias de resistência e troca de experiências, denominada de “1ª Conferencia Geraizeira”, realizada no Assentamento Tapera na microrregião de Grão Mogol. Na ocasião a criação de uma RESEX é debatida como uma das estratégias de acesso aos territórios.

Temos então, a identidade sendo acionada no contexto de conflito, no qual se aponta o manuseio dos aspectos culturais existentes, para serem convertidos em identidades coletivas. Para Oliveira (1976), a identidade, como afirmação ideológica, é construída a partir de representações coletivas, definidas pelo grupo étnico, e se constitui como estratégia política, consciente, de produção da etnicidade, em contexto de disputas ou conflitos sociais.

Dessa maneira, a *luta* dos “atingidos pelo monocultivo” se torna a luta das comunidades tradicionais geraizeiras, que, através de formações, passam a compreender a força política da identidade étnica, na garantia legítima de direitos e acesso aos territórios, frente ao Estado.

Quando a gente percebeu quais eram nossos direitos, a gente logo viu que estava na luta errada! A gente quer mesmo a nossa terra, não é qualquer terra. Tem que ser o lugar que meus avós e meus pais foram enterrados, onde eu conheço as *chapadas* e os *charrieles*, e eu posso tocar minha vida. [...] A gente aprendeu isso foi nessas movimentações nossas, desde a *luta* do assentamento eu fui para Belo Horizonte, para Rio Pardo, fui em outras comunidades, fui no assentamento geraizeiro de Americana [município de Grão Mogol]. Só não pode parar. (Entrevista com José)

Aqui adotamos novamente o sentido de identidade atribuído por Barth (2000), no qual os elementos de contrastividade da identidade geraizeira serão reconfigurados. Os padrões contrastivos eram baseados em diferenças nos traços culturais, como os catingueiros e os baianos. Atualmente, o contraste se baseia no antagonismo produzido pelo conflito socioambiental, colocando “do outro lado” as empresas monocultoras. As diferenças estão nos modos produtivos, baseados na lógica de uso e ocupação do território, estão dentro do sensível campo epistemológico, no qual a própria noção de natureza se distingue, criando a atual fricção identitária. A reivindicação pelo território passa a fazer parte da narrativa local, como na fala do José, que percebe que a *luta* das comunidades não é por terra (sentido genérico e abrangente), mas por território. José, apesar de não utilizar esta categoria, enfatiza o desejo pela terra de seus ancestrais, onde foi tecida a territorialidade da comunidade: “*Onde eu conheço as chapadas e charrieles*”. Novamente a mobilização é acionada como instrumento constitutivo da *luta* das comunidades, que através do movimento dos corpos em prontidão provoca a formação política, como o acesso aos conhecimentos sobre direitos e o empoderamento.

Outro exemplo da movimentação em cadeia que aconteceu na região é o da comunidade de Roça do Mato, no município de Montezuma. Essa comunidade foi afetada pelo mesmo processo de territorialização das empresas que afetaram Catanduva, tendo suprimidas suas áreas de *solta* e da prática de extrativismo. A mobilização teve como pauta de reivindicação o retorno das áreas para o domínio comum da comunidade, ao passo que alegada a ocupação irregular das empresas em áreas de terras devolutas. A ação empreendida pela comunidade se deu no campo jurídico. Assistidos por advogados do STR, entraram com ação civil pública, e acusaram a empresa de irregularidade de ocupação das áreas. Baseando-se no prazo de vencimento dos contratos de arrendamento, estabelecidos na década de 1970, com prazo de vigência até o ano 2000, período de trinta anos como validade de concessão. Porém, a empresa continuava a ter o domínio das terras, criando uma incoerência na “função social das terras públicas.”

Oliveira (2017), que trabalhou no SRT de Rio Pardo de Minas no período, destaca as comunidades de Água Boa II, em Rio Pardo de Minas, o assentamento Vale do Guará, em Vargem Grande do Rio Pardo, e Roça do Mato, em Montezuma, como “núcleos de mobilização”, caracterizando áreas de maior concentração de articulações e ações coletivas. Estes núcleos são como os “pontos de entrelaçamento”, como visto em Raffestin (1993), que aglomeram, acumulam e se conectam em uma rede de solidariedade regional. Estes “núcleos de mobilização” passam a desenvolver e articular a idealização e a criação da RESEX, que, em seu percurso se transformou em RDS, por motivos políticos.

A semelhança das comunidades dos “núcleos de mobilização” era constituída pela causa comum de conflito e reivindicação. Um agroambiente específico conseguia fazer a comunhão das lutas, as áreas de *chapada*. Destacamos essa semelhança pois os contextos das comunidades eram diferentes, do ponto de vista da trajetória histórica, práticas locais, organizações das famílias, e até mesmo da religião (grupos evangélicos e católicos). Todavia, o intuito não foi lançar as comunidades dentro de um único “recipiente” e encará-las como iguais, cada uma delas tinha um modo de ser e fazer que construía suas particularidades, mas identificar os elos que as uniam. A comunidade de Água Boa II, por exemplo, tem um histórico de práticas ligados aos trabalhos artesanais, utilizando o barro que foi afetado pelas intervenções, o que há distingue das outras comunidades. Roça do Mato, devido a seu território topograficamente irregular, desenvolveu um manejo específico do gado, e o assentamento de Vale do Guará, por sua vez, apresenta uma característica própria por ter seu plano de desenvolvimento baseado na “reconversão agroecológica”. Esses são elementos singulares, dentro de universo mais amplo, que demandam pesquisas específicas nestas comunidades para serem levantados. Assim, o contexto regional, e da criação da RDS, não se caracteriza como homogêneo, e a construção de relações baseadas no *enfrentamento* dos projetos econômicos foi fundamental para unir as comunidades em uma causa unificada.

Seguindo esse raciocínio, Almeida (2008), também faz essa inferência sobre as unidades de grupos sociais, não necessariamente homogêneos, que ocorrem pela mobilização com vistas à interesses específicos. Esse fenômeno é desencadeado pela intervenção do Estado ou de projetos econômicos, pois, ao pressionarem os grupos sociais através de suas intervenções (políticas desenvolvimentistas e agrária, no caso dos geraizeiros, forçam estes grupos a se aglutinarem, criando o sentido de coesão e solidariedade, frente ao antagonismo das intervenções. O autor usa o termo “unidades de mobilização” para descrever esse processo de

construção de grupos coesos, frente às ameaças e intervenções, o que nos remete à leitura feita por Oliveira (2017), no seu contato com as comunidades em questão.

A trajetória de aglutinação das famílias de Roça do Mato, Vale do Guará e Catanduva possuem razões baseadas no histórico de suas relações, bem como no atual conflito enfrentado por elas. Observe-se a participação da *luta* do assentamento, a pressão sobre o território, as relações produtivas tecidas pelas práticas tradicionais e as estratégias de *retomada* do território.

A criação da RESEX, proposta pelas comunidades, era de se estender essa área sobre um “corredor” de terras devolutas que estava ocupado por monocultivos. Esse “corredor ecológico” teria como base as experiências de implementação nas regiões de floresta amazônica. A proposta, então, era que ele fizesse como fronteira com o município de Montezuma, posicionado ao norte da região, local da comunidade de Roça do Mato, indo, para o sul, até o assentamento Tapera (onde ocorreu a 1ª conferência geraizeira), no município de Riacho dos Machadados. Porém, o que a experiências das comunidades demonstrou foi que a área requisitada exigiria uma mobilização maior por parte das comunidades e de representantes políticos pois não conseguiam que a demanda fosse aceita pelo Ministério do Meio Ambiente. Com isso, a área de criação foi reduzida e o território exigido passou a contemplar somente os três municípios onde estão localizados os núcleos de mobilização. Outra forma de se tentar fazer a proposta ser aceita foi a mudança da categoria da Unidade de Conservação, que passaria a ser uma RDS.⁵⁸

No ano de 2007, o Movimento Geraizeiro realizou a 2ª Conferência Geraizeira que, estrategicamente, elencou o assentamento Vale do Guará como local sede do evento. Novamente as comunidades se reuniram em torno das pautas de direitos territoriais, e do acesso aos territórios que não estão mais sob seu domínio. Nosso interlocutor participou desse encontro e nos traz algumas informações relevantes:

O movimento [geraizeiro] é ligeiro, depois que as comunidades começaram a trocar informações não parou mais. Eles sabiam que lá no Vale do Guará a chapa iria esquentar, então optaram por realizar a conferência lá, para dar força para as comunidades. [...] Eu me lembro que nessa conferência o pessoal todo já estava falando dessa coisa de geraizeiro, e como que era importante a gente usar esses termos né?! Porque ninguém sabia desses direitos, foi aprendendo aos poucos, e foi muito importante para que o povo desse valor a esse termo, porque muita gente achava diferente, assim, meio estranho na verdade. Mas quando juntava aquele mundo de gente falando de geraizeiro o povo ficava animado, e acabava gostando dessa moda. [...] Eu, pelo menos, comecei a entender essa história de território também, porque era uma palavra que não era de nosso uso, mas, na verdade, ela mostra exatamente o que a gente quer falar, das nossas terras antigas que estão ocupadas, então, fala de luta pelo território, não é mais aquela luta por “terra” que a gente fez. (Entrevista com José)

⁵⁸ Informações baseadas em conversas com Isabel Brito

Houve, então, uma apropriação por parte das comunidades dos mecanismos legais para acesso a direitos territoriais. Os conceitos de “identidade” e “território” passaram a fazer parte dos discursos das lideranças e membros das comunidades. José nos demonstra o processo de apropriação desses termos, pois, como relatamos, nas práticas de Catanduva, a identidade geraizeira era algo pejorativo, assim, o termo era evitado pelos membros da comunidade. Existia no imaginário apenas como uma referência geográfica, uma menção provocativa ao bioma ocupado pelos agricultores. Mas isto mudou, as mobilizações coletivas proporcionaram um processo de formação dos participantes, que ao se engajarem nas *lutas* absorveram os signos que estavam em jogo na disputa pelo território. Houve uma mudança qualitativa da narrativa, que substitui “terra” por “território”, porque os agricultores notaram o peso semântico dos conceitos e utilizaram o conceito de território para aproximar seu discurso ao entendimento local de uso e ocupação do *gerais*

No ano de 2012 as comunidades decidiram, novamente, mobilizar seus corpos, dispondo-os para o “estado de guerra”. Os três núcleos de mobilização articularam ocupações em áreas que estavam sob o domínio das empresas, para impedir que novos plantios de eucalipto fossem efetuados e para reivindicar a criação da RDS. A comunidade de Roça do Mato se juntou ao assentamento de Vale do Guara, e a algumas famílias de Catanduva para ocuparem as áreas da Procel, irregulares devido ao vencimento dos contratos de concessão. As comunidades geraizeiras tiveram sucesso em sua mobilização, ocuparam as áreas da Procel, de forma pacífica, e iniciaram suas atividades dentro das áreas ocupadas. O cenário da ocupação era composto por casas improvisadas, feitas com o próprio eucalipto da área e lonas pretas, cozinhas a céu aberto, com refeições coletivas e compartilhadas, esquema de vigília montado, e o preparo da terra foi providenciado para o plantio das roças de mandioca, andu, feijão, fava, milho e outras plantações alimentícias. Essa articulação improvisada durou por seis meses.

Ah meu filho, falar dessa nossa luta chega a dar saudade. Foi um momento muito bonito para quem participou. Eu mesmo coloquei minha família todinha lá dentro. Eu gostava demais de conviver com as pessoas todo dia, era movimento o tempo todo, constrói cozinha, constrói barracão, faz roça, fica de guarda, faz uma janta para um batalhão. [...] E parece impressionante, o governo só funciona quando a gente movimenta, se ficar quietinho lá, ô meu Deus! Acontece nada não! Ninguém vai mover uma palha por você. Aí, a gente foi lá bater onde dói, ocupamos a área daquela *disgramada* daquela empresa, e já chamamos os advogados do sindicato para apoiar a gente. Aí, tem que fazer barulho, tem que fazer barulho para os políticos escutarem lá de cima. Pois não é que a gente teve notícia que o documento estava encaminhando para a presidenta! Pena que não resolveu naquele dia né?! (Maria, em Entrevista)

A partir da fala de Maria é possível compreender a mobilização enquanto um recurso do fazer político do povo geraizeiro. Essa percepção pôde ser constatada em outros trabalhos sobre os PCT's presentes no Norte de Minas. Em conversa com Pedro Mourthé, amigo de trajetória pessoal e acadêmica, pude compartilhar das percepções levantadas por ele em sua dissertação de mestrado⁵⁹ junto da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos, em que evoca a noção de movimentar-se para movimentar os “documentos”. Essa estratégia surge dentro das mobilizações das comunidades a partir do fazer políticos dessas pessoas, e também faz parte do acúmulo do “Movimento Geraizeiro” e de outros movimentos sociais que os acompanham, como foi o caso de Vereda Funda, de Vale do Guará e outras comunidades que utilizam desse recurso para driblar os empecilhos impostos pelas relações assimétricas de poder.

Como citou a Maria, as ocupações, que também ocorriam em Água Boa II, provocaram a “movimentação” dos documentos da RDS que foram encaminhados oficialmente para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e seguiram seu caminho até o Palácio do Planalto, para aguardarem a sanção presidencial. Os agricultores, porém, não contavam com a morosidade da burocracia estatal e o jogo político por trás de uma assinatura presidencial. Em meio à espera, a justiça foi acionada pela empresa Procel, que exigiu a imediata remoção das famílias geraizeiras que ocupavam as áreas. Do outro lado, os advogados do STR pediam o cancelamento da liminar e a investigação da estrutura fundiária da área em disputa. Com esse cenário a disputa jurídica determinaria o desfecho das ocupações.

Entre a expedição de liminar de reintegração de posse e sua suspensão, pela defesa das comunidades, o caminho jurídico tomou seu pior percurso, na opinião do advogado do STR de Vargem Grande, a judicialização da disputa, que provavelmente se alongaria por anos. Com isso, as áreas foram embargadas judicialmente, os geraizeiros teriam que se retirar da área ocupada, que, por outro lado, também não poderiam ser utilizadas pelas empresas até que a justiça percorresse seu longo caminho entre as instâncias anteriores a uma decisão final homologada.

Com o requerimento encaminhado aos órgãos federais competentes o Estado iniciou sua mobilização. Relatórios e estudos foram demandados para justificar a criação de uma RDS em áreas de cerrado, assim como um levantamento fundiário da região em que os geraizeiros denunciavam irregularidades. Servidores do IBAMA e do MMA visitaram as comunidades e as áreas requisitadas para emissão dos laudos técnicos, que, em seu parecer final, apontaram

⁵⁹ COSTA (2015)

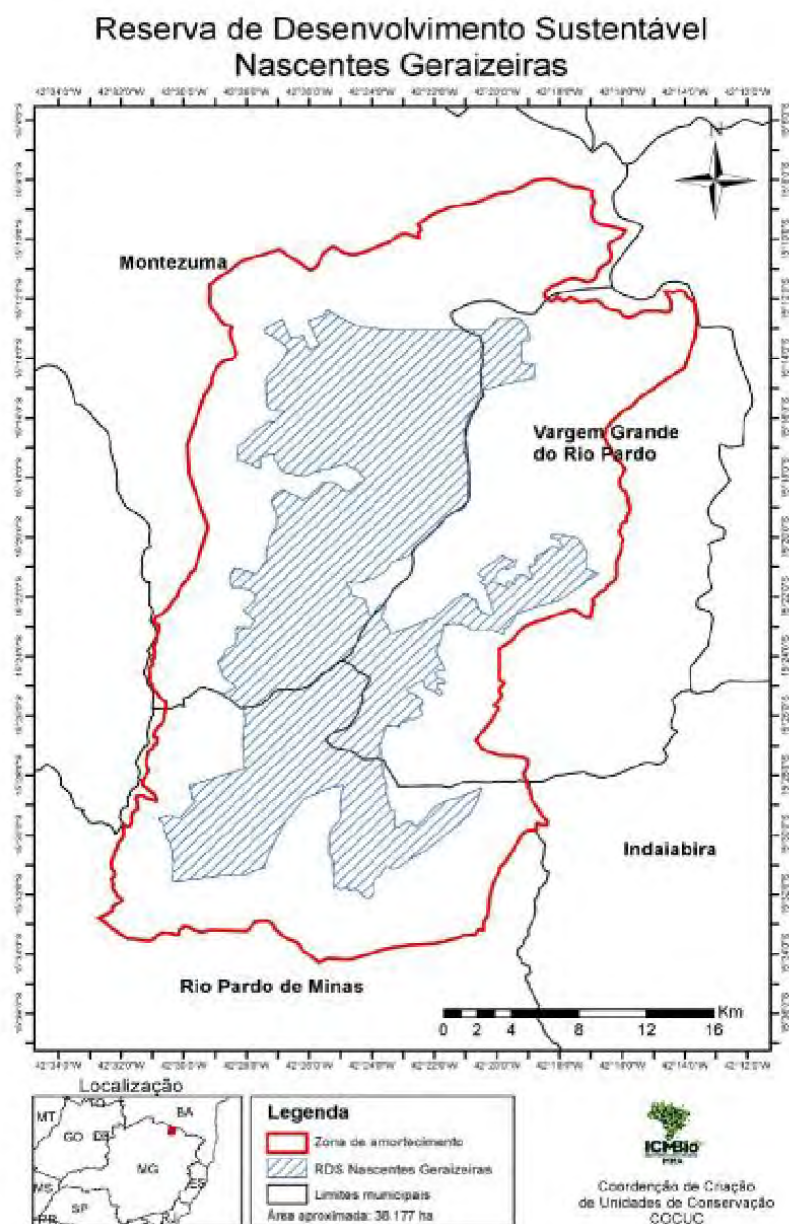
danos ambientais à fauna e a flora, assinalando a ocupação dos monocultivos de eucalipto como um agravante para o desequilíbrio ambiental dos territórios em questão. Nestes documentos foram apontados os danos sociais causados às comunidades geraizeiras, pela forma escolhida pelas empresas na ocupação das áreas. Assim, o próprio Estado reconheceu, pela primeira vez, que os projetos econômicos que Ele apoiou no passado foram prejudiciais para os territórios, social e ambientalmente (OLIVEIRA, 2017)

Apesar de os relatórios terem sido elaborados apontando a área como favorável para a criação da RDS, o processo se estendeu sem que o decreto fosse assinado, e a reserva criada. Foi então, depois de quase dois anos de espera e diversas negativas, que os geraizeiros não puderam mais esperar e partiram para uma *ação de sacrifício*. No ano de 2014 acumulando 14 anos de *luta*, os geraizeiros optaram por uma ação de mobilização extrema, ou de *sacrifício*, diante da morosidade e das negativas do Estado. Famílias desses três principais núcleos familiares se reuniram e, mais uma vez, colocaram seus corpos para *fazer política*, o grupo se descolocou até a capital federal, se posicionou diante dos ministérios e anunciou greve de fome e de sede, até que o decreto fosse assinado, afirmando que: “*se for para morrer de fome e sede, então que seja aqui!*”. (OLIVEIRA, 2017)

Com esse movimento de *sacrifício* as autoridades foram pressionadas pela repercussão e divulgação do conflito, assim como pela situação dos geraizeiros se *sacrificando*, em plena capital federal. Então, sem delongas, a então presidenta, Dilma Roussef, assinou o decreto de criação da RDS “Nascentes Geraizeiras”, publicado no diário oficial da união no dia 14 de outubro de 2014, contemplando os municípios dos “núcleos de mobilização”, como no mapa abaixo.

Esse desfecho demonstra algumas características da criação da reserva. A primeira delas, e mais evidente, é o reposicionamento do papel do Estado. Esse ator que apareceu como implementador dos projetos de modernização na região nas décadas passadas, foi também o produtor (não sem a pressão da luta popular) dos mecanismos burocráticos capazes de implementar uma nova territorialização nos municípios. Assim, podemos visualizar o Estado como ente difuso e multifacetado, que se materializa em diversos interesses e projetos, sejam econômicos, ambientais, étnicos ou industriais, estes projetos, divergentes entre si, se encontram em disputa dentro do campo público nas três esferas do poder.

IMAGEM 26 – MAPA INSTITUCIONAL DA RDS



Fonte: ICMbio, 2014

Outro aspecto possível de ser analisado é a força política acionada pelas comunidades mobilizadas, que conseguem induzir uma nova reconfiguração territorial nas áreas demonstradas pelo mapa. As áreas que estão dentro da RDS farão parte de uma nova lógica de ocupação, que tem como proposta de uso a territorialidade geraizeira, com o uso dos conhecimentos locais sobre os agroambientes e seus manejos. No entanto a nova lógica não se traduz em autonomia das comunidades, isso porque, a nova territorialização não será exclusivamente executada por geraizeiros, na medida em que os servidores do ICMbio serão designados à atuarem na RDS como “gestores da unidade”.

Oliveira (2017), traz uma visão crítica sobre a institucionalização da RDS, perante às reivindicações das comunidades pela *retomada* dos territórios:

Mesmo sob a orientação do instrumento normativo nosso desafio é garantir a participação efetiva dos geraizeiros, com seus saberes, conceitos e categorias nativas a respeito do seu ambiente – gerais e veredas, *chapada* e brejos; promover o reconhecimento, ou mesmo a valorização da coletividade tradicional geraizeira não institucionalizada, ou seja, os grupos de famílias das diversas comunidades e não apenas os representantes formais; considerar a cosmovisão geraizeira existente; reconhecer a possível contribuição dos processos de manejo das comunidades tradicionais geraizeiras para a conservação dos bens naturais existentes na RDS Nascentes Geraizeiras; prezar por um maior detalhamento da “regulamentação” das atividades e o esclarecimento do porquê das permissões e restrições, de acordo com as práticas e usos tradicionais.

O risco é que, alguns atores no conselho de gestão e deliberação das RDS Nascentes Geraizeiras, desconsiderem o modo de vida tradicional dos geraizeiros e amparados pela norma, banquem uma visão conservacionista e utilitarista de Estado, através da imposição de firmas institucionalizadas de gestão, por meio do plano de gestão, por consequência direcionando o zoneamento e programas de gestão para adequação, prescrição e normatização dos recursos, tolhendo qualquer possibilidade de contribuições mais efetivas dos costumes e tradições. (Pg. 39)

O autor expõe o caráter das relações verticais que envolvem a gestão do território da RDS, que depende de um plano de manejo para que suas ações sejam executadas, como, por exemplo, a remoção dos monocultivos de eucalipto e o “zoneamento”, ou caracterização das áreas para e seus usos. Estas decisões, necessariamente, passam pelo crivo institucional dos gestores da reserva, os servidores do ICMbio. O conselho gestor, que é a entidade máxima de deliberação da UC, contém representantes das comunidades, órgãos públicos municipais e servidores do ICMbio, assim, as decisões passam pelo conselho, que pode ou não, contemplar as demandas das comunidades. Por mais que os atuais gestores promovam ações que visam a recuperação das áreas degradadas com base nos saberes tradicionais dos geraizeiros, estes podem ser removidos do cargo, ou mesmo, pedir afastamento, colocando em risco a similitude de pensamento entre as comunidades e os servidores. Em nossa concepção é um risco real, que ronda os planos de territorialização das comunidades.

Apesar das críticas a RDS segue com suas atividades de restauração de áreas do cerrado, e tem desenvolvido trabalhos sobre o manejo dos agroambientes e direitos das comunidades que estão dentro da unidade de conservação. Nesse contexto, a comunidade de Catanduva também é inserida na RDS, porém em sua Zona de Amortecimento (ZA), destacada no mapa em vermelho. Algumas famílias participaram das mobilizações e ocupações, como o caso de Maria e de José, porém o apoio não foi da maioria, e quem de fato protagonizou as mobilizações foram as famílias dos “núcleos de mobilização”.

Encerraremos essa sessão, que trata do pano de fundo dos conflitos socioambientais que se desencadeiam na região de Catanduva, para afunilarmos nossa descrição e entrarmos na trajetória recente da comunidade, e os motivos que levaram à sua inclusão na ZA, e não no corpo oficial da RDS.

Queremos deixar claro que estamos demonstrando a trajetória da RDS em dois movimentos. Um é a trajetória da mobilização regional, que descrevemos nessa seção de forma pontual, e está pautada na articulação de várias comunidades “atingidas pelos eucaliptos”, o que gerou o Movimento Geraizeiro. O outro é a trajetória das famílias de Catanduva, que aos poucos, se integraram no contexto de mobilização regional e que irão desenvolver uma *luta* própria em seu território, devido às especificidades do seu conflito territorial. Essa trajetória será tratada a partir da seção que se inicia.

4.1 “*A gente só se mexe quando sente a dor*”: A inserção de Catanduva nas mobilizações e na RDS

Nessa seção iremos retroceder alguns anos, objetivando descrever os eventos que levaram as famílias de Catanduva a romperem com a atmosfera amistosa que existia entre a comunidade e os projetos econômicos, e anunciarem o conflito entre a comunidade e as empresas. Nesse percurso levantaremos a perspectiva da comunidade e suas estratégias de resistência e permanência no território

O ano de 2007 é recorrente nas falas de muitos moradores de Catanduva, pois este ano marcou o histórico e o imaginário da comunidade como o ano em que a “água acabou”. Houve uma grande repercussão com o evento, pois a comunidade leva em seu nome a referência de lugares úmidos e alagados. Está localizada em uma região, Rio Pardo de Minas, que possui um histórico onde a presença da água é incontestavelmente volumosa, como aponta Neves (2008), ao remontar o histórico da região. Porém, nesse ano a comunidade de Catanduva parou de receber água dos *rêgos* e dos encanamentos recentemente instalados, que traziam água da barragem das Braúnas e da nascente do córrego do Guára, como relata a interlocutora Joana, ao descrever a cena que ocorreu com sua comadre:

Foi uma coisa meio desesperadora pra nós, que sempre convivemos com muita água. Mas o caso aconteceu com minha comadre. A gente vinha reparando que a água vinha encurtando, então, a gente já tava regradando ela. Mas no derradeiro dia de água, a comadre conta que foi de manhã cedinho pra cozinha, colocou uma lenha no fogão e

foi pra pia lavar as louças. Mas, não é que quando ela abriu a torneira, não saia água primeiro né! Aí, fez como se tivesse ar na tubulação, e, quando pensa que não, saiu foi areia da torneira. Minha comadre diz que foi a coisa mais esquisita que ela já tinha visto, parecia até praga, ou amarração que os outros tinham feito pra ela. Pois minha comadre logo foi lá pra casa, *pra mode* ela saber se era coisa ruim com ela, ou não era. Chegou lá, eu ainda não estava mexendo na louça, aí ela veio, até calma, sabe, mas deu pra ver que ela tava desconfiada. Me contou a prosa toda. Aí ficou eu e ela olhando pra torneira, naquele clima tenso. Quando eu fui e abri... E não é que aconteceu do mesmo jeito? Aí nós já fomos ligando para um, chamando o outro e tratamos de fazer uma reunião da associação pra ver essa situação. (Joana em entrevista)

A notícia da areia saindo pelo cano atravessou a região de Rio Pardo, carregada pela rede de relações formada com os grupos de mobilização das comunidades geraizeiras. De acordo com o José, ele chegou a receber a ligação de uma liderança de comunidade de Grão Mogol, inquirindo sobre a “situação crítica” de Catanduva. Essa cena foi reconstruída através da percepção das artes cênicas, e foi representada por crianças geraizeiras em uma peça de teatro montada por Jonielson de Souza (2017), morador dos *gerais* de Rio Pardo, que descreveu em sua dissertação de mestrado a história dessa composição. Pude ver pessoalmente essa cena na 5ª Conferência Geraizeira, que será tratada mais adiante.

A comunidade de Catanduva permaneceu “passiva” com a instalação dos projetos econômicos, isso porque as famílias da comunidade não estavam mobilizadas em torno de uma pauta territorial, ou mesmo de denúncias contra os impactos ambientais dos monocultivos. Aqui, vemos que a comunidade iniciou sua articulação com a associação de moradores para discutir o assunto da água, e deliberarem sobre os próximos passos. O senhor José trouxe uma fala que pode ser esclarecedora: “*A gente só se mexe quando sente a dor, se não doer não mexe nada, fica mesmo é parado*”. A metáfora do catanduvense foi direcionada às famílias de Catanduva que optaram por se adaptarem ao contexto da territorialização das empresas, enquanto ele (José) já havia participado das ocupações do assentamento do Vale do Guará. A “dor” mobilizou as pessoas, trouxe a coesão da associação e dos moradores.

Ainda sobre as repercussões do evento que ocorreu em Catanduva José expõe seu ponto de vista:

O caso é o seguinte, aqui em Catanduva, e imagino que eu outros lugares da região, essa coisa de faltar água, da água acabar mesmo, era quase uma lenda de antigamente. O povo da comunidade te contou, eu mesmo também te falei dos tempos antigos. Aqui era lugar de inundação, a gente tinha que drenar as águas se quisesse fazer uma casa mais próxima do Guará. Então, assim, era bem difícil de imaginar uma coisa dessa. [...] Quando veio as plantações de eucalipto a gente nem importou muito, porque era uma fatura de água que não ia fazer diferença. Claro, isso na cabeça nossa. Porque o povo naquela época falava até que o eucalipto puxava água para região. Até parece, né... só se for pra região das empresa de fora aí. Mas, acontece que depois que a gente começou a participar das *lutas* a gente começou a buscar conhecimento, e ver outros lugares, como se diz, outras experiências, começamos a ligar os pontos, sabe. Então a gente já ficou bem cabreiro com o eucalipto nas *chapadas* nossa, nas *cabeceiras*, nos *carrascos*. Porque a gente notava que a coisa estava ficando cada vez mais regrada, e

que alguma coisa séria poderia acontecer. [...] E aí, assim, o clima de tensão cresceu muito depois que a água aqui acabou. É a desgraça realizando na nossa frente. O Movimento Geraizeiro já tinha falado desse risco, mas infelizmente a nossa comunidade que serviu de exemplo. (Entrevista com José)

A falta de água era um tema que circulava dentro da mobilização das comunidades em âmbito regional, e dentro do Movimento Geraizeiro. Tendo sido absorvido por famílias da comunidade assim que elas se envolveram na articulação regional, e passaram por formações e troca de experiências com outras comunidades. O “clima de tensão”, descrito por José, faz referência ao conflito socioambiental que passou a reger o comportamento das empresas e das comunidades. No caso de Catanduva, até esse evento em 2007, as relações com as empresas permaneciam estáveis. A maior parte das famílias de Catanduva não aderiram à articulação regional, das 35 famílias da comunidade apenas membros de 4 casas participavam de eventos, manifestações e ocupações. Esse cenário provocava uma cisão na comunidade, entre as pessoas que estavam na *luta* e aqueles que não se envolviam nas mobilizações, como descreve Joana, que não participava das mobilizações, pois tinha dúvidas sobre a índole dos integrantes e quanto a seus objetivos:

Assim, antes da gente começar a se organizar por causa da água, a gente julgava, mesmo, o povo sabe. Esse pessoal do *Seo* José que ia pra esse acampamento de sem-terra, invadia terra dos outros, isso é coisa de bandido, né? A gente queria só o que era nosso, então o povo ficava, vamos dizer, apartado desse pessoal das *lutas*. Mas a vida é mesmo uma coisa engraçada, né? Porque, quando essa água foi embora muita coisa mudou, foi como se a gente tivesse dormindo e, de repente, vem um estalo, assim sabe, ai você desperta. Eu mesmo *metia a língua*⁶⁰ nesse povo que invadia terra. Mas, aos poucos, a gente aprende que não era invasão, que o pessoal tava no direito e essas coisas né? [...] Vira e mexe o pessoal das empresas passava aqui, tomava o café na casa de um e de outro, a relação era até tranquila, até porque, um ou outro trabalhava pras *firma*. E esse pessoal danava a falar dessas invasões, e falava de bandidagem, de mandar prender, chamar a polícia. E, assim, pelo menos, eu ficava assustada né. Ninguém quer mexer com coisa errada. [...] De qualquer forma, foi depois dessa água nossa acabar que a gente foi procurar os direitos nossos, porque até isso a gente não sabia que tinha, e acabamos envolvendo com essa mexida de geraizeiro, que eu gosto muito hoje em dia. A gente fala que é geraizeiro né, no meu caso geraizeira, eu sou geraizeira do *gerais*, daqui de Catanduva, né! (Entrevista com Joana)

Como mencionamos na parte do trabalho em que apresentamos os nossos parceiros de diálogo, a Joana, geraizeira que pôde me receber em sua casa, proveu informações que demonstraram outra visão do conflito, principalmente no tocante à adesão de outras famílias da comunidade, *nessa mexida de geraizeiro*. A princípio, ocorreu o “estalo” quando a comunidade passou a se mobilizar para organizar a associação de moradores, que estava desativada há

⁶⁰ Difamava as pessoas

alguns anos. Sendo assim, notamos que a situação de conflito e de disputas foi capaz de gerar, tanto o antagonismo com agentes externos, quanto a coesão interna entre um grupo relativamente heterogêneo, ao menos em suas opiniões. A partir da organização e mobilização local os moradores da comunidade apresentaram a situação de falta d'água às autoridades municipais, que, em resposta, afirmaram garantir o abastecimento da comunidade através de caminhões pipa.

Com essa breve movimentação da comunidade a água voltou a ser distribuída nas casas das famílias e a coesão, recém-criada, pelo impacto da falta d'água, tornou-se dispersa, pois alguns moradores afirmaram que o problema da água tinha sido resolvido.

A gente começou a reunir a associação, mexer com as papeladas, e um grupo bom de famílias daqui *começaram* a se interessar. Mas foi só esses caminhões pipa aparecerem aí, que o povo falou de problema resolvido. Foi frustrante, por um lado, porque, pra mim, isso não era solução. Até porque, esse caminhão tinha dia que falhava de vir, aí, a gente tinha que juntar e pagar do nosso bolso para trazer água pra gente. [...] A água já tava regrada a uns tempos antes dela acabar de vez, e com o caminhão ficou difícil até de manter as criações de animais, alguma horta e molhar as plantas da casa. (Entrevista com Joana)

Com o desabastecimento de água da comunidade a pressão sobre as famílias aumentou, o caminhão pipa fornecia volumes de água que seriam divididos entre os afazeres domésticos e o uso no sistema produtivo, o que dificultou a reprodução da vida em Catanduva, que ainda estava impedida de acessar parcelas do território, expondo a fragilidade do sistema produtivo “adaptado” à realidade de desterritorialização.

Nesse sentido, mesmo com algumas famílias desmobilizadas do movimento que acabara de surgir, um “núcleo duro”, gerado pelo mesmo movimento, permaneceu em prontidão, se articulando com o Movimento Geraizeiro e com lideranças do movimento e de comunidades locais, mobilizadas, como Roça do Mato e Vale do Guará. Talvez por esse fato (ou não), no ano de 2009 a empresa SIDERSA procurou os moradores da comunidade, que estavam organizados na associação de moradores. A empresa convocou uma reunião com a comunidade para tratar do plantio de eucalipto em novas áreas, conversa que não teria acontecido antes em Catanduva, já que as empresas mantinham uma relação de distanciamento com os moradores. O que demonstrou que a atmosfera de tensão permanecia, e com isso as empresas optaram pelo diálogo com Catanduva, para expandirem suas áreas de cultivo.

A reunião ocorreu com a presença maciça de moradores da comunidade, representantes do poder municipal, membros da polícia militar de Minas Gerais (PMMG) e representantes das empresas. Durante a reunião, que foi registrada em ata e assinada pelos membros representantes

de cada entidade, a empresa informou seu plano de aumentar as áreas de plantio, e demonstrou as áreas em que iria executar esse planejamento. Porém, os moradores ficaram assustados com o fato de que os plantios iriam afetar a barragem das Braúnas, que, apesar de estar com um baixo nível de água e não estar provendo, naquele momento, o sistema de *régos*, estava no planejamento dos moradores como área de recuperação. A área onde a barragem se localiza tem a presença de *cabeceira e de capão*, importantes agrossistemas para a manutenção de mananciais hídricos, segundo os moradores, o que aumentava a sua preocupação. Nesse contexto, as famílias de Catanduva expressaram suas preocupações com as áreas que seriam afetadas, e, com isso, o representante da empresa afirmou que não iria expandir seus plantios sobre as áreas da barragem das Braúnas, acatando, assim, a demanda local. Porém, ao contrário do que foi acordado em reunião, a áreas das Braúnas foi impactada pela nova expansão dos plantios do monocultivo, capitaneados pela SIDERSA.

Eles vieram, nós fizemos reunião com eles para eles não mexerem nas cabeceiras das águas, veio policial, veio sargento, tudo nessa reunião nossa, acabou que não valeu nada, porque, acho que eles [autoridades presentes] foram comprados. Eles prometeram, assinaram ata. A gente tem uma ata assinada, um homem que tem em Vargem Grande [do Rio Pardo], que participava da associação daqui, levou e sumiu com ela pra lá. O [representante da Sidersa] assinou que não ia prejudicar, e a gente estava em uma reunião pública, e puxamos o tapete: “você pode mexer na *chapada*, mas nas cabeceiras das águas você não mexe não!”, porque Dr. [Saporite] trabalhou aqui e não mexeu, porque a gente tem nossa água *reservada* lá. Porque, assim, essa água que descia lá [nas cabeceiras], todo mundo tinha uma mangueira de água em casa. A água descia forte de lá para tudo mundo, era aquela riqueza, todo mundo fazia suas hortas, todo mundo tinha água no seu *terreiro*, aí ele [representante da Sidersa] veio e *desmantelou* nossas águas. O que ele fez, ele assinou, aí correu lá e *tocou* as máquinas lá [nas cabeceiras], e arreventou tudo. (Entrevista com João)

Em conversa com Joana, que participa ativamente da associação de moradores desde então, pude questionar sobre a ata da reunião, que teria as assinaturas do representante das empresas, concordando em não plantar na área das Braúnas. Ela me informou que estava de posse dela, contudo, um membro da comunidade, que foi um dos mais atuante nas falas durante a reunião com a empresa, e que na época era candidato a vereador no município de Vargem Grande, e membro ativo da associação, pediu a ata para “resolver questões na cidade”, e depois informou à Joana que a ata teria “desaparecido”, e depois desse momento a geraizeira não conseguiu mais falar com ele.

Apesar dos contratemplos com o documento da reunião, esse evento foi capaz de gerar uma unidade maior entre as famílias, mobilizando parcelas maiores de moradores a aderirem à *mexida geraizeira*. Um crescente sentimento de antagonismo acontecia em Catanduva em

relação às empresas, e, no cenário regional, a mobilização das comunidades também ascendia, com a realização das Conferências Geraizeiras e a gestão da demanda da criação da RDS.

Novamente, acionamos Almeida (2008), com o conceito de “unidades de mobilização”. Segundo este autor, a unidade de grupos sociais não, necessariamente, homogêneos, ocorre pela mobilização, com vistas a interesses em comum. Em suas palavras:

Por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade. Neste sentido a noção de “tradicional” não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. (Pg. 29 e 30)

Em Catanduva é possível notar a “unidade de mobilização” sendo tecida pelo acirramento das relações com as empresas, nota-se que a comunidade acionou o sentido de “tradicional” pautando-se mais em seu antagonismo e conflito com a empresa do que em seu histórico de ocupação do território. A unidade construída entre o grupo proporcionou que a comunidade fizesse o enfrentamento à SIDERSA, em um movimento de contestação das suas (da empresa) recentes ações em relação ao plantio de eucaliptos nas áreas da barragem das Braúnas. Os moradores se mobilizaram para demandar dos responsáveis a reparação do que houve com a remoção dos monocultivos que, de acordo com João: “*Só faltou plantar eucalipto dentro da barragem*”.

Durante dias seguidos moradores da comunidade foram ao escritório da empresa, em Vargem Grande, procurar pelos representantes da empresa, bem como à sede próxima aos monocultivos de eucalipto, porém não houve sucesso em contatar os representantes que estariam sempre “indisponíveis”. Segundo os moradores, a reação da SIDERSA foi hostil, e os desdobramentos deste episódio provocaram medo e fragilizaram a unidade de mobilização, que estava se fortalecendo na comunidade, como conta João:

Primeiro eles colocaram uns capangas de carro para vigiar a gente. Aí, uns homens [da comunidade] foram lá [na sede da SIDERSA] e o povo da firma chamou a polícia e colocou eles para correr, e, ainda, falou que se eles voltassem lá iriam matá-los. Essa mesma polícia que estava na reunião da assinatura da ata. E depois colocaram uns encapuzados para rodar aqui a comunidade, eles passavam em um carro, D20, tudo encapuzado, dois sentados, dois atrás e dois na frente, tudo armado, colocando as armas para o lado de fora, apontando para todo mundo. Eles passavam para cima e para baixo, umas quatro vezes no dia, aqui na comunidade. As crianças faltavam

morrer de medo, aí fazer o quê? A gente só olhava e se aquietava, porque, assim, uma pessoa encapuzada, com arma, na porta da casa da gente, e com a arma mirada para a porta da casa da gente, o que podia ser feito?!

A gente, assim, achava que não podíamos recorrer à justiça, porque a comunidade não tinha dinheiro, e eles tinham dinheiro. E na porta da casa da gente estava desse jeito, enquanto eles estavam passando aqui, estavam plantando eucalipto lá. E a gente ainda falou assim: “A gente vai lá arrancar esses eucaliptos”, mas teve muita gente que disse para não fazer isso, senão eles iam matar a gente.

Sobre o mesmo evento, Maria também nos traz o seu olhar:

Pensa num povo que ficou apavorado! E foi ruim porque eu via que as pessoas estavam começando a acreditar na gente, a entrar para o movimento, animar para exigir o que é nosso, e aconteceu essa desgraceira. Menino, não era brincadeira não. Esse pessoal passava armado aqui nas ruas. Não falava nada, ficava só rodando e botando medo na gente. As crianças, você precisa de ver o desespero! Aí não tem santo que ajuda né? O povo deu aquela esmorecida, falou de deixar pra lá. Mas teve um grupo aqui dentro que permaneceu unido, ficou abalado, mas preservou as ideias. Porque, assim, rachar um pau no meio é fácil, agora você faça isso com um faixo de lenha, é bem mais difícil, e esse era o pensamento. [...] O pior é que teve gente que, não sei se por medo, ou o quê, passou até a apoiar as empresas. O pessoal que trabalha lá, sempre apoiou né, mas, aí, outros que não tinha nada a ver, passou pra lá também. (Entrevista com Maria)

A reação de violência da empresa e falta de apoio das autoridades locais contribuíram para a fragilização da unidade de Catanduva, que se estendeu por alguns meses e depois cessou, quando, então, os *capangas* armados não voltaram mais, apenas os encarregados das empresas frequentavam a comunidade. Porém, essa situação não impediu que algumas famílias se mobilizassem em 2012, para fazer a ocupação das áreas da Procel, junto das comunidades de Vale do Guará e Roça do Mato. Com a participação das famílias de Catanduva na ocupação, as conversas sobre a demanda de criação da Unidade de Conservação passaram a fazer parte do cotidiano da comunidade, o que gerou uma divisão entre os moradores.

Desde a atuação violenta da empresa a comunidade estava fragmentada entre os apoiadores das causas territoriais e das reivindicações por direitos, e os apoiadores da “situação”, que preferiam que “se deixassem as coisas como estão”, para não gerar mais conflitos, os que apoiavam as empresas. Quando o assunto da RDS passou a circular na comunidade, narrativas sobre os malefícios da *reserva* surgiram entre os moradores. Na visão de Maria tais falas era uma estratégia das empresas para causar a separação da comunidade:

Eita, que nós pelejamos com esse povo daqui! Porque, assim, a gente tava na *luta*, ajudamos o acampamento lá, eu mesmo adorava aquele movimento todo, mas teve gente, aqui, que danou a falar mal da *reserva*, sabe? Uns falavam que a gente não ia mais ter direito de mexer em área nenhuma de mata, outros falavam que nem pequi a gente iria poder colher mais. E assim, a gente já tava nessa situação por causa das

empresas, e esse povo não reparou nisso. Por isso que que falo que foram os encarregados das empresas, que vem aqui direto, que fica espalhando esses rumores. Porque eles sabem que pra eles não é interessante, esse povo é esperto, eles não tem nada a ganhar. Mas ficou nessa falação aí, e a gente tentava contornar a situação, mas não foi fácil, tanto que, quando o pessoal do governo passou aqui pra fazer a pesquisa da *reserva*, muita gente falou que não queria ela aqui, mesmo a gente fazendo campanha a favor dela, o povo batia o pé que a RDS iria mais é prejudicar a comunidade.

Como relatamos, anteriormente, no texto, para o processo de criação da RDS servidores do IBAMA e do MMA estiveram presentes na região realizando estudos preliminares sobre as áreas que seriam afetadas pela criação da UC, que seriam divulgados posteriormente. No decreto 4.340/2002, que regulamenta a lei 9.985/2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), está prevista a de consulta pública. A consulta, apesar de não especificada quanto à sua forma, deve abranger todos os setores da sociedade civil que serão impactados pela implementação da UC, e, no caso da RDS, devem ser consultadas e informadas as comunidades tradicionais que serão inseridas nela. Em seu modelo ideal a consulta deve visitar a sociedade civil e as comunidades tradicionais, e informar, através de relatórios técnicos, as características da UC e seus impactos. Assim, quando Maria cita, em sua fala, que o “pessoal do governo passou para fazer a pesquisa”, ela estava se referindo a este procedimento. Não nos foi possível averiguar, com detalhes, quais foram as etapas existentes, e como foram realizadas as consultas e a divulgação dos dados sobre a RDS. A informação que obtivemos aponta a ocorrência de uma pesquisa socioeconômica, realizada por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que foi realizada nas comunidades locais que seriam afetadas pela criação da UC, incluindo Catanduva.

Fomos informados por moradores e agentes do ICMbio, que, após a realização da consulta em Catanduva, a maioria das pessoas não concordou com a criação da RDS, o que não foi exclusividade desta comunidade, outras comunidades também rejeitaram a criação das UC, nas áreas de suas comunidades. Como a RDS apresenta uma área total de 38.177 hectares e abrange três municípios, vários grupos locais foram consultados, e muitos não concordaram com a criação da RDS. Os motivos não estão claros, pois não estivemos em todo o território da RDS, e, em Catanduva, temos acesso apenas à visão daqueles que estavam envolvidos na mobilização a favor da criação.

Apesar do desinteresse de algumas comunidades em participar da UC, após concluída a pesquisa, e posterior ao ato de *sacrifício* das famílias de Roça do Mato, Vale do Guará e Água Boa II, no ano de 2014, em Brasília, a RDS foi oficializada e sua área demarcada, levando em conta o posicionamento levantando na consulta pública.

Como institucionalização da RDS as demarcações das áreas são executadas seguindo as indicações da consulta públicas, levando as comunidades que não concordaram com a UC a ficarem de fora da área oficial. Contudo, segundo Ganem (2015), a legislação do SNUC prevê a criação de Zonas de Amortecimento (ZA) para contribuírem com as atividades de preservação da UC. Tais zonas podem ser criadas no ato de criação RDS, ou posteriormente, com a aprovação do plano de manejo da unidade. A RDS Nascentes Geraizeiras instituiu sua ZA no ato de sua criação, não aguardando o plano de manejo para que fosse incluída. Com isso, muitas comunidades que recusaram participar da UC foram incluídas na ZA, sob a justificativa de fazerem parte do equilíbrio ecológico da região em que a RDS está presente. A comunidade de Catanduva, assim, passou a integrar as áreas de proteção da RDS, e, mesmo estando nas áreas da ZA, estão sob as regras estabelecidas pelo plano de manejo, no qual as atividades humanas são limitadas, com vistas à manutenção dos processos ecológicos, no interior da unidade.

Para a criação do território da RDS os saberes dos geraizeiros serviram de base na demarcação das áreas da UC. Durante o processo de estudo da implantação da RDS, muitos moradores foram consultados, e a visão dos catanduvenses, de que as *chapadas se comunicam*, foi levada em consideração para a delimitação das áreas da RDS, seguindo a perspectiva local de território.

Destarte, a comunidade de Catanduva irá atravessar a nova reconfiguração territorial e, como apontamos, o protagonista da implantação da nova malha territorial é o Estado, dessa vez, porém, *à priori*, a lógica que irá reger a estruturação não estará baseada em projetos industriais ligados ao sistema capitalista internacional, e caracterizados pelo esquema da modernidade colonial, mas sim, em uma lógica baseada na conservação da natureza, para garantir o equilíbrio ecológico do bioma e da biodiversidade.

4.2 – O conflito socioambiental distributivo e as estratégias de resistência em Catanduva

A comunidade de Catanduva, a partir de 2014, passou a integrar, então, o corpo territorial da RDS Nascentes Geraizeiras, e, mesmo estando na ZA da RDS, é inclusa nas ações do ICMbio, desenvolvidas dentro da reserva. Segundo nossos parceiros de diálogo, não houve

mudanças significativas para a comunidade, ou para as áreas ocupadas pelas empresas, e o clima de tensão instalado pela criação da UC se arrefeceu com o passar do tempo.

No entanto, as relações entre a comunidade e as empresas seriam tensionadas novamente no ano de 2016. A comunidade continuava a ser abastecida por caminhões pipa, mas os moradores, principalmente os pertencentes ao “núcleo duro” da unidade de mobilização da comunidade, suspeitavam da ação das empresas. Essas pessoas estavam em contato com a articulação regional das comunidades e com o Movimento Geraizeiro, o que permitia uma troca de informações sobre como agir em determinadas situações, mantendo tais pessoas do “núcleo” catanduvense de prontidão, em relação às movimentações dentro do território.

Fez uma calmaria depois dessa coisa da RDS, o povo sossegou bastante, mas as pessoas que estavam unidas pelo território ainda continuavam se encontrando nas reuniões da associação. E assim, quando a gente ia falar das empresas, das nossas suspeitas e essas coisas, a gente marcava na casa de alguém, e chamava só aqueles mais *chegados*, que não tinha conversa fiada com empresa. [...] Em uma dessas conversas nossas o compadre José, que tinha conversado com o pessoal lá de Roça do Mato, que tava acompanhando a gente, falou que era preciso ficar atento com as empresas, ver o que elas estavam fazendo, pra investigar essa coisa da água. Aí, teve um dia que meu filho deu a ideia da gente fazer como se fosse uma vistoria nas nascentes, porque a gente ficou sabendo que essa empresa, Chapada da Prata, tava usando os pivôs de irrigação, e isso gerou uma estranheza na gente. [...] Foi um grupo de pessoas na nascente e ficou surpreso quando descobriu que tava correndo água. E aí, quando a gente foi seguir pra Chapa da Prata, pra ver o que estava acontecendo, os funcionários de lá não deixaram a gente entrar, falando que a gente não tinha autorização. Isso durou até o dia que veio o pessoal do ICMbio na comunidade. (Maria, em entrevista)

Nesse contexto de suspeitas cada vez maiores em relação às empresas, a comunidade foi avisada por servidores do ICMbio que eles fazer uma visita às famílias, para tratar do plano de manejo da UC, e, segundo Maria: “*No que a gente ficou sabendo da visita do ICMbio a gente já estava preparado pra falar com eles da situação, e ver se esse povo prestava para alguma coisa*”. Assim, o que seria uma visita informativa se transformou em uma inspeção às empresas. Segundo Joana, durante a reunião, ela e outras lideranças relataram da conjuntura atual da comunidade, do desabastecimento de água. Requisitaram, assim, a ajuda dos servidores para irem até o local das nascentes, e na empresa, para averiguar a situação, pois eles (os técnicos) teriam a “autoridade” necessária. Diante dos pedidos das lideranças e das indicações de possíveis irregularidades, os servidores do ICMbio decidiram fazer um monitoramento da nascente, uma vez que essa, também, seria uma de suas no escopo das atividades que envolvem a RDS.

A comunidade logo mobilizou motos, carros e caronas para acompanhar a inspeção da nascente. Ao chegarem no local, perceberam que o *capão*, que cerca a nascente, estava preservado e, quando, adentraram a mata, averiguaram a presença de um volume considerável de água, o que deixou os membros da comunidade perplexos, como traz Maria: *“Meu filho, você precisa ver a cara do povo, ninguém esperava! No meio daquele capão, aquele mundo d’água. Foi aí que o povo entendeu que alguma coisa muito estranha estava acontecendo, e a gente foi atrás, mas dessa vez com o ICMbio!”*

A estratégia adotada foi a mesma de anteriormente, seguir o curso do córrego para ver o que se constatava no caminho. Nessa ocasião, porém, contavam com a presença dos servidores e de maior quantidade de pessoas da comunidade, o que levou a empresa a reagir de forma diferente, começando por não intervirem na entrada do coletivo dentro das áreas da empresa.

Como já dissemos, há seis barragens dentro do território de Catanduva, cinco delas eram utilizadas pelas empresas. Sendo assim, quando o mutirão chegou à barragem mais próxima da nascente do córrego que estava dentro da área ocupada pela empresa Chapada da Prata S.A, se depararam, mais uma vez, com um grande volume de água na barragem, abastecida pelas águas da nascente do Guará. Ao lado da barragem, eles também identificaram a presença de um extenso monocultivo de manga, sendo irrigado com as águas do reservatório. Os encarregados da empresa acionaram a polícia militar, quando avistaram as pessoas dentro da área da empresa, a polícia chegou ao local, foi lavrado um boletim de ocorrência, e os moradores, acompanhados dos servidores do ICMbio, precisaram sair da área da empresa. Em conversa com uma servidora do ICMbio que estava presente ela afirmou:

Nós não tínhamos conhecimento da situação que a comunidade de Catanduva estava passando. Quando chegamos na comunidade para tratar do plano gestor da RDS, não conseguimos fazer a reunião, pois a demanda em relação a água tomou conta da pauta, e eles nos demandaram alguma providência. Até porque, eles falaram de uma visita à empresa, sobre as nascentes, aí tivemos que fazer essa incursão. De fato, nossa investigação acabou por revelar o que estava acontecendo. Esse absurdo que a empresa Chapada da Prata fez, é claramente uma violação dos direitos humanos, porque todo ser humano tem direito a ter livre acesso a fontes de água, para consumo e abastecimento. Nós vimos que a água que deveria estar abastecendo as famílias de Catanduva estava indo para Europa, porque essas mangas cultivadas são exportadas, isso é uma apropriação das águas dessa comunidade. [...] Como encaminhamento, nós marcamos uma reunião entre a empresa e a comunidade, na sede da associação de moradores. No meio tempo, a gente retornou à comunidade e fizemos uma oficina de formação sobre direitos humanos e acesso a água, para que quando chegasse o dia da reunião, os moradores estivessem preparados e informados de seus direitos.[...] A reunião ocorreu tranquilamente, e quando a comunidade apresentou a demanda para a empresa, o seu representante teve a audácia de falar que “iria permitir que eles usassem a água”. Ah, mas você precisa ver a resposta que esse pessoal deu pra esse sujeito! Eles estavam afiados na questão de direitos, então, falaram com ele que aquilo

era obrigação dele, e não era um favor que eles estavam pedindo, e foram falando, até deixar ele todo sem graça. Mas, assim, depois desse dia um acordo foi feito, e a comunidade passou a usufruir novamente da água do córrego do Guará. (Neusa, gestora da RDS Nascentes Geraizeiras)

A situação que ocorria em Catanduva pode ser caracterizada, segundo Zhouri e Laschefski (2010), como um conflito socioambiental distributivo. De acordo com os autores, esse tipo de conflito ocorre quando há a distribuição desigual dos recursos naturais, no caso da comunidade de Catanduva, a água que deveria abastecer a comunidade, estava sendo desviada para a “Europa”, pelos monocultivos de frutas. Nada ficou comprovado, contudo, os moradores de Catanduva ligaram esse evento ao desabastecimento da comunidade no ano de 2007, quando a “água acabou”. Nas palavras de Joana: *“Eu mesma acho muito estranho esse pessoal estar com água e a gente não. Porque eles não informaram a gente que tinha água no Guará? E quem garante que não foram eles que impediram as águas de chegarem até a casa nossa”*.

As categorias elencadas sobre os tipos de conflito ambiental expressam, de forma didática seus contornos, porém, os próprios autores citados concordam que conflitos distintos podem ocorrer simultaneamente. Assim, os tipos de conflito se sobrepõem em Catanduva, pois, a comunidade também passou pelo processo de desterritorialização, impactando a territorialidade e o modo de vida que vinha sendo tecidos até então, ou seja, na comunidade também se dá um conflito ambiental territorial. Nesse sentido, a privação das águas se juntou ao fator de desterritorialização da comunidade, caracterizando a situação que a comunidade estava enfrentando no ano de 2016.

Para ter uma perspectiva do que ocorreu, a partir da visão dos moradores, utilizaremos a fala de Joana, que descreve, brevemente, a relação com o ICMbio, e a atuação da comunidade durante a reunião com representantes da empresa Chapada da Prata:

O povo foi para essa reunião diferente, sabe?! A gente tinha feito formação sobre o direito à água, e dos nossos direitos como cidadãos e geraizeiros. Isso foi o ICMbio que trouxe para gente, mesmo depois da gente *correr*⁶¹ deles. Aí, a gente foi bem preparado para falar com os representantes da empresa. E mesmo assim, você acredita que eles falaram: “Iremos permitir que vocês usem a água”, como se eles tivessem fazendo um favor para a gente! Aí a coisa *engrossou* para o lado deles! Pois nós falamos que aquilo era direito nosso, e que eles não estavam fazendo favor nenhum! Foi aí que a gente fez o acordo de encanar a água da barragem para nossas casas, e você poder comer esse andu aqui, que foi feito com essas águas!

⁶¹ Uma referência à evasão dos geraizeiros na presença no ICMbio, o que mudou com o início das reuniões comunitárias.

A reação da comunidade diante do representante da empresa Chapada da Prata foi algo presente nos dois pontos de vista apresentados acima, isso devido à sua mudança de postura, por ter passado por experiências e mobilizações que proporcionaram a fala ativa, ao invés da submissão, como ocorrido na reunião com a Procel, em que o morador que mais falou foi o candidato a vereador, aquele mesmo que levou a ata da reunião e não a devolveu para a comunidade.

IMAGEM 27 – PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CHAPADA DA PRATA, A PARTIR DESSE PONTO A ENTRADA É CONTROLADA POR VIGIAS



Fonte: Acervo do autor, 2018

À vista disso, apesar de existir uma espécie de “tutela” das comunidades que estão inseridas na RDS, devido à responsabilidade de gestão ser do ICMbio, alguns benefícios são identificados pela comunidade nessa relação, e processos de mobilização são fortalecidos com a presença dos servidores, em contato com os moradores das comunidades.

Sobre o acontecimento do retorno da água e seus desdobramentos, João nos traz sua perspectiva:

Esse negócio dessa água mesmo, se não fosse a RDS a gente não tinha essa água não. O povo ajudou, a prefeitura ajudou um pouco, mas a força maior, mesmo, foi do ICMbio. Ajudou por que ensinou para a gente sobre nossos direitos. Pois, antes iríamos reivindicar alguma coisa, aí era “ Ah, mas eu mando matar você”. Aí, todo mundo tinha medo. Hoje, a gente já sabe, eles vêm e a gente já vai para cima, e fala “aqui não”. Hoje, nós temos nossos direitos, por que antes a gente não tinha conhecimento de nada. Aconteceu tanta coisa aqui por isso, não tínhamos conhecimento mesmo. Então, assim, eles ensinaram muito à gente, nos encorajou a corrermos atrás de nossos direitos. Em comparação, é como se fosse uma escola, se a gente não entrar na escola a gente não aprende, já dentro da escola, a gente sai formado de lá. Se fosse por só por conta nossa, a gente não ia conseguir nunca, eles [empreendimento] não deixavam a gente tirar a água de lá nunca. Então, serviu demais, colocou a gente muito “pra cima”, dando coragem para lutarmos pelo que é nosso, e agora fazemos as coisas da gente, sabendo de tudo que temos direito, e como vamos fazer. Se fosse na época que eles plantaram esses eucaliptos aí, se fosse hoje a gente não teria deixado de jeito nenhum. Nesse tempo só “abaixamos o tom”, porque eles colocaram ameaças em cima da gente, aí, abaixamos a guarda e aquietamos. Mas se fosse hoje, chegar outra para fazer o que eles fizeram aí, nós não vamos deixar, não vamos nos abaixar mais, não, agora vamos só para frente. A gente aprendeu muita coisa, e, eu tenho certeza de que cada dia que passar, nós vamos aprender mais.

A partir da visão do interlocutor é possível identificar o que Almeida (2008), traz para dentro do campo teórico das “unidades de mobilização”. Segundo o autor, a articulação do grupo social dentro do campo de contestação e legitimidade desloca o centro de poder, que, em geral, está nas mãos de empresários, grandes produtores rurais, donos de indústrias e seus representantes. Esses grupos, por sua vez, utilizam da sua prerrogativa de poder para usufruírem da legitimidade de demandarem Estado aquilo que lhes for conveniente. Entretanto, na fala do João, notamos que a demanda da comunidade passa a ser considerada pelo Estado, representado pelo ICMbio, que auxilia o grupo local e legitima suas demandas. Assim, o centro do poder não mais pende apenas para um setor da sociedade, contemplando, também, os grupos considerados subalternos. Podemos notar, ainda, que o processo de mobilização se configura paralelo ao processo de formação. A metáfora de João considerando a *luta* enquanto “escola” reflete esta realidade, seus desdobramentos e acúmulos, inerentes às unidades de mobilização nas comunidades tradicionais.

Nesse cenário, apesar do evento do “retorno das águas”, a realidade da comunidade de Catanduva ainda é o *encurralamento*, pois, a pressão dos projetos econômicos continua presente e segue reduzindo as possibilidades de uso e ocupação do território tradicional. Nesse sentido, a comunidade continua seu processo de mobilização, e desenvolve ações de resistência, com estratégias que visam recuperar o domínio de seu território. Isso porque, a inserção de Catanduva na zona de amortecimento da RDS, apesar de receber apoio do ICMbio, não garante

o domínio territorial da comunidade, que fica à mercê de uma possível inclusão das áreas da comunidade dentro do plano de manejo da UC, o que poderia, talvez, concretizar a demanda de retirada de eucalipto das áreas afetadas.

Sendo assim, umas das estratégias realizadas por Catanduva, em conjunto com outras comunidades, é a ampliação da unidade de mobilização, que irá se articular em âmbito regional. Mantendo-se em contato com o Movimento Geraizeiro e *parceiros* das comunidades geraizeiras da região, Catanduva sediou, em seu território, a “V Conferência Geraizeira” no ano de 2018. Esse encontro teve como tema “Água e Território” e como objetivo o fortalecimento das comunidades, em torno da *luta* pelo acesso ao território, e garantia dos direitos fundamentais.

Para a construção da narrativa do texto apresentar um caráter dinâmico, optamos por apresentar os dados levantados, a partir de 2018, na comunidade de Catanduva ao mesmo tempo em que caracterizamos algumas estratégias de adaptação e resistência, no atual cenário da comunidade. Feito isso, retornamos à conferência geraizeira que sai do escopo local, para o regional, e assim fazemos nossas considerações acerca dos conflitos, sob um prisma mais adequado à realidade regional, analisando a demanda das comunidades, a questão da água (que para os geraizeiros não se distingue do território), e o ecologismo popular, na *luta* pela preservação do *berço das águas*.

4.3 - A atual situação da comunidade: O processo de re-territorialização de Catanduva e as ações de resistência

Em minha inserção no campo, a partir do ano de 2018, pude realizar o levantamento de alguns aspectos da atual situação da comunidade, frente aos processos de reconfiguração territorial que as famílias têm enfrentado. A adaptação dos moradores à nova configuração territorial ainda divide grupos de famílias, que se posicionam contra ou a favor da UC. Isso porque os projetos econômicos inseridos no território, SIDERSA e Chapada da Prata, continuam a operar e demandar funcionários para sua manutenção. Segundo informações obtidas com os parceiros de diálogo, as pessoas que trabalham para as empresas, em sua maioria, têm opiniões contrárias em relação às ações do ICMBio, e dos moradores que ajudam a implementar o manejo da RDS.

Em levantamento feito através de questionário, no formato survey, no ano de 2019, identificamos dados que nos ajudam a compreender a atual realidade da comunidade. Catanduva possui 35 famílias residentes na comunidade, e um total de 144 pessoas. Do total de famílias, apenas 4 delas (15%) declararam que a fonte de renda não advém de práticas agrícolas, da pecuária ou do extrativismo, o que podemos compreender como sendo uma parcela das pessoas que trabalham para as empresas. Não obtivemos retorno dessas pessoas para fazer entrevistas, como é o caso do genro do João, com quem não conseguimos uma entrevista, mas sobre quem obtivemos, com João, informações, acerca de seu trabalho com carvoeiras.

Eu vou te falar que não é uma vida fácil, não viu. Fficar respirando aquele pó de carvoeira, ali, aquela fumaceira na sua cara. O *cabôco* pena, ainda mais porque, hoje em dia, as empresas tem que dar um tal de equipamento de proteção, sendo que na minha época não tinha essas *trenhêra*, não. Mas hoje tem que ter, e nem isso os empreiteiros dão *pro* pessoal que trabalha lá, e também não tem essa história de carteira assinada, não. Mas eu penso assim, que é algo complicado, porque às vezes é a opção que encontra, muitas vezes, pra não precisar sair da comunidade, e poder ficar nas terras nossas, e perto da família. E também é um dinheiro rápido, o pessoal paga pela quantidade de carvão que eles fazem, né. E eles tem que construir até os fornos. E, depois de pronto, é *torar* os eucaliptos, e jogar pra dentro, não tem mistério. [...] Essa *mexida* do carvão aí é um *rolo*! Porque, assim, as áreas são da SIDERSA, mas parece que eles não têm a “licença” pra mexer nessas áreas, né? Aí, o que eles fazem é contratar uns empreiteiros pra vir e fazer o carvão da madeira, aí, são esses outro empreiteiros que *paga* o pessoal.

IMAGEM 28 – CARVOEIRAS “TERCEIRIZADAS” LOCALIZADAS DENTRO DO TERRITÓRIO DE CATANDUVA



Fonte: Acervo do autor, 2019

As carvoeiras, na foto acima, são o local de trabalho das pessoas da comunidade que atuam nesse ofício. Segundo a fala que trouxemos, a SIDERSA não teria a Licença Ambiental para atuar nestas áreas, lançando mão do artifício de contratarem empreiteiras para executarem o serviço. Com essa “terceirização” a SIDERSA estaria livre de acusações, se houvesse alguma denúncia por trabalhos serem nas áreas (teoricamente irregulares). A partir dessa informação, procuramos servidores do ICMbio para confirmar as informações sobre o licenciamento ambiental da empresa, como resposta, obtivemos a informação de que a área apresenta “irregularidades”, mas que não poderiam entrar em maiores detalhes, por se tratar de um processo em aberto dentro da instituição.

Manobras burocráticas à parte, foi possível levantar a informação de que pessoas de fora da comunidade também atuam na carvoeira, nas quais podemos identificar que as condições de trabalho são precárias, pois os trabalhadores não têm acesso a equipamentos de proteção individual – obrigatórios segundo as leis trabalhistas –, e estão atuando como trabalhadores informais, sem direito a acessar benefícios previdenciários ou trabalhistas.

Apesar dessa situação, as sábias palavras do senhor João nos levam a refletir sobre a complexidade da situação, que deve ser analisada com cautela. As pessoas que trabalham na carvoeira também são geraizeiras, e mesmo não estando mobilizadas pelo direito de acessar o território, possuem estratégias próprias para atingir o objetivo que se assemelha à dos membros mobilizados, a permanência no território. Assim, por um lado o genro do João desenvolve suas atividades de forma precária, sob as ordens das empresas, mas por outro, ele opta por executar tais funções com o intuito de reproduzir sua vida dentro do território, e estar perto da família. A situação é complexa por envolver um emaranhado de relações e objetivos. Porém, o intuito, aqui, é apenas apontar direções, pois, se criarmos categorias maniqueístas, com base na atuação a favor do território, estaríamos nos afastando da realidade, e esvaziando as possibilidades de atuação da ação humana.

Seguindo essa mesma linha, iremos explorar a complexidade de outra atividade, que se configura como algo comum no atual cenário de Catanduva, mas que, *a priori*, não revela seus emaranhados relacionais, a migração sazonal de geraizeiros. Essa atividade, assim como a atividade nas carvoeiras, no campo dos movimentos sociais e socioambientais, é vista como algo degenerativo dentro da lógica de comunidades tradicionais, que desenvolvem seu modo de vida ligada a um espaço ocupado ancestralmente. Isso porque, são atividades que não são

consideradas “práticas tradicionais”, ou, não tem ligação com o histórico da comunidade, e apresentam um potencial “desmobilizador”, dentro das ações das famílias.

À vista disso, procurei indivíduos ou grupos familiares que utilizam a migração como meio de reprodução da vida, mas o número de migrantes que concordaram com as entrevistas foi mínimo. Muito, devido à dificuldade de encontrá-los, porque muitos estavam fora da comunidade, no processo migracional. Porém, em conversa com Pedro, um dos parceiros de diálogo desse trabalho, falávamos sobre sua família e as atividades desenvolvidas por seus membros, e ele informou que dois de seus filhos mais novos, frequentemente, *pegam a estrada* para trabalhar. Ao perguntar por eles, Pedro me informou que apenas um estava na comunidade, pois o outro filho estava trabalhando fora. O filho de Pedro me concedeu uma conversa capaz apresentar aspectos que alteram o olhar monolítico sobre a prática da migração, e sobre aqueles que a executam.

O filho de Pedro é um jovem de 25 anos que *pegou as estradas* assim que completou a maioridade. O meu encontro com o jovem teve um clima descontraído, devido ao local de nossa entrevista. Quando perguntei a seu pai onde o encontraria, a resposta foi: “*Ah meu filho, se ele não tiver no boteco da associação, ele tá pra ‘rua’, aí vai ser difícil encontrá-lo*”. O termo “rua”, que surge nas dicas de localização, é uma menção à cidade de Vargem Grande, onde acontecem mais eventos culturais e existem mais do que dois bares, por isso a dificuldade de localizá-lo.

O *boteco da associação* é um dos dois barzinhos existentes na comunidade. O local é um pequeno cômodo, que tem uma varanda, com uma larga mesa de sinuca no centro. Dentro do estabelecimento há um balcão e poucas opções de comida, ao contrário da aguardente, que preenche as prateleiras fixadas na parede do local. As tábuas suspensas sustentam incontáveis garrafas, transparentes, sem rótulos, e contendo líquidos que variavam em suas cores, ali existe uma grande variedade dessa bebida. Segundo o dono do boteco, as bebidas estavam *curtidas* em raízes, ervas, cascas de árvores e frutos da região, que as dotava de colorações variadas.

Para minha sorte, encontrei o jovem sentado em uma mureta que dividia o espaço do barzinho com a rua de terra, a “avenida principal” da comunidade. Ele estava aguardando sua vez para jogar sinuca e, nesse meio tempo, me apresentei e propus uma entrevista. O jovem, com um olhar astuto, me fez uma contraproposta, eu teria que jogar uma partida de sinuca, assim ele se entreteria e eu conseguiria a minha entrevista. Feito o acordo, comprei uma ficha de sinuca, liguei o gravador e começamos o jogo (e a entrevista):

Tem gente que nasceu pra isso, né? Ficar aqui na roça, plantar, cuidar do gado, trabalhar pra um patrão aqui, outro ali. Eu gosto disso, tanto que isso é minha diversão, como dizer, o lazer né? Não quero trabalhar com isso não, isso é meu descanso, quero ganhar a vida na estrada. Porque, assim, desde de que eu fiz 18 [anos] eu arrumo emprego fora. E foi bom demais fazer isso, porque foi assim que eu comprei minha primeira moto. E olha pra o senhor ver, eu já estou na minha terceira moto, e agora quero um carro. Eu comecei cortando cana, mas era sofrido demais, tá doido! Depois eu fui pra algo que eu gosto mais, colheita de fruta. Fui trabalhar nas colheitas de laranja e agora trabalho com limão. Já trabalhei de servente [de pedreiro] em São Paulo, o que me rendeu uma grana boa. Agora penso outras coisas. Mas o melhor disso tudo é que eu ainda posso morar aqui em Catanduva! Posso ajudar o velho de vez em quando, tenho até dois boizinhos, que comprei pra fazer uma reserva. Aí, eu fico nessa de ir e voltar, sabe como é.[...]

[Quanto tempo você passa fora?] Ah rapaz, isso depende muito, das demandas das colheitas, porque tem vez que tá fraca a safra, né. Aí, a gente espera, procura outra coisa, dá os pulos, necessidade faz sapo pular. Mas devo ficar uma média de três a quatro meses antes da chuva, e mais ou menos a mesma quantidade depois das águas. Dá pra levantar uma graninha e ficar sossegado, e até tocar uns projetinhos aqui. Queria criar uns peixes com o velho, aqui, sabe? Fazer uma coisinha arrumada pra poder vender, até na feira de Rio Pardo, sabe como é, a gente sempre pensa na família né.

[Como é para você morar em outros locais fora da comunidade?] Ué, eu não moro em outro lugar não, moro aqui mesmo. O que faço nesses outros lugares é trabalho, é diferente. O trabalho é lá e a vida é aqui. Por isso gosto de viajar para trabalhar, porque se eu fosse trabalhar aqui não ia render muita grana, então, eu posso continuar morando aqui e trabalhar fora, ainda ajudo o velho se ele precisar. [...]

. A noção que esse jovem desenvolveu de “lugar de vida” e “lugar de trabalho”, em nossa análise, é uma estratégia de resistência, que visa sua permanência no território e preserva o sentido de pertencimento ao lugar de vida. O fato de ele ter optado por sair da comunidade não significa que ele não esteja ligado ao território, mas que a territorialidade poder assumir um caráter amplo e transcender o espaço biofísico, sem perder as relações com os ancestrais, ou com práticas tradicionalmente desenvolvidas. A movimentação do jovem para sair da comunidade com intuito de manter-se nela apresenta outra forma de permanecer no território, pois, segundo sua fala, para conseguir o padrão de vida que ele tem atualmente, estando na comunidade, não seria possível, com a redução das áreas do território tradicional e o racionamento de água. De fato, ele teria poucas opções com a redução dos espaços de plantio e áreas de *solta*, a reinvenção realizada por esse jovem geraizeiro modifica uma situação vista como condição de submissão e de falta de escolhas, para uma ação consciente de permanência no território.

Segundo o levantamento feito na comunidade, 20 das suas 35 famílias possuem, ao menos, um membro que migra, como estratégia de reprodução da vida. É um número expressivo e demandaria mais esforços de pesquisa para compreender os motivos que movem os migrantes, e também para saber se dentro desses motivos existe a mesma vontade de permanência citada pelo jovem entrevistado. Nossa análise tem como objetivo dar um tratamento qualitativo aos

dados, ao ter a perspectiva das pessoas que migram. O que não quer dizer que estes mesmo dados não possam representar, objetivamente, o “impacto” direto da implantação dos projetos econômicos, pois, com a redução de áreas para reproduzir as práticas tradicionais as pessoas são coagidas a se adequarem à nova realidade. Com isso, a qualificação desses dados nos provêm de informações que dão espaço à complexidade de fatores que envolvem estas práticas, sendo elementos importantes para compreender as dinâmicas que existem dentro de uma comunidade, que está envolvida em um conflito socioambiental.

Em relação às fontes de renda, averiguamos que a principal atividade que a garante para as famílias, depois da aposentadoria, são as práticas da agricultura, pecuária e do extrativismo. O levantamento indica que 21 famílias produzem suas vidas a partir de uma dessas três práticas, ou da combinação das três. Outras 10 famílias garantem seu sustento, exclusivamente, com o extrativismo. A informação é surpreendente porque demonstra que a comunidade, apesar de não ter sob seu domínio grandes parcelas das áreas do território, continua a reproduzir práticas tradicionais, resistindo à pressão territorial e hídrica.

Começando pela agropecuária, nota-se que, mesmo com a desterritorialização da comunidade, a capacidade de adaptação dos moradores é grande, graças aos conhecimentos produzidos ao longo dos anos, sobre o território e a natureza contida nele. Contudo, isso não quer dizer que a situação é confortável, social e ambientalmente falando. A agricultura deixou de ser praticada nos *tabuleiros* e foi transferida para as *baixas*, locais que costumavam inundar. Com o constante desabastecimento de água nos agroambientes, provocado pela apropriação da *Chapada da Prata*, através de barragens para irrigação, ou pela sobrecarga provocada pelos massivos monocultivos de eucalipto, o tipo de cultivo realizado pelos moradores de Catanduva teve que ser alterado. Atualmente, o principal cultivo ocorre em áreas de *baixas*, sendo, em sua maioria os plantios de mandioca, andu e feijão *catador*. A mandioca é um tubérculo versátil e faz parte do saber e do fazer geraizeiro, e, como demonstrado em capítulos anteriores, gera produtos beneficiados. O andu e o feijão, em sua maioria, são para *a despesa*, ou seja, apenas consumo doméstico. Pedro tem sua própria visão sobre essa adaptação:

Porque, assim, as baixas não foram feitas pra mandioca. A gente usava quando tinha água, aí, aproveitava as águas sem danificar ela, entende? As mandiocas eram pra *tabuleiros* e, muitas vezes, *chapadas*, quando dava uma chuvada boa. Eu não sou homem da ciência, mas pela minha vivência, a gente tinha quer ter essas áreas de volta pra equilibrar a natureza aqui, sabe? [...] Hoje, a gente tá plantando as *maniva* na baixa, porque já não tem água quase, as outras áreas foram tudo tomada, aí é plantar na *baixa* ou morrer de fome. [...] Já o gado, com muita peleja, a gente arruma uma área ou outra pra *soltar o bicho*. Essas áreas da Procel, mesmo, ajudou bastantes, porque, assim, não é muito perto, mas dá pra deixar ele lá, se for do nosso gadinho *pé duro*. Porque, se [for] de raça menino, vai pelejá, e ainda vai gastar muito, não tem condições.

Segundo Pedro a estratégia de uso das *baixas* garante o mínimo para a comunidade, e o ideal seria utilizar as áreas de tabuleiro, porém estes agroambientes não estão mais sob o domínio da comunidade. Sua visão também traz o aspecto ambiental, na qual o processo de adaptação da comunidade não foi opcional, mas um elemento imperativo devido à territorialização das empresas, que alteraram a territorialidade da comunidade. Se não fosse por isso, eles não usariam essa área [a baixa] que faz parte da microbacia do córrego do Guará.

IMAGEM 29 – ÁREA DE *BAIXA*, ONDE, ANTIGAMENTE ERA CURSO DO CÓRREGO DO GUARÁ



Fonte: Acervo do autor, 2019

A criação de gado é outro elemento que, surpreendentemente, ainda está sendo realizado pela comunidade. Isso porque, as principais áreas afetadas pela territorialização das empresas são as áreas de *solta*, nos ambientes de *chapadas*. O manejo do gado também representa uma das pautas consideradas “essenciais” para os geraizeiros, em relação ao plano de manejo da RDS, porque, uma vez incluída na UC, a prática tradicionalmente executada poderá ser realizada dentro de suas áreas. Outro ponto levantado pelo Pedro foi a importância da ocupação das áreas da empresa Procel, área atualmente embargada, e que está dentro das áreas da RDS.

Apesar de não estar sob o domínio das comunidades, elas podem ser utilizadas como espaço para a criação do gado, com uma *solta* alternativa, já que não são áreas de *chapada*, não possuem a presença do capim nativo e de outros alimentos para o gado, como frutas e ervas, tornando mais difícil a engorda do rebanho.

Por último, temos a atividade de extrativismo, que também é considerada uma atividade essencial para a atual reprodução da vida das famílias geraizeiras de Catanduva, por movimentar a economia local, sendo fonte de renda para, ao menos, 80% famílias, sendo que, 30% do total de famílias tem o extrativismo como principal fonte de renda. A colheita dos frutos nativos é dividida entre aqueles que são para o *sustento* e os que tem valor dentro do mercado regional. Assim, a cagaita, o murici, articum, pinha-de-veado, mandapuça e o rufão, entre outros, estão dentro do grupo de frutos usados para o *sustento*.

Do outro lado, estão identificados aqueles que apresentam valor comercial regional, sucedendo que uma árvore rouba a cena entre as nativas, o pequizeiro (*caryocar brasilienses*), e seu fruto, o pequi. Além de apresentar uma alta demanda em nível estadual e nacional, dentro da diversidade de árvores nativas, nenhuma outra foi tão resistente às intervenções dos correntões quanto o pequizeiro. Considerada uma árvore protegida por lei, sua derrubada é proibida desde 1987⁶², o que, obviamente não foi capaz de assegurar sua proteção contra as intervenções. Contudo, sua presença e reprodução dentro da área ocupada pela comunidade e no entorno, nas áreas embargadas, ou que não puderam ser reutilizadas pelas empresas, é um marco da paisagem dos *gerais*. Essa árvore já era conhecida localmente nos *tempos antigos*, devido à sua incidência das áreas com maior altitude da serra Geral, ao contrário do que ocorre nas áreas de caatinga, que não possuem a presença do pequi, mas onde existe o umbuzeiro, característico desse bioma e não incidente nos *gerais*.

Juntamente com resiliência da árvore, se nota a versatilidade do uso de seu fruto, na culinária local e regional. É cena rara entrar em uma cozinha em Catanduva e não encontrar a *gordura* (óleo) do pequi pura, ou em conservas com pimenta. A *gordura* é utilizada para fazer biscoitos, frituras de carnes, mandioca e outros. A polpa da fruta é utilizada como acompanhamento de comidas cozidas, desde o frango ao arroz. Esta ainda pode ser utilizada em conserva, e mesmo como base para alguns doces da região. Depois de retirada a poupa, sua castanha pode ser consumida *in natura*, assada, ou, ainda, utilizada como base de uma paçoca

⁶² Portaria no. 54 de 03.03.87 IBDF

típica. Com maior quantidade de castanhas se extrai o óleo, depois de um longo processo de fervura. A casca do pequi serve de alimento para o gado, e pode ser utilizada, também, para fazer pigmentos naturais, utilizados para pintar casas. Outras utilidades são, ainda, o uso para fazer sabão e a fabricação do seu famoso licor.

IMAGEM 30 – FLORESCÊNCIA DO PEQUIZEIRO EM CATANDUVA



Fonte: Acervo do autor, 2018

A versatilidade desse fruto concede a ele um lugar diferenciado no modo de vida catanduvense, que, além de prover tantas utilidades para a comunidade, também é vastamente utilizado pela indústria, que fabrica muitos dos produtos encontrados em casas geraizeiras, tornando o fruto extremamente comercializável na região, para ser vendida no atacado, em mercados locais ou para a indústria. Essa realidade reflete os hábitos gastronômicos da cultura nortemineira, que consome grandes quantidades do fruto anualmente, sendo o pequi considerado o fruto que simboliza a região. Em Montes Claros, por exemplo, maior cidade do Norte de Minas, anualmente é celebrada a “Festa Nacional do Pequi”, que reúne pessoas de toda a região, e promove eventos que divulgam e celebram os usos do fruto.

Segundo o IBGE (2011) as atividades ligadas à produção do pequi renderam ao estado de Minas Gerais R\$3,5 milhões no ano de 2011, com uma produção total de 1.776 toneladas,

representando cerca de 30% da produção nacional do fruto. Dentro da estatística mineira, a região norte do estado, com predominância do bioma cerrado, produz quase a totalidade dos frutos.

Essa realidade é diretamente refletida na comunidade de Catanduva que tem sua safra entre meados de novembro, até o início de fevereiro, coincidindo com a época *das águas*. Em Catanduva, a safra do pequi pode ser analisada como um fenômeno social, pois é motivo da volta das pessoas migrantes, e da visita de familiares distantes, para participarem da grande movimentação que ocorre na comunidade, nessa época do ano. Várias são as narrativas dos moradores sobre esse período do ano.

Aí, você chegou em um assunto bom! Você tem que visitar a gente nessa época, a comunidade fica em festa, é como se tivesse uma festa acontecendo. Você pense as mercearias abertas direto, com gente que ainda improvisa umas barraquinhas, pra vender comida e doces para as crianças, vende brinquedo, é uma farra. Todo mundo fica com dinheiro, até os meninos pequenos, porque você cata o pequi, entrega no ponto de coleta é já recebe um troquinho por ele, ligeiro assim. Então, todo mundo para tudo só para colher pequi. [...] E assim, o povo respeita a planta, porque o fruto correto é aquele que está caído no chão, se você pegar um que ainda está no pé, ele não presta. Então, o pessoal faz tudo direitinho, e a molecada aproveita. Os adultos arrumam jeito de pegar mais, né? Tem gente que comprou carretinha, aí, põe nas motos pra poder rodar e encher logo a carretinha. Tem gente que arruma cada coisa, que só você vendo! E é uma churrascada dia e noite! Assa carne, toma um *coentro* (aguardente), cata um pequi, e, ainda, dança um forró se a chuva deixar. Eu tô te falando, é uma festa! (Paulo em entrevista)

Essa coisa do pequi é boa demais pra comunidade, sabe. Pra todo mundo. Não tem um que não aproveita dessa graça. E assim, aqui em casa vira um formigueiro de gente, de tanta gente que fica apinhada, trazendo e levando pequi. É menino, é velho, é gente jovem, mulher, todo mundo. Acho que até os bichos, se soubesse, trazia pequi aqui. Por isso que a gente fez esse galpão na minha casa, aqui chega os caminhões para buscar o pequi, eles também não param não, vai enchendo e vai saindo. As contas, fazem todas aqui. Foi meu genro que arrumou isso pra gente, aí, a gente vai seguindo nessa benção né? Porque, você pensa no tanto que desmataram e botaram cada pequizeirão pra baixo, que você não imagina. E hoje, a gente ainda encontra essa quantidade de pequi. É uma benção, meu filho. (Meire em entrevista)

Olha, essa história dos carreteiros que vem buscar o pequi, aí, é assim. A comunidade sempre *panhou* muito [pequi], para vender na região, e pra *despesa*, né? Só que, desde de 2006, mais ou menos, pra cá, apareceu esse pessoal dos caminhões, que levam o pequi aqui pra Minas, e pra Goiás também. E eles levam é muito, muito mesmo. O povo aqui cata pequi sem dó. E assim, eles vão pra longe e perde muita carga, e, mesmo assim, eles voltam todo ano, isso quer dizer que tá valendo a pena pra eles, e que o preço que a gente vende tá baixo. [...] O rapaz do caminhão até me falou uma coisa interessante. Ele me falou assim, que tá aproveitando os tempos que ele ainda pega pequi aqui, porque ele é como se fosse atravessador, né. Leva pra indústria, pra esses lugares, assim. Mas, ele falando que vai chegar uma época que nós vamos vender direto pra esse pessoal, porque não tem motivo pra ele ficar fazendo isso a vida toda, não. Eu sonho com esse dia, sabe? Porque, assim, vai ser bom demais pra comunidade. Todo mundo vai valorizar mais ainda o pequi, e vai trazer mais renda pras famílias daqui. [...] Agora, você imagina essas áreas de cerrado, se tirar essa *eucalipada* toda, pensa o que é de pequi que não vai nascer! Sem contar com as outras

frutas, que a gente pode aproveitar. Eu penso assim, que tem que rever, mesmo, essa questão do eucalipto, porque, por mais que tem ainda uma fartura de pequi, a planta não vive sozinha né. Ela precisa das outras plantas daqui pra ficar saudável. E o cerrado é impressionante, se você só tirar os eucaliptos ele faz o resto, brota tudo de novo, uma beleza só. Mas tem que ter a consciência da natureza, não pode continuar esse desmate. (Rafael, genro da Meire, em entrevista.)

IMAGEM 31– DUAS ÁRVORES DE PEQUI SE DESTACAM NA PAISAGEM DEGRADADA



Fonte: Acervo do autor, 2018

As falas trazidas pelos moradores refletem claramente o fenômeno social em volta da safra do pequi, a começar pela sociabilidade que ele provoca entre os moradores. As visitas de parentes e o retorno dos que migram dão o tom de festejo, que ajuda a criar uma atmosfera movimentada por churrascos, forrós e guloseimas para as crianças. O aquecimento da economia local acompanha a movimentação das pessoas na busca do fruto. “Todo mundo ganha seu dinheiro”, que, segundo os moradores, é um momento em que as famílias garantem o sustento para boa parte do ano. A importância da árvore para a reprodução da comunidade é, assim, fundamental nos dias de hoje, recorrendo a atravessadores para escoar a grande produção encontrada no território catanduvense, e seu entorno.

A estrutura criada para a coleta do pequi está no quintal da Dona Meire, que tem orgulho em falar da época da colheita, e de ser a anfitriã de tanta agitação. A maioria dos pequis colhidos vão parar no galpão dessa geraizeira. Lá, Rafael é responsável por contabilizar as caixas do pequi, e fazer o pagamento, imediato, para quem quer que tenha levado o fruto, mesmo uma criança. Aos poucos, um atravessador enche a carreta que estaciona no galpão, e paga a Rafael por cada carreta cheia. Assim, a comunidade vai se mobilizando em torno do fruto, e da renda que ele provê.

Na fala de Rafael podemos destacar a importância que ele dá à “consciência da natureza”, que precisa estar em equilíbrio, para produzir os pequis e demais frutas do cerrado. Essa fala expressa o anseio de poder ocupar novamente as áreas que estão sob o domínio das empresas, para que a restauração possa ser concretizada. Compreendemos o aproveitamento do fruto do pequi como um ato de resistência da comunidade, que, apesar de estar *encurralada*, preserva o espaço que está sob seu domínio, recorrendo, ainda, a áreas que as empresas não ocuparam, que fazem divisa com os *deságues* das comunidades vizinhas. A proteção do cerrado, e conseqüentemente dos pequizeiros, é pauta que consegue mobilizar mais moradores e, por meio da qual os laços de solidariedade se fortalecem, à medida em que eles conseguem usar o território como gerador de fonte de renda, e garantirem parte do modo de vida geraizeiro.

IMAGEM 32 – MORADOR NO GALPÃO DE RECOLHIMENTO DOS PEQUIS



Fonte: Acervo dos moradores, 2010

Essa discussão promove um debate que se faz necessário. O teórico Scott (1998), lida com o termo “visão fiscal”, refletindo a racionalidade positivista no “esquema da alta modernidade”, que pode ser caracterizada pelos projetos econômicos de monocultivos, que se territorializaram em Catanduva. O autor aponta que este “esquema” é baseado na racionalidade, responsável pela “eficácia e produtividade”, porém, essa característica pode ser atestada apenas teoricamente, pois apresenta falhas nos resultados dos projetos executados. Esta suposta racionalidade é utilizada em função, apenas, de projetos econômicos hegemônicos, uma vez que não contempla práticas locais, como a comercialização do pequi, que, como demonstrado é altamente produtiva, sem que um sistema de monocultivo seja implantado.

Se considerarmos a racionalidade sob o ponto de vista dos grupos locais, poderemos ver que outros modelos de projetos econômicos surgiriam e poderiam ser economicamente viáveis. Esse poderia ser o cenário de Catanduva, com os investimentos corretos, em que a preservação do cerrado estaria ligada à produtividade econômica, sendo realizados. À vista disso, os projetos econômicos de monocultivos devem ser considerados “irracionais” sob essa perspectiva, pois não consideram a capacidade de regeneração da natureza local. Estudos demonstram que as ações do agronegócio e dos monocultivos de eucalipto, em áreas de cerrado, prejudicam a própria produtividade destes empreendimentos, por afetarem os recursos hídricos e provocarem o desequilíbrio ecológico, de acordo com Dijkhorst et al. (2008). Os mesmos autores apontam que vegetação nativa é crucial para a manutenção da produção das águas locais, necessárias para o desenvolvimento dos projetos econômicos, que, por sua vez, substituem e desmatam tal vegetação.

As práticas de manejo local, assim como o modo de vida geraizeiro, podem contribuir com a construção do saber científico, apontando direções, muitas vezes, obscurecidas pelo modo de produção moderno colonial. Com essa análise, encerramos essa seção para darmos início à última parte do nosso trabalho, que discorrerá sobre as ações de uma unidade de mobilização regional das comunidades geraizeiras, que se caracterizam como movimento de resistência e enfrentamento, protagonizado pelas próprias comunidades.

4.3 – V Conferência Geraizeira, ecologismo popular e as reflexões geraizeiras sobre a “caixa d’água do Brasil”

A V Conferência Geraizeira, evento que ocorreu na comunidade de Catanduva, foi um marco para os moradores, e para a *luta* que eles vêm tecendo através de atos de resistência e de permanência no território, ao longo dos anos. As temáticas debatidas pelas comunidades na conferência de 2018, na qual pude estar presente, servem para lançar nossa narrativa no âmbito regional, e realizar uma leitura crítica baseada nas reivindicações das comunidades, sobre o uso e ocupação do cerrado, por projetos econômicos que põem em risco o equilíbrio ecossistêmico desse bioma, fato que pode ser constatado na virada do século, por evidências aferidas nos cursos d’água da região.

A “V Conferência Geraizeira” ocorreu no ano de 2018 e a escolha da comunidade de Catanduva foi feita pelo Movimento Geraizeiro. Segundo a fala dos representantes do movimento, durante o evento, a escolha se deu para visibilizar a situação da comunidade anfitriã, dados os recentes conflitos socioambientais distributivos e territoriais caracterizados respectivamente, pela distribuição desigual das águas e a supressão da territorialidade e dos domínios territoriais locais.

A organização do evento contou com a pluralidade de atores presentes na articulação das comunidades geraizeiras, considerados como *parceiros* das comunidades. Movimentos sociais, STR’s da região, Universidades e instituições governamentais como a EMBRAPA e o ICMbio, estavam presentes para apoiar o evento. Esses parceiros garantiram parte da alimentação e logística dos transportes das comunidades, de acadêmicos (pesquisadores e professores), profissionais técnicos de ONG’s, militantes e agentes públicos, bem como procuradores e deputados. Os participantes, por sua vez contribuía, de forma voluntária, para a realização do evento com recursos financeiros, doação de alimentos, ou com a força de trabalho, auxiliando a comissão de estrutura do evento. As próprias comunidades providenciavam os alimentos necessários para as refeições, advindos das colheitas e quintais geraizeiros, assim como a mão de obra necessária para edificar a estrutura construída para comportar os mais de 500 participantes, presentes nesta edição.

O evento registrou a presença de comunidades da microrregião de Grão Mogol, Salinas e do alto Rio Pardo, configurando um momento de articulação em torno de demandas comuns,

para construção de estratégias para acessarem direitos ligados ao território e a identidade tradicional, em âmbito regional. Durante a mesa de abertura, composta por acadêmicos, parlamentares e lideranças geraizeiras, foi realizada uma análise de conjuntura nacional e regional, apontando um possível “aprofundamento da agenda conservadora e neoliberal”. Em seguida, realizou-se uma retrospectiva dos quatro últimos encontros, e suas temáticas que, desde de sua primeira edição, fez referência à relação entre os povos geraizeiros e a conservação do cerrado, e de suas águas, com a temática: “Cerrado, berço das águas: Sem cerrado, sem água, sem vida”.

Em momento seguinte, cada comunidade presente se apresentou e falou brevemente dos conflitos que estavam ameaçando a reprodução de seu modo de vida tradicional. As apresentações eram realizadas com cartazes, que separavam as “iniciativas” e os “desafios”, em cada uma das *lutas* pelo acesso ao território. Este também foi um momento de encaminhamento de denúncias formais a parlamentares, e agentes públicos presentes. Nessa ocasião, todas as comunidades que se manifestaram (mais de 30), apresentaram algum tipo de conflito socioambiental, envolvendo grandes empreendimentos econômicos.

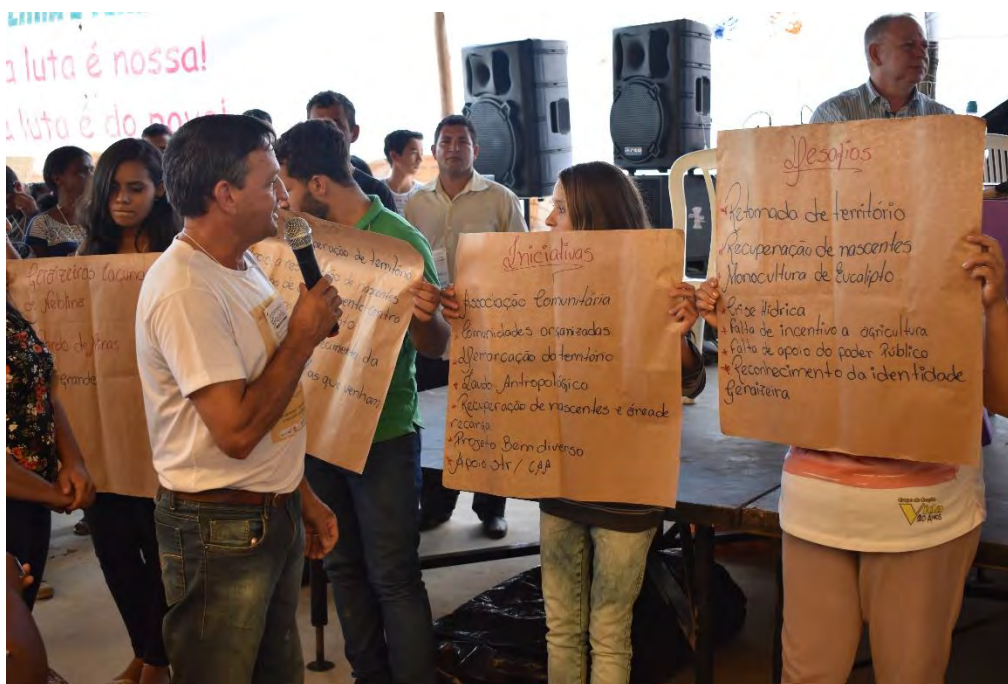
IMAGEM 33 – ABERTURA DA “V CONFERÊNCIA GERAIZEIRA” SE CONTRASTA COM AS IMAGENS DOS EUCALIPTOS NO HORIZONTE



Fonte: Acervo do autor, 2018

Nas referências às “iniciativas” surgiam aspectos considerados avanços e fortalecimentos da *luta* local, como: Associação comunitária, demarcação do território, recuperação de nascentes em áreas de recarga, apoio do CAA-NM, apoio do STR, ocupação de áreas degradadas pelo monocultivo de eucalipto, entre outros. O termo “demarcação do território”, aqui, indica a iniciativa de membros das comunidades junto a entidades *parceiras*, que percorrem o que seria o território tradicional, e realizam a delimitação da área, para posterior criação de mapa georreferenciado. Tal ação tem como objetivo criar um instrumento de poder, o mapa, para compor a *luta* pelo território, e legitimar ocupações e reivindicações. Esse é um processo similar ao que ocorreu na comunidade de Catanduva em relação à recuperação de nascentes e “áreas de recarga”. Áreas consideradas estratégicas pelos moradores, por terem a função de recarregarem o sistema hídrico local, com a retenção de águas pluviais, através do plantio de árvores nativas em locais degradados.

IMAGEM 34 – APRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES



Fonte: Acervo do autor, 2018

Na categoria “desafios”, foram apresentados obstáculos que se posicionavam entre a comunidade e o território. Quase a totalidade das comunidades apresentaram termos como “crise hídrica”, “falta d’água”, “seca” e “assoreamento de rios e córregos”, fazendo, ainda,

referência a conflitos distributivos da água, em escala regional, e à intensificação da desertificação de diversas áreas. Outros “desafios” que surgiram foram: Reconhecimento das identidades geraizeiras, retomada dos territórios, monocultura de eucalipto, degradação ambiental, falta de apoio do poder público, falta de incentivo para agricultura familiar e outros mais

Nesta primeira parte do evento visualizou-se as diversas demandas das comunidades geraizeiras, na luta pelo acesso ao território e usufruto dos recursos advindos dele. Novamente, a separação entre recursos hídricos, recursos florestais, e demais “recursos” não faziam parte da narrativa da comunidade. Os discursos proferidos traziam a natureza e as águas como algo inseparável, integrante do território. Posto isso, o tema “Água e território” foi uma estratégia para evidenciar a parte do território que se encontra em maior nível de fragilidade, com os impactos ocasionados pelas intervenções.

Na apresentação da comunidade de Catanduva, um dos primeiros desafios elencados pela foi a ocupação “irregular”, na visão da comunidade, da barragem da Braúnas. As famílias da comunidade fizeram uma denúncia formal para as autoridades presentes, relatando, brevemente, a “quebra do acordo” assinado pela empresa SIDERSA, e apresentando, em seguida, uma demanda pelo estudo de impacto ambiental na barragem. Outra demanda da comunidade foi a realização de um “laudo antropológico”, referindo-se a estudo similar ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)⁶³, para que fossem geradas evidências da identidade, e do território tradicional de Catanduva, para que este documento servisse como uma ferramenta institucional de acesso ao território. Ao questionar uma liderança de Catanduva em relação à finalidade do laudo, ele me afirmou:

O senhor bem sabe que não adianta apenas a gente falar que é comunidade tradicional geraizeira, para o governo, tem que ter prova, e a prova é um estudo bem feito, realizado aqui na comunidade, para não deixar dúvidas para ninguém. Assim, a gente mostra para a empresa, para o ministério público e, até, para o presidente se precisar. O que não pode acontecer é ter gente desmerecendo nossa luta, falando que a gente quer roubar terra que não é nossa. Esse estudo vai nos ajudar na *luta*.

⁶³ Ofício antropológico baseado na instrução Normativa do Inca nº 57/2009, que prevê a delimitação do território tradicional necessário à reprodução física, social e cultural da comunidade, através de estudo científico realizado por profissionais da área.

O relato dessa liderança expõe falhas legislativas na falta de regulamentações em torno do acesso aos direitos das comunidades geraizeiras. Isso porque o estado de Minas Gerais possui uma Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, que regulamenta a “autodeclaração”, e o reconhecimento das comunidades tradicionais por parte do Estado. Porém, não há uma regulamentação da lei que institua as regras e parâmetros para regularização dos territórios, como existe no caso das comunidades indígenas e quilombolas que possuem o RTID. Como não há um decreto que regule a lei, sobram “brechas legislativas” que dificultam o acesso das comunidades geraizeiras ao território tradicional, por exemplo, em uma disputa pelo domínio de uma área como a da Procel, que foi ocupada entre Catanduva e Roça do Mato, e que, atualmente se encontra embargada na justiça.

O “relatório antropológico” demandado pelas lideranças de Catanduva, aparece como instrumento de legitimação da narrativa das comunidades, assim como o mapa do território tradicional. Sendo assim, uma vez que o governo não regulamenta a lei, as próprias comunidades constroem estratégias para legitimarem suas pautas.

A programação da conferência, de noite, contou com um momento cultural no qual se apresentaram artistas geraizeiros, sendo uma parte da apresentação com o grupo de teatro organizado por Jonielson Souza, citado neste trabalho com umas das referências teóricas geraizeiras. O pesquisador coordena o grupo de teatro “Geraizeirinhos em movimento”, e a cena que eles apresentaram foi um o crítico vivido na comunidade de Catanduva, “o dia que a água acabou”, acompanhando a temática do evento, e reavivando os fatos ainda presentes no imaginário e na vida objetivas dos agricultores.

Além de representar o fato que ocorreu em Catanduva, as crianças representaram as relações estabelecidas entre os geraizeiros e os representantes dos projetos econômicos, em uma atmosfera de antagonismo no que tange a forma de usarem e ocuparem as áreas de cerrado. O desfecho da narrativa teatral apontou a mobilização e a organização das comunidades como uma das saídas para “retomar o território”, implementar as práticas tradicionais e a restaurar a natureza nativa.

IMAGEM 35 – TEATRO DOS “GERAIZEIRINHOS EM MOVIMENTO”



Fonte: Acervo do autor, 2018

No segundo dia do evento, na parte da manhã, a organização avisou que ocorreria uma manifestação. Por não fazer parte da programação, e pela falta de informação acerca do ato, um burburinho, seguido de agitação, passou a pairar entre os participantes. Nesse tempo de suspense pude reparar alguns carros com nomes das empresas SIDERSA e Chapada da Prata passando pela “avenida principal” de Catanduva, na qual se encontra a quadra onde ocorria o evento. Acompanhando dos carros das empresas, passaram outros veículos comuns seguidos de um carro da PMMG no mesmo comboio. Ao perguntar a um morador de Catanduva se era algo recorrente, ele me respondeu: “Isso aí é medo do que pode fazer esse tanto de geraizeiro junto!”.

O “comboio” das empresas passou pelo evento e retornou no mesmo sentido de onde vieram. Poucos instantes depois o clima de suspense foi quebrado com o anúncio feito por uma das lideranças do Movimento Geraizeiro: “Todo mundo em direção às Braúnas, entrem nos ônibus”. O murmurinho logo se transformou em folia, brotaram instrumentos e cantores para fazer uma romaria em direção aos ônibus, com destino à barragem.

IMAGEM 36 – MOMENTO DE MOBILIZAÇÃO PARA ENTRADA NOS ÔNIBUS
EM DIREÇÃO ÀS BRAÚNAS



Fonte: Acervo do autor, 2018

Os participantes foram separados em diversos ônibus e, em cada ônibus, havia um coordenador que iria direcionar a próxima atividade. No ônibus em que eu estava o clima de folia era constante, risos, palmas, cantorias e gritos regiam o grupo, que ansiava pela chegada ao destino. Uma mulher se apresentou como geraizeira do município de Taiobeiras, ela era a coordenadora do grupo, e explicou que cada grupo realizaria uma “inspeção técnica” na barragem. Ao chegar no destino, moradores de Catanduva seriam distribuídos entre os grupos para contarem a história da barragem e de seu desabastecimento. O termo “inspeção técnica” não se assemelhava em nada com “manifestação” e foi notório os entreolhares que a expressão causou no grupo. Passados alguns instantes, o clima de euforia voltou a tomar as pessoas, que até sapatearam e dançaram juntos, dentro do veículo, até a chegada ao destino.

Ao chegarmos em Braúnas o grupo se manteve coeso e um morador de Catanduva foi integrado a ele. Quem integrou nosso grupo foi o senhor Paulo, que, naquela ocasião, eu não sabia que se tornaria um dos principais parceiros de diálogo desta pesquisa. O catanduvense logo começou a ir em direção a área da barragem, contando a história de sua criação, desde o tempo do Dr. Saporiti, até a intervenção da SIDERSA. Quando chegamos a área da barragem, tudo que podíamos ver era a vegetação nativa rodeada pelos monocultivos de eucalipto.

IMAGEM 37 – VISITA A BARRAGEM DAS BRAÚNAS



Fonte: Acervo do autor, 2018

Na imagem acima, as pessoas se encontram no local onde deveria ser um dos pontos mais fundos da barragem. Os eucaliptos estão no entorno, dos dois lados (a imagem só apresenta um dos lados), a estrada, onde se encontra um dos ônibus, está no canto superior direito, local de deveria ser o início do espelho d'água da barragem. Na visita a campo foi possível compreender uma frase que eu escutaria alguns meses depois: “Só faltou plantar eucalipto dentro da barragem! ”

As pessoas estavam menos eufóricas, e um clima de atenção e investigação havia se instalado sobre os grupos, um certo silêncio permitia escutar, inclusive, o que os moradores de Catanduva, presentes em outros grupos estava relatando. Inesperadamente, o silêncio foi interrompido pelo barulho do que parecia ser um conjunto de motosserras ligadas, o ruído estava vindo dos monocultivos de eucalipto. Uma correria se instalou entre os participantes, junto de um clima de tensão, que dissipou a atmosfera silenciosa e tranquila. Aos poucos, as pessoas chegaram aos monocultivos de eucalipto e presenciaram o real motivo por trás da “inspeção técnica”. Várias motosserras em funcionamento eram empunhadas pelos participantes das conferências que cortavam as árvores de eucalipto. Ao lado, machados eram distribuídos a quem se voluntariasse, e, em instantes, não havia mais ferramentas disponíveis para desferir golpes contra as árvores exógenas. O clima de tensão se transformou em uma

espécie de frenesi coletivo, que me fez lembrar do ritual cristão de apedrejamento e queima de Judas Escariotes, no sábado de aleluia. Nessa catarse, as pessoas que investiam sobre as árvores pareciam expurgar algo que lhes afligia, sendo acompanhados dos participantes que assistiam e proferiam gritos de xingamento, alertas sobre as árvores que vinham abaixo, e soltavam foguetes que estouravam nos ares, compondo um cenário de efervescência coletiva.

A manifestação derrubou uma série de árvores de eucalipto não passou de uma mensagem simbólica, dentro dos quase 25 mil hectares de áreas plantadas que a empresa SIDERSA possui. No entanto, a estratégia fez parte da maneira como as comunidades geraizeiras fazem a leitura do campo político e burocrático. Isso porque, durante os meses que se seguiram, o laudo de impacto ambiental foi confeccionado por profissionais das áreas agrárias. Gestores do ICMbio passaram a levantar arquivos fundiários e licenciamentos ambientais da referida área. Com isso, a estratégia de mover os corpos para mover os documentos, mais uma vez foi acionada e provocou a movimentação do campo burocrático, pela ação prática e objetiva dos geraizeiros.

Voltar à plenária da conferência, depois dessa efervescência coletiva não foi um ato imediato, mas, em seu tempo, as pessoas ocuparam as cadeiras e as muretas para participarem do último momento do evento. A temática da água foi predominante nesse momento, retomando a temática da primeira conferência, “Cerrado berço das águas”, e fazendo a menção do bioma como a “caixa d’água do Brasil”. O momento foi mais dialógico, com a palavra aberta para as comunidades se expressarem. As mais diversas vozes foram ouvidas, em sua maioria, geraizeiros, que, baseados em suas trajetórias e vivências com o cerrado, falaram da relação entre as comunidades e o bioma. Uma das características que unificava os discursos era a menção das comunidades geraizeiras enquanto “cuidadoras do cerrado” e, conseqüentemente, de suas águas, trazendo para as próprias comunidades a responsabilidade de defenderem esse ecossistema.

IMAGEM 38 – “INSPEÇÃO TÉCNICA” DA BARRAGEM



Fonte: Acervo do autor, 2018

Muitas críticas aos monocultivos foram enunciadas, e uma fala interessante surgiu de um geraizeiro, que foi destoante das demais em seu princípio: “*Pessoal, eu adoro o eucalipto, ela é uma ótima madeira!*”. A fala causou espanto e murmurinhos, contudo, o complemento justificou o raciocínio desse senhor grisalho, que falava com voz mansa: “*O problema é como eles plantam a árvore. Nenhum monocultivo é feito para dar certo, é só olhar pro cerrado, são várias plantas que formam ele. Isso é que cria o equilíbrio.*” Seguiram-se aplausos. Nos momentos finais, um servidor da EMBRAPA mostrou um gráfico em que foi não possível achar a referência bibliográfica, porém, continha a informação de que enquanto um hectare de eucalipto “*consume*” uma certa quantidade de água, um hectare de cerrado “*produz*” duas vezes essa quantidade.

A plenária foi concluída, e o evento foi dado por encerrado logo após os participantes entoarem a palavra de ordem do movimento: “*Movimento geraizeiro, guardião do cerrado!*”.

A discussão final levantou uma série de elementos que cabem em nossa análise, a começar pelo termo “caixa d’água do Brasil”. O cerrado se caracteriza como segundo maior bioma do território brasileiro, segundo Lima (2011), ele ocupa 23% da área total do país. Ainda segundo este autor, devido ao posicionamento do bioma na parte central, e a sua altitude, suas águas vertem para oito das doze bacias hidrográficas brasileiras, o que justifica ser chamado de “berço das águas”, ou “caixa d’água do Brasil”. Contudo, o autor aponta que a pressão da agricultura irrigada e dos projetos econômicos que ocasionam a supressão da mata nativa, impacta diretamente na capacidade desse bioma prosperar em sua capacidade de resiliência. Segundo Dijkhorst et al. (2008), a mata nativa do cerrado é essencial para a produção das águas, devido a seu profundo sistema radicular que suporta as chuvas através da evapotranspiração. O autor também aponta a supressão da mata nativa como fato que agrava o desequilíbrio do bioma, e afeta a produção de água da maioria das bacias hidrográficas brasileiras.

Nesse cenário de desequilíbrio ambiental, com ênfase no sistema hidrológico, as comunidades geraizeiras aparecem enquanto protagonistas na visibilidade da defesa das áreas de cerrado. A *luta* das comunidades perpassa o território regional, porém, o transcende quando, por exemplo, um dos integrantes da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais é um geraizeiro do Norte de Minas, o Sr. Brulino, que em 2018 ganhou o título de doutor *honoris causa*, em função da sua militância socioambiental e por ser considerado um “guardião do saber tradicional”.

A configuração social das comunidades geraizeiras nos remete às teorias de Alier (2007), que cunha o termo de ecologismo popular, ou ecologismo dos pobres, numa referência à forma como as comunidades locais atuam no campo ecológico através de suas reivindicações. A V Conferência Geraizeira é um exemplo da atuação das comunidades geraizeiras, porque no intuito de reivindicarem o direito à seus modos de vida tradicionalmente empreendidos e o acesso ao território tradicional, acionam uma militância ecológica, fazendo uma frente de resistência a projetos econômicos que se instalaram sobre o cerrado, frente na qual a defesa e a reivindicação do território não se dissocia da natureza.

Na esfera local, os moradores de Catanduva trazem em suas falas a importância que os *gerais* representa para a reprodução do modo de vida da comunidade, construído a partir de trocas com cada agroambiente identificado pela comunidade. Termos como respeitar a *consciência da natureza*, revelam um conhecimento construído com, e através do bioma que

circunda a comunidade. Dessa maneira, Catanduva, como outras comunidades geraizeiras, na visão de Alier, prestam um serviço à sociedade civil, pois, segundo o teórico, as comunidades estão realizando ações similares – ou, até superiores, do ponto de vista da eficácia – a movimentos ambientais e ecológicos que militam com a bandeira da “defesa a natureza”.

A priori, o serviço ecológico se manifesta na resistência apresentada pelas comunidades ao impedirem a completa ocupação capitalista das áreas do cerrado. Em casos com o de Catanduva, as pessoas se mobilizam e movimentam seus corpos, para que ações e documentos sejam movidos em prol da desafetação das áreas de cerrado. Uma vez detentores do domínio territorial estas comunidades prestam serviços ecológicos, pois ao manejarem as áreas de cerrado reproduzem espécies de plantas, raízes e ervas que fazem parte da sua biodiversidade, além de reproduzirem um sistema agropastoril que não sobrecarrega a resiliência do bioma. Todo esse ciclo é responsável por balancear a produção das águas, o que foi a temática da primeira e da última Conferência Geraizeira que acompanhamos nessa pesquisa, evento responsável por catalisar as denúncias, e conglomerar as entidades que apoiam a causa socioambiental.

O ecologismo popular, enquanto característica da *luta* geraizeira, não é algo novo, também foi apontado por Brito (2013), que, em seus estudos demonstrou o serviço ambiental de manutenção do ecossistema. No caso apresentado pela autora, demonstra-se as práticas da comunidade de Vereda Funda, que conseguiu acesso ao território com uma estratégia de criação de assentamento de reforma agrária, pelo INCRA. Porém, com um plano de manejo em que consta a “reconversão agroecológica”, ou seja, a implantação dos saberes locais para a recuperação das áreas degradadas, bem como a produção agropastoril com base em insumos nativos, sem a utilização de materiais químicos, ou exógenos ao território. Assim, também foi o planejamento do assentamento do Vale Guará, vizinho da comunidade de Catanduva.

Desta maneira, a militância ecológica geraizeira na região de Catanduva encontra algo que pode catalisar, ou podar, as iniciativas de manutenção do território e dos *gerais*. A RDS aparece como uma incógnita no futuro da preservação ambiental, junto às comunidades tradicionais geraizeiras, e a reprodução de seus modos de vida. Mesmo que, atualmente, projetos como o “Bem-diverso”, coordenado pela EMBRAPA, promovam a restauração do cerrado, com base no conhecimento dos povos geraizeiros, a questão não conseguirá surtir algum efeito duradouro sem a aprovação de um plano de manejo que contemple a visão das

comunidades, em relação à manutenção territorial. A troca de gestores do ICMbio pode promover a implementação de visões que se distinguem da visão dos geraizeiros, impactando as forças de mobilização das comunidades, pela restauração de seus territórios, afetando diretamente a militância ecológica dessas famílias. Em última instância, gestores com visões “conservacionistas” podem enfraquecer o protagonista dos membros das comunidades na UC, alimentando conflitos internos nas comunidades, que, como demonstramos estão longe de serem seres monolíticos, com interesses e objetivos únicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado neste trabalho, o histórico da comunidade geraizeira de Catanduva está completamente associado às mudanças do contexto nacional e internacional dos últimos tempos, em que as estruturas governamentais, e de agentes privados remontam à estrutura colonial eurocêntrica, que invadiu as terras brasileiras.

O conceito de modernidade/colonialidade, trazido pela teoria da ecologia política consegue abarcar as relações de poder que estruturam e classificam populações e regiões como estratégia de subordinação. O Norte de Minas, se considerado “inóspito e atrasado”, justifica e legitima a implantação de grandes empreendimentos capitalistas sobre as áreas de cerrado e caatinga. Não é apenas no discurso que a estrutura dessa ocupação remete a mecanismos coloniais, a exemplo disso demonstramos como a política de incentivos fiscais do estado de Minas Gerais, aliadas às legislações do governo federal, foram responsáveis por concederem milhares de hectares de terras devolutas à grandes grupos econômicos, e, pelo valor pago ao estado, pode-se falar em uma transferência indireta de renda do estado à estes grupos, remontando, assim, as estruturas da velha colônia brasileira.

Fazemos, assim, uma análise da estrutura territorial afetada pelo projeto moderno/colonial, e, apesar do foco da pesquisa ser o caso da comunidade tradicional geraizeira de Catanduva, demonstramos o caráter regional da territorialização dos grandes empreendimentos, e, como visto no início deste trabalho, a região nortemineira foi palco da (des)invisibilização dos povos e comunidades tradicionais, responsáveis por disputar o projeto territorial com os agentes econômicos e com o próprio Estado.

Ainda sobre a parte histórica da comunidade e da região, identificamos a maneira excludente e violenta pela qual foi realizada a regularização fundiária na região, que continua a ecoar nos tempos atuais. Assim, o processo de regularização fundiária executado pelo estado de Minas Gerais, na década de 1970, seguiu a racionalidade da modernização (ou colonização?), em que não se reconhecem os regimes tradicionais de propriedade, de uso e ocupação do território de Catanduva. Como consequência, moradores perderam o direito de propriedade, e a comunidade perdeu grandes parcelas do território tradicional, em um movimento que retirou e alterou a malha territorial, pela desarticulação local e a articulação – ou territorialização – de

agentes exógenos. Nesse sentido, as terras foram retiradas do domínio público (terras devolutas) e coletivo (territórios tradicionais) para serem convertidas em propriedades, e inseridas no mercado formal de terras.

O território, que para os catanduvenses não se distingue da natureza ou do lugar de vida, é fragmentado pela lógica moderna da colonialidade que distingue “terra” e “recurso natural”, reificando o espaço e a natureza em um movimento. A questão é que esses “incidentes” não pararam no final do século passado. No ano de 2012 a polícia federal (PF) e o Ministério Público deflagraram a “Operação Grilo”⁶⁴, que teve como objetivo identificar um esquema de grilagem de terras, que envolvia membros do legislativo e teve como área de atuação a região do Alto Rio Pardo. Como resultado, no ano de 2014, a operação prendeu o ex-secretário de Estado de regularização fundiária, Manoel Costa, apontado como “chefe da quadrilha”. Além do ex-secretário, figuras conhecidas pelos catanduvenses se tornaram réis da ação, Virgílio Tácito Penalva Costa e Marcus Tácito Penalva Costa, prefeitos da cidade de Indaiabira e Vargem Grande do Rio Pardo, respectivamente. Também os torna conhecidos o fato de serem filhos de Tácito Costa, figura local que acompanhou as instalações dos projetos econômicos em Catanduva, como narrado pelos moradores.

A regularização fundiária e o mercado de legal – e ilegal – de terras aparecem como uma problemática dentro do campo dos PCT’s. Com isso, indicamos o processo de regularização como algo que deve ser minuciosamente elaborado, de maneira a contemplar os territórios tradicionais, pois se o Estado optar por uma regularização fundiária que visa a distribuição de títulos individuais, poderá repetir o mesmo erro do passado, lançando os territórios tradicionais, mais uma vez, na lógica do mercado, o que fragmentará e enfraquecerá a territorialidade tradicional, construída ao longo do histórico das comunidades.

O atual governo do estado continua com a política de regularização fundiária, reconhecendo territórios tradicionais que seguem em processo de análise, desde o 2019, e ainda não tem definições quanto à titulação coletiva⁶⁵. Contudo, são poucos os territórios reconhecidos, uma vez que comunidades que ocupam terras devolutas são conduzidas a

⁶⁴ <https://www.amp.org.br/noticias/ler/idnoticia/2812> > acessado 15/07/2020 às 22:00 ;
<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/justi%C3%A7a-bloqueia-r-200-milh%C3%B5es-da-opera%C3%A7%C3%A3o-grilo-1.236885> > acessado em 10/01/2020 às 14:00

⁶⁵ <http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/cidadao/2019-12-20-14-47-27/regularizacao> > acessado em 15/07/2020 às 23:05

cadastrarem propriedades privadas, ao invés de territórios coletivos⁶⁶, o que corrobora com a inclusão das terras públicas (devolutas) no mercado de terras, sem antes passarem por um critério de análise da tradicionalidade da ocupação, cabendo a mobilização das comunidades, para exigirem o território, ao invés da terra.

Com isso, entramos em uma das partes do trabalho que podem contribuir para a teoria antropológica e sociológica. O conceito de território foi absorvido por este trabalho, a partir de uma elaboração realizada pela comunidade, que devolve uma versão de entendimento próprio, adequado à realidade vivida, através de suas práticas tradicionais. O território interconectado, ou *comunicativo*, é fluido e se constitui através de fronteiras relacionais em que espaços circunvizinhos não podem ser ignorados da lógica de ocupação e manejo desse espaço. Com isso, devemos tirar o foco da identificação de territórios de comunidades individuais, para adotar uma visão que persegue as formas de usos dos agroambientes, e suas relações intercomunitárias. Essa visão será mais aproximada da realidade vivida pelos geraizeiros. Munido desse entendimento, o estado deve agir para identificar tais territorialidades, ao contrário de criar propriedades particulares, sem ao menos, compreender o contexto das comunidades que fazem o requerimento, e sem darem acesso à população ao conhecimento dos direitos garantidos pela lei nacional e estadual aos PCT's.

À vista disso, reconhecemos a importância das legislações criadas para reconhecer e demarcar os territórios tradicionais, em especial, a constituição federal de 1988, o decreto presidencial 6.040 de 2007, que garante a autonomia dos povos e comunidades em se reconhecerem enquanto tradicionais, e as recentes legislações criadas pelo estado de Minas Gerais, para implementar a políticas de povos e comunidade tradicionais em nível estadual. Esses avanços na legislação vigente propiciaram aos povos e comunidades tradicionais, historicamente excluídos, e mesmo ignorados pelo Estado, poder emergir enquanto sujeitos coletivos de direitos, para reivindicarem seus territórios ocupados e construídos socialmente, ao longo dos séculos de existência do país.

As mobilizações de resistência da comunidade de Catanduva evidenciam a forma como os corpos d'água presentes no território da comunidade são apropriados pela iniciativa privada. O *encurralamento* da comunidade é agravado, nesse sentido, pois além de serem impedidos de

66

http://agricultura.mg.gov.br/images/Arq_Publicacoes/Cartilha%20da%20Regularizacao%20Fundiar%20Rural.pdf > acessado em 15/07/2020 às 23:10

reproduzirem práticas tradicionais, como a *solta* do gado, ou mesmo o extrativismo de frutos, ervas e raízes nativas, também são impedidos de acessarem os recursos hídricos, deslocado para a produção de commodities, em detrimento da reprodução da vida das comunidades. Compreendemos, assim, que o levante geraizeiro, e seu embate com os empreendimentos capitalistas, foi responsável por criar barreiras para os impactos ambientais provocados pelos empreendimentos. Não de maneira sistemática, pois as conquistas de reivindicações das comunidades ocorreram de forma difusa, e uma “continuidade” territorial não foi alcançada – salvo pelo estabelecimento do território da RDS. Destacamos, então, o protagonismo e a importância das comunidades que se mobilizaram em torno do território tradicional, pois, não houve outro processo de questionamento da ocupação desenfreada dos cerrados e dos *gerais* pelos distritos florestais e por projetos econômicos, tão eficaz quanto as reivindicações geraizeiras.

As barreiras criadas pelas comunidades, em suas mobilizações, evidenciam a colonialidade do projeto de desenvolvimento da região, assim, como a visão “fiscal” adotada pelo Estado, e por empresas, seguindo as lógicas da eficiência, produtividade e custo-benefício. Contudo, quando adotamos um olhar crítico em relação à lógica do projeto desenvolvimentista, evidenciamos medidas irracionais, que, em seu fim, não se atentam para o critério de resiliência natural de corpos d’águas e matas nativas, responsáveis por um equilíbrio ecossistêmico que se expande para além do cerrado.

A forma catanduvense de visualizar a natureza foge à “precificação” e reificação. Essa visão inovadora e, ao mesmo tempo, antiga, é compartilhada dentro do Movimento Geraizeiro, que defende a proteção do *berço das águas*, assim como reivindica, para si, o status de gestor e mantenedor desse bioma, em contraposição ao Estado materializado no ICMbio. Dessa forma, as comunidades em mobilização são um dos movimentos sociais ecológicos mais eficazes que se encontram na região, pois tem a reprodução de seu modo de vida atrelado à manutenção do equilíbrio do cerrado. Com isso, o ecologismo popular, desencadeado pelas comunidades geraizeiras é de importância, até mesmo para a exposição de grandes projetos de empreendimentos, que estão a ser instalados sem o conhecimento da população em geral. Tais projetos podem afetar, não só os territórios tradicionais, mas, até mesmo, municípios da região, como o atual projeto de mineração de uma empresa chinesa que pretende se instalar em Grão

Mogol, e pretende ter a outorga de 54 milhões de m³ de água por ano, equivalente a dois anos de abastecimento da maior cidade do Norte de Minas Gerais, Montes Claros⁶⁷.

Queremos, assim, destacar a importância da mobilização das comunidades em torno do acesso aos territórios tradicionais, como essenciais para a manutenção da natureza presente na serra Geral, e nas áreas de cerrado, reafirmando a importância do conceito de agrobiodiversidade, que traduz a interferência humana na natureza como essencial para a manutenção da biodiversidade. O que nos leva, portanto, a outras ponderações provocadas pela comunidade de Catanduva, que tem como uma das principais fontes de renda a coleta do pequi. As perguntas que anteriormente fizemos adquirem um outro tom: Qual o valor do cerrado preservado? O desenvolvimento e a produtividade parecem estar cristalizados no modelo capitalista de produção, enquanto sistemas produtivos baseados na relação com “o *cerrado de pé*” é ignorada.

Nas palavras do poeta acreano, Antônio Alves, a categoria de “florestania” é invocada para se referir a agrobiodiversidade da floresta e à importância de sua proteção. O conceito foi utilizado pelos grupos locais, e passou a significar a “cidadania dos povos da floresta”, trazendo consigo o entendimento dos direitos das comunidades locais de fazerem o uso sustentável da floresta. Ideia que é fortalecida nas lutas históricas desses povos, remetendo a figuras como Chico Mendes e o desdobramento de suas histórias na atualidade, em que a perspectiva nativa é a base epistemológica capaz de gerar a cidadania. (PINHEIRO, 2013)

Nessa mesma linha de raciocínio, porque não pensar a “cerradania”, a cidadania dos povos do cerrado, o uso sustentável do cerrado mantendo-o *de pé*? Com esse movimento, exposto pelos geraizeiros, é possível pensar o uso do cerrado para diversos fins: artesanato, alimentação e gastronomia, fitoterapia, construção civil, bioquímica, cosméticos e outros que tem como limite a criatividade humana. A provocação da comunidade de Catanduva, e sua relação com o pequi – mesmo em contexto de supressão territorial – abre discussão para um projeto econômico que parte da perspectiva local, pautado na compreensão dos geraizeiros, cuja atuação e interferência no *gerais* é necessária para o equilíbrio do bioma, assim, como trazido pelas palavras de ordem do movimento:

⁶⁷ Informações obtidas no site do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/mineradora-quer-transformar-norte-minas-em-novo-polo-miner-rio>> acessado em 04/01/2020 às 19:40



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. **Manaus: pgsca-ufam**, 2008.

ARAÚJO COSTA, Pedro Henrique Mourthé. **Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG)**. Dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) 2015.

_____; JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias (Ed.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. UEA edições, 2013.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Contra Capa Livraria, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso: 15 jun. 2017

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro 2007. **Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | v4.3.16.1, 2017. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vargem-grande-do-rio-pardo/historico> Acesso em 24/12/2018, às 14:00 hs

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> Acesso em 18/12/2019, às 13:20

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **O lugar da vida-Comunidade e Comunidade Tradicional**. CAMPO-TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v. 9, n. 18, 2012.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2013.

CAA-NM, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Plano de desenvolvimento do PA Vale do Guará.** Montes Claros, 2013.

_____. **Comunidade, território e complexo florestal industrial: O caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais.** Dissertao de mestrado. Programa de ps-graduao em desenvolvimento social. Universidade Estadual de Montes Claros, 2006

CÂNDIDO, Pietro; MALAFAIA, Guilherme Cunha; REZENDE, Marcelo Lacerda. **A explorao do pequi na região norte de Minas Gerais: abordagem por meio do Sistema Agroalimentar Localizado.** In: IDEAS. Programa de Pós-Graduao de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012. p. 1-21.

CORREIA, João Roberto. **Pedologia e conhecimento local: Proposta metodológica de interlocuo entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de cerrado em Rio Pardo de Minas.** Tese de doutorado. Programa de ps-graduao em Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2005

COSTA, Sandra H. G. **A luta do campesinato geraizeiro frente  *grilagem judicial* e a apropriao privada das terras no Norte de Minas Gerais.** Artigo apresentado no IX Simpósio de Geografia Agrária. Curitiba, 2017

COSTA, João Batista de A. "A (des) invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais: a produo da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivao de direito coletivo." In: GAWORA, D. IDE, M. H. de S. e BARBOSA, R. S. (org). Povos e comunidades tradicionais no Brasil. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2011.

_____. **Cultura Sertaneja: a conjugo de lógicas diferenciadas,** mimeo. 1996

_____. **Cultura, Natureza e Populaes Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nao brasileira.** In: *Revista Verde Grande*. Montes Claros, p 3-45. 2006

_____. **Mineiros e Baianeiros: englobamento, exclusão e resistência.** Tese de doutorado. Programa de ps-graduao em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

_____. **Fronteira regional no Brasil: O entre-lugar da identidade e do território baianeiros em Minas Gerais.** *Revista sociedade e cultura*, janeiro-junho, ano/vol. 5, número 001. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002

DAYRELL, Carlos. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuio da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais.** Dissertao apresentada  Universidade Internacional de Andalcia. Do curso de *Maestria en Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible*. Sede Ibero Americana – La Rbida, 1998

DAYRELL, C. A. A questão ecológica no limiar da questão agrária: o caso dos cerrados do norte de Minas Gerais. Alternativas: **cadernos de agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA. ago.1993. p.51-58.

_____. **Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios de agrobusiness**. DAYRELL, Carlos; LUZ, Claudia (orgs.). In: Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e atualidade. Montes Claros: CAA-NM, 2000.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; EULÁLIO, Alexandre; RIBEIRO, Leo Gilson. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec, Nupaub-USP/CEC, 2008

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo** In LANDER, Edgardo (coord.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

Dijkhorst, Hilde van; Kuepper, Barbara; Piotrowski, Matt. **Desmatamento do Cerrado perturba os recursos hídricos e forma um risco comercial para os produtores de soja**. In Chain Reaction Research: Sustainability Risk Analysis. Washington, DC. 2008 Acessado em : https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/10/Cerrado-Deforestation-Disrupts-Water-Systems-and-Poses-Business-Risks-for-Soy-Producers-3_por-BR_final.pdf > no dia 04/07/2020 às 20:48 hs

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Editorial Norma, 1998.

FERREIRA, Andrey C. **Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial**. Sociedade e Estado, vol. 29, núm. 1, enero-abril. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil. 2014, pp. 255-288

GANEM, Roseli Senna. **Zonas de amortecimento de unidades de conservação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2015.

HAESBAERT, R. **Precarização, reclusão e “exclusão” territorial**. Terra Livre. São Paulo, v. 2, n. 23, p.35-51, 2004.

HERZFELD, Michael. In: A. Barnard e J. Spencer (eds.), *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London: Routledge. p.288-290. 2002

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck. **Situação e perspectivas sobre as águas do cerrado**. Ciência e cultura, v. 63, n. 3, p. 27-29, 2011.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: Saberes coloniais eurocêntricos**. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia territorialidade**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 23ª, Gramado. Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia, 2002.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. **MARX, K. O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, p. 261-294, 1984.

MACHADO ARAOZ, Horacio. **El auge de la minería transnacional en América Latina**. In: ALIMONDA, Héctor(coord). La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2011.

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014. **Institui a Política Estadual para Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais**. Disponível em <
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21147&comp=&ano=2014>> Acesso: 16 jun. 2017

_____. Decreto nº 47.289, de 20 de novembro de 2017. **Regulamenta a Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais**. Disponível em <
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47289&comp=&ano=2017>> Acesso: 16 jun. 2017

MIRANDA, Roberto de Sousa. **Ecologia política e processos de territorialização**. Sociedade e Estado, v. 28, n. 1, p. 142-161, 2013.

NOGUEIRA, Mônica C. R. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Antropologia Social).UnB/DAN – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Brasília, 2009

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre o desenvolvimento sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas**. In DAYRELL, Carlos; LUZ, Claudia (orgs.). In: Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e atualidade. Montes Claros: CAA-NM, 2000.

_____. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Universidade Federal Fluminense, 2010

PINHEIRO, Francisco de M. **A invenção da florestania: a participação da mídia acreana a construção de um novo discurso ideológico**. Tese de doutorado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. PUC, São Paulo, SP. 2013

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, SP. 1993

SCOTT, James C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed.** Yale University Press, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar.** UFMG, 2010.

REIS, Cristiane de Souza. **A função à dignidade da pessoa humana.** Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 53, 2008. social da propriedade rural e o acesso à terra como respeito

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). **Histórias dos Gerais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. IN: OLIVEIRA, M. F. M. e RODRIGUES, Luciene. (orgs.) **Formação Social e Econômica do Nortede Minas.** Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

RODRIGUES, T. S. Mauro. **“Sertão de Preto”:** Dinâmicas identitárias e territoriais em uma comunidade quilombola. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) Unimontes/ Departamento de Política e Ciências Sociais. 2013

_____ ; GOUVÊIA, D. F. Carmem; URSINE, L Barbara; PEREIRA, O. de M. Vinícius in: Campo, Floresta e águas: práticas e saberes em saúde / org, Fernando F. Carneiro, Vanira M. Pessoa, Ana Cláudia de A. Teixeira – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017

SCOTT, James C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed.** Yale University Press, 1998.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Lei de Terras de 1850:** lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar uma quinta parte da atual população agrícola. Revista Brasileira de História. São Paulo, p. 1-21, 2015.

SILVEIRA, Dayana Martins. **Comunidades tradicionais do Norte de Minas: estratégias de luta e acesso a direitos territoriais.** Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, 2014

SOUZA, Jonielson Ribeiro de. **Terras geraizeiras em disputa: os processos de autoafirmação identitária e retomada e retomada territorial de comunidades tradicionais de Rio Pardo de Minas frente a concentração fundiária.** Dissertação de mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Mestrado em sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, 2017

TEIXEIRA, L. P.; SOUSA, E. dos S. Caracterização socioeconômica e proposição de ações para o Território Alto Rio Pardo. In: **Embrapa Cerrados-Artigo em anais de congresso (ALICE).** In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 6., 2014, Campinas. Desigualdade, exclusão e conflitos nos espaços rurais: anais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014

MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge Mattar. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. **Revista de Antropologia**, v. 48, n. 1, p. 37-74, 2005.

NEVES, Antônio da Silva. **Corografia do município de Rio Pardo**. Montes Claros: Vereda Viva, 2008 (Edição comemorativa dos 100 anos da 1ª edição)

OLIVEIRA, João Pacheco de. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. **Desafios da antropologia brasileira**. Brasília: ABA, p. 47-74, 2013.

_____. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, Moisés dias de. **Autodefinição identitária entre os geraizeiros do Norte de Minas: O caso da comunidade de Sobrado**. Dissertação de mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Mestrado em sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, 2017

PEIRANO, Marisa. As árvores Ndembu. **A favor da Etnografia**, p. 59-117, 1995.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos sócioambientais**. Belo Horizonte: autêntica, 2005.

_____; Laschefski, Klemens. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

ANEXOS

ANEXO I

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA E AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO CÓRREGO DA BRAÚNA, COMUNIDADE DE CATANDUVA/RIO PARDO DE MINAS.



Álvaro Alves Carrara – Engº Florestal – CREA Nº 71158

Anderson Cássio Sevilha – Biólogo -

Carlos Alberto Dayrell – Engº Agrônomo – CREA Nº

VARGEM GRANDE DO RIO PARDO/MG

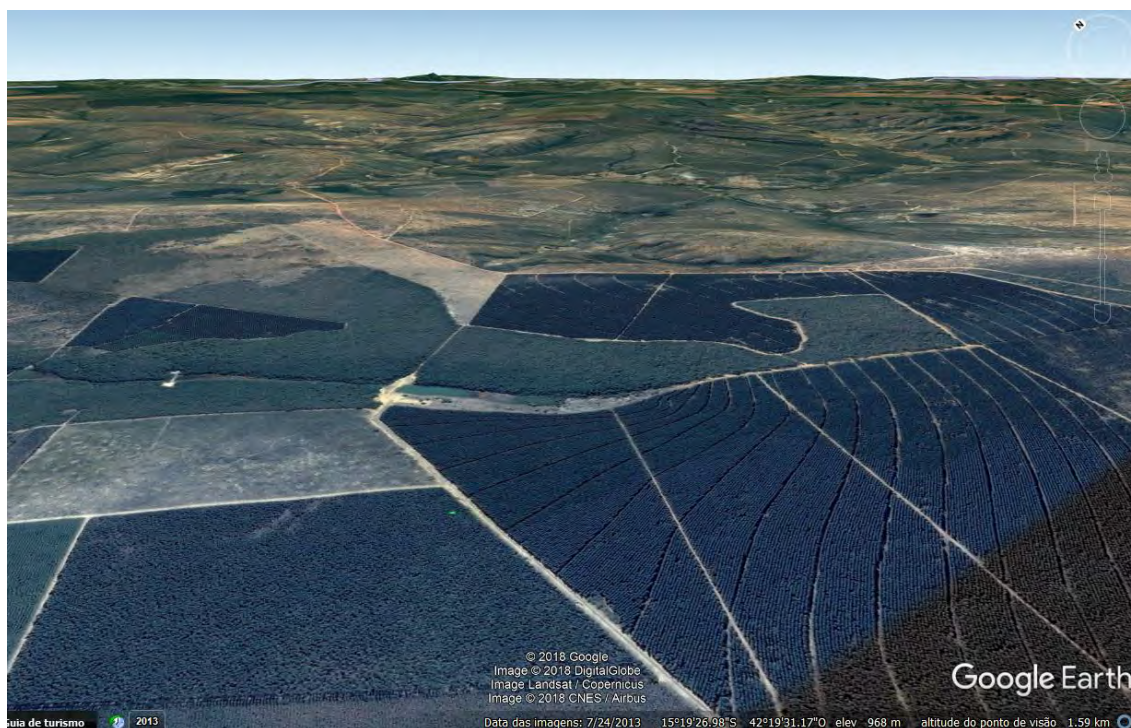
ABRIL/2018

RELATÓRIO TÉCNICO

CABECEIRA DA BRAÚNA / COMUNIDADE CATANDUVA. MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO RIO PARDO/MG.

Por solicitação das famílias de moradores da comunidade de Catanduva, em abril de 2018 foi realizada uma visita técnica à comunidade, município de Vargem Grande do Rio Pardo/MG, com o objetivo de investigar a situação ambiental do córrego da Braúna, diante da crítica situação de restrição hídrica vivido pela comunidade.

A partir dessa visita, verificou-se os impactos da monocultura do eucalipto sobre os recursos hídricos locais, comprometendo o abastecimento hídrico das 100 famílias que vivem na comunidade, hoje realizado por meio de caminhão-pipa, além do impacto social sobre as famílias locais.



Segundo relato dos moradores locais, antes da monocultura do eucalipto a região era rica em água, sendo a cabeceira do córrego Braúna circundada pela Floresta Estacional Decidual e Semidecidual (Mata Seca, enquadradas como florestas protegidas pelo decreto estadual de proteção da mata atlântica – decreto nacional e estadual), seguida do cerrado nas partes mais altas e *chapadas* da região. O local era denominado também de “Tremedor” em função do volume de água formado abaixo da vegetação que existia originalmente no córrego, o que formava um verdadeiro colchão que tremia ao ser balançado pelo próprio movimento do corpo sobre o solo. É esta cabeceira que abastecia as famílias da comunidade de Catanduva.

Após a monocultura do eucalipto os recursos hídricos foram diminuindo até o desaparecimento total da água no leito do córrego.

Como pode ser observado nas figuras abaixo, a cabeceira do córrego da Braúna encontra-se atualmente circundada pela monocultura do eucalipto. No leito do córrego foi construído um barramento (conforme figura abaixo) que não tem conseguido armazenar a água da chuva.





Percebe-se também a ocorrência de erosões oriundas de estradas e carreadores mal construídos pelas empresas de monocultura de eucalipto da região e que vem ocasionando a degradação dos solos e o assoreamento leito do córrego.



Tendo em vista a importância deste manancial hídrico para o abastecimento local das famílias da comunidade, para a biodiversidade e a situação atual em que se encontra a microbacia do córrego da Braúna, recomenda-se:

1. A elaboração de um laudo socioambiental mais detalhado sobre as infrações ambientais cometidas pela firma na área em questão, tais como: infrações sobre APP's e demais áreas (quebra de terreno – linha horizontal), conforme previsto no código florestal brasileiro e que afetam os recursos hídricos e a vida da comunidade;

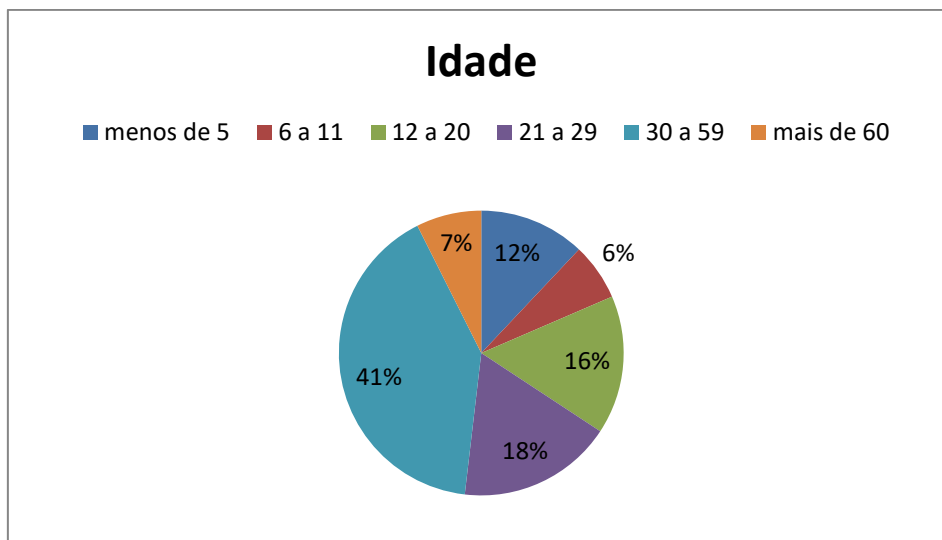
2. Retirar de imediato todo o plantio de monocultura de eucalipto, desde os divisores de água e áreas de recarga que conformam a microbacia do córrego Braúna até o leito do rio;
3. Construção de bacias de contenção de água de enxurrada (barraginhas) nos pontos críticos de erosão hídrica e corrida de água de chuva;
4. Restauração das áreas degradadas com plantio de espécies nativas típicas da região.

ANEXO 2

PESQUISA QUANTITATIVA CATANDUVA

DADOS BÁSICOS

Trinta e cinco famílias da comunidade de Catanduva responderam aos questionários. Foram contabilizadas 144 pessoas, sendo 73 do sexo masculino e 71 do sexo feminino. Uma média de 4,1 pessoas por família. A maior parte das pessoas tem idade entre 30 e 59 anos.



Aproximadamente 18% da população são de crianças até 12 anos e 34% são de jovens de 12 a 29 anos. 7% são idosos com mais de 60 anos.

Local de Nascimentos dos homens e mulheres responsáveis pela família

	1		Total
	M	F	
Cachoeira do Pageú	1		1
Curral de Dentro	1		1
Mato Verde		1	1
Montezuma	7		7
Mortugaba	4	4	8

Rio Pardo de Minas	9		9
São João do Paraíso		1	1
Taiobeiras	1		1
Vargem Grande	9	9	18

* N° de famílias pesquisadas: 35

Mais da metade das famílias tem como origem em Vargem Grande do Rio Pardo e na própria comunidade. As demais famílias vêm de comunidades vizinhas do alto Rio Pardo e de Mortugaba-BA.

Tempo de residência no local atual:

Tempo (anos)	N° de Famílias
1 a 5	2
6 a 10	0
11 a 15	2
15 a 25	1
Mais de 25	16

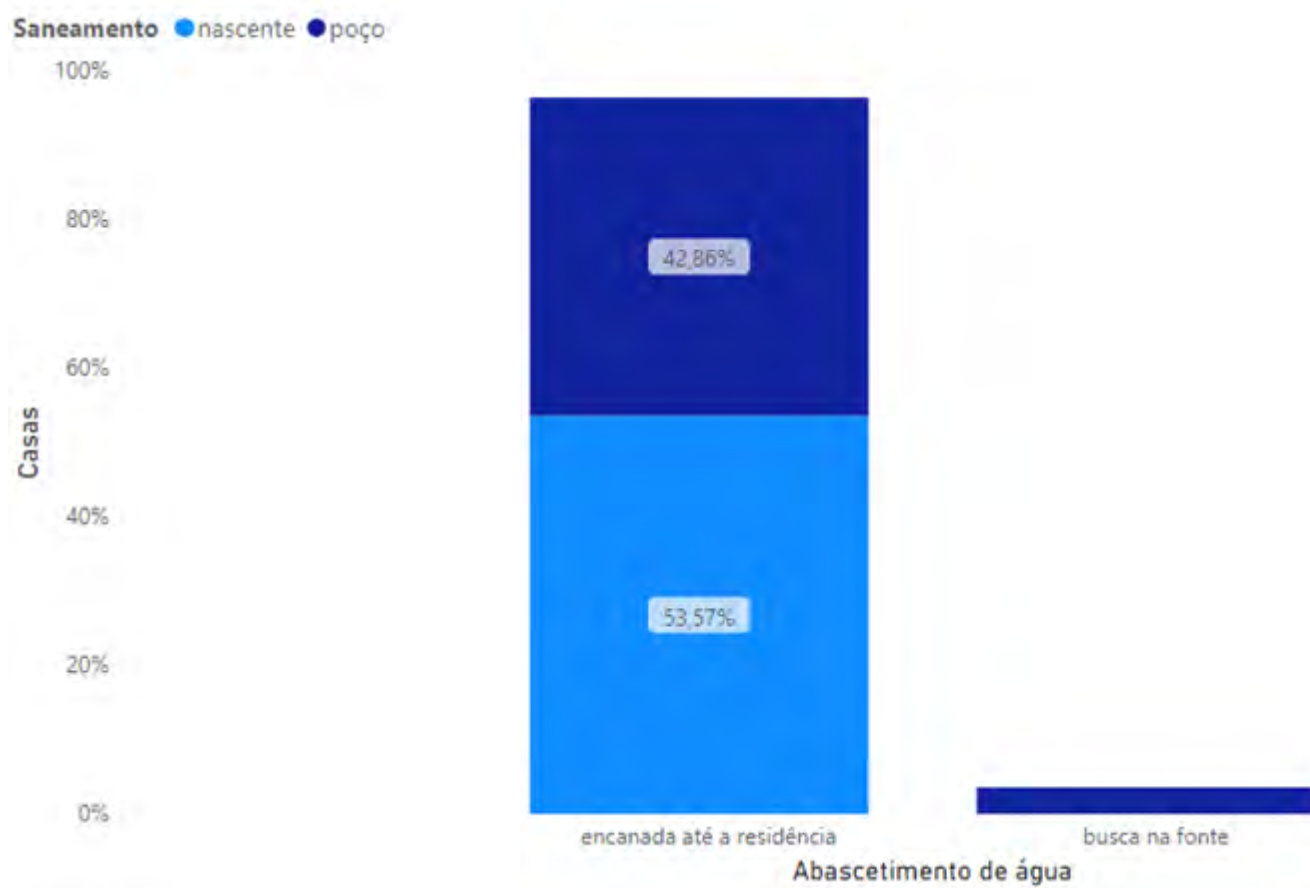
Dentre os que moram a mais de 25 anos na comunidade seis famílias moram a mais de 30 anos na comunidade de Catanduva, e seis ha mais de 50 anos.

INFRA-ESTRUTURA

Fonte de abastecimento de água:

Tipo	%
Poço	43
Nascente	57

Mais de metade (57%) da água utilizada pelas famílias tem origem de nascentes e o restante (43% é oriunda de poços. O abastecimento de água no domicílio é predominantemente (75%) feito por canos até a residência.



SANEAMENTO

Esgotamento sanitário:

Tipo	Nº de famílias	%
Fossa Séptica	1	
Fossa sem tratamento	34	
Céu aberto		
Outro		
Total	35	

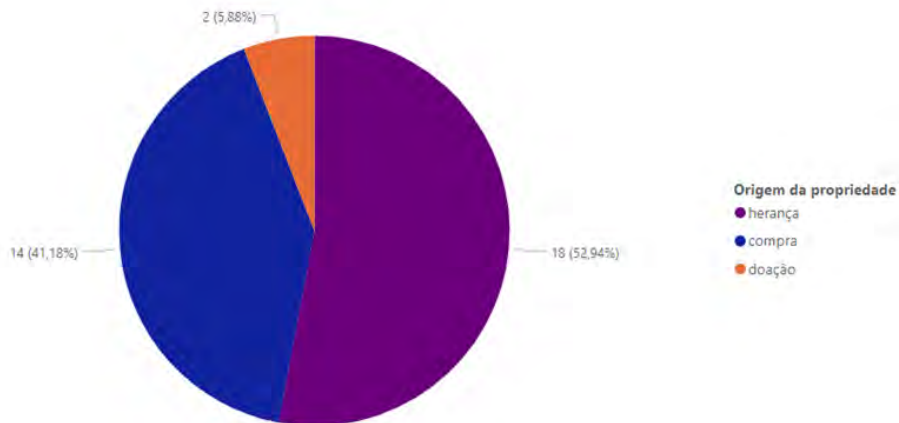
Quase a totalidade das famílias declarou que possui banheiro com vaso sanitário e fossa sem tratamento.

POSSE E USO DA TERRA

Condição de posse e uso da terra:

Origem da propriedade

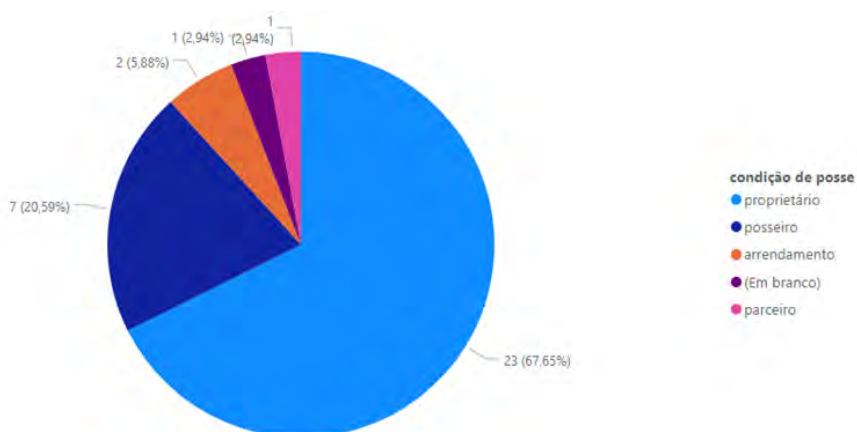
Em relação a origem da terra, mais da metade das famílias entrevistadas (52,94%) herdou a terra. Outra parcela grande (41,18%) declararam que compraram a terra e 5,88% das famílias declararam que receberam a terra como doação.



Condição de posse e uso da terra	Nº de famílias	
----------------------------------	----------------	--

Proprietário (a)	23	
Posseiro (a)	7	
Arrendatário (a)	2	
Não responderam	3	

A maioria das famílias (65,7%) é proprietária das terras onde moram. A quantidade total de terra sob posse das famílias entrevistadas da comunidade é aproximadamente 262 hectares, 9 pessoas não responderam a questão sobre o tamanho da propriedade.



Tamanho das áreas das famílias:

<i>Tamanho das áreas</i>	<i>Nº de famílias</i>	<i>%</i>
Menos de 5 há	18	51,42
5 a 10 há	3	8,57
11 a 15 há	0	0
16 a 20 ha	2	5,71
21 a 40 há	2	5,71
40,1 a 80 há	1	2,85

Dentre as famílias que responderam, mais da metade (51,42%) possui menos de 5 há.

MIGRAÇÃO

Com relação à migração, 20 famílias têm pessoas que migram para trabalhar, a maioria homens. 18 homens e 6 mulheres; algumas famílias têm mais de uma pessoa nesta situação de migração. A maioria, 12 pessoas (60%) vai para a colheita de Laranja e limão em São Paulo, ficando lá no mínimo 4 meses.

.

Pelo menos 01 membro da família migra.	Nº de famílias	%
Sim	20	57,14
Não	15	42,8
Total	35	100,0

.

FONTE DE RENDA MONETÁRIA

21 famílias têm a agricultura e/ou pecuária e/ou extrativismo como fonte de renda.

10 famílias apontaram o extrativismo como principal fonte de renda;

4 famílias não declararam renda nem da agricultura, nem do extrativismo ou pecuária

26 pessoas recebem aposentadorias

12 pessoas recebem Bolsa-família

Crédito: famílias que contrataram financiamento no ano de 2018

	Nº de famílias que contrataram financiamento	%
Sim	16	45,7
Não	9	54,3
Total	35	100,0

Aproximadamente 45% das famílias contrataram crédito no ano de 2018, quase a totalidade o cred-amigo do banco do nordeste com objetivo de: construção e reforma de casa; investimento na pecuária e agricultura; pequenos negócios (comércio de roupas e salgados) ; e quitar dívidas

AGRICULTURA E BENEFICIAMENTO

25 famílias cultivam pelo menos 2 culturas. A mandioca, o feijão e o milho são as mais cultivadas pelas famílias.

Cultura	Nº famílias	%
Nenhuma		
Arroz	2	5,7
Andu	12	34,2
Feijão	15	42,8
Mandioca	17	48,2
Milho	12	34,2

Hortaliças	7	20
Frutas	4	11,4
Fava	3	10
Abóbora	7	20
Manaíba	3	10
Total		100,0

24 famílias não beneficiam produtos e 11 beneficiam, sendo o óleo de pequi e a farinha os produtos mais citados, a produção aproximada é em torno de 80 l de óleo de Pequi; 1.500kg de farinha de mandioca e 250kg de goma

33 famílias entrevistadas frequentam a feira em Vargem grande do Rio Pardo, mas a maioria não frequenta para vender produtos, apenas para comprar

Árvores dos quintais:

Amora; coco; goiaba; laranja; manga; pokan; cajá; bananeira; abacateiro; jabuticabeira; limoeiro; mamão; caju; jaca; mangaba; umbu, maracujá; Paud'óleo; tamboril; pequi.

As árvores mais frequentes nos quintais das famílias são o pequizeiro, a mangueira e a laranjeira. São colhidas aproximadamente 250 caixas de pequi dos quintais.

Também há a colheita de frutos fora das propriedades, 24 famílias colhem fora da propriedade, foram colhidas aproximadamente 900 caixas de pequi. Outros frutos colhidos foram: caju, mangaba, araticum, murici, coquinho, rufão, manga, cagaita, mandapuça, limão